Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Medicina Social

Leandro Augusto Pires Gonçalves

Sobre a história viva do Instituto de Medicina Social

Rio de Janeiro
2018

Leandro Augusto Pires Gonçalves

Sobre a história viva do Instituto de Medicina Social

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Planejamento e Administração em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. André Luis de Oliveira Mendonça

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

G635 Gonçalves, Leandro Augusto Pires

Sobre a história viva do Instituto de Medicina Social / Leandro Augusto Pires Gonçalves. – 2018.
254 f.

Orientador: André Luís de Oliveira Mendonça

Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Instituto de Medicina Social – História – Teses. 2. Ciências humanas – Teses. 3. Memória social – Teses. 4. Instituições acadêmicas – Teses. 5. Relações comunidade–instituição – Teses. 6. Utopias – Teses. I. Mendonça, André Luís de Oliveira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 378.096:82-94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Leandro Augusto Pires Gonçalves

Sobre a história viva do Instituto de Medicina Social

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Planejamento e Administração em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. André Luís de Oliveira Mendonça

Instituto de Medicina Social – UERJ

Banca Examinadora: _____

Prof.ª Dra. Adriana Facina Gurgel do Amaral
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. André Luís de Oliveira Mendonça
Instituto de Medicina Social – UERJ

_____

Prof. ª Dra. Heliana de Barros Conde Rodrigues
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Ruben Araujo de Mattos
Instituto de Medicina Social – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Tatiana Wargas de Faria Baptista
Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

À Sarah John da Silva, que não deixa passar um dia sem me lembrar do absurdo em que vivemos, dos seus alunos que tem o rosto ralado no asfalto, dos seus alunos que, sem pai nem mãe, tornam-se ervas daninhas e por isso tem a morte anunciada; de corpos sem futuro, que serão mortos ou mortos em vida. Todo o dia me fala do que é o Brasil, essa nação genocida. E Sarah segue tentando ser um encontro decisivo e amoroso na vida desses alunos.

AGRADECIMENTOS

Começo dizendo do imenso privilégio que é poder fazer uma tese no Brasil contemporâneo. Só um suporte material robusto pode garantir a um corpo dedicar-se integralmente à atividade acadêmica discente. Geralmente esquecemos de enfatizar o quanto esse suporte é decisivo. Vou agradecer aos que tornaram a minha passagem pelo doutorado possível:

À Sarah John, que sustentou a casa para que eu pudesse passar dois anos inteiros me dedicando inteiramente à pesquisa.

À CAPES, pela bolsa que, apesar de não sustentar, permitiu que as contas não ficassem no vermelho. Independente disso, o que é neste país você ser pago para estudar? É privilégio e seria lindo se fosse para todes.

À sogra, Aira John, que me fez a comida, a marmita, que levou as crianças para a escola e ajudou a cuidar delas quando eu estava absorto na produção desta tese.

À minha mãe e pai, Maria Antónia e José Manoel, que nos bancaram o aluguel da casa nestes dois anos.

Afetos e solidariedade também foram decisivos. E é muito difícil agradecer a todos que estão nesta tese. Os que vou nomear aqui, se encontrarão em algum trecho dessa produção, seja diretamente referidos, seja em algo que foi produzido em comum – e alguns talvez nem lembrem que produziram comigo: Alessandra Aniceto, André Mendonça, Arthur Lobo, Catalina Kiss, Gabriela Barreto, Gerson Costa, Ismael Silveira, Kelly Alves, Raquel Oscar, Roberta Dorneles e Thais Vidaurre. Vocês são referências de vida, estão muito além dessa passagem pelo Instituto e pela academia.

Como vou viver sem o Coletivo de Estudantes? A nossa escola de formação, queria que se tornasse a nossa escola de poder, haha. É impossível falar de todo mundo que passou por ali. Ninguém simplesmente passou... mas queria agradecer a algumas referências políticas que me marcaram: Ana Sara Simeão, Barbara Costa e Stephanie Brito. É muito poder e disposição!

O André Mendonça merece uma segunda menção, porque além de referência de vida, em relação a essa tese ele teve o trabalho hercúleo de ler cada página – as trezentas e tantas, porque leu até o que foi descartado, e as quase mil páginas de

transcrições. É um pensador e é um trabalhador solidário. O mais impressionante é a capacidade de encontrar a potencia até no material mais bruto e aparentemente inerte, de induzir a sua expressão. Foi meu orientador, professor e isso não faz a menor diferença para nós.

Quero agradecer em especial ao professor Ruben – chamo de professor porque sei o quanto ele admira esse ofício -, que me moveu, que produz sentido, um narrador moderno. Esta tese tem muito a ver com você. Você verá.

À comunidade do Instituto de Medicina Social, aquele abraço! Em especial em Aleksandra Santos, Artur, Eliete Ester, Gulnar Azevedo, que tenta politizar aquele cotidiano institucional, Paulo Henrique Rodrigues, Ronaldo Teodoro, Silvia Regina e Zé Carlos.

Agradeço a Kenneth Camargo Jr. a acolhida e parceria de 4 anos. À Carlos Henrique Paiva, Jurandir Freire Costa e Maria Andréa Loyola pelas contribuições que fizeram na qualificação do projeto. À Jane Sayd pela colaboração intensa na pesquisa. À todos os que participaram das entrevistas e eventos da disciplina, sem os quais a pesquisa e essa tese não seriam possíveis. À banca que topou fazer a avaliação deste trabalho.

Por fim, as meninas John que me encantam o mundo todos os dias: Estela, Helena e Sarah.

PRIMAVERA NOS DENTES

João Apolinário

Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste

Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade decepado
Entre os dentes segura a primavera

RESUMO

GONÇALVES, Leandro Augusto Pires**.** *Sobre a história viva do Instituto de Medicina Social*. 2018. 264f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Fruto de uma pesquisa de corpo no Instituto de Medicina Social, esta tese trata de uma performance analítica sobre a trajetória daquela instituição. Está expressada nela o cotidiano institucional, o passado e o futuro que o atravessam e que pude *colecionar*. Tem como "base empírica" a experiência de um corpo em contato com memórias e imagens performadas. Um corpo que teve acesso à *história viva* de uma *comunidade afetiva*. Sendo uma performance composta por diferentes performances, aposta na *fusão de formas literárias* como possibilidade de permitir o acesso a quem a lê àquele cotidiano institucional. Ao longo dela, estão registros produzidos por um corpo que é produto daquele espaço e tempo, daquele coletivo, e o produz. A tese tem duas aberturas e pode ter os capítulos lidos na ordem corrente das folhas ou no inverso. Para quem parte da abertura, que é a introdução, será apresentado ao Instituto através de uma visitante misteriosa, *a mulher*. Após a ambientação física e cotidiana, há um capítulo que é de ambientação à tese e às perspectivas ético-política-epistemológica-estéticas do corpo que a produz. A seguir, um capítulo sobre as imagens perseguidas nas cinco décadas de instituição, os *sonhos diurnos* que a construíram. A esse, segue o capítulo de integração desta *performance analítica*, que tem a *ambivalência* como elemento estruturante. Silvia Cusicanqui, nele, nos oferece categorias para ler o mundo de outra maneira. Sobre o mote da *ambivalência*, o capítulo seguinte trata do elemento pertencido que decide confrontar o elemento estranho ao Instituto; o corpo no qual se produz o confronto, tenta *traduzi-lo* na forma de uma auto entrevista. O último capítulo é de encerramento que pode ser abertura, para quem vier na ordem inversa dos capítulos. Aqueles que a lerem, encontrarão afetos, ambivalência, desejo, imagens, performances, espaço e tempo produzidos e produtores, corpos e coletivos em movimento. Encontrarão algo *sobre a história viva do Instituto de Medicina Social*.

Palavras-chave: Instituto de Medicina Social. História viva. Silvia Cusicanqui. Ernst Bloch. Colonialidade. Utopia.

ABSTRACT

GONÇALVES, Leandro Augusto Pires**.** *On the living history of the Institute of Social Medicine*. 2018. 264f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

As a result of a body research conducted at the Institute of Social Medicine, this thesis delves into the analytical performance of the Institute's own trajectory. It encompasses the daily life of the Institute, its past and future, and whatever else that I was able to assemble. Its "empirical base" is the experience of a body in touch with memories and performed images. A body that had access to the living history of an affective community. Being the performance an ensemble of different performances, it gambles on the fusion of literary forms as a mean to enable the access to those who reads the Institution's daily life. Throughout this performance, there are records by a body that is the very product and also the producer of that space and time and the collectiveness as well. This thesis has two starting points: it can either be read following the natural flow of its chapters or in reverse. For those who wish to start from the opening, which is the introduction, will be presented to the Institute by a mysterious visitor, the woman. Following the backdrop of the physical and daily settings, there is a chapter that corresponds to the general ambiance of the thesis, contextualising the ethical-political-epistemological-aesthetic perspectives of the body that produces it. The following chapter is around the images that were persecuted during the five decades of the Institution and the daydream that constructed and keep on constructing it. This is followed by the subsequent chapter concerning the integration of this analytic performance, which has ambivalence as its core structural element. In this section, Silvia Cusicanqui presents categories to support reading the world in another way. Under the same ambivalent premise, the succeeding chapter deals with the very element that confronts the alien one to the Institute; the body in which the confrontation takes place tries to translate it into the form of a self-interview. The last chapter is of closure, but also of opening for those who began reading backwards from the last chapter. Those who read this research will find affections, ambivalence, desire, images, performances, space and time produced and producers, bodies and the collectiveness in motion. One will find something about the very living history of the Institute of Social Medicine.

Keywords: Institute of Social Medicine. Living history. Silvia Cusicanqui. Ernst Bloch. Coloniality. Utopia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASAF	Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming
CEPESC	Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva
CHS	Ciências Humanas e Saúde
CLAM	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COART	Coordenadoria de Artes e Oficinas de Criação
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
Epid	Epidemiologia
FCM	Faculdade de Ciências Médicas
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
IME/UERJ	Instituto de Matemática e Estatística/UERJ
IMS	Instituto de Medicina Social
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
LAPPIS	Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PPAS	Política Planejamento e Administração em Saúde

Proex	Programa de Excelência Acadêmica
Sesp	Serviço Especial de Saúde Pública
SR-2	Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	ABERTURA	12
1	**A MULHER**	18
2	**O BANQUETE**	32
2.1	**Dando corpo à "performance analítica"**	32
2.2	**Oxalá saia uma tese**	38
2.3	**Palavras, apenas?**	42
2.3.1	A linguagem que somos	43
2.3.2	Desprivatizando a subjetividade	45
2.3.3	A primazia da palavra enquanto signo	51
2.4	**O colecionador**	55
2.4.1	Advertência	67
2.5	**Sonhando acordado**	68
2.5.1	A história do futuro	71
2.5.2	O corpo que deseja o mundo	75
2.6	**Bloch convida Benjamin e Bakhtin para o banquete**	89
2.7	**Situando a "performance analítica"**	95
2.8	**Da "história viva"**	101
2.9	**Da tradução**	114
3	**DOS SONHOS**	127
3.1	**Uma curta passagem pré-histórica**	134
3.2	**A década dos "históricos": os sonhos de fundação**	142
3.3	**O sonho que somos hoje**	151
3.3.1	"Apart-hotel acadêmico"	160
3.3.2	O segundo Lula: o pacto com o PMDB	162
3.3.3	"A melancolia da realização" - Dilma é reeleita e põe Joaquim Levy no poder	164
4	**A AMBIVALÊNCIA CONSTITUTIVA**	166
4.1	**O "Ch'ixi"**	166
5	**LEANDRO GONÇALVES ENTREVISTA LEANDRO GONÇALVES**	174
	ABERTURA (OU ENCERRAMENTO)	256
	REFERÊNCIAS	258

ABERTURA

As “frases desconexas” de theusa

> Matheus Passarelli, chamada de Matheusa por familiares e amigos, chegou ao Morro do 18 após sair de uma festa a dois quilômetros dali, na Rua Cruz e Souza, no Encantado, também na Zona Norte. De acordo com relatos, ela estava em surto, andava tirando a roupa e falando frases desconexas.
>
> "Ele foi levado aos traficantes para tentar explicar ali o porquê da situação e não conseguiu se defender ao ponto de ser liberado. E o mataram sem qualquer justificativa (...) Ele foi julgado, tentou se defender, mas segundo moradores ele continuava falando as frases desconexas. Ele não tinha consciência de que ele estava passando por um 'tribunal' e, por essa razão, foi morto", explicou ao RJTV a delegada Ellen Souto, da Delegacia de Paradeiros (Freire; Teles, 2018)[1]

O RIO DE JANEIRO CONTINUA LINDO E OPRESSOR [trecho]

matheus passareli simões vieira

matheusa

corpo estranho dessa cidade
relatos que comprovam meu
corpo estranho na universidade
após diversas tentativas de adentrar o sistema
matheus passareli simões vieira
habitante passivo da cidade do interior
do Rio de Janeiro, Rio Bonito.
desloca-se de seu habitat natural para adentrar
uma pesquisa de corpo.
corpo na cidade.
cidade grande exclusiva
elitista separatista racista fóbica

mas o Rio de Janeiro continua lindo, não é
mesmo?

[1] Acesso em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/estudante-matheusa-foi-julgada-antes-de-ser-morta-por-traficantes-diz-delegada.ghtml

matheusa[2] teve o seu corpo des-integrado da cidade a cerca de 500 metros de onde eu moro. Muitas pessoas de lá o tinham visto, o “corpo estranho”. Matheus, em um dia de visita ao bairro, foi visto por muitos. Era difícil sair à rua naqueles dias que antecederam o anuncio da morte e não ouvir falar sobre matheus. No ponto de ônibus, na padaria da rua, todos falavam do corpo dele; que o viram e ele estava vestido de tal forma, que o cabelo dele era armado e que ele era alto. Todos falavam do Matheus que chegou ao bairro. Ninguém o viu nu; ninguém ouviu as suas “frases desconexas”; ninguém assistiu ao seu julgamento. Antes de anunciada a morte, no período de desaparecimento, todos estavam atentos à passagem do “corpo estranho”, urgentes dela: como no dia que chegou, passaria pela rua, com a tal roupa, alto e com o cabelo armado. Havia algo de “desconexa” na experiência coletiva produzida pela performance de matheusa no bairro onde eu moro.

Seriam consideradas desconexas as frases de matheusa que estão na epígrafe acima? O corpo que integra esta perspectiva sobre a cidade, que a experimenta e com isso produz, que traduz em uma forma literária a experiência desconexa que é estar nesta cidade, que tenta a tornar legível com o corpo e com a linguagem, talvez não seja compreensível a muitos. Poderia um corpo se atrever a revelar a cidade com a sua simples passagem? A sua morte é tão contundente quanto a sua performance e, por isso, é tão “desconexa”. Nos polos do que é visível e invisível está o que é estranho e o que não pode ser visto. O que não se deve ver é que o estado brasileiro é uma máquina de destruir corpos invisíveis, de invisibilizar corpos destruídos. Esta experiência está interditada a quem luta para sobreviver dia-a-dia, a condição da maior parte das pessoas que moram no bairro onde eu moro. É o silêncio dos corpos úteis à nação, produzidos e produtores dela.

Algo, entretanto, está estranho nesta cidade e país, quem sabe no mundo. Eu, que não conhecia matheusa, tive um encontro com ela mediado pela des-integração do seu corpo do mundo, algo que não a matou. Este corpo não pôde ser invisibilizado, ainda que destruído. Contrariando a nação que insiste em não ver a morte de matheusa, há na nação quem faça do que foi destruído *luta* e *presença*. Matheusa cresce, como cresce Marielle[3]. Em dois meses, dois corpos destruídos

[2] Começo o nome de matheusa pelo minúsculo em respeito à maneira como ela o expressava.
[3] A vereadora Marielle Franco, mulher negra, lésbica e favelada foi morta em uma emboscada em pleno centro da cidade do Rio de Janeiro no dia 14 de março de 2018. Marielle usava o corpo e o seu mandato parlamentar para vocalizar e denunciar as políticas estatais de destruição de corpos negros,

provocaram dor, visibilidade, movimento e luta. Corpos como os delas estão em marcha, dando visibilidade e inteligibilidade a uma nação racista e patriarcal.

Esta Tese é produto deste tempo de traços nacionais que insistem em permanecer e da recusa de muitos corpos e coletivos em aceitá-los. Este tempo é de matheusa e Marielle, da vida que produzem e da destruição dos seus corpos. O futuro e o passado encontram-se no presente tenso que se dá entre viver matheusa e Marielle e aceitar a sua destruição, o processo de invisibilização que a nação produz sobre os seus corpos e vidas. A história que matheusa e Marielle constroem nos leva a um futuro que o Brasil jamais experimentou; o desaparecimento dos seus corpos e vida nos enterra neste quadro nacional de cinco séculos de genocídios.

Matheusa inspira também a tese enquanto produto acadêmico. Com a sua morte, descobri que matheusa pensou sobre o trabalho, sobre tudo o que se produz ao *existir*, sobre ser um corpo no mundo em trabalho. Mundo e corpo em trabalho. Ser um corpo no mundo é, em si, positividade, arena de produção. O corpo que atravessa o mundo o produz e é produzido. O mundo, a nação, a cidade nunca foram, não são e não serão totais; não são formas que determinam os nossos corpos. Há uma co-produção do corpo e da cidade, do individual e do coletivo, um atravessamento. O corpo individual e coletivo é produto do espaço e do tempo produzidos.Sobre isso, mais um trecho de matheus, tirado da mesma obra:

me alimentar.
trabalhar para poder estudar.
trabalhar para me alimentar.
ir alimentado para o trabalho.
carregar marmita.
marmita que carrega.
minha marmita leva as comidas que aprendi a fazer
através da minha mãe.
minha marmita vai comigo para a faculdade, para o

---

favelados e LGBTs. Seu mandato na câmara dos vereadores foi combativo e ela crescia como referência política na cidade. Os tiros que a mataram partiram de muitas direções. Já faz três meses da destruição do seu corpo e não se sabe sobre o crime muito mais do que se sabia na ocasião da sua morte (FÀBIO, 2018) (acesso em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/01/Como-estão-as-investigações-da-polícia-sobre-o-caso-Marielle-Franco). Sobre o desdobramento e semeadura da vida de Marielle (PONTE, 2018), ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527707445_080444.html

trabalho, para o curso.
minha mãe vai comigo para a faculdade, para o
trabalho, para o curso.
rastros de um processo de dedicação e trabalho
conjunto para dar estrutura e suporte para os seus filhos.
rastros de um grande processo de exclusão de corpos
negros na sociedade/universidade/cidade.
decidi ocupar o máximo de espaços possíveis, me
colocar na cidade para que eu possa me prender
nela, agarrar o máximo possível nas estruturas.
Como vírus me espalhar pela cidade para me
alimentar.
comer o máximo possível, encher a barriga.
se conseguir,
a marmita.

E eu, que estive às voltas acadêmicas com alemães, russos, italianos, brasileiros e boliviana, para elaborar e produzir sobre a experiência de um corpo em uma dada coletividade, me dei conta, quando conheci matheusa, que uma colega de Universidade estava na mesma busca, produzindo a busca. Só conheci a colega após a sua des-integração do mundo. Desencontros?

tenho me perguntado se as pessoas realmente
olham geral ou se olham só um pouquinho.
será que todas pessoas conseguem olhar os
trabalhos expostos no coarte[4]?

minha mãe não.

Matheusa produziu inteligibilidade sobre a sua busca, a coletivizou, a inscreveu, deixou marca no mundo. Só no último mês de produção da tese conheci matheusa, já des-integrada do mundo. Des-integrada e viva nas suas marcas que não serão destruídas.

Esta tese é sobre a experiência de um corpo no Instituto de Medicina Social. Um corpo que foi deixando de ser estranho ao longo de sete anos de presença. Um

[4] A COART é a Coordenadoria de Artes e Oficinas de Criação da UERJ.

corpo que se integrou àquela coletividade e que faz desta integração uma “performance analítica”.

Aqui está o Instituto de Medicina Social mediado pelo meu corpo, nas suas cinco décadas de existência. Fruto dos sete anos de experiência e de uma pesquisa que contou com quarenta entrevistas em profundidade – conversas - com corpos que construíram o Instituto, além de seis eventos dedicados a momentos e pessoas que foram decisivas para a afirmação daquela construção coletiva[5], não traz diretamente qualquer menção ao material empírico construído. A tese é um atravessamento de tudo isso.

A decisão de centrar a tese na experiência do corpo não é meramente analítica. Ela é política, também. Uma pesquisa que não coube nos prazos estipulados pela CAPES precisou ser desmembrada: a tese é a experiência do corpo, os materiais produzidos farão parte de um acervo cuja construção será retomada após a defesa da experiência.

E é política, novamente, porque é uma decisão que rearticula o possível na escala do desejo. Só depois de transcrever vinte seis entrevistas, ter mil páginas transcritas e produzidas, que me dei conta que havia ainda quatorze entrevistas e cerca de seis meses de trabalho. Estava há um ano transcrevendo todos os dias. Não havia dia que as vozes do Instituto de Medicina Social não estivessem presentes. Depois de conversar com pessoas que tinham experiência no trabalho com fontes orais, pude perceber que tinha ido muito além do que era “desejável” nas minhas condições. Mas, como calcular sobre os limites do desejo?

Então, esta tese é produto do desejo desmedido. É a performance relativa a uma pesquisa que é como uma “instalação”. Ao longo dela estão registros produzidos por um corpo que é produto daquele espaço e tempo, daquele coletivo, e o produz. Cada dia vivido, cada entrevista, cada evento da disciplina é como um ato de co-produção; da mesma forma que é esta tese, produto de uma “pesquisa-instalação”. Nos limites da dimensionalidade proporcionada em uma obra escrita, é para ser lida no Instituto, é para colocar o leitor no Instituto e é um produto que visa produzir o Instituto. Propõe, também, certa autonomia ao leitor, que pode ler cada

[5] Eventos que fizeram parte da disciplina ‘A grande narrativa do Instituto de Medicina Social, pelos seus autores’, que foi oferecida por André Mendonça, meu orientador, com a minha participação e a de Jane Sayd, pessoa fundamental na construção da disciplina.

capítulo como uma performance. Aqueles que quiserem ler tudo e começar pelo seu fim, lendo os capítulos no fio narrativo inverso à ordem das páginas, poderá igualmente fazê-lo. Será outra experiência sobre a experiência de um corpo no Instituto de Medicina Social.

Quem começar por aqui, será apresentado ao Instituto através de uma visitante misteriosa, 'a mulher'. Este é o capítulo que abre a tese. Após a ambientação física e cotidiana, há um capítulo que é de ambientação à tese e às perspectivas ético-política-epistemológica-estéticas do corpo que a produz. Um corpo, que se verá, não adota perspectiva individual, nem um ponto de vista "arquimediano"[6] sobre o que produz. A seguir, um capítulo sobre as imagens perseguidas nas cinco décadas de instituição, os "sonhos diurnos" que a construíram; capítulo que é uma síntese das entrevistas e eventos da disciplina. A esse, segue o capítulo de integração desta "performance analítica", que tem a ambivalência como elemento estruturante; Silvia Cusicanqui, nele, nos oferece categorias para ler o mundo de outra maneira. Sobre o mote da ambivalência, o capítulo seguinte trata do elemento pertencido que decide confrontar o elemento estranho ao Instituto; o corpo no qual se produz o confronto, tenta "traduzi-lo" na forma de uma auto-entrevista. O último capítulo é de encerramento que pode ser abertura, para quem vier na ordem inversa dos capítulos.

Aquele que deseja encontrar uma hipótese testada, um resultado "concreto", um objetivo alcançado, uma tese "cristalina" sobre o Instituto de Medicina Social, encontrará afetos, ambivalência, desejo, imagens, performances, espaço e tempo produzidos e produtores; corpos e coletivos em movimento. A história cronológica e factual do Instituto de Medicina Social ainda está por ser construída. Aqui se encontrará algo sobre a sua "história viva".

[6] Como no sentido colocado por Hannah Arendt (1995), em 'A condição humana': é o ponto de vista do humano que acredita que só se pode analisar um "objeto" à distancia.

1 **A MULHER**

A.[7] caminhava pela passarela estreita que liga os blocos E ao D da UERJ, no seu sétimo andar. Olhava para baixo, para o chão, aparentemente pensando em algo, indiferente aos precipícios de um lado e de outro. Estar na UERJ é naturalizar precipícios. A. tilintava as chaves que carrega sempre a mão, às vezes à cintura, as chaves de todas as salas do Instituto de Medicina Social. É a que abre os caminhos. A. vinha do bloco E para o D. Ao chegar quase em frente à sala comum, a do café, reparou na figura que estava sentada em um banco, em frente à porta da sala: uma mulher alta, com um vestido violeta, que fumava esparramada no banco contido que mal dá para uma pessoa; um braço estava livre, formando um ângulo peculiar; as pernas estavam cruzadas, para a frente, ocupando boa parte do corredor estreito, mal permitindo a passagem; a mão que sustentava o cigarro, que queimava, estava posicionada à beira da boca; o olhar estava perdido no mural em frente. A. fingiu que tinha algo a fazer na sala comum, a do café. Precisava ganhar tempo, pensar em como agir antes de falar com aquela figura, inédita. Conhecia todos os que por ali passavam, esta devia estar perdida. Algo comum na UERJ, estar perdido. Mas havia algo mais: aquela figura não parecia possível. E fumava no corredor, o que ela não podia permitir. O IMS é área livre do tabaco. Ou deseja ser. A., fumante, tem que sumir todo dia para os seus minutos de tabaco. Pensou: “algum professor vai falar, preciso agir antes”. E saiu da sala, parou em frente à mulher. Com um semi-sorriso disse:

- Pois não.

A mulher, que parecia não ter levado o cigarro à boca, olhou-a nos olhos. Eram olhos penetrantes, oblíquos:

- Querida, estou observando. Suas chaves sempre te anunciam. Sabia que você vinha muito antes de você aqui estar.

A., desconcertada, sorriu um sorriso forçado:

[7] As letras que identificam os personagens são referentes às letras que iniciam algum nome dos humanos que os inspiraram. São, sim, personagens inspirados em pessoas do cotidiano do IMS. As letras, entretanto, podem ser a que inicia o nome, o sobrenome, etc.

- Fique a vontade. – e correu para a secretaria acadêmica, a porta mais próxima onde poderia encontrar alguém seguro.

Entrou pela sala da secretaria aparentemente apavorada. Encontrou E. imersa em suas planilhas e atribuições, na sua mesa e computador. A. tentou concatenar as ideias:

- E.... ai, E.... Não é possível... assim não dá... estão deixando aqueles malucos entrar aqui de novo. Uma hora um se atira aqui do alto e a gente ainda vai parar na delegacia. Você vai ver...

E. tirou os olhos da tela do computador, virou-se para A., e, levemente sem paciência, disparou:

- Do que você tá falando, A.? A gente nem consegue se concentrar. Essas planilhas me deixam louca! Estou fazendo tudo sozinha. O último que sair deste Instituto que apague a luz!

- Tem uma maluca ali fora. Ela *tá* fumando. Se o C. ver isso, vai dar um escândalo. O cheiro vai chegar lá na sala dele já já. Fui tentar falar com ela e ela me olhou estranho, disse que estava me esperando... nunca a vi na vida... ela disse que me conhecia pelas chaves...

E. virou os olhos, levantou, suspirou, sorriu brevemente e falou:

- Vamos lá ver isso. Depois você vai ter que trazer um café para mim e ditar umas coisas para adiantar o meu trabalho – e riu.

Chegaram ao corredor, a mulher estava mais ou menos como antes. A mão com o cigarro estava pousada em um suporte, entre as cadeiras. Será que ela fumava? E. se dirigiu a ela:

- Pois não, senhora. Está procurando alguém?

A mulher mexeu-se levemente na cadeira. Não a olhou diretamente, mas um olhar que a atravessava. Algo como um sorriso se ensaiava na boca, que lançou a pergunta:

- Ora, para que procurar? Sei onde estão todos. Vá trabalhar menina, não perca tempo com suspeitas erradas. Não ofereço perigo. Não *agora*.

E. tomou fôlego para dizer:

- Senhora, não pode fumar no corredor.

A mão da mulher não se moveu do suporte, o tempo todo:

- Menina, vá trabalhar. A fumaça o vento leva. Ficarei aqui vendo o movimento do Instituto. Sei que lhe constrangem, que querem que fale por eles. Sei que não estou te incomodando com a fumaça. Deixe *eles* falarem, não assuma essa carga. – e riu. Levantou a mão do suporte e dirigiu o cigarro ao encontro de E.: “quer?”

Com o rosto congestionado de expressões, E. respondeu um direto e tímido: “não, obrigada”.

A. passou o tempo todo do diálogo entre E. e a mulher em silêncio, algo amedrontada. A mulher assustava. Um susto ancestral, que ela não conseguia encontrar na própria experiência. Aquele rosto comprido, aquele cabelo solto, aquele cigarro que queima, aquele vestido violeta, aquelas palavras íntimas. A. conhecera toda a sorte de loucura, mas aquela era loucura e não era. A mulher *sabia*.

*****

Era cedo, as pessoas começavam a chegar ao Instituto. Quase todos apressados, mal olhavam a mulher, que olhava todos. Alguns corriam olhando para o chão, outros corriam olhando para o celular, poucos corriam com a cabeça em pé, não vendo nada além do trajeto. As aulas e orientações e encontros virtuais aconteceriam logo. Alguns corriam para dentro do café e de lá saiam correndo equilibrando bolsas, celular, copo plástico fumegante, colher de mexer café. Depois de um tempo grande de pressa, começaram a chegar os atrasados. Estes vinham mais lentos, trocavam olhares mais longos com a mulher, sentavam na sala do café para tomarem o café e esperar alguém que não vinha. Nem os atrasados se dirigiram à mulher.

B. chegou calma, sentou-se em um banco em frente à mulher. Aguardava conversa com o seu orientador, estava adiantada. Trocou olhares com ela, sentiu-se desconfortável. Disse um formalíssimo “Bom dia” e, imediatamente, se apegou à tela do seu celular.

- Haverá bom dia com tanta pressa?

B. levantou os olhos da tela, tentou olhar a mulher, mas desviou os olhos imediatamente. A mulher segurava um cigarro, que queimava. Ela era grande e parecia não caber no espaço que ocupava.

- Pois é, estamos sempre apressados. – riu um sorriso que não queria sair – muita coisa para fazer, prazos apertados.

A mulher tragou o cigarro longamente, virou o rosto de leve para o lado dos precipícios e soltou a fumaça com estilo, fumaça que saiu fazendo movimentos oscilantes e entrecruzados no ar. A nuvem branca se dispersava nele, em formas que se expandiam lentamente.

- Fumar é bom por isso: a pressa queima e vira fumaça. É rápido. Já experimentou fumar?

- Não, senhora. A minha avó morreu de câncer, a minha tia morreu de câncer. Tenho horror a cigarro.

- E a tia de outra morreu de parto... a morta teve uma filha que morreu de câncer. A filha da filha nasceu de cesariana e espera um bebê inseminado... – disse, suspirando um restinho de fumaça - ainda morremos porque não inventaram uma forma de não morrer. Meus pêsames, pelas suas.

B. não conseguia mais disfarçar o crescente o incômodo com aquela intrusa e seu cigarro:

- Senhora, não sei de onde você saiu. O seu cigarro está me incomodando. Se você não apaga-lo, terei que sair. – B. balançou a cabeça e olhou nos olhos da mulher.

- Filha, ninguém nunca me obrigou a nada, quanto mais a apagar um cigarro. Política mata mais que cigarro, mas também oferece muito mais prazer – disse, rindo. “Sempre quis que alguém pesquisasse sobre isso. Você faz o que aqui?”

B. pegou a bolsa, levantou-se irritada e falou entre-dentes: “só me faltava essa...”.

- Tchau, senhora.

- Tchau, minha filha. Cuidado com o corredor sem janelas – e riu um sorriso sem pressa, lançado como a fumaça do seu cigarro...

Enquanto B. saía em disparada pelo corredor sem janelas do bloco D, R. chegava ao Instituto, passando pela porta de vidro. Com uma saia colorida e suas bolsas penduradas, tinha o rosto levemente congestionado. Ia tomando a direção da sala onde trabalha, a mesma direção que tomara B., quando reparou na mulher. A primeira coisa que viu foi que fumava. Os olhos das duas se cruzaram. O rosto de R. se descongestionou e um leve sorriso cúmplice surgiu. A mulher acenou a ela, que lhe devolveu o aceno. R. ainda titubeou se devia ir ao encontro da mulher, parou antes de seguir o caminho. Mas seguiu. Seguiu pensando que a conhecia, de algum lugar: “de onde seria?”

****

K. estava em orientação, na sala do seu orientador. Ela e H. tinham acabado de discutir efusivamente, acerca de uma discordância relacionada a pesquisa em curso, conduzida por ela, que é a sua Tese. K. silenciou-se, pegou o celular e fez a pergunta em um grupo de amigos, no WhatsApp: “alguém no IMS?”. L. respondeu que sim, que estava na sala dos estudantes, dando cabo de um capítulo da sua Tese. K. perguntou: “vamos tomar um café?” e L respondeu: “não posso! Estou engatado em um texto, tentando escrever sobre a Nina. Vai sair!”. K. riu, caminhou para a porta da sala sem saber muito bem o que fazer e saiu. O ar estava incompartilhável com H.. Saiu pelo corredor do bloco D ainda olhando para a tela do seu celular, aguardando uma resposta companheira no grupo de amigos. Cruzou com R. no corredor, que abria a porta da sua sala. K. se surpreendeu com o aparente bom humor dela: “Oi R., bom dia! Pronta para a batalha?”, “hoje sim,

querida. O dia começou bom", "fico feliz, você merece dias bons!" – e deu uma das suas gargalhadas características.

K. seguiu pelo corredor, passou por uma colega que não conhecia o nome – era B. -, cumprimentou-a timidamente. Seguia a esmo para a sala do café. Ao dobrar o corredor que dava acesso à passarela e à sala do café, encontrou-se com a mulher. Olharam-se profundamente antes de dizerem qualquer coisa. K. foi a primeira a falar:

- Eu te conheço!

A mulher sorriu longamente e disse:

- Sente-se aqui. Temos algumas coisas para conversar.

- Ah, não! É você que vai sair daí e me acompanhar. Nós temos uma sala todinha para nós, com sofás, poltronas e café – K. disse, entre sorrisos entusiasmados, falando alto – essa banqueta não dá conta de nós duas! – e gargalhou.

- Claro que não dá conta de nós, querida. Queria continuar vendo o Instituto passar, mas acho que já vi o suficiente... Vim encontrar algumas pessoas, uma delas é você. As outras ainda não passaram.

- Você falou com elas, avisou que já estás aqui? Quer que eu ajude a encontra-las?

- Não. Sei que elas estão aqui, que passarão em algum momento e que nos encontraremos. Gostei de ter te encontrado primeiro. Talvez você seja a única que tenha a capacidade de me reconhecer...

- Obrigado! – disse K., gargalhando – como é possível você estar aqui?

- Algumas pessoas andaram me conjurando, depois de muito tempo. Inclusive você. Uma conjuração gostosa, honrosa. Senti vontade de vir.

- Então venha, vamos tomar um café!

K. não sabia se falava com a mulher, se mandava uma mensagem para L., para avisá-lo, se servia o café... resolveu fazer tudo ao mesmo tempo: engasgou na

conversa, derramou o café quente na própria mão e parou a mensagem para L. quando tentava salvar o celular do banho de café...

- Querida – disse a mulher – sente-se no sofá. Deixa que eu te sirvo. Enquanto o faço, você manda a mensagem...

- Não, faço questão de te servir! – K. respondeu enfaticamente. “Como você disse, eu te conjurei... és minha convidada!”

E, então, K. concentrou-se no café. Perguntou à mulher:

- Com açúcar?

- Não... acha que sou do tipo que adoça qualquer coisa?

K. parou de gargalhar, conteve-se. Pensou: “é exatamente como disseram: aguda”. Respondeu no mesmo tom:

- Nesse ponto somos bem diferentes: me dou bem com o açúcar....

- Sim, por isso está aqui... só botando muito açúcar neste cotidiano para ele descer a goela...

- Que isso?! Você está sendo radical... – K. voltou a sorrir. “Com ou sem açúcar, ainda é possível te encontrar por aqui, por exemplo”.

- Apenas como espectro, a partir de uma conjuração. Não tenho mais nada a ver com isso.

- Como não?! – exasperou-se K. - Isso aqui é você, também. Pode não ter se tornado o que você sonhou... mas o seu sonho segue vivo, ganhando outras formas, a partir de outras bocas, outros braços, outros encontros...

A mulher sorriu, sentou-se em uma poltrona próxima à janela, tragou longamente o cigarro e soltou a fumaça entre risadas. Disse a K.:

- Por isso queria te encontrar. Ponha açúcar no meu café, por favor. Vamos conversar.

- Pera aí, preciso chamar o meu amigo. Ele é o que mais quer te conhecer – K. pegou o celular atabalhoadamente - me dê um minuto para mandar uma mensagem a ele...

- Não mande, vamos conversar primeiro. Ele vai vir com uma conversa interessada que não estou decidida ainda se quero ter...

K. encheu-se de orgulho daquela exclusividade: “bem que ele disse: “quando penso na Nina, lembro de você””. E quase sem pensar porque, fez a pergunta:

- Ele te lembra alguém?

- Lembra! Por isso é inevitável entrar na conversa interessada: ele quer saber e ele me lembra o que quer saber. Tenho umas coisas a dizer a ele e acho que algumas pessoas já vêm fazendo isso...

- Você diz da história do Instituto?

- Não. Digo da postura política. Sorrisos e apertos de mão nada garantem... doçura abre portas, que se fecham logo a seguir... é preciso quebrar as portas...

K. soltou uma sonora gargalhada e sentou-se no sofá. Em seguida, emendou:

- Disso ele está ciente!

- Não basta estar ciente, tem que corporificar o que se tem ciência... estar em uma zona de conforto, que é este IMS para ele, onde tudo se pode dizer ou escrever, não indica que esteja neste caminho... a política se dá no corpo, não no discurso – fumou e baforou na direção da janela, secamente - vamos deixar de fulanizar a nossa conversa... ou, melhor: vamos mudar de fulano... sabe quem fez esses quadros acima da sua cabeça?

K. estava pensando no que dizia a mulher, que não lhe deu tempo de resposta. Apenas conseguiu olhar para os quadros. Ouviu:

- A.L.... Esta sabe exatamente como corporificar a política... é capaz de não ter nada a dizer sobre como atua... mas atua como ninguém...

K. conseguiu responder: “É muito poder!”

- Sim... tenho que reconhecer. Nunca nos demos muito bem, era difícil conviver com ela, com o seu elitismo, com o furor acadêmico dela. Mas ela foi a única capaz de devorar os homens...

K. soltou a sua sonora gargalhada e exclamou:

- Gente! Será que isso é possível?! Alguém me belisca! Eu só posso estar sonhando...

- Gostou, né? Ela chegou aqui como uma rainha, foi tratada como tal e foi conseguindo o que quis. Quando os homens saíram para o poder, tratou logo de tomar conta de tudo... e eles nunca conseguiram escanteá-la... eles não gostam dela... mas eu só gosto dela por isso – riu.

K. não parava de gargalhar. Encontrou fôlego para falar:

- Mas eles te amam, *cara*...

- Amam como amam a mãe deles, as companheiras deles... amam como amam alguma musa, que idealizam... na hora de reconhecer como uma autoridade, como não tinha colhões, valia pouco mais que uma expectadora. Isso porque me amavam – disse, em tom irônico - Sempre me ouviram, sempre se dirigiram para onde eu apontava... quando o poder apareceu no horizonte, quando a institucionalidade os abrigou, eu era pouco mais que uma mulher dispersa, presa em outro tempo e lugar...

A mulher fumou longamente. Entre baforadas, disse:

- Mas... tiveram que aturar... a A.L.... mereceram... sentiram os limites... dos colhões...

Neste momento, entrou pela sala do café P.. Ao evitar cruzar o olhar com K., olhou diretamente para a mulher. P. parou, como em transe. K. reagiu imediatamente:

- Professora, você está bem?

A mulher disse entre risos: “não se preocupe. Ela vai voltar. Cada um tem o seu tempo e performance”.

K. murmurou assustada: “tá demorando...”.

Aguardaram mais uns segundos até P. recobrar a consciência. Após um suspiro, reapareceu assustada, pedindo desculpas. Nem pegou o café, correu da sala. A mulher mal esperou a sua saída pela porta:

- Coitada dessa aí... tomou a cicuta acadêmica! Virou zumbi – disparou, já parecendo algo ansiosa. Ela não sabe, mas está aqui por causa de mim...

- Como assim?

- Simples: estavam com saudade de mim...

- Não... ela não tem nada a ver com você...

A mulher olhou K. nos olhos. Encarou-a longamente enquanto tragava o cigarro. K. pensou, já bastante tensa: “esse cigarro não vai acabar nunca?”. A mulher olhou para a janela da sala e soltou a fumaça exatamente na direção da fresta aberta da janela. Nesta posição do rosto, de perfil, um lindo perfil anguloso, lançou o seguinte desafio a K.:

- O que você sabe de mim?

- Sei que você construiu isso aqui – respondeu K., sem respirar. Sei que você agregou e fixou as pessoas aqui, que agiu politicamente para que isso acontecesse. Sei que as pessoas te amam, vi esse amor quando falaram de ti... um amor que sobreviveu ao tempo, à distância, ao desaparecimento físico... sei da sua generosidade, da sua sagacidade, da sua incrível capacidade intuitiva...

- Sabe de uma mulher que não existe – e a mulher gargalhou.

K. nem titubeou, apesar de completamente desconfortável:

- Então as pessoas mentiram?

A mulher parecia divertir-se, agora. O sorriso estava nos seus olhos oblíquos. Respondeu:

- Não mentiram. Mas eles falaram de uma mulher idealizada, que era muito mais do que disseram, em todos os sentidos. Também muito menos... tenho os

meus pecados, querida... se eu tivesse ficado por aqui, tivesse tentado tomar a cicuta, você veria o que todos teriam a falar de mim – e silenciou-se, brevemente, retomando: “nem sei porque estou cogitando o que não foi. Isso sim, não tem nada a ver comigo... o Instituto, o encontro contigo, me cativou alguma nostalgia. Tenho horror ao mofo!”

K. escutava tensa. Pensava em muitas coisas ao mesmo tempo e não conseguia transformar aquilo em palavras. Estava congestionada. A mulher seguiu:

- Aliás, tudo está muito estranho. Também não me vejo tanto tempo presa em um cômodo, a um espaço, como tenho estado... acho que nesse processo de conjuração, vocês trouxeram uma outra mulher, que mal se reconhece em si – gargalhou, novamente - também estou aprendendo a entender este novo eu, querida. Mas sou eu, tá?

- Não tenho dúvidas disso! – disse K., secamente.

- Ando lhe fazendo mal?

- Não é que você me faça mal... é que você me agride, em alguns aspectos... mas gosto dessa agressão – e K. conseguiu rir - já que você está me provocando, te devolvo uma provocação: você tinha pretensão de poder?

- Nunca pensei nisso...

- Como assim, nunca pensou? Questionou K., surpresa.

- Não só no sentido de refletir sobre... eu nunca tive esse objetivo – a mulher levantou com rapidez, K. mal acompanhando o seu movimento, e lançou a proposta: “vamos caminhar?”

- Sim, vamos. Mas quero insistir: você disse que os homens te desconsideraram quando tiveram o poder no horizonte. Entendi que isso tivesse a ver com alguma frustração política sua...

A mulher, em pé, alta, exuberante, olhou tudo ao redor. O movimento surpreendeu K. Parecia que ela havia se desconectado da conversa. Contudo, a mulher retrucou:

- Isso é manifestação de ressentimento, outro traço que não cabe bem em mim. Os homens pensavam no poder desde o princípio... são homens. Eu, não por ser mulher, mas por estar presa no presente, sempre, não tinha tempo para elucubrações vaidosas. Pensava no dia do hoje para incluir o amanhã e o ontem... nunca tive tempo para projetos pessoais... projetos pessoais que são muito próprios aos homens. Eu nos via em tudo, no passado, no presente e no futuro... nunca aceitei a individualidade...

- Que lindo, tudo isso... então os homens não te deslocaram?

- Não pessoalmente. Deslocaram por serem homens. E olha que eles nem eram tão machistas quanto os outros. Eram até civilizados – riu - mas eram homens e me viam como mulher, ou seja: como alguém que não estava na competição pelo que eles desejavam. E eu não estava, mesmo. Quando estive no poder, na gestão, nunca assumi o carimbo, a mesa, a cadeira... não dava ordens à distância... eu sempre me movi, sempre estive onde as coisas acontecem, aonde eu queria transformar... nunca soube lançar mão de instrumentos de poder, e nunca senti falta disso... e tenho orgulho – após pequeníssima pausa, continou: “vamos, levante-se!”

K. levantou. Era alta, também. Porém, perto dela, sentia-se baixa, apesar de terem quase a mesma altura. Caminharam um pouco. A mulher voltou ao corredor, foi para o lado da passarela, parou e virou-se para a porta de entrada do Instituto. Disse a K.: “observe a porta do Instituto”. K. seguiu a orientação, curiosa. Perguntou: “O que é?”.

- Veja: a porta do Instituto, além de nos permitir ver a passarela externa a ele e quem vem nela, também reflete a passarela em que estamos. Observe-nos, nela. O presente é como aquela porta de vidro – voltou ao cigarro, olhando para o abismo do sétimo andar. Continuou: “agora, olhe para baixo. Essa é a realidade: quase sempre uma pequena passarela entre abismos”.

K. exclamou, gargalhando: “Caraca! Você é fantástica! Agora me explica isso aí”.

- Nunca tive paciência de explicar nada a ninguém. Siga as pistas....

- Até a generosidade tem limite, né? Sou muito tapada!

- Também nunca tive paciência com esse tipo de coitadismo... – disse friamente a mulher. A frase cortou K. ao meio.

- Desculpa...

- Chega, então.

- De quê? Da conversa?

- Não, de coitadismo.

- Quer que eu chame L.?

- Está fugindo de mim?

K. ficou completamente perplexa com o rumo da conversa. Disse, apenas: “Talvez”.

- Pronto, agora fique em silêncio, olhe para a porta e tente compreender o que eu falei. Repare bem.

K. pôde ver uma forma feminina e outra masculina, na porta, quase sobrepostas. Ambas eram familiares, mas era impossível reconhecê-las, àquela distância. Também não estava claro de que lado vinha cada forma. O ângulo dos raios solares naquele meio da manhã, que batiam em ambas as passarelas, faziam a projeção das imagens na porta também relativamente anguladas, desniveladas. As duas formas pareciam descer a passarela. Agora sim, estava mais claro para K.: aquele cabelo descolorido, aquelas formas curvilíneas, exuberantes, aquele vestido justo, só podiam ser de G.. Do outro lado, aquele andar levemente claudicante, aqueles cabelos grandes e olhar lançado para o abismo, só podiam ser de L. Ao reconhece-los, riu alto e pensou: “será que chegarão a nós juntos? Tão lindo, isso!”. Por fim, escutou a mulher dizer:

- Já que reconheceu os seus amigos, me responda: de que lado da porta estão o futuro e o passado?

K. não tinha a resposta claramente, mas arriscou: “o futuro vem de fora”.

A mulher sorriu com a boca e os olhos. Disse com leveza:

- Querida, a vocês que andam me procurando neste lugar, digo: não estou nas paredes desse Instituto... muito menos vago por esses corredores assombrando pesquisadores ensimesmados... estou naquela porta, sou como aquela porta. Aguardo há muito que me quebrem...

Ao tragar o cigarro e soltar a fumaça pela boca, a mulher foi lentamente se desfazendo nela, subindo para o céu em nuvens que bailavam entre passarelas e paredes de concreto. K. exclamou alto: “Não!”. G. acabara de entrar pela porta do Instituto, acorreu a ela alarmada: “vixe, menina! O que houve?”, enquanto L. tocou no ombro de K., por trás. Os dois a abraçaram. K. gargalhou um choro visceral.

2 **O BANQUETE**

2.1 **Dando corpo à “performance analítica”**

> El mundo indígena no concibe a la historia linealmente, y el pasado-futuro están contenidos en el presente: la regresión o la progresión, la repetición o la superación del pasado están en juego en cada coyuntura y dependen de nuestros actos más que de nuestras palavras (Cusicanqui, 2010)

Este capítulo é aquele de tonalidade mais claramente teórica, nesta tese. Aqui, talvez, se faça valer o valor conceitual e epistemológico dela, sob o risco de, ficando frouxa tal sustentação, todo o resto flutuar no vácuo da imaginação e da dispersão. Portanto, tem o compromisso de produzir gravidade. O que não significa que pretende fixar os demais capítulos em um solo comum. Longe disso, o que se quer é oferecer um sistema complexo de relações, como a biosfera, em que as partes, ou mesmo alguns conjuntos de partes, mesmo que aparentemente autônomas, guardam clara interdependência quando vistas na totalidade.

Sendo este o desejo, a produção de tal empreitada só pode ser precária, pois humanamente construída, tendo toda a limitação desta condição biológica e social de se acessar o real. Há um restrito e situado universo da experiência; há um restrito universo de diálogos teóricos e reflexões epistemológicas que foram possíveis a este pesquisador. Deste modo, o contexto é de uma totalidade precária, vulnerável, que nada pretende esgotar. Pelo contrário, o que se pretende é *abrir*.

Este é um capítulo para enfrentar questões importantes ao desafio de construir uma “performance analítica”, sustentar a “pesquisa instalação”. Sendo uma tese que trata do passado, de aspectos da história de uma instituição, qual o seu compromisso disciplinar? Uma pergunta constrangedora, produtiva, que terá aqui algumas páginas de reflexão.

É constrangedora justamente por ser esta tese constituída por experiências humanas, de elaborações sobre elas. É com a experiência humana que se tem compromisso. As memórias produzidas no cotidiano e nas entrevistas – que permeiam a experiência do meu corpo no Instituto -, longe de trazerem fatos, eventos, datas, oferecem um traço meta-experencial – a produção de experiência sobre a experiência -, sem número de mediações difíceis de filtrar, marcadas de forma determinante pelos afetos. É falar de determinada realidade a partir de uma representação dela. Neste caso, a partir de várias representações dela. O trabalho

da tese é o de produzir relações entre estas representações, incluindo as minhas, evitando perder-se no fascínio gerado pelo universo de afetos que se apresentam escondendo-se no cotidiano institucional e nos registros orais produzidos. Cabe usar este universo de afetos como “evidências” para produzir as relações, produzindo sínteses sobre as memórias dos que contribuíram para a pesquisa, fazendo-as dialogar, cerzindo o seu ‘sentido histórico’. Os afetos própria e intensamente incorporados na Tese são os do pesquisador. Este sim, pode falar sobre eles e o efeito deles na leitura do universo de experiências.

Este traço, então, colocaria o trabalho entre aqueles que levam em conta o movimento e o conflito das subjetividades na esfera institucional e coletiva, fazendo-o dialogar com a ‘análise institucional’, a esquizoanálise? Talvez fosse mais confortável enquadrá-lo deste modo que como uma análise histórica. Entretanto, não é segura nem produtiva a dicotomização entre a história e o estudo das subjetividades como arenas disciplinares.

O processo de construção e produção da pesquisa - pesquisa que levou a esta tese - foi consumando algo que já estava no horizonte do pesquisador desde o início dela, que é o aprofundamento dos aspectos simbólicos e afetivos que atravessam a história do Instituto, desde as suas origens. Algo como a história das motivações, das projeções, da criatividade, daquilo que fluiu dali e marcou outras instituições, contextos de disputa política, arenas de produção legislativa e de políticas de saúde. Que fez do Instituto algo absolutamente desproporcional ante o seu acanhamento em número de sujeitos e estrutura institucional. Neste ponto, as subjetividades em movimento e em conflito e a história voltam a encontrar-se: as bases simbólicas e afetivas, além das materiais, presentes no Instituto foram capazes de plasmar e inscrever na realidade objetiva mais geral do país inúmeros fatos, eventos, datas, etc.

Assim, a mirada histórica e da análise das subjetividades em movimento e em conflito servem como acessórias, simplesmente para informar uma perspectiva analítica e interpretativa materialista e dialética. Portanto, não é uma perspectiva histórica materialista e dialética, nem outra forma de análise de mesma qualificação, mas certas disciplinas, conceitos, categorias, instrumentos de análise que tornam possível a aproximação da realidade, compreendida em sua concretude e dinâmica de transformação. Neste sentido, o que é concreto é o hoje, o presente. Ele é a condição de visita ao passado e de projeção ao futuro; e o ontem e o amanhã são as

condições do hoje, através da experiência humana, como elementos que pressionam a concretude presente e a movem. Do imediatamente passado, assim como do passado longínquo, fica apenas o que nos é possível levar para o imediatamente presente. Do fato marcante do dia anterior, daquele instante efetivamente concreto, fica a elaboração sobre ele, os afetos gerados ali, que reconfiguram o conteúdo do próprio evento: o que guardamos é humanamente registrado, seja através da linguagem, seja através da memória. Mesmo o registro material, seja escrito, seja em imagem, que possa ter ficado não reproduz integralmente o concretamente passado. O que fica é um recorte, uma limitada perspectiva daquele encontro entre humanos no mundo que produziu muito mais que o conteúdo reprodutível nas variadas linguagens. Daquele evento surpreendentemente inquietante do dia anterior, daquele fato de possível valor histórico, trazemos dele muito mais e muito menos do que foi: será muito mais, pois a elaboração revelará entusiasmo, frustração, constrangimento, acesso a outras memórias e conteúdos; e será muito menos, pois tudo isso se dirigirá a trechos particulares, a recortes motivados por estes mesmos afetos e memórias. Ao longo do tempo, à medida que nos movemos para frente, outros acontecimentos remeterão àquela experiência e, talvez, nos revelem trechos dela que sequer tínhamos ideia de termos registrado. A própria visita ao registro material que ficou daquele momento nos revelará outras facetas do evento, já que nos dirige ao recorte posto no registro e em nós.

Bom, tudo isto foi dito para afirmar que o passado é mudança, por mais confuso que isso possa parecer aos espíritos mais ortodoxos e utilitariamente pragmáticos, comuns no nosso tempo. Longe de ter se encerrado no acontecido, como algo inexorável, o passado é constantemente resgatado no presente, através da memória – logo, dos afetos -, para nos posicionar na concretude do hoje e projetar o horizonte do amanhã. Nesta convocação, não ressurge como algo acabado e único, factual. Ele ressurge sempre como uma nova lembrança, como reelaboração: o passado é sempre novo. Mais à frente, algumas páginas serão dedicadas à esta “ontologia do passado”.

Cabe, agora, falar brevemente, adiantando algo que será aprofundado, que a experiência do passado é individual e coletiva. A experiência coletiva do passado sempre será uma experiência de grupo. Ao contrário de certas linhas de pensamento que supõem uma matriz universal ancestral, às quais todos os sujeitos

humanos têm acesso – ou, até, nascem com elas - e através dela podem acessar um passado também universal, aqui defendo que matrizes existem, mas que não são universais[8]. Concessão se pode fazer à nossa humanidade comum, condicionante imiscuída em diversas experiências de grupo. O acesso ao passado, visto no aspecto coletivo, é uma experiência grupal. Temos certa matriz comum de eventos passados com os demais brasileiros, por sermos brasileiros, com os demais ocidentais, por sermos ocidentais, com os povos colonizados, por sermos colonizados – e aqui as matrizes já vão se reconfigurando. Há afinidades entre grupos, por isso certas matrizes aproximam grupos, como os colonizados. A colonização torna possível a comunhão e reconhecimento de experiências entre os descendentes de indígenas americanos e de alguns povos africanos. Uma aproximação dolorosa, calcada na opressão. A convivência entre os grupos tenderá a produzir uma superposição de matrizes, algo que se dará ao longo do tempo, e que aparece de forma exuberante nas diferentes representações religiosas brasileiras que sustentam elementos indígenas americanos, de povos africanos e de europeus.

É importante chamar a atenção que o passado vivido coletivamente não é simplesmente o passado oficial, aquele no qual somos inseridos através das instituições da ordem. O passado grupal se apresenta no cotidiano, é mediado pela memória e pela linguagem nas suas diversas expressões. Os signos escritos e orais são aqueles que apresentam maior influência sobre nós na contemporaneidade, mas todo o objeto que tem uma marca humana, ou é trabalhado por humanos, transmite memória. Qualquer texto, fala, imagem, obra de arte, aparelho eletrônico é capaz de informar sobre as suas condições históricas. Tornam-se, eles mesmos, acesso ao passado. O 'índice secreto' que emerge do passado, o qual lindamente apontou Benjamin (2012), está em todos os contornos que a habilidade e os afetos humanos são capazes de dar a algum objeto, a alguma produção humana.

Já é possível, neste ponto, produzir o encontro entre o humano[9] que experimenta, constrói e reconstrói o passado, a partir dos eventos que vive, com a

[8] Especialmente as concepções de Jung, e seus desdobramentos que chegam à contemporaneidade, sobre o "inconsciente coletivo" (Jung, 2000; Serbena, 2010).

[9] Pode soar algo repetitivo o uso do termo 'humano' no texto, mas optei por afirma-lo em relação a termos como 'sujeito', 'homem' ou 'indivíduo', termos que trazem no nível simbólico registros marcantes e excludentes. Não que 'humano' esteja livre destes registros, mas seu caráter mais geral o torna o recurso menos pior. O termo 'corpo', eventualmente, virá auxiliar no sentido do desgaste das repetições.

coletividade para a qual ele se dirige, e que o atravessa, coletividade que oferece a ele o acesso a um passado condicionado. O trabalho de pertencimento a esta coletividade, quando o humano nela se insere, é o trabalho de sentir, corporalmente inclusive, e se apropriar dos elementos coletivos ali colocados, elementos de forte condicionamento histórico. Este humano, corpo que sente, sem ter consciência ativa dos processos na totalidade, apropria-se de valores, formas de atuação - performances - e construções discursivas que levaram anos de trabalho coletivo para se conformar. Conformações que se deram em processos sociais complexos, que apenas aquele grupo é capaz de reconhecer e falar sobre. Um grupo que forjou elementos particulares a partir de experiências coletivas. Ao longo do tempo, dos eventos de grupo e da convivência com os demais humanos, o humano recém inserido passa a ter acesso ao passado como “revelação”: à medida que a memória de outros sujeitos passa a atravessar a sua, aquela experiência passa a fazer e produzir sentido. É como uma verdade que vem à tona, de maneira retumbante: ele sempre desconfiara, parece que sempre soubera. No entanto, nunca soube. O condicionamento de grupo lhe adiantara as informações através da conformação concreta da coletividade, das performances individuais e coletivas particulares e da inserção daquele humano nela. O corpo já fora informado, pressentira questões ocultas a partir da experiência cotidiana, sempre através da linguagem e das expressões corporais. Ao tomar consciência de certos eventos passados, mesmo que precariamente transmitidos por outro humano através da linguagem, aquela experiência cotidiana, sensorial e linguística, se integra. À medida que avança no conhecimento das memórias dos demais sujeitos do grupo, este sujeito torna-se depositário da história do grupo, mesmo não tendo experimentado certos eventos.

Claro, este passado transmitido e não vivido sempre será transformado, no humano que o percebe, em outra coisa, ganhando outros sentidos e formas. Contudo, isso sempre se dá no contexto de grupo, com o escrutínio coletivo. Assim, o próprio passado do grupo se reconfigura com a entrada de novos sujeitos e a passagem de diferentes gerações pelo grupo. Como disse antes: o passado é mudança, para o sujeito que o acessa e para o grupo que o compartilha.

Torna-se importante fixar a seguinte ideia, norteadora da pesquisa que trouxe esta tese, que integra o que foi dito até aqui: o acesso ao passado, seja individual, seja coletivo, se dá à partir da experiência presente, individual e coletiva. Este acesso tem tantas mais “cores, sons e fúria” conforme tenhamos vivido o que é

acessado. Mas não acessamos somente o que vivemos: somos capazes de visitar também experiências que não vivemos. Serão visitas como as que fazemos a alguma igreja barroca, onde vemos a expressão de um tempo através da elaboração de outrem, de outro momento do grupo. São visitas guiadas, mediadas, possíveis numa determinada configuração de símbolos, objetos, performances que expressam experiências passadas, que ganham outros sentidos no nosso tempo. Apesar destas experiências carecerem de “cores, sons e fúria”, para aquele que a alude e não a viveu, elas sempre podem ser retomadas, reconectadas, integradas à experiência presente, ganhando, agora, novas “cores, sons e fúria”. Não serão revividas, mas comporão, darão sentido à experiência presente, integrando-a. Serão experiências inspiradoras, que animarão humanos a construírem o presente, a história.

Aqui, entra o elemento que integra a experiência presente, com o passado: o futuro. Projeções de humanos e sub-grupos, nascidas e alimentadoras de conflitos internos ao grupo, prognósticos, tudo o que é produção decorrente da expectativa e do desejo pelo que virá, integram nesta produção diferentes referências passadas. As expectativas e desejos experimentados por sujeitos de determinado grupo no presente, com vistas ao futuro, convocam e se alimentam das diversas e conflitivas referências ao passado do grupo. A experiência presente, individual e coletiva, mobiliza o passado com vistas ao futuro, que em si é mudança, por ser imprevisivelmente previsível: imprevisível naquilo que guarda de inesperado, previsível naquilo que podemos prever e projetar no seu transcurso.

Portanto, o que temos de concreto é o hoje, que não significa desimportância ao passado e ao futuro: sem experiências passadas e sem expectativas futuras não nos posicionamos no mundo, não o tomamos para nós. Se assim fosse, sempre correríamos o risco de seguirmos reproduzindo o canto niilista tão confortável quanto improdutivo do nosso tempo: o passado está enterrado, o futuro não nos pertence. A grande farsa. Mesmo este canto está recheado de experiências e expectativas: um passado de frustrações, um futuro de impotência, um presente de inanição. Rememorar e sonhar/projetar é o que nos faz agir, como humanos e como coletivos. Sem referências, somos vazios, sem sonhos, estamos amorfos.

Após esta contextualização do capítulo, devagar se fará a possível construção que o sustenta. Alguns autores serão convocados, de variadas tradições e disciplinas. Como dito anteriormente, eles informarão uma perspectiva materialista e dialética, não filiada a qualquer disciplina específica ou linha de pensamento

particular. O transcorrer do tempo e dos eventos é visto, aqui, numa operação relativamente simples: o presente é o concreto, que nos escapa segundo a segundo, instantaneamente. Ele é a própria dialética entre o passado e o futuro, que não exatamente se apresentam como tese e antítese, mas como o conhecido e o desconhecido. Passado e futuro, ambos conhecidos e desconhecidos. O presente é a síntese disto. Uma síntese que não necessariamente se projeta para a frente, pois segue trajetórias variadas, conforme os humanos e o mundo são capazes de lhe indicar. Humanos que temem o que virá, apontam o presente para trás, solicitando experiências, sempre limitadas, que lhes devolvam algum conforto e ordem. Humanos que convocam o dia de amanhã, projetando-se nele, só podem apontar o presente para a frente. Neste movimento, a história move-se em uma espiral complexa, enovelada. Para lidar com este emaranhado não há perspectivas analíticas circunscritas que deem conta disso.

Para iniciar o mergulho nas questões rapidamente apresentadas até aqui, vamos visitar uma palavra que pode nos abrir o passado, inspirar o presente e apontar o futuro: oxalá.

2.2 **Oxalá saia uma tese**

> La experiencia de la contemporaneidad nos compromete en el presente –*aka pacha*– y a su vez contiene en sí misma semillas de futuro que brotan desde el fondo del pasado –*qhip nayr uñtasis sarnaqapxañani*. El presente es escenario de pulsiones modernizadoras y a la vez arcaizantes, de estrategias preservadores del status quo y de otras que significan la revuelta y renovación del mundo: *el pachakuti* (Cusicanqui, 2010)

Oxalá é uma palavra que me inquieta desde sempre. Em uma visita ao dicionário Houaiss e ao dicionário etimológico brasileiro, vi que a palavra “expressa o vivo desejo de que determinada coisa ocorra” (Houaiss; Villar, 2009), que se assemelha a expressões como “tomara Deus”, “prouvera a Deus”, “tomara” e “assim seja” (Cunha, 2010; Houaiss; Villar, 2009). Enquanto interjeição, é ambígua na sua função de apontar o futuro, convocando a esperança e, ao mesmo tempo, a interferência divina. É sempre uma transmissora de motivação àquele que age, que se projeta no mundo, ao mesmo tempo que entrega o destino deste mesmo sujeito de ação à ponderação divina.

Além do uso corrente da palavra na língua portuguesa, Oxalá também é o termo que identifica ‘o grande Orixá’, ou o ‘pai de todos os Orixás’, na Umbanda e no

Candomblé[10]. Especialmente na Umbanda, na sua sincretização com o catolicismo popular, Oxalá e Jesus Cristo são a expressão do mesmo personagem ritual. Tanto na Umbanda como no Candomblé, Oxalá está envolvido com a criação, com a procriação. Criação e procriação que apontam para o futuro, para o fazer o mundo (Carneiro, 2002).

Vítima de compulsão hipertextual, algo que sempre me coloca em movimento de relacionar tudo, em todo o tempo e lugar, desconfiava que ambos os usos da palavra se relacionavam em algum nível. Ainda mais que Oxalá é um Orixá brasileiro, equivalente a outros em África, mas que lá carregam outros nomes (Carneiro, 2002). Em uma conclusão rasa, precipitada e intuitiva, imaginei que a palavra portuguesa 'oxalá' tivesse servido aos povos escravizados, no Brasil, à expressão e a perpetuação de uma deidade ancestral através da sua força e significado.

Por ocasião do desenvolvimento e construção desta tese, e da elaboração desta sua fundamentação ética-política-epistemológica-estética - é uma mesma expressão porque está tudo junto, é como uma imagem, não partes com lógicas próprias -, que me vi afrontado em ter que elaborar sobre a maneira que eu concebo o passado-presente-futuro - também está tudo junto, como em uma imagem - no tempo histórico, a minha compulsão por Oxalá me fez visitas constantes. Não sei bem por quais mecanismos, se inconscientes, se místicos, se intuitivos, havia um aviso constante à consciência: naquela palavra estava uma mensagem importante. Entre entrevistas, transcrições, leituras e escritas, fui atrás das origens da palavra.

E descobri que a origem da palavra, em português, remetia ao árabe! Corresponde às expressões 'in xa llah', que significa 'se Deus quiser', e 'wa sha llah', que significa 'e queira deus' (Cunha, 2010; Houaiss; Villar, 2009). Ora, tal informação me remeteu imediatamente às invasões mouras à península ibérica. Esse Deus que a palavra oxalá convoca a ponderar sobre o nosso futuro, na sua origem, é o Deus muçulmano. Vejam o que uma simples palavra é capaz de transmitir através da história: nela retomamos os vínculos com povos que hoje vemos tão distantes, como estando em outro mundo. E mais: os vemos em nós. A nossa cultura tão ao Sul, tão ao Oeste do mundo, desde à Europa, é capaz de

[10] Aqui entendidas de maneira geral, ciente que a Umbanda e o Candomblé tem diferenças substanciais. Mesmo dentro, tanto na Umbanda quanto no Candomblé, há diferenças importantes de acordo com as tradições de determinadas casas e terreiros (Carneiro, 2002).

seguir replicando as marcas deste vínculo tão distante. Nem as cruzadas, no medievo, nem a sistemática desinformação contemporânea sobre os povos árabes e muçulmanos, apagam o que temos em comum.

É importante se dizer: este comum não se acessa tão simplesmente. Além das transmissões cotidianas, no nível da memória e a linguagem comum, foram séculos de pesquisas históricas e linguísticas, de sistematizações de registros históricos, para hoje podermos nos rever neste parentesco. Ainda que esta tese tenha um compromisso com a experiência na história, enquanto humanamente experimentada, significada e construída, não se abstrai a importância daquilo que, cristalizado na história em registros de datas, eventos, fatos, etc., nos permite acessar em algum detalhe aquilo que se passou, outrora presente, concreto. A concretude jamais será revisitada, mas algo sobre ela se pode saber, através do que é transmitido nos registros históricos e no que os estudiosos puderam dizer sobre eles. Combinando a vida cotidiana com os trabalhos no nível da produção do conhecimento, posso dizer: o Deus muçulmano, ou Alá, ainda é uma reminiscência entre nós, brasileiros.

Ademais a provocação, de uma diacronia abissal, se não anacronia, e ainda que se use pouco a interjeição oxalá no Brasil, ela também se secularizou. O uso contemporâneo da palavra oxalá, muitas vezes, sequer evoca deus ao seu horizonte significativo. Usa-se como se usaria ‘tomara’ ou a expressão ‘que assim seja’. Deus desapareceu ou é sujeito implícito. Neste sentido, a palavra traz com ela mensagens de outros tempos, sussurros de outros usos, um ‘índice secreto’ (Benjamin, 2012) de significado e significações que ultrapassa o seu uso corrente. Uma palavra vista no seu tempo diz dele. Quando vista ao longo do tempo diz ainda mais do tempo presente. Longe de conduzir a uma abstração da concretude, a palavra, muitas vezes, é o acesso que temos a ela, seja no presente, seja ao passado. Sobre isso, trarei mais elementos à frente.

O pouco uso da palavra enquanto interjeição no Brasil, nos faz remetê-la quase automaticamente ao ‘pai de todos os orixás’. Tendo em conta que boa parte dos negros traficados para o Brasil eram muçulmanos, falantes e letrados no árabe, os hauçás – também conhecidos como malês (Carneiro, 2002) -, será que o Orixá teria sido nomeado com a mesma inspiração árabe que a interjeição? Há “evidências” que os hauçás tenham tido predomínio no Brasil, entre os povos traficados para cá (Carneiro, 2002). É possível que tenham sido importantes na

incorporação, por aqui, dos cultos de origem africana, mas poucos registros se têm sobre isso. Alfabetizados, organizados em sua religião, estes negros hauçás eram considerados sectários entre os senhores brancos, que os tomavam como título de propriedade. Não é para menos: empreenderam inúmeras guerras santas no início do século XIX, na Bahia. Nelas, incluíram negros de distintas origens, mesmo que não muçulmanos. Após a mais aguda e conhecida dessas batalhas, a revolta dos malês - a "grande *jehad*" (Carneiro, 2009, p.50) de 1835 -, eles passaram a ser sistematicamente perseguidos até serem "apagados". Estes povos e os seus registros foram destruídos, o árabe foi proibido de ser usado no Brasil, assim como proibido foi o culto islâmico. Isto não seria genocídio? Entretanto, muitos os que tiveram contato com eles sobreviveram e não se sabe ao certo o quanto os hauçás influenciaram as suas visões de mundo. Edison Carneiro (2002), percorrendo os candomblés da Bahia na década de 1940, encontrou a influência muçulmana em alguns deles, inclusive o nome de *Allah* usado para referir-se ao Deus supremo, nos cultos (Carneiro, 2002). Mario Filho (sem data), apontou inúmeras "ocorrências" desta influencia em estudos e registros históricos [11].

Bom, isto tudo indica que o termo 'oxalá' seja um ponto importante a fazer convergir muitos elementos do passado, elementos embotados, estilhaçados em séculos de lutas e opressão entre povos. Já estava certo que encontraria – entre os inúmeros estudos disponíveis – "provas" para as "evidências" que eu tinha reunido e para a forte intuição que me guiava. Contudo, a única "prova" que encontrei, que contrariava a minha intuição e me fazia redobrar o exercício intelectual, é que o Oxalá que nomeia o 'pai de todos os orixás' tem origem no iorubá, na palavra *oosa'la*, que significa 'o grande orixá' (Cunha, 2010; Houaiss, 2009).

Ora, tudo isso faz de 'oxalá', reunidos todos os seus sentidos e usos, o encontro entre mouros que tomaram a península ibérica já há mais de mil anos, os portugueses que retiveram reminiscências desse período em sua língua e as trouxeram ao Brasil, colonizando-o; e, finalmente, a cultura iorubá, trazida traficada da costa da África, onde hoje é a área que vai da Guiné à Nigéria. Oxalá nos permite acessar o passado e trazer dele tudo o que temos registrado sobre estes acontecimentos históricos. Mas faz mais: nos faz duvidar e inquirir o passado e o

[11] Este estudo de Mario Filho encontra-se disponível em: https://sites.google.com/site/caboclopanteranegra/textos-doutrinarios-e-informativos/a-influencia-do-mundo-muculmano-no-candomble-e-na-umbanda

presente sobre o que trazemos destes acontecimentos. Este curto ensaio inspirado pela palavra revela a profundidade dos traços anti-muçulmanos que permeiam a nossa cultura e que sequer temos consciência, totalmente naturalizada que está na distância geográfica, linguística e cultural que guardamos dos muçulmanos, hoje. A palavra é também a guardiã de uma cultura extirpada de sua origem, a dos negros iorubás, mas que, apesar da distância e da opressão, semeou, germinou e produziu uma cultura mestiça para além da ‘calunga grande’.

Para quem vê no signo e nos símbolos mera abstração, material de retórica, peça de sublimação da concretude, etc., convido a repensar tais “convicções” em uma chave materialista e dialética. Nos signos e símbolos, como em qualquer material modificado e produzido por humanos, só vejo lutas e possíveis laços a se fazer no ‘tempo-de-agora’ com vistas a ‘redenção’ (Benjamin, 2012; Löwy, 2005), que é também a transformação deste mundo que está aí, que segue submetendo muitos a poucos, em escala crescente. Oxalá o transformemos!

2.3 **Palavras, apenas?**

Agora retornaremos ao IMS, que é o espaço da experiência individual e coletiva que está em análise. Entre os signos, símbolos e performances que produzem o cotidiano do IMS, a linguagem escrita e oral, a palavra, o verbo, ganham destaque. O Instituto é um espaço semântico, quase tudo ali é expresso em palavras, desde a aula, passando pela produção dos artigos, chegando à organização administrativa da instituição. São palavras produzidas por corpos, palavras que alcançam, afetam e produzem corpos: palavras performadas. Para aprofundar este entendimento, farei o diálogo com alguns autores que me apoiarão a dar concretude, historicidade, corporeidade e conflitividade às palavras que se produzem ali e aqui, nesta tese.

Segue algo como uma “aventura intelectual”, que não esgotou tradições de pensamento, nem se dirigiu a literatura atualizada. Como tudo nesta pesquisa, no cotidiano fui identificando pistas que me levaram às obras e autores com os quais dialogo. Os próprios autores visitados me deram dicas, assim como pessoas que encontrei no Instituto e fora dele. Há aqui autores que me foram indicados por participantes nas entrevistas, quando as realizei. A própria bibliografia foi construída

a partir da experiência da pesquisa. As pistas seguidas por mim para chegar a esta bibliografia serão apontadas no texto.

2.3.1 A linguagem que somos

O humano “sente” o mundo de diversas maneiras, mas tem um modo muito particular de gerar inteligibilidade e possibilidade de intervenção sobre ele: através dos signos. Até onde vai o conhecimento humano, somente nós somos capazes de produzi-los e vivermos em uma realidade repleta deles, o que nos faz ter a sensação que vivemos em uma segunda natureza, relativamente independente da original e “selvagem”. Qualquer espaço e tempo tocado pela humanidade está tomado deles. Signos podem ser produzidos e transmitidos em uma infinidade de formas de expressão: sons e objetos trabalhados, gestos, imagens, palavras, entre outras. O conjunto dos diferentes signos compõem aquilo que chamamos linguagem, que não se limita somente à palavra. Sobre eles, não existe signo vazio: uma foice é um objeto que pode ser usado para uma infinidade de fins. Quando cruzada a um martelo, desperta a atenção e a ação comum de inúmeros humanos pelo seu significado. Uma palavra em uma língua desconhecida, especialmente se construída com ideogramas, é um conjunto de traços ininteligíveis, apesar de passíveis de inteligibilidade; pode nos parecer, a sujeitos ocidentais, vazia. Entretanto, um japonês é capaz de dar sentido à realidade que o cerca a partir destas palavras indecifráveis para nós. Portanto, o signo apresenta sempre significado, que pode ser acolhido, assimilado e interpretado por outro humano. O significado dele está em interação permanente com a sociedade que o usa e expressa, emergindo apenas quando significado coletivamente. Uma palavra inédita, por exemplo, só encontra significado naquele que a criou. Uma grande farsa, como é a deidade liberal “mercado”, só encontra o significado divino e produtivo em uma sociedade que vive a farsa em comunhão.

O signo não deve jamais ser confundido com a própria realidade: ele a reflete e a refrata. Assim, somos capazes de ler o mundo através de signos que acolhem a concretude em significados que são sempre insuficientes, pois nos dirigem a determinados aspectos da realidade e nos levam a desconsiderar outros. A limitação simbólica dos signos é a expressão da nossa própria precariedade em experimentar a concretude. Por isso, o signo é uma expressão parcial e precária da realidade, o

que faz dele uma expressão particular desta mesma realidade. Por ser particular, possui lógica própria, passível de ser revelada no estudo da sua expressão, vista na totalidade do meio social em que se torna existente, onde opera significado em comum e significados em conflito. Como a sociedade, o signo é mudança. Os signos são, desse modo, meios privilegiados de acesso a certas coletividades e tempos outros, no passado e no futuro.

Até aqui, pelo caráter didático do texto, os signos vêm sendo apresentados com certa exterioridade, como coisa. É importante, então, flexionar o texto no sentido da subjetividade humana, da transitoriedade, da materialidade e do elemento criativo dos signos. É na ação humana que se talham os signos e, talhando os signos, se talha também o mundo[12]. Os signos expressam e encontram expressão em corpos em movimento e ação, em uma realidade concreta. Não são capazes de encerrar lógica própria: são plásticos, amoldam-se aos conflitos nas sociedades que os produzem e tornam-se importantes registros para encontrarmos corpos e conflitos que já não existem mais. O signo, sozinho, jamais nos reconstituirá estes corpos e conflitos, podendo nos oferecer um espectro do que foram. Muitas vezes, contudo, são o único acesso que se tem a estes corpos e conflitos, que tornam presentes espectros capazes de operar na realidade contemporânea, através dos nossos corpos. A memória humana do mundo encontra-se nos signos: são garrafas no mar, lançadas por humanos que podem ser acolhidas por outros humanos. Mas a garrafa é apenas uma garrafa, onde se pode enfiar uma mensagem muito limitada.

Em síntese, a realidade não estará nos signos transmitidos, a não ser de modo precário. Ela está na experiência concreta de corpos presentes, que tomam os signos transmitidos e neles podem se inspirar. Corpos presentes que são abertos, que não estão encerrados em sua “individualidade”.

[12] É comum em abordagens culturalistas da realidade a tendência a compreender o universo simbólico – expresso nos signos - como um fator que determina as individualidades e coletividades humanas, como estrutura relativamente preservada e estanque. Também é comum, em outra perspectiva, a ênfase nos significados dos signos, nas disputas de narrativas entre grupos, como se a realidade estivesse contida e limitada ao próprio universo simbólico. Um entendimento que tem levado muitos à abstração e ao relativismo, afinal a “verdade” pode ser alcançada em um texto com uma estrutura lógico-formal precisa, que “convença” as demais pessoas a fazer o uso potente da sua precisão.

2.3.2 Desprivatizando a subjetividade

No início do século XX, no entre guerras, estão as principais contribuições teóricas acolhidas nesta tese. Boa parte delas foi indicada por Silvia Cusicanqui, intelectual boliviana que cunhou a concepção de história que persegui, a que abre este capítulo como epígrafe. Tenho a hipótese que o laço entre Cusicanqui e os autores a que se refere – Ernst Bloch, Walter Benjamin e Maurice Halbwachs – é o da experiência destrutiva das grandes guerras e a experiência destrutiva colonial. Três dos autores citados – com exceção de Halbwachs - tratam da ressignificação da "barbárie"[13] e buscam saídas; zelam pelas ruínas do cotidiano que podem ser a nossa referência para resistir à "barbárie" e caminhar para o *melhor*.

Recorro a estes autores também como forma de ressignificar a contemporaneidade, a estupefação que vivemos. Eles permitiram a este corpo angustiado, com pouca capacidade de expressar a sua perplexidade, produzir incluindo a angustia. Perplexidade que não é só conjuntural, mas com o próprio curso da história. Mesmo que tenhamos toda a nossa libido posta à disposição de empurrarmos a história para frente, nas sociedades "modernas", ela nos dá um drible e prontamente se apresenta às nossas costas, quando somente podemos sentir o seu bafo frio na nossa nuca. As experiências massivamente destrutivas, genocidas, voltam a nos assombrar, hoje.

Mikhail Bakhtin foi um destes autores que se impuseram ao tempo presente. Ele não me foi indicado por Silvia Cusicanqui; me foi apresentado no mesmo contexto que ela[14]. Bakhtin me capturou justamente por apresentar a "corporeidade"

---

[13] Utilizo o termo barbárie no sentido dado por Walter Benjamin. Nele, a civilização, organizada socialmente no modo capitalista, é a própria expressão da barbárie, da potência destrutiva humana (Löwy, 2005). Este sentido dado por Benjamin está na linda metáfora que é a sua nona tese sobre o conceito da história: "Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Nele está desenhado um anjo que parece estar na iminência de se afastar de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, seu queixo caído e suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e a arremessa a seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fecha-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É essa *tempestade* que chamamos progresso" (Benjamin, 2012, p.245-246).

[14] Devo o encontro com estes autores à professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ) Adriana Facina e ao colega de turma Tiago Coelho Fernandes. A professora ofereceu uma disciplina eletiva no seu programa intitulada 'marxismos e leituras de mundo', disciplina em que propôs um exercício: aproximar a literatura marxista das produções chamadas de 'estudos subalternos'. Era um exercício exploratório, uma tentativa de reflexão coletiva,

e a plasticidade dos signos em 'Marxismo e filosofia da linguagem'[15]. E ele foi além disso: à partir das suas concepções sobre a subjetividade humana, fica cristalina a falácia do indivíduo liberal moderno e contemporâneo, com a sua subjetividade privada e interna; indivíduo este que é o átomo que constitui a matéria capitalismo. A escolha por iniciar o diálogo teórico com Bakhtin tem a ver com isso: apresentar, de partida, o que entendo por indivíduo e subjetividade.

Contra as tendências em filosofia da linguagem, que no início do século XX, por um lado, punham os signos como a expressão simbólica de mentes individuais, expressando a natureza psíquica individual, e, por outro, como estruturas exteriores com lógica própria que determinavam os psiquismos individuais, compondo uma estrutura exterior e estanque, Bakhtin propôs outra forma de compreendê-los: os signos são condicionados e condicionam a experiência de vida de cada um e de nós em coletividade, assim como são condicionados pelos conflitos destas vidas em sociedade. Sim, a estrutura da sociedade está refletida nos signos, nos condiciona, e é justamente por isso que podemos, entre outros elementos, toma-los como referência para transformá-la. Ao produzir a sua teoria acerca dos signos, das relações destes com a ideologia e com os aspectos materiais da vida concreta, o filósofo russo abriu caminho para se repensar o estatuto das paralisantes dualidades entre indivíduo e sociedade, psiquismo e mundo exterior, consciência individual e ideologia. Tais dualidades não existiriam em forma pura, pois os signos representariam a possibilidade dialética entre todas estas esferas.

Desdobrarei as contribuições de Bakhtin a seguir, mas, para o leitor que provavelmente já está se perguntando: "o que isso tem a ver com a proposta desta tese?", digo: como este trabalho se apoia fortemente na experiência do pesquisador e dos seus entrevistados, que tem na mediação das palavras performadas estas

---

compartilhada e solidária. Adriana ofereceu uma densa ementa, com vasta bibliografia, no segundo semestre de 2016. Além da ementa, sugestões nossas foram aceitas. Foi assim que Tiago Fernandes propôs para uma das aulas, 'ler o mundo desde a América Latina', a obra de Silvia Cusicanqui: 'Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores' (Cusicanqui, 2010). Ler esta obra me provocou um impacto e entusiasmo enormes, como se verá. Para concluir, devo registrar que viver a disciplina foi uma das experiências acadêmicas mais instigantes e produtivas que tive. Foi nela que igualmente encontrei Edison Carneiro e os 'Candomblés da Bahia', e li 'Rua de mão única', de Walter Benjamin.

[15] Sobre esta obra, não se pode deixar de mencionar as condições da sua possibilidade de existir. Mikhail Bakhtin, nas décadas de 20 e 30, recusou-se a produzir nos termos e formas que estavam postas aos autores pelas editorias de época. Para registrar as contribuições do intelectual, um dos seus discípulos, V. N. Volochínov, recolheu e sistematizou o trabalho de Bakhtin sobre filosofia da linguagem, publicando-o pela primeira vez em 1929 como da sua autoria. Mais à frente, testemunhas diretas confirmaram a autoria de Bakhtin e a feliz desobediência dos seus discípulos. (Jakobson, 2006; Yaguello, 2006).

distintas experiências, é preciso trabalhar o mito da individualidade dos depoimentos, da memória. Nesta tarefa, Bakhtin nos ajuda a re-definir o estatuto destes “indivíduos” que narram as suas experiências e o papel que tem a palavra na expressão, na materialização possível destas experiências. Desde estas definições, o caminho estará aberto para que outras categorias importantes sejam colocadas e outros autores venham nos auxiliar.

Como eu vinha dizendo, Bakhtin estava interessado nas palavras, sobretudo pela centralidade que ocupam na transmissão simbólica, na cultura moderna. A sua obsessão era revelar que todo o signo, e toda a palavra, enunciado e construção discursiva, transmite a ideologia da ordem e as que se contrapõem a ela. As contradições sociais estariam expressas nas próprias palavras.

Para Bakhtin, o humano conhece e intervém no mundo, sobretudo, através dos signos. Quer dizer: o próprio signo é a marca humana no mundo. Entretanto, estes signos que marcam o mundo, marcam também o próprio humano. Já não sabemos sobre o mundo se não tivermos a mediação deles. Para acessá-los e representarmos o mundo, nos deslocarmos nele, há um intenso processo de internalização destes signos. Para Bakhtin, este processo se dá pela consolidação de um “discurso interior”, que é a condição simbólica de possibilidade para que sigamos conhecendo, significando e interpretando outros signos. Esta condição simbólica trata-se de material semiótico de conteúdo verbal, que se dá através da palavra. Ou seja: a experiência de reconhecimento e interpretação de velhos e novos signos se dá pela consolidação dos signos verbais, pelas palavras, que nos possibilitam tomar consciência das nossas sensações e experiências, não só com os diversos signos, mas com eles significamos também a nossa própria experiência no mundo. Como exemplo, mesmo que seja uma obra de arte o que esteja sob a nossa apreciação e nos afete corporalmente, estas sensações serão significadas dentro do universo de signos internalizados em cada um de nós. Assim, a possibilidade da interpretação e internalização de novos signos se dá entre os signos já internalizados: “compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos” (Bakhtin, 2006, p.32).

Haveria, para o russo, a preeminência dos signos verbais, que são aqueles que acompanham, no psiquismo, a nossa experiência de internalização de novos signos. Ainda sobre o exemplo da obra de arte, primeiro vem o nosso espanto com

aquilo, ao experimentar a apreciação da obra, depois a elaboração. Para o filósofo, a elaboração não é possível sem um “discurso interior” no qual se apoie, que é também a condição para a possibilidade de esta elaboração ganhar o mundo exterior na forma de enunciados e os diversos atos de fala; a palavra seria “o material semiótico da vida interior” (Bakhtin, 2006, p.33). Do espanto às nossas impressões verbais sobre aquela obra de arte, há um revolver de afetos, sentimentos, experiências anteriores, que ganham significado e sentido no conteúdo simbólico internalizado, que é a nossa possibilidade de compartilhar, de maneira limitada pois verbal, o revolvimento interno que aquilo nos provocou na forma de palavras. Isso que chamamos de consciência, e suas manifestações, “não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior” (Bakhtin, 2006, p.33)[16].

Bem, já tratamos brevemente da consciência individual moderna - ou burguesa, como prefere chamar Bakhtin -, sua capacidade de compreensão e expressão no mundo através dos signos, a partir de um conteúdo semiótico internalizado que tem nas palavras a preeminência compreensiva e expressiva. Agora cabe revela-la, a consciência, como condicionada por fatores sócio-históricos coletivos, pois “a consciência individual é um fato sócio-ideológico” (Bakhtin, 2006, p.31). Isto porque “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (Bakhtin, 2006, p.29). É deste modo que o russo laça o psiquismo individual humano como o terreno privilegiado da fixação e plasticidade ideológicas e, por conseguinte, das condições colocadas pelo mundo social. “Todo o signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos

[16] Para evitar equívoco sobre a argumentação aqui sustentada, não trato de estabelecer uma ‘natureza significativa’ humana, como fôssemos uma máquina com capacidade simbólica e funcionássemos desde sempre assim e que assim permaneceremos, como uma comunidade sustentada em uma natureza semiótica. Bakhtin circunscreveu e elaborou sobre a experiência significativa ubíqua na modernidade, que tem na palavra a preeminência. Em contextos e tempos diversos, já não se pode dizer o mesmo. Como Nise da Silveira (1992) apontou, há processos de significação e expressão em humanos, em determinadas condições psíquicas, que não encontram palavras que as sirvam. Estes humanos relacionam-se com o mundo através de imagens. Aqui, falo de um humano moderno-típico-em-mudança. Mesmo este humano moderno típico, “semiótico”, produz e persegue imagens, como veremos à frente.

signos: são mutuamente correspondentes" (Bakhtin, 2006, p.30). Do mesmo modo que internalizamos os signos, eles são um "fenômeno do mundo exterior":

> cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma sombra material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como símbolo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como *movimento do corpo*[17] ou como outra coisa qualquer (Bakhtin, 2006, p.31)

A argumentação de Bakhtin não é trivial e esbarra, acotovelando, as concepções liberais que atravessam desde a filosofia da linguagem à visão de mundo relativamente ubíqua na contemporaneidade: então o indivíduo não existiria?[18] Sim, existe o corpo humano *em relação*. O corpo humano é condicionado sócio-historicamente pela relação com outros corpos humanos e o mundo. E este condicionamento se dá através dos signos, especialmente pela palavra, na modernidade. A consciência individual compreende e manifesta-se, produz o mundo e é produto dele, através de material semiótico performado, corporalmente materializado, material semiótico que é colocado desde o mundo exterior.

Como disse, somos *em relação*. Os signos são a possibilidade da relação entre humanos, compõem um "terreno interindividual", cuja "especificidade reside, precisamente, no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação" (Bakhtin, 2006, p.35). Este terreno interindividual garante a "comunicação da vida cotidiana" que "está diretamente vinculada aos processos de produção e, por outro lado, diz respeito às esferas das diversas ideologias especializadas e formalizadas" (Bakhtin, 2006, p.35]. Bakhtin chama estes microambientes simbólicos de "ideologia do cotidiano". São nestes ambientes mais ou menos contidos do mundo social, ainda que atravessados por fatores ubíquos da totalidade social – inclusive a palavra -, que forjamos nossas filiações a determinados grupos, o que é crucial para forjarmos, também, a nossa individualidade: "essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas as outras. Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma

[17] Grifo meu.

[18] O liberalismo atravessado nas ciências e na filosofia da linguagem contemporânea sofisticou-se de tal modo nos últimos tempos que aprofundou argumentos naturalistas chegando a uma essência biológica da nossa condição individual: somos cérebros! Bizarrices como 'sujeito cerebral' começaram a difundir-se com celeridade (Ehrenberg, 2009), como aquele tipo de produto a muito esperado por um público consumidor ávido e fiel. Daqui a pouco estaremos falando em 'direitos cerebrais', etc. É por esta via que se dá a legitimação da virtualização da vida, visto que neste processo não precisaremos nada mais que do nosso cérebro para vivermos realidades múltiplas, com corpos adereçados que escolheremos - ou compraremos? - livremente.

outra" (Bakhtin, 2006, p.32). Visto que a consciência individual está repleta de signos, "só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico [semiótico] e, consequentemente, somente no processo de interação social" (Bakhtin, 2006, p.32). Em síntese:

> a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria do seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc., constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem (Bakhtin, 2006, p.34)

Como tenho repetido, por não poder deixar isto solto, confuso, a realidade mesma não está no signo, nem a consciência individual, nem os fatores materiais do mundo exterior. Os signos são o meio, o fator humano que articula a nossa estrutura biológica à concretude do mundo. Cair na armadilha de confundir a nossa existência com os próprios signos é entrar na dinâmica de virtualização da nossa vida em sociedade. Nesta dinâmica, os nossos corpos, as formas de produção material, nossas necessidades básicas fisiológicas e sociais são recalcadas. Na verdade, é para dar conta destas questões concretas que desenvolvemos signos e nos guiamos através deles. Eles mesmos são concretos: sua expressão e sua recepção se dão em um corpo, produzem reações, geram formas que marcam concretamente. A dimensão material, corpórea e produtiva, dos signos não pode escapar nunca do nosso horizonte, visto que não estamos meramente interessados em questões de "narrativas", exclusivamente simbólicas, mas na maneira que elas produzem o mundo. Afinal, "a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos" (Bakhtin, 2006, p.32), pois "a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas"[19] (Bakhtin, 2006, p.34]. Social e natural fundem-se no humano através dos signos; o indivíduo liberal, que forja um espaço privado para si, não seria mais que uma quimera útil:

[19] É importante marcar que o uso do termo "leis" me incomoda profundamente e vai contra a concepção dialética do próprio autor e a minha própria. Talvez seja um problema de tradução ou um deslize mecanicista do próprio filósofo. Como tudo está em transformação e conflito, não se vê essas esferas como dotadas de leis, mas de contextos sempre em mudança, abertos, mutuamente influentes.

> “Social” está em correlação com “natural”: não se trata aí do indivíduo enquanto pessoa, mas do indivíduo biológico natural. O individuo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico. Esta é a razão porque o conteúdo do psiquismo “individual” é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos seus direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica e internamente condicionada por fatores sociológicos. Todo signo é social por natureza, tanto o exterior como o interior (Bakhtin, 2006, p.58)

2.3.3 A primazia da palavra enquanto signo

O signo mais apropriado para produzir a mediação entre nossos corpos e o mundo é a palavra: “esse espaço semiótico e esse papel contínuo da comunicação social como fator condicionante não aparecem em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem [verbal][20]. [...] a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (Bakhtin, 2006, p.34). Isto porque “a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo neutro” (Bakhtin, 2006, p.35). Para entendermos isso, é preciso dizer que todo o domínio específico da totalidade social é capaz de produzir signos particulares, dotados da possibilidade de serem expressados, decodificados e significados de modo igualmente particular nestes domínios: “cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por sua função ideológica precisa e permanece inseparável dela” (Bakhtin, 2006, p.35). É assim que a roupa branca tem um significado para um profissional de saúde e outro para pessoas que compartilham um ritual no candomblé. Já “a palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica, estética, científica, moral, religiosa” (Bakhtin, 2006, p.35). As palavras são incorporadas e formam, com os demais elementos simbólicos, significações variadas nos distintos domínios, justamente pelo seu caráter neutro, plástico, moldável, enquanto símbolo. Da mesma maneira, servem como forma de comunicar, interligar os distintos domínios, dada a ubiquidade do seu uso social: “a palavra acompanha e comenta todo o ato ideológico. Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um

[20] Acréscimo meu baseado no conteúdo trabalhado pelo próprio autor neste trecho da obra.

comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior" (Bakhtin, 2006, p.36).

Mesmo a introdução de um neófito nos domínios específicos que compõem a totalidade social tem o apoio nas palavras: "toda refração ideológica do ser em processo de formação [...] é acompanhado de uma refração ideológica verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação" (Bakhtin, 2006, p.36). Entretanto - e este ponto é importante para nos articular com o item anterior -, a palavra tem função acessória nesta dinâmica simbólica: "nenhum dos signos ideológicos específicos fundamentais é inteiramente substituível por palavras. [...] embora nenhum desses signos seja substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo, se apoia nas palavras e é acompanhado por elas" (Bakhtin, 2006, p.36).

Dito isto, nem a consciência individual e a nossa experiência no mundo, nem a concretude do mundo, nem a compreensão dos próprios signos variados podem ser confundidos com as palavras que os acompanham. Elas são uma forma de conferir expressão, sentido e compartilhamento de estados individuais e coletivos inexprimíveis de outra forma. Através delas, de gestos e de manifestações coletivas é que vamos compondo o quadro, também apoiado em palavras, da realidade imediata que estamos a ver. É como uma atmosfera simbólica que tudo preenche, sem necessariamente confundir-se com os elementos que ela contém. Por isso:

> não é tanto a pureza semiótica da palavra que nos interessa na relação em questão, mas sua ubiquidade social. Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica , nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc.. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (Bakhtin, 2006, p.40)

Esta atmosfera simbólica composta por palavras será chamada por Bakhtin de "psicologia do corpo social". Como ilustração, é interessante o paralelo que se

pode estabelecer com a psicanálise[21], que se apoia nas palavras do humano que sofre para acolher o sintoma, situá-lo em um quadro patológico e tratar o sofrimento. Assim como é o quadro patológico individual, onde os atos de fala tanto acusam a doença como a acobertam, é também o nosso quadro patológico social, de um crônico e recalcitrante capitalismo. Vejamos com mais cuidado como o próprio autor define o termo:

> a psicologia do corpo social não se situa em nenhum lugar "interior"; ela é, pelo contrário, inteiramente exteriorizada na palavra, no gesto, no ato. Nada há nela de inexprimível, de interiorizado, tudo está na superfície, tudo está na troca, tudo está no material, principalmente no material verbal. [...] é justamente o meio ambiente inicial dos atos de fala de toda espécie, e é neste elemento que se acham submersas todas as formas e aspectos da criação ideológica ininterrupta: as conversas de corredor, as trocas de opinião no teatro e no concerto, nas diferentes reuniões sociais, às trocas puramente fortuitas, o modo de reação verbal face às realidades da vida e aos acontecimentos do dia-a-dia, o discurso interior e a consciência auto-referente, a regulamentação social, etc.. A psicologia do corpo social se manifesta essencialmente no mais diversos aspectos da "enunciação" sob a forma de diferentes modos de discurso, sejam eles interiores ou exteriores (Bakhtin, 2006, p.41)

É nesta arena - que poderíamos ousar chamar de "cotidiano" - que se dá o conflito entre os grupos sociais, o sequestro dos signos diversos por uma fração destes grupos: "todo signo ideológico, e portanto também o signo linguístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados" (Bakhtin, 2006, p.43). É o terreno na luta de classes: "o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes" (Bakhtin, 2006, p.45). Já que as distintas classes sociais servem-se da mesma língua, partilham uma comunidade semiótica, "em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios" (Bakhtin, 2006, p.45). Trata-se da "plurivalência social do signo ideológico" que "é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir" (Bakhtin, 2006, p.54-46). Entretanto, "aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe" (Bakhtin, 2006, p.46]. Buscam torna-lo monovalente – é impossível não pensar, aqui, no papel que costumamos

[21] Psicanálise que estava em franco desenvolvimento no período em que Bakhtin produziu suas ideias sobre filosofia da linguagem. No livro, há menções críticas à psicanálise, que, para Bakhtin (2006), era vista como uma abordagem biologicista da consciência individual.

prestar na Universidade, legitimando certos discursos, conceitos, a própria língua, como algo verdadeiro ou falso.

Quando estão aparentes os conflitos nos signos? Em situações sociais atípicas, efervescentes, quando o significado deles torna-se incerto e está em questão – exatamente onde nos encontramos hoje. A expressão do mundo através dos signos ganha possibilidade de abertura.

Isto que Bakhtin confere à totalidade social capitalista, cabe também a pequenos grupos, visto que esta dinâmica se distribui no tecido social. Onde há conflito, há sujeitos e grupos internos em disputa e em posição de poder. Estes grupos internos igualmente buscam "sequestrar"' a apreciação simbólica sobre os grupos que fazem parte. Esta conclusão tem particular importância nesta tese, visto que os grupos que passam pelo poder na instituição – o IMS – buscam marca-la, fazendo uso do domínio simbólico. Da mesma maneira, por ser este domínio simbólico plurivalente, é impossível "sequestrá-lo" inteiramente, sendo dotado da possibilidade de produzir aberturas e movimento.

Já estamos perto de avançarmos para outras questões e autores. Antes, é importante fixar, de algum modo, tudo o que se trouxe até aqui, já que se trafegou da totalidade ao particular, do indivíduo ao social, da natureza à sociedade... digamos que Bakhtin tem um papel teórico "fundacional", sobre o qual se edificará todas as demais construções teóricas que virão. Deste modo, é preciso clarificar que o signo é um material privilegiado para apreciar a passagem humana no mundo, seus contextos e transformações:

> o signo ideológico tem vida na medida em que ele se realiza no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico. A atividade psíquica é uma passagem do interior para o exterior; para o signo ideológico, é o processo inverso. O psíquico goza de extraterritorialidade em relação ao organismo. É o social infiltrado no organismo do indivíduo. E tudo o que é ideológico é extraterritorial no domínio sócio-economico, pois o signo ideológico, situado fora do organismo, deve penetrar no mundo interior para realizar a sua natureza semiótica. [...] desta maneira, existe entre o psiquismo e a ideologia uma interação dialética indissolúvel: o psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa. O signo interior deve parar de ser experimentado subjetivamente para se tornar signo ideológico. O signo ideológico deve integrar-se no domínio dos signos interiores subjetivos, deve ressoar tonalidades subjetivas para permanecer um signo vivo e evitar o estatuto honorífico de uma incompreensível relíquia de museu (Bakhtin, 2006, p.64-65)

Para concluir:

> "em toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre a

> vida interior e a vida exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais (Bakhtin, 2006, p.65)

Tendo como álibi Bakhtin, situo os atos de fala dos meus entrevistados e o meu próprio, nesta tese. Nenhum ato de fala é absolutamente individual. Até aquilo que ele revela de mais particular é socialmente mediado e revela algo da experiência comum no mundo – e em determinado grupo. Dialogar comigo mesmo, que é a forma que tomou um capítulo desta tese, diz tanto de mim quanto da instituição que faço parte.

Enfim, já que somos corpos e mentes vazados socialmente, a seguir vamos nos deter naquilo que Bakhtin não esteve interessado, mas que se articula especialmente ao que se traz aqui: o elemento afetivo que conforma os atos de fala e que forja as subjetividades; além deste elemento, veremos sobre aquilo que os signos ideológicos nos trazem através do tempo do mundo, deixados por outros humanos em outros tempos e contextos; e o que podemos ver e ser adiante, no futuro, como um poder-ser no mundo. Para isso, serão convidados Walter Benjamin, Ernst Bloch e alguns dos seus comentadores.

2.4 **O colecionador**

SALA DE REFEIÇÕES
Walter Benjamin

> em um sonho vi-me no gabinete de trabalho de Goethe. Não tinha semelhança nenhuma com o de Weimar. Antes de tudo, era muito pequeno e tinha só uma janela. À parede defronte a ela encostava-se a mesa de escrever pelo seu lado estreito. Diante dela estava sentado, escrevendo, o poeta em avançadíssima idade. Mantive-me ao lado, quando ele se interrompeu e me deu de presente um pequeno vaso, um vasilhame antigo. Girei-o nas mãos. Um monstruoso calor reinava no aposento. Goethe levantou-se e entrou comigo no cômodo ao lado, onde uma longa mesa estava posta para minha parentela. Parecia, porém, calculada para muito mais pessoas do que esta contava. *Sem dúvida, estava posta também para os antepassados*[22]. À extremidade direita, tomei lugar ao lado de Goethe. Quando a refeição tinha terminado, ele se levantou penosamente e com um gesto pedi permissão para ampará-lo. Quando toquei seu cotovelo, comecei a chorar de emoção (Benjamin, 1987, p.13)

[22] Destaque dado por mim.

Walter Benjamin é o autor que mais me inspira e é também aquele que me provoca maior temeridade na apropriação. A minha relação com ele é ambivalente. Ele, a sua filosofia da história, as categorias que sugere, são capazes de ser a condição de possibilidade desta tese e são uma condição de perigo, de flerte com o desastre. Isto porque uma apropriação apressada deste autor, o que pode ser motivada pela paixão que inspira, é passível de desorientação entre a sua orientação judaica e marxista, crítica da arte e artística, nostálgica e vanguardista, messiânica-revolucionária e escatológica-catastrófica[23], etc. Benjamin é matriz de dispersão e ambiguidade, e vai me guiando por aqui. Por toda a paixão que me provoca, tentarei trazê-lo a me servir analiticamente, recalcando no que for possível o tom messiânico da sua teoria da história[24], que é o traço que talvez me ligue mais visceralmente a ele. Recalcamento que representa o esforço duplo pela tentativa de produzir claramente e um trabalho suficientemente "acadêmico".

Na citação da obra dele que abre este item, se vê condensada a sua perspectiva sobre o passado e sobre a história: a história compreendida como experiência. Benjamin não conheceu Goethe em vida, o tempo de ambos foi muito distinto na história. Benjamin, entretanto, era um estudioso da obra de Goethe, um autor que o inspirou profundamente. Além de lhe estudar a obra, Benjamin conhecia a casa onde Goethe vivera e trabalhara. Apesar das transformações que passara a Alemanha que Benjamin conhecera no início do século XX - transformações intensas em vida de Goethe, nas quais implicou-se -, compartilhava semelhante espaço cultural e territorial, um mesmo conjunto de referências. Isto produziu um sem número de indícios que permitiu a Benjamin, convocando o argumento onírico,

---

[23] Como nas palavras de Michel Löwy (2005): "sua reflexão constitui um todo no qual arte, história, cultura, política, literatura e teologia são inseparáveis. [...] Ele é um crítico revolucionário da filosofia do progresso, um adversário marxista do "progressismo", um nostálgico do passado que sonha com o futuro, um romântico partidário do materialismo" (p.14).

A própria vida de Benjamin flertou intensamente com o trágico, seja na sua dificuldade de inserir-se nas instituições acadêmicas, com as quais a sua produção tensionava fortemente pela heterodoxia, seja na sua condição de exílio pela emergência nazista na sua Alemanha natal. Estava em Paris quando soube da iminência da invasão do exército alemão à França. Ao fugir para a Espanha, diante das dificuldades de entrada naquele país e do avanço nazista, pôs fim a própria vida (Benjamin, 2012).

[24] Se é que se pode falar em teoria da história benjaminiana. O que ele deixou não tinha enfaticamente esta pretensão, mas os seus apreciadores fizeram o trabalho importante de construí-la. Benjamin ficou esquecido por muito tempo, tendo sido ele mesmo redimido na história pelos seus apreciadores. Deste modo, sua redescoberta e o trabalho sobre a sua obra – obra escrita, especialmente, entre a década de 20 e 40 do século passado – tem pouco mais de 5 décadas. Benjamin é mais ou menos nosso contemporâneo, tem quase a mesma idade do IMS na nossa cultura comum. No Brasil, o seu primeiro livro, que é a principal referência neste trecho da tese, foi editado e traduzido em 1985 (Benjamin, 2012; Gagnebin, 1994; Löwy, 2005).

deixando em aberto o papel da consciência, forjar um encontro com o mestre. Além do encontro com o mestre, um encontro mediado com os seus antepassados, que foram trazidos a Benjamin também através da obra de Goethe. ‘Sala de refeições’, fragmento retirado de um conjunto de textos reunidos em ‘Rua de mão única’, textos escritos até o ano de 1929 (Benjamin, 1987), condensa a filosofia da história que Benjamin deixaria em aberto com mais contundência em obras posteriores. Irei, lentamente, destrinchando-a.

Entre as tradições que Benjamin comungava, estava o materialismo histórico e dialético. Fora especialmente tocado pela obra de György Lukács, ‘História e consciência de classe’. Como o seu inspirador, concebia o tempo como o espaço da história. Entretanto, nutria profundo desacordo pela concepção de história que se desenvolvia entre os materialistas históricos contemporâneos a ele, uma história que caminhava para a frente, inevitavelmente para o progresso. Benjamin se opunha de maneira contundente a uma história homogênea e vazia, que unia historiadores “progressistas” e “conservadores”. Entre os “conservadores”, especialmente os que comungavam do “historicismo”, a história se desenrolava linearmente, transcorrida nos anos, dias, minutos e segundos do tempo cronológico, marcado no relógio. Para os “progressistas”, este tempo transcorrido nos levaria inevitavelmente a um futuro glorioso. Para os “historicistas”, o próprio passado, eterno na sua imutabilidade, era uma sucessão de eventos de valor histórico em si – valor histórico que Benjamin (2012) claramente vinculou aos valores das classes dominantes, nas suas ‘Teses sobre o conceito de história’. Para todos os lados do espectro ideológico, que atravessam as correntes epistemológicas em qualquer área do conhecimento - do que não escapava a História enquanto disciplina -, o passado estava dado, era factual, bastava conhece-lo, cronologizá-lo, inserir os eventos em uma cadeia linear de acontecimentos acumulativos.

Contra esta concepção relativamente ubíqua, Benjamin foi à tradição judaica buscar inspiração para a construção de uma concepção de história mais afeita ao materialismo histórico e dialético, especialmente à “luta de classes” que se desenrolava no tempo, à batalha entre opressores e oprimidos (Benjamin, 2012; Gagnebin, 1994; Löwy, 2005)[25].

[25] Antes de iniciar o trabalho com algumas categorias do pensamento de Benjamin, é importante alertar que não entrarei nos meandros da inspiração teológica do autor. Jeanne Marie Gagnebin e

Benjamin buscou definir, então, uma experiência com o passado, concebendo-o como um espaço vivo de qualidades e possibilidades, conectado ao presente. Portanto, esta experiência com o passado é presente; presente igualmente rico em possibilidades, formando o presente e o passado diferentes possíveis, pois a história estaria aberta às possibilidades do hoje com o ontem. Como nos deixou registrado em sua quinta tese sobre o conceito da história: “A verdadeira imagem do passado passa voando. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade. [...] Pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela” (Benjamin, 2012, p.243).

O passado não se trata, aqui, de mera contemplação para o historiador – ou o “materialista histórico”, como Benjamin gostava de usar. Este deve estar ativamente atento às mensagens enviadas do passado no presente, sob pena de perde-las para sempre: “seu objetivo é descobrir a constelação crítica que um fragmento do passado forma precisamente com um momento presente” (Löwy, 2005, p.62). Nesta possibilidade de encontro entre as mensagens do passado e as motivações presentes, Benjamin via a abertura para a “redenção” deste mesmo passado, um passado de outros possíveis, soterrado sob o conjunto de fatos e feitos reificados pela história oficial. Contra este soterramento, buscou “opor uma concepção aberta da história como práxis humana – rica em possibilidades inesperadas, que podem produzir o novo – a toda doutrina teleológica, confiante nas “leis da história” ou na acumulação gradual de reformas na via certa e garantida do Progresso infinito” (Löwy, 2005, p.136).

Em Benjamin, a história oficial trata-se da história dos vencedores, ou daqueles que dominam e oprimem outros humanos. Cioso das categorias do materialismo histórico e dialético, os vencedores seriam a própria classe dominante, a burguesia. As imagens do passado que a ele interessavam, como materialista histórico, eram aquelas que desafiavam os vencedores hoje – no seu e no nosso tempo -, que lhes apresentava ameaça. Eram as imagens de uma possível “redenção” dos oprimidos, da possível libertação da sua condição e invisibilidade.

Dito isto, torna-se importante compreendermos com clareza o que representava, para Benjamin, a própria categoria “redenção”, assim como

---

Michael Löwy fazem isso de maneira contundente em suas obras, que são dedicadas a exclusivamente a ele (Gagnebin, 1994; Löwy, 2005).

“revelação”, “rememoração” e “salvação”, que estão absolutamente relacionadas. Vamos a elas através da bela e misteriosa segunda tese sobre o conceito de história:

> [...] a imagem da felicidade que nutrimos é totalmente tingida pela época que nos foi atribuída pelo curso da nossa própria existência. A felicidade capaz de suscitar nossa inveja existe apenas no ar que respiramos com pessoas com as quais poderíamos ter conversado [...]. Em outras palavras, a imagem da felicidade está indissoluvelmente ligada à da redenção. O passado traz consigo um índice secreto, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro de ar que envolveu nossos antepassados? Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos das vozes que emudeceram? [...] Se assim é, então existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Então, alguém na terra esteve a nossa espera. Se assim é, foi-nos concedida, como a cada geração anterior a nossa, uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso[26] (Benjamin, 2012, p.241-242).

Contra um passado de fatos consumados, Benjamin contrapunha fenômenos abertos, expressões das lutas que jamais cessaram entre aqueles que oprimem e os que são oprimidos: “a narração da historiografia dominante, sob sua aparente universalidade, remete à dominação de uma classe e a suas estratégias discursivas. Esta narração por demais coerente deve ser interrompida, desmontada, recortada e entrecortada” (Gagnebin, 1994, p.20). Esta interrupção da história dos vencedores se faz através da revelação do passado, da percepção e da ligação com o “índice secreto” que é transmitido através das vozes – ou sussurros – que chegam até nós, de geração em geração. Esta ligação se faz no presente, quando a expectativa e a atenção dos que estão sob opressão os conecta. Passando da dimensão individual, a do materialista histórico que a tudo está atento, à coletiva, que o coloca como o representante de uma geração que espera, que anseia, que deseja a felicidade redimindo lutas milenares contra a opressão, Benjamin promove uma operação que nos remete a Bakhtin, pois o indivíduo nunca está e nunca é sozinho: através dele falam os antepassados, que o fazem mover-se no mundo e encontrar os seus, as suas lutas. Como refere Michel Löwy (2005), na seguinte passagem, baseada na segunda tese de Benjamin: “sua felicidade pessoal pressupõe a redenção de seu próprio passado, a realização que poderia ter sido, mas não foi. [...] A redenção do passado é simplesmente essa realização e essa reparação, de acordo com a imagem de felicidade de cada indivíduo e de cada geração” (Löwy, 2005, p.48).

[26] Fiel à perspectiva que tomamos do passado aquilo que nos põe em movimento e luta no presente, tomei a iniciativa de suprimir pequenos trechos da tese de Benjamin que pudessem diminuir a sua força quando lida hoje e no contexto desta Tese.

Deste modo, a redenção individual se dá na reparação coletiva possível, na realização daquilo “que poderia ter sido mas não foi”, que redimiria, também, os antes “perdedores” da história.

Mas, atenção: para isso, mais que tomar o passado no “momento da sua conhecibilidade”, cabe ao materialista histórico e a sua geração rememorar, reinserir estas vozes no presente, pois “não haverá redenção para a geração presente se ela fizer pouco caso da reivindicação das vítimas da história” (Löwy, 2005, p.52). Isto porque a redenção possível não escapa a nossa condição de oprimidos, à nossa desvantagem relativa àqueles que não cessam de nos vencer. Aí residiria a nossa “fraqueza messiânica”, que é a “conclusão melancólica que Benjamin tira dos fracassos passados e presentes do combate emancipador. A redenção não é inteiramente garantida, ela é apenas uma possibilidade muito pequena que é preciso saber agarrar” (Löwy, 2005, p.52).

A segunda tese, então, nos remete ao passado, enquanto história e rememoração, e ao presente, à nossa possível ação redentora. Para isso, é preciso operar a história, desmontá-la, interrompê-la. Como poderíamos realizar isso? Utilizando-a contra ela mesma, relendo-a em outras chaves. Para isso, precisaríamos remontar aos próprios eventos passados. Estes eventos estão em revelação nas imagens do passado que passam a nossa vista e que precisamos capturar. Isto se dá, sobretudo, através dos bens culturais que compartilhamos – que Bakhtin qualifica como signos -, desde a “alta cultura” à transmissão oral da experiência. Encontrar o passado é buscar a Origem [*Ursprung*] destes bens culturais, é revelar neles as suas condições de possibilidade e os conflitos presentes na sua execução. Conforme podemos ver na sétima Tese, aquela que mais diretamente me impacta pela contundência:

> os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso já diz o suficiente para o materialista histórico. Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe. Eles são chamados de bens culturais. O materialista histórico os observa com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, mas também à servidão anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante. Por isso, o materialista histórico se desvia desse processo, na medida do

> possível. Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo" (Benjamin, 2012, p.245)

Nas suas formulações, que visavam enriquecer a perspectiva do materialismo histórico e dialético, Benjamin recusava a análise de proximidade, o contíguo ao seu tempo de vida: a redenção dos trabalhadores do seu tempo é a redenção dos camponeses da idade média, é a redenção dos escravos da antiguidade. Mudam as formas, a aparência, mas as estruturas da sociedade mantêm-se mais ou menos as mesmas ao longo de milênios de história: poucos opressores gozam privilégios através da opressão da grande maioria. Os bens culturais estão aí, a nos revelar isso: "passaram da Grécia para Roma e, em seguida, para a Igreja, depois caíram nas mãos da burguesia, desde o Renascimento até hoje. Em cada caso, a elite dominante se apropria – pela conquista, ou por outros meios bárbaros – da cultura anterior e a integra a seu sistema de dominação social e ideológico" (Löwy, 2005, p.79).

Assim como se integram à cultura que passam a fazer parte, tomando parte na sua reprodução, estes bens culturais trazem com eles as marcas de "origem". É sobre estas marcas de "origem" que o materialista histórico deve trabalhar e se conectar. Sobre este trabalho, que é o trabalho que me inspirou na pesquisa a que se refere esta tese, voltaremos trazendo mais elementos à frente.

Outra questão que a sétima Tese trabalha com clareza é a relação entre civilização e barbárie. Estamos acostumados desde sempre a ver os bens culturais como expressão da nossa civilidade, do progresso humano. Através deles nos integramos à 'civilização'. Na nossa integração à pelo da história, vemos o atentado a estes bens culturais como um atentado à civilização, um ato de barbárie. Benjamin chama a atenção para o engano nesta leitura, ao jogar luz à barbárie contida no próprio processo de integração dos bens culturais – por ser despojo proveniente da subjugação de povos por outros – e, principalmente, à barbárie contida nos próprios bens culturais: sua realização, idealizada por "gênios", é feita à despeito de vidas anônimas, que sequer terão a chance de gozar o que produziram: "em vez de opor a cultura (ou a civilização) e a barbárie como dois polos que se excluem mutuamente, ou como etapas diferentes da evolução histórica – dois *leitmotive* clássicos da filosofia do Iluminismo – Benjamin os apresenta dialeticamente como uma unidade contraditória" (Löwy, 2005, p.75). Se isto vale especialmente para as grandes obras da humanidade – como as pirâmides do Egito, as catedrais góticas ou o Arco do

Triunfo -, as obras de pintores e escritores, que costumam ser levadas a cabo por um único humano, estão cheias de referências a estas vidas anônimas, soterradas sob os feitos de outras vidas que tomam o primeiro plano. Se costumam render os louros da vitória a estas vidas em primeiro plano – os vencedores -, e por isso estão inscritas na cultura, registram também os derrotados. Portanto, toda a representação da realidade, que são os bens culturais, é capaz de nos revelar sobre as condições da sua possibilidade: “longe de rejeitar as obras de “alta cultura”, considerando-as reacionárias, ele estava convencido de que muitas delas são abertamente ou secretamente hostis a sociedade capitalista. Trata-se, então, de redescobrir os momentos utópicos ou subversivos escondidos na “herança” cultural” (Löwy, 2005, p.79).

O que devemos fazer, os materialistas históricos, é abrir estas obras, destituí-las do sentido convencional que assumiram na nossa cultura, resgatar na sua “origem” o que lhe foi espoliado ou escondido na sua transmissão: “a tarefa principal da crítica materialista é, sobretudo, a preservação e a explicação do potencial utópico secreto contido no cerne das obras de cultura tradicionais” (Löwy, 2005, p.79-80). É preciso livrá-las da casca que as imobiliza numa determinada leitura, “procurando evitar que sejam embalsamadas, neutralizadas, tornadas acadêmicas e incensadas pelo establishment cultural” (Löwy, 2005, p.80). A preservação redentora destes bens culturais, contida na ideia da sua rememoração, deve ser acompanhada por um elemento destruidor no trabalho do materialista histórico, imbuído da expectativa de liberta-los da concha que os envolve e aprisiona os sentidos da sua apropriação hoje: “É verdade, desde que essa “preservação” seja dialeticamente ligada ao momento destruidor: somente quebrando a concha reificada da cultura oficial, os oprimidos poderão tomar posse desse molusco crítico/utópico” (Löwy, 2005, p.80).

É assim que retomamos a temática da interrupção ou da destruição da história para abri-la, o que é visado no processo de “restauração”, ou de “salvação”, da “origem” dos bens culturais: “A obra de salvação do *Ursprung* [origem] é, portanto, ao mesmo tempo e inseparavelmente, obra de destituição e de restituição, de dispersão e de reunião, de destruição e de construção” [Gagnebin, 1994, p.20]. Entretanto, nada disso pode ser assim tão lógico e simples quanto as poucas páginas de um texto intencionam fazer parecer. A “origem” de qualquer bem cultural não é acessível a nós, desde o nosso tempo, de maneira direta. Ela só pode ser

retomada precariamente. A precariedade está nas mediações das próprias “vozes que emudeceram”, que nos chegam fracas, assim como são pequenas as nossas chances de redimi-las, nossa força messiânica:

> se a origem remete, então, a um passado, isso se dá sempre através da mediação do lembrar ou da leitura dos signos e dos textos, através da rememoração [...]. Não existem, portanto, reencontros imediatos com o passado, como se este pudesse voltar no seu frescor primeiro, como se a lembrança pudesse agarrar uma substância, mas há um processo meditativo e reflexivo, um cuidado de fidelidade teológica e/ou política a uma promessa de realização sempre ameaçada, pois passada no duplo sentido de *vergangen* [passado/desaparecido]. Assim, Benjamin afirma que o movimento da origem só pode ser reconhecido “por um lado, como restauração e reprodução, e por isso mesmo, como incompleto e inacabado [não fechado] (Gagnebin, 1994, p.17).

O materialista histórico se coloca perante a história como um restaurador, como alguém que devolverá aos registros que a ela sobreviveram os sentidos da sua “origem”. Entretanto, a “origem”, em si, está perdida, não pode jamais ser retomada no presente: “só é restaurado o que foi destruído, quer se trate do Paraíso, de uma forma de governo, de um quadro ou da saúde [...]. A restauração indica, portanto, de maneira inelutável, o reconhecimento da perda, a recordação de uma ordem anterior e a fragilidade desta ordem” (Gagnebin, 1992, p.17). É somente o presente que pode o redimir, integrando a experiência rememorada em um novo quadro de expectativas futuras: “A origem benjaminiana visa, portanto, mais que um projeto restaurativo ingênuo, ela é, sim, uma retomada do passado, mas ao mesmo tempo – e porque o passado enquanto passado só pode voltar em uma não-identidade consigo mesmo – abertura sobre o futuro, inacabamento constitutivo” (Gagnebin, 1994, p.17).

Retomando o caráter messiânico da segunda tese, nós somos, os materialistas históricos, aqueles que, representando o desejo de libertação de toda e qualquer experiência humana, podem libertar aqueles que a desejaram antes de nós. Entretanto, o mundo é outro, as condições são outras, os humanos somos outros. O que podemos fazer é incluí-los em uma constelação de momentos que formam com o nosso uma totalidade redentora. O materialista histórico tem a tarefa de recolher as imagens do passado, os objetos que as contém, como um colecionador: “a história repousa numa prática de coleta de informações, de separação e de exposição dos elementos, prática muito mais aparentada àquela do colecionador” (Gagnebin, 1994, p.12). Diferente do historiador moderno, que busca no próprio passado as relações causais entre os eventos e o objeto em análise,

tentando enquadrar o movimento da história em uma lógica linear e contínua, os objetos coletados pelo materialista histórico devem ter outro tratamento: “os objetos dessa coleta não são anteriormente submetidos aos imperativos de um encadeamento lógico exterior, mas são apresentados na sua unicidade e na sua excentricidade” (Gagnebin, 1994, p.12). É na diferença que Benjamin sugere o encontro com a verdade na história, com a “origem”: é o objeto estranho, o raro, que informa sobre o passado, não a média, o comum, que revela um passado homogêneo. Benjamin sugere um “método tortuoso que desconfia dos valores médios e se consagra pacientemente à análise do atípico” (Gagnebin, 1992, p.16). Como podemos ver em mais uma bela alegoria onírica:

TRABALHOS DE SUBSOLO
Walter Benjamin

> Em sonho vi-me em uma região erma. Era a praça do mercado de Weimar. Ali eram feitas escavações. Eu mesmo raspei um pouquinho na areia. Então apareceu a ponta de uma igreja. Extremamente alegre pensei comigo: um santuário mexicano do tempo do pré-animismo, o Anaquivitzli. Acordei rindo (1987, p.26)

O que animava o sonho de Benjamin era a possibilidade de esbarrar com a história do mundo por aí, bastava estar atento aos sinais que ela nos envia. Redimir culturas que foram avassaladoramente destruídas pela nossa civilização, culturas que tinham postura empática com a natureza, que cultivavam uma relação com o mundo ainda encantada, era outro elemento que o animava. E em que outro lugar do mundo ele poderia esbarrar com os objetos desta cultura destruída, que não no próprio território dos que a destruíram? No sonho, o santuário aparece enterrado na praça do mercado de Weimar, sob a própria cultura europeia. Estaria ele sugerindo que o templo estava sob o templo moderno, o mercado? É nesta cultura moderna que os escavadores, inclusive ele mesmo, buscam restaurar o *Anaquivitzli*, o santuário perdido; os espólios da cultura destruída estão nela, é com eles que Benjamin pode sonhar com o santuário, que jamais voltará a existir. Entretanto, restaurar o *Anaquivitzli* como imagem, integrando os seus espólios recolhidos, conectando-a às nossas expectativas de um mundo não mais em desencanto, não mais arruinado pelo nosso “progresso” destruidor, é a sua esperança. Talvez seja dedicado à esperança o sorriso ao acordar[27].

[27] Os sentidos para a interpretação deste fragmento podem ser diversos. Encontrei outro ensaio, ‘Walter Benjamin e o Insconsciente Colonial’, dedicado a esta passagem, que contem duas interpretações distintas da minha: uma inteiramente distinta da que eu formulei e outra com pontos

Portanto, o colecionador – ou o historiador, ou o materialista histórico – deve estar sempre à procura, mais que atento. Ao encontrar o objeto que produz o estranhamento, mesmo que seja ele um pequeno fragmento daquilo que se vai restaurar, é um testemunho da "origem", nele se pode perseguir a totalidade das suas condições de produção. O trabalho de pesquisa começa "para lhe restituir sua dimensão de objeto "bruto", único e irredutível; ela o imobiliza nesta brutalidade para preservá-lo do esquecimento e da destruição cujas explicações já prontas são formas correntes" (Gagnebin, 1994, p.12). Escapando da tendência cultural normalizadora, que integrará o objeto em um sistema cronológico e explicativo dado à priori, a busca pela "origem" é mais que reconstituir uma imagem que nada tem a ver com o que nos tornamos hoje, mas conectá-la, ver o que somos ou, podemos ser, nela: "o *Ursprung* [origem] designa, portanto, a origem como salto para fora da sucessão cronológica niveladora à qual uma certa forma de explicação histórica nos acostumou" (Gagnebin, 1994, p.12).

Como a imagem do santuário mexicano, que é capaz de nos inspirar hoje. Ele está entre nós, destruído, soterrado, transmitido aos sussurros, que são os objetos que chegaram até nós, expressões do que foi um dia. A força da sua imagem reside naquilo que nos inspira a fazer. A sua redenção é o futuro daqueles que lutam hoje. O Anaquivitzli de amanhã jamais será como o de ontem, é possível que sequer venha a inspirar um novo santuário. A sua imagem emana um índice secreto, valores com o quais as nossas lutas se conectam.

Seguindo, a história e o tempo não seriam estranhos ao objeto coletado, estariam contidos nele próprio, como qualidades suas: "História e temporalidade não são, portanto, negadas, mas se encontram, por assim dizer, concentradas no objeto: relação intensiva do objeto com o tempo, do tempo no objeto, e não extensiva do objeto no tempo, colocado como por acidente num desenrolar histórico heterogêneo à sua constituição" (Gagnebin, 1994, p.13). Cada objeto destes, a sua "origem" respectiva, formaria com outros uma "constelação salvadora", onde o que os liga são as suas próprias qualidades, ultrapassando qualquer operação externa a eles, como

---

em comum (disponível em: http://cyberdemocracia.blogspot.com.br/2012/02/walter-benjamin-e-o-inconsciente.html). O que é especialmente interessante no ensaio citado é o vivo interesse de Benjamin pela cultura mexicana e pela religião dos Maias e Aztecas. Em 'Rua de Mão Única', vemos na citação repetida às expedições feitas por Alexander Von Humboldt ao México a possível inspiração desse seu interesse. Intrigante, também, é o uso do termo 'Anaquivitzli'. Não encontrei qualquer referência ao termo além da própria obra do autor. É possível que o termo tenha sido forjado por ele mesmo, visto o estudo que estava fazendo sobre as línguas de Maias e Aztecas, indicado no ensaio aqui citado.

a contabilidade sequencial e linear do tempo dos relógios e da lógica dos historiadores convencionais: “estes pontos isolados, os fenômenos históricos, só serão verdadeiramente salvos quando formarem uma constelação, tais estrelas, perdidas na imensidão do céu, só recebem um nome quando um traçado comum as reúne” (Gagnebin, 1994, p.18). Formar esta constelação salvadora é a tarefa revolucionária do materialista histórico, como se pode ver na décima sétima tese sobre o conceito de história:

> quando o pensamento para, bruscamente, numa constelação saturada de tensões, ele lhe comunica um choque, através do qual ela se cristaliza numa mônada[28]. O materialismo histórico aproxima-se de um objeto histórico somente quando ele o confronta enquanto mônada. [...] Ele aproveita essa oportunidade para explodir uma época determinada para fora do curso homogêneo da história: do mesmo modo, ele arranca à época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. O resultado desse procedimento é que assim se preserva e transcende na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico (Benjamin, 2012, p.251)

Vê-se que Benjamin não separa de modo algum a tarefa do que luta pela transformação do mundo, daquele que narra ou reconstrói a história: eles são o mesmo humano. O humano revolucionário, o materialista histórico, é aquele que constrói a história hoje. A constelação salvadora se forma no “tempo de agora”, que é justamente quando se dá a suspensão do tempo, o momento revolucionário, o momento da redenção de todos os oprimidos: “para que essa constelação possa se formar, é preciso que o presente fique imóvel por um momento: é o equivalente, no nível da historiografia, à interrupção revolucionária da continuidade histórica” (Löwy, 2005, p.128). O ‘tempo de agora’ é a conclusão do trabalho do materialista histórico, é o momento da sua própria redenção, da salvação de todos os derrotados da história. A provocativa, e última, décima oitava tese é dedicada a este momento:

> “Comparados com a história da vida orgânica na Terra”, diz um biólogo contemporâneo, “os míseros 50000 anos do Homo Sapiens representam algo como dois segundos ao fim de um dia de 24 horas. Segundo essa

[28] Conforme o segundo princípio da natureza e da graça, formulado pelo inspirador de Benjamin, Leibniz (2008): “As Mônadas, por não possuírem partes, jamais podem ser feitas ou desfeitas. Elas não podem começar ou terminar naturalmente e, portanto, continuarão existindo enquanto durar o universo, que passa por mudança mas jamais será destruído. Elas não podem ter formas, pois, de outro modo, possuiriam partes: e, por consequência, uma Mônada em si mesma e em um instante não pode ser diferenciada de uma outra exceto por suas qualidades e ações internas, as quais não podem ser outra coisa que suas percepções (ou seja, as representações dos compostos, ou do que é externo, no simples) e suas apetições (isto é, suas tendências de moverem-se de uma percepção a outra) que são os princípios da mudança. Pois a simplicidade de uma substância não exclui de modo algum uma multiplicidade de modificações que devem encontrar-se juntas em uma substância simples; e essas modificações devem consistir em uma variedade de relações a coisas externas a ela – tal qual o modo como em um centro ou em um ponto, embora seja completamente simples, encontra-se uma infinidade de ângulos formados através das linhas que nele se interceptam” (p.1).

> escala, toda a história da humanidade civilizada preencheria um quinto do último segundo da última hora". O "tempo de agora", que como modelo do messiânico abrevia num resumo incomensurável a história de toda a humanidade, coincide rigorosamente com o lugar ocupado no universo pela história humana" (Benjamin, 2012, p.251-252)

O "tempo de agora", o hoje, o presente, é, portanto, todo o tempo do mundo. Toda a história do mundo está contida nele, não apenas aquela com a qual nos acostumamos. Os parcos indícios da sua totalidade estão por aí, dispersos, soterrados, imobilizados, nos bens culturais. Assim como o presente e o futuro estão abertos, está também o passado:

> não é somente o futuro e o presente que permanecem abertos na interpretação benjaminiana do materialismo histórico, mas também o passado. O que quer dizer principalmente isto: a variante histórica que triunfou não era a única possível. Diante da história dos vencedores, da celebração do fato consumado, das rotas históricas de mão única, da inevitabilidade da vitória dos que triunfaram, é preciso retomar essa constatação essencial: cada presente abre uma multiplicidade de futuros possíveis (Löwy, 2005, p.157-158)

Futuros possíveis que igualmente retomarão passados possíveis em presentes concretos, também abertos:

> a abertura do passado quer dizer também que os chamados "julgamentos da história" não têm nada de definitivo nem de imutável. O futuro pode reabrir os dossiês históricos "fechados", "reabilitar" vítimas caluniadas, reatualizar esperanças e aspirações vencidas, redescobrir combates esquecidos, ou considerados "utópicos", "anacrônicos", e "na contracorrente do progresso". Dessa maneira, a abertura do passado e a do futuro estão estreitamente associadas (Löwy, 2005, p.158]

As citações à Michel Löwy nos encaminham a outro autor caro a ele, também judeu, de tendência messiânica, materialista histórico e dialético: Ernst Bloch. Ele nos trará uma perspectiva de futuro com a qual contrapor a nossa perspectiva contemporânea, tão homogênea e vazia quanto a nossa perspectiva da história. Falaremos de utopia, da imagem daquilo que ainda não existe, que existe enquanto potência, mas que se deseja com todas as forças. A busca pela origem do Instituto de Medicina Social é, também, a busca pela utopia perdida, o futuro que anda preso no passado e que não se tornou presente.

2.4.1 Advertência

É ambíguo definir se a história que desejo abrir, a do instituto de Medicina Social, revelaria vencidos. Seus sujeitos, na atualidade, se parecem muito mais com

os vencedores que com os vencidos. Como qualquer objeto que revela sobre o passado, estes humanos também o fazem. Do mesmo modo que os “bens culturais”, e estes humanos nos deixaram alguns, inclusive o Instituto, eles nos revelam indícios estranhos, basta estar atento. “Desde que há criação e história, há também fratura, desordem, *squize*” (Gagnebin, 1994, p.30). Sob a casca da vitória pessoal e coletiva, aparente, há fratura em revelação. A aposta nos depoimentos tem a ver com isso: neles pude encontrar humanos vencedores descontentes com a vitória, que comemoram sempre constrangidos para seguirem com um “porém”.

Outro ponto importante a advertir é sobre o que desejo como humano e o papel desta tese no que desejo. Sim, me identifico com o materialista histórico benjaminiano, persigo a proposta, busco seguir seus passos. Desejo transformar o mundo com outros humanos, livrá-lo da opressão de humanos por outros humanos. Este desejo atravessa a tese, busca alcançar e se conectar com desejos antigos e contemporâneos de outros humanos e grupos. Mas não acredito que estou fazendo a revolução com ela. Estou tentando contribuir, com esta tese, para que tenhamos um pouco mais de clareza sobre a nossa posição no mundo, como humanos ativos nele.

2.5 **Sonhando acordado**

> É preciso que justamente o homem derrotado volte a tentar o lado de fora (Bloch, 2005, p.196)

Ernst Bloch[29] e Walter Benjamin foram contemporâneos, igualmente alemães, judeus e materialistas históricos. Foram dois estudiosos da religião, inspiraram-se na teologia judaica para formular categorias de pensamento. Ambos estavam horrorizados com o rumo da civilização ocidental. Benjamin agarrava-se ao passado como forma de superar o presente rumo ao futuro e criou categorias para lidar com este passado. Bloch via o passado como acesso àquilo que ainda-não-pôde-ser na história - um ponto de vista parecido com Benjamin -, mas formulou categorias para lidar com a “ontologia do ainda-não” (Bloch, 2005), daquilo que era inédito na história, da “possibilidade-de-ser”, do *novum*.

[29] O melhor material sobre a vida e obra de Ernst Bloch que tive acesso é uma conferência de Michel Löwy sobre a sua obra, produzida pela editora Boitempo. Ele está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cPAuCC2f_Js&t=1146s , e tem o título ‘Ernst Bloch e a religião como utopia’ (TV Boitempo, 2015).

Sobre o passado, ele não estava preocupado em formular categorias, pois a filosofia na história tinha sido toda ela voltada para trás, toda ela voltada para o ser como existiu. Tendo Marx como profeta e as 'onze teses sobre Feuerbach' como seus mandamentos, Bloch insinuou-se na inédita especulação produtiva sobre o futuro, sobre aquilo que "está-para-ser". Estava convicto que Marx tinha proporcionado as condições para se compreender o ser em transformação, aquilo que nele está a se realizar. Estaríamos e seríamos o próprio ser, a nossa própria vontade de realização é a vontade do ser – ser compreendido como a totalidade do mundo; está era a sua perspectiva. Absolutamente humanista, não deixa de apontar minuciosamente as inúmeras limitações desta nossa condição humana, como veremos.

O cerne do pensamento de Bloch é sustentar a ideia que somos humanos enquanto temos esperança e que a esperança nos lança na produção de utopias. O próprio mundo, o ser, é utopia em realização. Nós, humanos, somos capazes de seguir os rastros do mundo em realização e tomarmos esta realização como a nossa própria realização. Esta utopia do mundo manifesta-se em nós através de "sonhos diurnos", que é esta imagem que estamos sempre a construir sobre o amanhã que desejamos: "a vida de todos os seres humanos é perpassada por sonhos diurnos, que em parte são apenas uma fuga insossa e até enervante, e até presa para enganadores. Outra parte, porém, instiga, não permite se conformar com o precário que aí está, não permite a resignação" (Bloch, 2005, p.14).

Bloch estava interessado em desfazer a aura de delírio insone, de ingenuidade, de irrealidade que paira sobre esta nossa imaginação incessante. Ele desejava mostrar o caráter produtivo deste nosso projetar para a frente, deste nosso sonhar acordado, que Marx – e, antes dele, as revoluções burguesas[30] – libertaram do domínio do mito e da religião: o amanhã nos pertence, podemos construí-lo e as condições estão dadas no presente, no próprio ser que somos com a natureza. Marx teria sido fundamental por ter formulado claramente as bases teórico-práticas desta tomada do amanhã, superando a mera contemplação do movimento do ser na

[30] Os burgueses no poder logo trataram de produzir o fechamento da história ao buscar tomar a sua condução, produzindo ordenamento material e ideológico, isto que chamamos genericamente de capitalismo. Esta ordem, contudo, é sempre precária, deve ser permanentemente trabalhada, atualizada. Bloch chama a atenção que este fechamento da história é sempre fantasioso, é temporário, tenso, pois sempre há humanos a sonhar o mundo. As próprias revoluções burguesas assaltam a ordem das coisas, pois produziram um excedente utópico que sempre volta a assombrar o próprio domínio burguês. Aqueles sonhos voltam através dos nossos corpos, são um fator que só se pode "abafar", não se pode destruir (Bloch, 2005).

história, como fizeram os filósofos antes dele. Bloch, inspirado no materialismo histórico e dialético marxiano, via que o pensamento não é uma forma de acesso à verdade, mas o modo de construção da própria verdade do mundo, a verdade que está em revelação no próprio movimento do ser, que se realiza na história: "Pensar significa transpor. [...] A transposição efetiva conhece e ativa a tendência de curso dialético instalada na história" (Bloch, p.14, 2005). Este trecho é fundamental para compreendermos o alcance das formulações de Bloch: mais que conhecer a tendência do ser, este conhecimento nos permite ativar tendências, direcionar o futuro. O humano, portanto, se realizaria ao imiscuir-se à realização da natureza, formando com ela unidade. Este seria o nosso futuro: a "naturalização do homem" e a "humanização da natureza"[31] (Bloch, 2005), o *novum*:

> Somente ao se abandonar o conceito fechado e imóvel do ser surge a real dimensão da esperança. O mundo está, antes, repleto de disposição para algo, tendência para algo, latência para algo, e o algo assim intencionado significa plenificação do que é intencionado. Significa um mundo mais adequado a nós, sem dores indignas, angústia, auto-alienação, nada. Essa tendência, porém, está em curso para aquele que justamente tem o *novum* diante de si. É somente no *novum* que o para-onde do real mostra a determinação mais fundamental do seu objeto, e esta convoca o ser humano, em quem o *novum* tem os seus braços. O saber marxista significa que os difíceis processos de ascensão se desenvolvem tanto no conceito quanto na práxis. Na problemática do *novum* reside a abundância de campos do saber ainda inabitados. Nela a sabedoria do mundo torna-se novamente jovem e originária. Se o ser compreende a partir do seu de-onde, então ele se compreende, a partir daí, apenas como um para-onde igualmente tendencial, ainda inconcluso. O ser que condiciona a consciência, assim como a consciência que trabalha o ser, compreendem-se em última instância somente a partir de onde e para onde tendem. A essência não é o que foi, ao contrário: a essência mesma do mundo situa-se na linha de frente (Bloch, 2005, p.28)

É para frente que está direcionado o pensamento de Bloch, que situa a verdade não em categorias abstratas imanentes, muito menos na rememoração, na busca incessante de uma origem verdadeira, da essência das coisas – como

[31] Estas definições – "naturalização do homem" e "humanização da natureza" – são para mim problemáticas, visto que a divisão entre natureza e cultura humana, a meu ver, é artificial. A cultura humana só pode ser na natureza e, portanto, é parte dela também. Colocar a unidade com a natureza como um sonho a alcançar é, de algum modo, colocar a cultura humana como em condição de igualdade com a condição natural, como se tivessem valências iguais. Por mais humanista que eu seja, que entenda o humano em uma posição privilegiada na relação com o mundo por ser capaz de transformá-lo, visto que é capaz de significa-lo e moldá-lo às suas expectativas, não compactuo com esta ideia que o humano ruma de encontro à natureza: ele está nela, é realização dela e se realiza nela, hoje, ontem e amanhã. Não que esta formulação fuja inteiramente da perspectiva de Bloch, mas queria me distinguir do traço profundamente moderno do autor, que coloca o homem acima de todas as coisas. Vivemos em uma dimensão social de tradução da realidade a qual, infelizmente, está artificialmente apartada da natureza, produzindo danos talvez irreparáveis, para nós, nela; desta maneira, seríamos a própria natureza caminhando para o desfecho da nossa participação nela.

formulou Sócrates (Bloch, 2005); a verdade está naquilo que está para ser e esta verdade é concretizável, não é meramente contemplável ou imaginável. Nós, enquanto objetos em realização, temos o privilégio da consciência, podemos ir usando-a praticamente e transformando o mundo.

Depois deste breve resumo das concepções de Ernst Bloch, passarei ao trabalho minucioso de posicionamento do humano no mundo a partir das categorias formuladas por ele. Humano que como o ser e todos os objetos é o ainda-não, o que está em realização. Ele ruma para algo, um algo que o move, e este algo pode ser o *novum*. Entretanto, este algo pode ser também o arcaico, o submerso, o reprimido, o que nos mobiliza no presente voltados para trás. As categorias que Bloch reuniu, o fez em intenso debate com as distintas áreas do conhecimento[32] que se dedicaram a elas, indo da fome à utopia como sendo este algo que nos põe em movimento. Neste debate, repositivou categorias que hoje nos prendem ao acontecido - à conservação para o fenecimento -, com uma postura intelectual radicalmente dialética. Além disso, como Marx, como Benjamin, como Bakhtin, está sempre com a visada na totalidade, que para ele é o ser.

2.5.1 A história do futuro

Este item dialoga diretamente com Benjamin e reforça a perspectiva de história que se quer alcançar aqui. Distinguindo-se de Benjamin na disposição, autor que usava categorias como “vencedores” e “vencidos”, “redenção” e “salvação”, de traço fatalista, Bloch via na história abertura radical: nada nela está garantido, tudo nela é transformação. Se Benjamin procurava no passado os derrotados nas lutas como forma de redimi-los, Bloch dizia que o passado só tem interesse naquilo que ainda não se realizou, naquilo que nele transmite um excedente utópico, que é a evidência daquilo que está em vias de realização. Portanto, nem o passado está encerrado em si, não há nele o que redimir, mas o que se realizar. Vejamos isto num fragmento da obra do autor:

> nenhum objeto poderia ser reelaborado conforme o desejo se o mundo estivesse encerrado, repleto de fatos fixos ou até consumados. No lugar deles, há apenas processos, ou seja, relações dinâmicas, nas quais o existente dado ainda não é completamente vitorioso. *O real é processo e*

[32] Desde as correntes da psicanálise às correntes da Filosofia - levando em conta suas distinções, que ele captura de modo muito particular -, desde a antiguidade à modernidade, passando com desprezo pela ciência empiricista moderna e seu materialismo idealista (Bloch, 2005).

> *processo é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível*[33] (Bloch, 2005, p.195)

Bloch não procurava vitórias no tempo, estas jamais poderiam ter acontecido - se não como eventos instantâneos e pós-elaborados: só no *front* da história, no *front* do processo, pode estar a realização, a possibilidade do desejo humano concretizado na realidade: "No seu *front* processual, todo real passa a ser o possível, e todo possível é primeiramente parcial-condicional, sendo ele o determinado que ainda não está completo ou concluído" (Bloch, 2005, p.195-196).

O entendimento de Bloch aponta para a total instabilidade histórica, visto estar a história sempre em realização, em processo de transformação incessante, condicionada pelo passado e pelo futuro, condicionando o passado e o futuro. Do mesmo modo que instabiliza todo o processo histórico, o autor aponta que, diante da instabilidade do instante, aquele que constrói a história, o humano, só pode ter ciência das condições que ali convergem: o passado, e seus excedentes, o futuro, e os nossos desejos – que podem vir a ser convergentes com o ser em realização. Ou seja: no instante converge o acontecido, e não encerrado, o prospectivo, e ainda não acontecido. Já o instante é realização e o possível está concretizado, ele é parcial: imediatamente passa a condicionar o instante próximo. A dinâmica é inesgotável. Esta instabilidade do instante é a nossa própria instabilidade, é a obscuridade da nossa condição no mundo. Não é o passado, por ventura não vivido, muito menos o futuro, ainda não realizado, que nos são estranhos: o estranho é o presente, toda a obscuridade do mundo está nele, ali está toda a incerteza que nos inspira, a angústia que nos provoca; é ele que nos aciona memórias, é ele que nos aciona a disposição para algo, seja a negação no medo, seja a positivação na esperança. Como quando estamos em ambiente sem luz, o medo que nos assalta não é motivado pela resultante das mais variadas imagens que imediatamente nos tomam a cabeça: elas são expressões com as quais significamos o instante, este sim, motivação de toda a angústia, do medo e, por fim, das próprias imagens; do mesmo modo que nos assaltam as imagens do medo, todos os nossos sentidos estão à disposição da busca do fastio de luz que nos indica a saída daquela condição. A possibilidade de enxergarmos o que temos ao redor, o instante em que isso se dá, não é o instante do alívio. Este chega algum tempo depois, quando damos significado ao que se passou. Logo, entre o tempo do real e o tempo da significação

[33] Destaque dado por mim.

humana, o instante já é passado. Mesmo o desejo humano realizado é desconhecido para nós no instante que acontece, escapa de nós e, talvez por isso, sempre nos decepcione. É o que Bloch chama de “melancolia da realização”: “o turvo do instante recém-vivido indica exatamente esse não possuir-se do que está se realizando. [...] o realizado está, ao mesmo tempo, recheado e levemente ensombrecido porque no que está se realizando há algo que ainda não se realizou” (Bloch, 2005, p.191). Isto que ainda não se realizou é o tempo da significação e é, também, aquilo que a significação humana jamais conseguirá dar conta da totalidade do seu acontecimento. Como a própria realização do ser na história, a nossa capacidade de significação sobre ela é parcial, é precária. Estamos sempre algum tempo atrás daquilo que se passa, registrando, em fragmentos significantes, aquilo que é possível registrar. É nesta precariedade da experiência humana que reside a falta e é a falta que nos lança na busca daquilo que nos saciará.

Em Bloch, seria esta a nossa condição fundamental: a angustia provocada pelo instante que nos escapa, é a expressão da nossa precariedade; condição precária que é a que nos põe em movimento, na busca daquilo que nos falta. A longa e angustiante constatação da falta é também a longa e angustiante busca por aquilo que nos falta. A falta motiva o desejo por algo, a precariedade motiva a esperança em que esta condição não será para sempre assim.

Bloch apontava para o ainda-não-realizado, para o futuro em realização. Voltando ao IMS, que não pode ser esquecido aqui, nas suas “origens”, aqueles que estavam preocupados com a renovação do ensino médico ou os que estavam preocupados com a revolução brasileira[34], todos viam um futuro diferente para onde olhavam. Por disfunção contemporânea, ou por cacoete liberal utilitário, estes humanos hoje têm dificuldade de dizer que sonhavam, ou que eram utópicos. Mas era isso que os unia ali, para além das contingências que os puseram em contato: a ideia que o real poderia ser diferente. Mais que isso: a disposição de tornar o amanhã diferente do que era o hoje. Não há entrevista na pesquisa que realizei, não há manifestação pública destes humanos sobre aqueles tempos que contrarie este desejo comum de transformação nas ‘origens’ do Instituto. Diferiam-se os sonhos, e isto os levou a caminhos diferentes. Todos sonhavam.

[34] Sonhos que serão apresentados no capítulo seguinte, ‘dos sonhos’.

E sonhavam acordados. No início da década de 70, eram jovens com cerca de 30 anos, barrados por uma ditadura civil militar. Jovens que viveram a década de 60, que experimentaram outros futuros possíveis. Puderam vislumbrar, no despertar da década de 60, um outro Brasil em realização nas promessas das reformas de base, na conjuntura nacional liderada por João Goulart. Já barrados, já buscando ar e sobrevida, na segunda metade da década, vibraram em comum com o que emanava especialmente dos Estados Unidos e da França, em um movimento que a ordem chamou e inscreveu na cultura como contracultural, diminuindo-o, circunscrevendo-o a meras e situadas atitudes hostis à ordem[35]. O que emanava de todo o lado não era um mundo ao avesso, era um novo mundo, já à vista (Löwy, 2018). A década de 60 foi o que Bloch chamava de 'juventude do mundo', estado coletivo que se repete ao longo da história naqueles eventos decisivos em que uma sociedade é capaz de produzir outra (Bloch, 2005). É o mesmo que os momentos revolucionários. Nestes momentos estamos mais propensos a prospectar, a produzir, a criar. Como o próprio termo contracultura deixa entender, aquela "juventude do mundo" foi barrada. No Brasil, as formas com que se barrou estão mais ou menos claras e o próprio Instituto é um pequeno fragmento disso. Como se vê nesta tese, não foi sem luta que o outro mundo ficou pelo caminho.

Voltando a Bloch e à história na qual se sonha, este sonhar acordado acontece justamente no movimento do ser, no seu processo de realização: "o ser em movimento, que vai se modificando, que pode ser modificado, assim como se apresenta em termos dialético-materiais, tem esse poder-vir-a-ser inconcluso, esse ainda-não-estar-concluído tanto na sua base quanto no seu horizonte" (Bloch, 2005, p.195). O sonho acordado é fruto desta condição, que só artificialmente pode ser controlada. O mundo de fatos consumados, de instituições do saber e do poder e a história oficial, que é este da ordem que vivemos, é a realidade artificialmente enjaulada. Ainda que este tipo de repressão atue sobre nós todo o tempo, e até nos faça sonhar acordados com uma longeva vida dentro da jaula, a realidade a contraria sempre. São as "evidências" desta contrariedade, manifestas na tendência-latência nos objetos do mundo, que nos faz apontar para fora da jaula, para o ser em realização: "enquanto a realidade não for completamente determinada, enquanto ela

[35] "O espírito romântico de Maio de 1968 não é composto somente de "negatividade". Ele está carregado também de esperanças utópicas, de sonhos libertários e surrealistas, de "explosões de subjetividade". A reivindicação do direito à subjetividade estava inseparavelmente ligada à impulsão anticapitalista radical que cruzava, de um lado a outro, o espírito de Maio de 1968" (Löwy, 2018, p.1).

contiver possibilidades inconclusas em novas germinações e novos espaços de conformação, enquanto for assim, não poderá proceder da realidade meramente fática qualquer objeção absoluta contra a utopia" (Bloch, 2005, p.195). O humano que sonha acordado, "o homem do tempo presente", como o chamava Bloch, "não se vê mais cercado de fatos aparentemente consumados e não mais considera estes como o único real" (Bloch, 2005, p.195). Ele quer o *novum*, quer aquilo que contraria a precariedade da vida na jaula, quer se implicar na realização do ser. Não será na imaginação que resolverá isso, mas na concretude do mundo, na tendência-latência do ser:

> a fantasia concreta e o imaginário de suas antecipações mediadas estão, eles mesmos, fermentando no processo do real e se refletem no sonho para a frente concreto. Elementos antecipatórios são um componente da própria realidade. Portanto, o desejo de utopia pode ser perfeitamente ligado à tendência objetal e nela se confirma e se sente em casa (Bloch, 2005, p.196)

Este humano que sonha, sonha em um corpo. Este corpo que sonha constitui o ser e transforma-se nele – através dele e nele próprio. É de matéria que estamos falando e a utopia, assim como a teoria, só tem sentido na matéria mesma.

2.5.2 O corpo que deseja o mundo

TRABALHO DE VIDA [trecho][36]

matheus passareli simões vieira

menino ou menina?

só corpo.

isto é um corpo?

um gênero.

a fisiologia de um corpo social.

um corpo é constituído de múltiplas funções

[36] Esta produção foi apresentada através do irmão de matheusa, Gabriel Passareli, no ato em homenagem a ela, 'VIVA Theusinha – homenagem', acontecido no dia 09/05/2018 na capela ecumênica da UERJ. Ainda que a dor marque o espaço e os corpos presentes no ato, é uma linda conclamação à vida e à luta (TV UERJ, 2018). O ato inteiro está gravado e disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gU6aB-1X_9M&t=2207s . Sobre o trecho que trago para a tese, é uma transcrição minha da leitura de Gabriel. A formatação dele pode não estar em acordo com aquela que foi construída por matheusa.

mecânicas, físicas e bioquímicas
quem dera orgânicas.

um ser corpo
é um ser respirante.
Aspira-se
conjuntamente
os corpos animais e vegetais.

corpos,
transpira-se ao movimento.
fluidez.
o corpo que não respira permanece corpo?
a morte como ausência de respiração.

De onde vem esta urgência que nos toma a todos? Não há humano no mundo que não tenha experimentado o ímpeto de se colocar na direção de algo, de se projetar no saciar deste ímpeto. Ainda que camadas e camadas de civilidade nos cubram, que normas nos assaltem de modo consciente e não consciente, não há civilização ocidental que nos impeça de desejar algo[37]. Não há desencanto com o mundo que nos sacie a fome. Somos seres que desejam e isto está muito bem compreendido por todos, embora não claramente colocado. É sobre a base do desejo humano que se constroem as instituições da sociedade capitalista: capital, mercado, mercadorias, dinheiro, etc. Todas estas instituições são expressões materializadas do nosso desejo, sequestrado nesta "natureza social", nesta realidade consumada. Realidade consumada para quem não é de sonho.

Para quem é de sonho, e Bloch era de sonho, para quem aponta para a frente, sigamos adiante. O filósofo formulou uma "taxonomia" desta urgência que nos toma, primeiro para nos diferenciar dos demais animais, depois para se diferenciar de toda a tradição do conhecimento anterior. Bloch definiu que todos os seres *almejam*. Este almejar, comum a todos os seres biológicos, é a base da

[37] Civilização que sequestrou o entendimento do desejo na expressão da sexualidade, ao mesmo tempo que sequestrou a própria sexualidade (Bloch, 2005; Elias, 1994; Foucault, 1999). Em paralelo, criou formas de absorver o nosso ímpeto na direção das suas mercadorias, nesta nossa modernidade distópica tomada de capital.

projeção deles no mundo, é a urgência tendente-latente nos corpos. Ainda como um estado corporal indiferenciado, o almejar quando é sentido, torna-se *anseio*. Este corpo que anseia se percebe aflito por algo que se encontra fora de si. Esta ânsia, quando o corpo vislumbra o alvo da sua urgência, torna-se *pulsão*. A *pulsão* seria o almejar em movimento - ou seja, que já não é tendência-latência -, o que impele os seres na direção de algo: "um buscar que tem e não tem o que busca, uma atividade direcionada para um alvo. O seu rumar-para divide-se desde sempre conforme aquilo para o que está direcionado. Torna-se, portanto, esta ou aquela *pulsão* que pode ser individualmente denominada" (Bloch, 2005, p.50). A pulsão é, portanto, a projeção direcionada a algo que falta ao corpo, que se precisa preencher: "tem o mesmo sentido que *necessidade"* (Bloch, 2005, p.50). A pulsão é o impulso que impele os seres na direção daquilo que lhe é necessário.

Bloch, assim como olhava para a história, olhava também para isto que impele os seres no mundo: trata-se de um processo em que o corpo que se move no mundo só o faz no limite da sua organicidade biológica. Entre a urgência e o movimento do corpo em direção a algo há um tempo, há uma articulação corporal complexa e uma avaliação daquilo que é exterior ao corpo. Há um processo de reconhecimento de si e do ao redor que é limitante, processo de integração do ato do corpo no mundo. Isto que são processos "instintivos" são, em si, já imensamente complexos. Nos humanos são ainda mais complexos, como veremos.

É no ponto da pulsão que Bloch marca a diferença entre os humanos e os demais seres. A diferença estaria na capacidade imaginativa humana, que alguns mais apressados chamariam de consciência, termo que evito usar e que Bloch usava com critério. As pulsões se diferenciariam entre o *apetite* e o *desejo*. Ambos acometeriam os humanos, mas só o primeiro acometeria os seres em geral[38]. A grande diferença estaria no alvo da pulsão, que pode ser muito diferente nos humanos:

> "o alvo para o qual se dirige a pulsão é, ao mesmo tempo, aquilo em que ela é saciada. [...] O animal dirige-se para o alvo conforme lhe dita o apetite do momento, o ser humano o retrata por antecipação. Por isso, o ser humano é capaz não só de ter apetite, mas também de desejar algo. O ato de desejar é mais amplo, possui mais matizes do que o apetecer, pois o desejar se expande para uma concepção em que o apetite imagina a forma do seu objeto" (Bloch, 2005, p.51)

[38] É importante dizer que Bloch escreveu em um tempo que não se sabia tanto quanto as projeções dos seres que não os humanos no mundo. Ademais, ele era humanista e moderno em demasia para estar preocupado com eles. Diante das evidências que temos hoje, é difícil afirmar categoricamente que os demais seres não desejam e que não são capazes de formular imagens sobre o mundo.

O humano é capaz de desejar e o alvo do desejo é imaginado. O que quer dizer que o alvo do desejo é posto em imagens da realidade por nós projetadas; ou melhor: a partir da nossa capacidade de criar imagens daquilo que chega a nós no mundo[39]. Estas imagens, sendo elaborações sobre a realidade, podem ultrapassar o próprio mundo, idealizando-o: “o anseio do desejo intensifica-se justamente com a imaginação do melhor, até da perfeição desse objeto a ser consumado” (Bloch, 2005, p.51). Recai aqui a base dos nossos ideais: “onde houver a imaginação de algo melhor, no fundo de algo certamente perfeito, aí ocorre o desejar e, conforme o caso, trata-se de um desejar impaciente, exigente. Assim, a mera imaginação se torna um *ideal*, que se mostra provido da etiqueta ASSIM DEVERIA SER” (Bloch, 2005, p.50).

Como elaboração, como imagem inventada desde um conjunto de referências da realidade conscientes e, principalmente, inconscientes – ou “pré-conscientes”, como Bloch preferia usar -, por tudo isso, a pulsão imaginada – o desejo - pode vir a ser barrada pela própria realidade. Diferente dos alvos não consumados do apetite, que se não saciados afetam diretamente o conjunto orgânico dos seres, os alvos não consumados do desejo só indiretamente podem afetá-lo. O que não quer dizer que os alvos do desejo sejam menos necessários que os alvos do apetite: eles apenas afetam o corpo de maneiras distintas. A esfera do desejo recai sobre a subjetividade, que compõe o conjunto orgânico e que só nos humanos encontra um desenvolvimento capaz de marcar também o mundo, com imagens que ultrapassam o ser-naquele-momento e que podem se tornar concretas no ser-em-realização.

O entendimento de Bloch sobre a manifestação humana da pulsão é muito particular. É sobre ele que o filósofo se diferenciará diante da tradição do conhecimento anterior, que, em geral, buscou a verdade ou a essência das coisas em ideias, abstrações, fatos, deus ou, ainda, na negação da essência ou da verdade ou de deus. Bloch formulou que a pulsão que atravessa os seres é a manifestação do próprio movimento do ser em realização. A essência da matéria jamais poderia ser encontrada porque ela só poderia estar lá adiante: o ser nunca está consumado. Em cada *front* histórico, ou seja, em cada instante, só podemos experimentar a

[39] Em intenso debate com a psicanálise, especialmente com S. Freud, C.G. Jung e A. Adler, Bloch procurou distinguir-se firmemente do entendimento que enclausura toda a forma de pulsão humana na manifestação da sexualidade - o que era para Freud -, da ‘vontade de poder’ - o que era para Adler - ou dirigida a elementos primais - o que era para Jung. Bloch compreendia que a pulsão pode ser dirigida a qualquer alvo *necessário* ao corpo que anseia (Bloch, 2005).

tendência-latência desta realização, como podemos experimentar a nossa própria tendência-latência em realização. A essência do mundo, a verdade das coisas, só poderia realmente ser imaginada, prospectada, pois ela não está disponível, a não ser em instantes de manifestação da matéria que só nos permitem imaginar a realização do ser; pois: "*a essência – a matéria mais qualificada possível – ainda não apareceu, razão pela qual a sensação de falta em qualquer manifestação até agora bem-sucedida representa o seu em-absoluto ainda não manifestado*" (Bloch, 2005, p.193). O ser em realização é nós em realização. A manifestação das pulsões nos humanos em realização é também a manifestação do movimento do ser em realização. Bloch reintegra natureza e cultura, sujeito e objeto, indivíduo e sociedade em um só "golpe" desejante.

Vamos a alguns posicionamentos de Bloch perante tradições que formulam sobre o mundo, e o humano nele, que considero "estratégicos". Diante da teoria psicanalítica, que apesar de ter nos oferecido o inconsciente e o apuro na atenção às manifestações pulsionais, Bloch apontou que o fez em uma leitura mecânico-maquínica. As próprias metáforas categoriais de Freud são exemplos claros, que viam o humano em aparelhos, divisões, hierarquias internas na relação consciente-inconsciente. Para além disso, visaram descrever características inatas, essenciais aos humanos vistos como conjuntos fechados. Como exemplo, a categoria formulada por Jung (2000), o "inconsciente coletivo", que projetava em cada humano a manifestação inconsciente inata de uma realidade originária, comum a todos, povoada por arquétipos ancestrais. Seríamos pequenas máquinas dotadas de uma ancestralidade em série. Nada nos atravessaria, seríamos máquinas libidinais em relação com outras máquinas libidinais, frustradas naquilo que a libido é impedida de fluir. A libido mesmo nasceria em nós e realizaria o ciclo fútil, provocado pela repressão social, em nós, marcando-nos nas relações com outros humanos que desejamos.

Entretanto, Bloch procurou assimilar estas formulações tratando do seu "trauma de época", do entendimento repressional das pulsões na vida em civilização[40]. Bloch, ao contrário, queria revelar que a civilização é erigida sobre a

[40] As críticas que Bloch dirige à psicanálise, em geral, são cheias de fúria. Para o autor alemão, ainda que Freud tenha se aproximado muito de enfrentar a questão dos "sonhos diurnos", preocupou-se apenas com aquilo que poderia tratar, com aquilo que poderia legitimar um campo de atuação da psicanálise. Como muitos de nós na Saúde Coletiva temos interface com a psicanálise, considero a leitura das críticas de Bloch à psicanálise como fundamentais, por ele ter enfatzado o caráter

manifestação pulsional, que o desejo humano a criou e que esta é, também, manifestação do ser. Neste sentido, afirmou que a libido sexual é apenas uma das pulsões humanas – aquela que é dirigida ao sexo – e que o inconsciente humano não é um simples depósito de lixo dos desejos sexuais humanos não satisfeitos, que reemergem de maneira disfuncional, provocando quadros patológicos. O inconsciente é também a base de onde emergem as imagens do desejo insone, do sonho acordado, a "pré-consciência" do amanhã. O inconsciente é a condição de emergência da nossa projeção no mundo, daquilo que criamos, naquilo que estamos a marcar o ser. A própria civilização ocidental moderna, que é hoje velha, que parece fenecer, para ter sido o empreendimento autêntico na história que é, precisou ser desejada, sonhada, inventada e construída por humanos. O que hoje fenece foi *novum*; se estamos mesmo em um momento de mudança de época, vivendo a "juventude do mundo", já há um *novum* sendo sonhado por muitos humanos, que está se anunciando nas manifestações do ser. Só os humanos que olham para a frente, cientes do que foi, podem sonhar esse sonho.

Voltemos ao entendimento esquemático de Bloch sobre as pulsões, especialmente sobre o desejo. Como disse, esta pulsão dirigida a imagens, esta antecipação do alvo da pulsão, é uma antecipação criativa. Nem sempre, ou raramente, o desejo pode ser saciado. Contudo, ele não se vai com a impossibilidade, ele nos marca: "o desejo permanece onde a vontade nada mais pode mudar" (Bloch, 2005, p.51). A frustração e a hesitação emergem justamente deste imaginar que não se realiza, seja pela impossibilidade material – quando a imaginação ultrapassa as condições do ser – ou pelo receio de não realização. Entretanto, quando o desejo nos põe em movimento, quando motiva a esperança da realização, torna-se *querer* o alvo imaginado: "o querer [...] é necessariamente um avançar ativo rumo a esse alvo, dirige-se para fora, tem de se medir unicamente

---

conservador da psicanálise no contexto da sua emergência: "por mais alto que a fome grite, raramente ela é tratada do ponto de vista médico. Essa omissão mostra que a psicanálise trata e sempre tratou apenas de sofredores privilegiados. A preocupação de encontrar alimento era para Freud e seus clientes a mais sem fundamento. O médico psicanalista e sobretudo seu paciente provêm de um estrato médio que até recentemente não precisou de preocupar muito com o estômago. Entretanto, quando a Viena de Freud se tornou menos despreocupada, abriu-se um consultório psicanalítico para pessoas que haviam tentado suicídio e nele houve oportunidade de se tomar conhecimento de pulsões situadas abaixo da libido, pois nada mais de noventa por cento de todos os suicídios ocorrem por necessidade econômica e apenas o restante por decepção amorosa (aliás, não recalcada). Contudo, mesmo quando a burguesia de Viena perdeu seus privilégios, uma inscrição continuava pendurada na parede do consultório psicanalítico: QUESTÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NÃO PODERÃO SER TRATADAS NESTE LUGAR" (Bloch, 2005, p.68). Os eventos a que Bloch se refere no texto são relativos à primeira grande guerra mundial.

com coisas realmente dadas. Sendo que o caminho trilhado pelo desejar, acrescido e assim solidificado pelo querer, pode até ser propriamente indesejado, ou seja, áspero ou amargo" (Bloch, 2005, p.51). O querer confronta o desejo com a concretude, é o corpo que busca realizar e se saciar na imagem projetada. Quando obsessiona-se pela busca, tornando aquele desejo o único que se tem em mente, torna-se *paixão*. Entretanto, o mais comum é sermos tomados por inúmeros desejos, uma confusão deles, que geram, às vezes, quereres contraditórios e algumas frustrações paralelas: "o ser humano é um ser de pulsões tão cambiante quanto amplo, um amontoado de desejos cambiantes e geralmente mal ordenados" (Bloch, 2005, p.54).

Bloch procurou definir a motivação fundamental para as pulsões, o próprio almejar: a autopreservação do corpo que vive. Mas não haveria, nem nunca haverá, uma pulsão fundamental: "não há mais uma pulsão "original", tampouco há um "ser humano primordial" ou até um "velho Adão". A pretensa "natureza humana", nos termos de uma investigação rígida da pulsão fundamental foi recriada e derrubada cem vezes no decorrer da história" (Bloch, 2005, p.70). Ainda assim, as pulsões nos sobrevém, temos a impressão que somos movidos por elas, que nos tomam o corpo e estão antes dele. Esta sensação parece ser o tempo de entrada da consciência na história. Bloch chama a atenção que, apesar desta sensação relativamente ubíqua, a pulsão só manifesta-se no corpo, na matéria-em-realização que somos nós: "só existe continuamente o corpo que quer se manter e por isso come, bebe, ama, domina. É somente ele que age nas pulsões, por mais diversificadas que elas sejam, mesmo as que foram transformadas pelo eu que surgiu e por suas relações" (Bloch, 2005, p.53).

Sendo o humano dirigido para a sobrevivência, as pulsões humanas variaram ao longo da história, sempre prevalecendo alguma em relação a outra nas mais variadas conjunturas, de acordo com as carências também cambiantes: "se ele tem o necessário, com o desfrute surgem novos apetites, que molestam de outra maneira e não menos do que antes o fazia a pura carência" (Bloch, 2005, p.53). Desta maneira, por mais que haja a dimensão corporal da manifestação pulsional, a particularidade daquele corpo, os elementos externos ao corpo, sendo os humanos corpos que se organizam coletivamente, condicionam pulsões humanas relativamente comuns entre os humanos de determinada época: "se de fato se pretende distinguir pulsões fundamentais no homem, elas variam em função de

condições materiais tais como classe e época, e consequentemente também conforme a intenção e a direção da pulsão" (Bloch, 2005, p.67). Até a fome, esta pulsão que não deixou jamais de acometer os humanos, não foi sempre a mesma:

> mesmo para a fome não há uma estrutura "natural" da pulsão, pois o tipo de percepção associada a ela, logo o mundo dos estímulos, é historicamente variável. Nem mesmo ela continua sendo, no homem, uma tendência básica de cunho biológico, que se restringe ao instinto fixo da busca do alimento e a seus caminhos estabelecidos. Ao contrário, como uma necessidade surgida e monitorada socialmente, ela está em interação recíproca com as demais necessidades sociais historicamente variáveis, das quais ela é a base e juntamente com as quais ela se transforma, da mesma maneira que causa transformações – quanto maior for o número de camadas e mais exigente for o seu apetite. Em suma: todas as definições da pulsão fundamental só vingam no solo do seu tempo e estão restritas a ele (Bloch, 2005, p.71)

Dessa maneira, não haveria, e nunca haverá, um humano fechado em si, com uma natureza pulsional específica e invariante. As condições da natureza e da cultura nos motivam apetites e desejos muito particulares a determinado tempo e espaço, que têm historicidade. A autopreservação, esta motivação fundamental das pulsões, por mais que esteja a mover cada corpo no mundo, entre humanos toma forma coletiva, pois é em coletividade que o humano sobre-vive: "autopreservação significa, em última instância, o apetite de proporcionar condições mais adequadas e apropriadas ao nosso si-mesmo a desdobrar-se, este si-mesmo que começa a se construir por meio da solidariedade e enquanto solidariedade" (Bloch, 2005, p.72). Em Bloch, o si-mesmo ganha contornos múltiplos: é o corpo, o social e o próprio ser em movimento. O corpo é sociedade e é mundo. Sendo ele movimento, desdobrando-se, suas pulsões só podem ser plásticas e infindáveis: "o nosso si-mesmo, com sua fome e os múltiplos desdobramentos ligados a ela, continua sempre aberto, em movimento, ampliando-se" (Bloch, 2005, p.72)[41]. O desejar humano é, portanto, incontornável e só artificialmente tornado invariante – como se

[41] Sobre autopreservação, pulsões, fome e capitalismo, é importante trazer à lembrança outro autor e obra que me inspiram: 'A Grande Transformação: as origens de nossa época', de Karl Polanyi (2000). Nela, Polanyi descreve com riqueza de detalhes como a fome foi mobilizada e teorizada na Inglaterra para a consolidação de um mercado de trabalho urbano e industrial. A produção da fome entre os camponeses, que tiveram formas de subsistir enquanto tiveram terras, com o cercamento dos campos e com o processo de tecnificação e massificação da produção agropecuária, foi fundamental para que eles buscassem nas cidades o que lhes faltava: alimento, que agora só poderia ser comprado. Para compra-lo precisariam de dinheiro. Para conseguí-lo, só poderiam fazer vendendo a própria força de trabalho. Foi a partir da fome que se consolidou um crescente mercado de trabalho inglês (Polanyi, 2000). Talvez tenha sido o sequestro desta nossa pulsão fundamental para a sobrevivência a porta de entrada para a tentativa de controle estatal – e capitalista – de toda a forma de pulsão humana, convergindo-as para o consumo de suas mercadorias, desde as efetivamente materiais às simbólicas.

pode experimentar na tentativa e relativo sucesso que têm as elites em manejar os desejos humanos a seu favor nas sociedades modernas capitalistas, manejo que é precário e parcial, pois seguimos sonhando e resistindo.

O corpo que manifesta as pulsões é um corpo que as sente. O estado corporal provocado por elas, as sensações disparadas e percebidas são os *afetos*. São eles que dão a tonalidade da nossa *intenção* à algo: "todos os afetos são primeiramente estados do si-mesmo e justamente como tais estados do si-mesmo eles são as intenções mais ativas" (Bloch, 2005, p.74). São estes estados do si-mesmo, os afetos, as bases que dão os contornos do algo que desejamos, que inspiram as imagens do alvo do nosso desejo, aquelas imagens que intencionamos, provocando o ato intencional: "no ato de imaginar, como no ato de pensar, há um ato de intencionar. [...] no imaginar, no pensar, não é esse ato mesmo que é imaginado, pensado: ao contrário, com muito esforço ele precisou primeiramente ser tornado acessível "à percepção anterior"" (Bloch, p.73, 2005). É na nossa matriz afetiva, matriz afetiva que tem por base o conjunto das pulsões que nos põem em movimento, que se constroem as imagens do que desejamos, o que mobiliza os nossos atos intencionais.

Entre os atos intencionais estão aqueles que se desdobram naquilo que hoje chamamos de 'ciência', mesmo naquela de figurino empírico técnico, de suposta neutralidade: "os próprios afetos, como atos intencionais, têm a si mesmos como estados. E eles têm a si mesmos como estados intensivos, porque são movidos principalmente pelo almejar, pelo impulso, pelo intencionar que está na base de todos os atos intencionais e dos imaginativos e cognitivos-avaliativos" (Bloch, 2005, p.73). Os afetos condicionam, de maneira inescapável, a imaginação e a cognição, a emoção e a razão[42], a arte e a ciência[43]. Qualquer produção humana, sobretudo as que são intencionais, tem na nossa matriz pulsional e afetiva a sua origem.

---

[42] Bloch (2005), circunscreveu na modernidade a pretensa separação entre emoção, esta sim, vinculada aos afetos, e a razão, que seria destituída de afetos. O filósofo pôs na conta das correntes existencialistas a concretização desta separação artificial, especialmente Martin Heidegger, por estabelecerem uma 'ontologia da angústia' improdutiva, fechada em sensações, tendente para a morte. Em Bloch, o desejos humanos, os atos intencionais deles decorrentes e os afetos que geram são a base daquilo que chamam "razão", também.

[43] Isto que parece tão óbvio, quando posto na chave proposta por Bloch (2005), que mesmo a ciência tem por 'motor' os desejos humanos e os afetos – basta olharmos com cuidado para o que fazemos -, é um grande contrassenso se contraposto aos valores pretensamente defendidos pelos cientistas de vinculação empírico-técnica, hegemônicos na atualidade. Estes ainda estão em uma busca pelo pote de ouro da ciência como árbitra da realidade, acima da humanidade – porque até dela é especialista - , uma obsessão que certamente acabará mal, além de impossível. Para ver um lamentável exemplo

Os afetos também foram divididos em duas categorias, decisivas, por Bloch. São os *afetos plenificados*, aqueles capazes de encontrar destinação rápida, previsível – aqueles relativos ao apetite -, e os *afetos expectantes*, que não tem destinação vislumbrável, que tem origem e são dirigidos justamente àquilo que não controlamos totalmente, que estão relacionados àquilo que desejamos. Como se pode ver na síntese de Bloch:

> "*afetos plenificados* (como inveja, ganância e veneração) são os que possuem uma intenção pulsional de curto alcance, cujo objeto pulsional está disponível – se não na respectiva acessibilidade individual, estão no mundo já ao alcance da mão. *Afetos expectantes* (como angústia, medo, esperança e fé), em contrapartida, são os que possuem uma intenção pulsional de amplo alcance, cujo objeto pulsional não está disponível na respectiva acessibilidade individual e tampouco no mundo ao alcance da mão, tendo lugar, assim, ainda na dúvida de sua finalização ou de sua ocorrência. Desse modo, os afetos expectantes se diferenciam, tanto segundo o seu não-desejo quanto segundo o seu desejo, dos afetos plenificados pelo caráter antecipatório incomparavelmente maior de sua intenção, de seu conteúdo, de seu objeto" (Bloch, 2005, p.77).

Por que é decisiva esta operação de Bloch? Para responder a esta pergunta, é preciso retomar com calma algumas de suas formulações, sobretudo neste emaranhado de categorias aqui trabalhadas. O apetite, a pulsão que gera o afeto plenificado, se dirige a um alvo previsível, retomado repetidas vezes na história daquela espécie de corpo. Ou seja: é identificado com aquilo que se repete na história daquela espécie, que oferece uma leitura circular, fechada, desta mesma história: joões-de-barro seguirão construindo casas muito particulares, abelhas seguirão se organizando em colmeias e baleias seguirão fazendo seus fluxos migratórios específicos. Algumas necessidades humanas também cabem nesta leitura, o que conduz alguns a cogitar uma "natureza humana" ou uma "história cíclica". Entretanto, nem joões de barro, nem abelhas, nem baleias, nem humanos seguirão repetindo esta história se não tiverem as condições naturais e coletivas possíveis para a satisfação das suas necessidades, expressadas repetidamente desta maneira. Todos os animais morreriam, ou teriam de se adaptar, diante da falta de condições naturais e coletivas para seguirem repetindo seus ciclos em vida. Os humanos, pela sua plasticidade pulsional e capacidade de intencionar e de imaginar, de pensar, em suma, de desejar, tem uma vantagem comparativa em relação aos demais animais mencionados. Diante de novas condições, ou querendo produzir

---

disso, segue a entrevista do médico imunologista português António Coutinho para a Folha de São Paulo (Nóbrega; Caldas, 2018): https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/filosofia-nao-e-ciencia-e-esta-fadada-a-desaparecer-afirma-pesquisador.shtml . Ele veio ao Brasil em uma dessas missões organizadas por Fundações – *think tanks* – trazer "a palavra e o ato".

novas condições, ele prospecta, ele imagina, ele cria; mas ele também teme, se recolhe, reaciona. Estas pulsões que se dirigem ao que é desconhecido, que nele projetam imagens reativas ou criativas, é a base dos afetos expectantes. É a possibilidade do *novum*, é a história que não se repete, a motivação do desejo e dos afetos expectantes:

> "Todos os afetos têm como referência o horizonte do tempo, por serem eminentemente intencionais, mas os afetos expectantes se abrem completamente nesse horizonte. Todos os afetos estão associados ao propriamente temporal, ou seja, ao modo do futuro, mas enquanto os afetos plenificados possuem apenas um futuro inautêntico, ou seja, um futuro em que nada objetivamente novo acontece, os afetos expectantes implicam essencialmente um futuro autentico – justamente o futuro do ainda-não, do que objetivamente ainda não existiu desse modo" (Bloch, 2005, p.77)

Está aqui, nos afetos expectantes, o delineamento da *performance* dos sonhos noturnos e dos sonhos diurnos. É o estado do corpo que espera, que anseia aquilo que não lhe está à mão. A angustia perante o instante, sempre desconhecido, quando torna-se medo e desespero, nos movem para trás, modulam repressivamente os nossos desejos que, inexpressíveis ou não elaborados, são intocados em algum rincão inacessível do inconsciente ou tendem à repetição. Este irrefreável movimento da pulsão, quando estancado, deposita-se no próprio conjunto orgânico – foi ao que Freud se dedicou – gerando variadas manifestações de sofrimento ou de gozo parcial noturno, quando se sonha dormindo, que é "uma espécie de resgate, uma reparação e uma satisfação rica em imagens" (Bloch, 2005, p.83). Já quando a angústia perante o instante nos põe a seguir adiante, seja para garantir a própria sobrevivência ou em movimento de querer o melhor, torna-se esperança e confiança. Se sonha de dia, prospecta-se, cria-se[44].

O uso do termo sonho, por Bloch, marca o solo comum da repressão e da criação no humano: "o conteúdo do sonho noturno está oculto e dissimulado, enquanto o conteúdo da fantasia diurna é aberto, fabulante, antecipador, e seu aspecto latente se situa adiante" (Bloch, 2005, p.100). E este solo, no conjunto orgânico, é a subjetividade[45], onde se dá o movimento do que não é consciente ao

[44] Bloch usou algumas metáforas interessantes para iluminar o entendimento sobre sonho diurno e noturno. Das mais esclarecedoras, estavam o efeito do haxixe no corpo e o movimento de expansão para fora que provoca, contrário ao efeito do ópio, recolhedor, morfeizante. Outra alegoria é a comparação entre a paranoia, uma condição patológica produtora de sonhos diurnos incessantes e até perigosos, e a esquizofrenia, que produz o indizível, o inexpressível o improjetável no mundo através de palavras (Bloch, 2005).

[45] Prefiro usar o termo subjetividade, por mais difuso que seja, de maneira totalmente desvinculada à mente, ao cérebro ou à razão. Ainda que os processos mencionados, a produção dos sonhos,

corpo ao que lhe é consciente. Isto que se dá a consciência está no corpo ou é acessível a ele[46]: são fragmentos de lembranças e são as apropriações daquele instante vivido, que se oferece ao corpo e vai ganhando entendimento. O ainda-não-consciente está dentro de nós e fora de nós e se mistura nas imagens que formulamos. O que está fora e nos amedronta se funde a lembranças amedrontadoras, nos torna reativos; o que está fora e nos inspira se funde a lembranças prazerosas, nos projeta. A subjetividade está sempre em trabalho, formulando imagens conscientes e ainda não conscientes com elementos recolhidos do passado e do instante, que é preciso significar. O medo produz imagens impregnadas de passado, de recusa a realidade, que apontam para o retiro; a esperança produz imagens impregnadas de futuro, da realidade que se quer ter amanhã, para o projeto. Nada disso se dá em uma esfera metafísica, descolada da realidade. Por mais que as imagens não sejam a realidade concreta, são construídas a partir dela, são informadas todo o tempo por ela. Os sonhos noturnos e diurnos são prenhes de realidade:

> o relativamente inconsciente se encontra então em dois lados: sob o limiar do desvanecimento, mas também acima da soleira do despertar. O olhar atento deve se voltar primeiramente para o relativamente inconsciente, o que muitas vezes exige um esforço. No entanto, ele é capaz de ser pré-consciente, não só abaixo do que não mais se percebe como também ali onde surge algo novo, que ainda não havia ocorrido a ninguém. As duas coisas podem ser mais ou menos esclarecidas (Bloch, 2005, p.115-116)

Evitarei voltar a falar em medo ou nos sonhos noturnos, da via repressional dos desejos, tão em voga na nossa cultura (Foucault, 1999). Cuidarei de dar clareza a sua via criativa, que opera o ser e no ser. Falarei da esperança, "este afeto expectante contrário à angústia e ao medo, [que] é *a mais humana de todas as emoções e acessível apenas a seres humanos. Ela tem como referência, ao mesmo tempo, o horizonte mais amplo e mais claro*" (Bloch, 2005, p.77). É importante situa-la enquanto aspecto articulado à realidade, interferente nela, produtivo. A esperança,

---

possam ter uma localização prioritária no conjunto orgânico, e parece que esta localização é o cérebro, as suas manifestações são corporais e se dirigem a um mundo que é natural e social. A subjetividade, aqui, não é cerebral, mental ou racional: ela é integralmente corporal e coletiva. Sua particularidade não pode a circunscrever a uma parte do corpo, uma vez que ela só é afirmada através do corpo, que a manifesta; manifestação que se constrói, faz e ganha sentido na sociedade e no mundo. Mesmo o sonho noturno produz efeitos corporais e é forjado por elementos da realidade também exteriores ao corpo.

[46] Bloch (2005) chamou a atenção enfaticamente para a necessidade de não operarmos uma divisão arbitrária e artificial entre consciente e inconsciente. Mesmo em Freud, que popularizou os termos e os instrumentalizou, aquilo que era inconsciente poderia tornar-se consciente. Portanto, havia movimento, fluxo entre a dimensão consciente e inconsciente. As categorias, neste caso, têm caráter heurístico.

e os sonhos que lhe são articulados, projeta os corpos ao que no ser aponta para o melhor, ao que nele pode ser tudo, a efetiva realização do desejo. Para quem deseja o melhor no ser, “este só aparece quando um desses sonhos diurnos atinge a seriedade que lhe corresponde, o plano da sabedoria e da experiência. [...] O ego competente tem músculos retesados e cabeça fria, é imbuído de uma vontade de expansão inabalável e se mantém atento a tudo” (Bloch, 2005, p.93). Portanto, não é a aparência do devaneador a do corpo humano que espera e que sonha.

Nem devaneador, muito menos solitário e ensimesmado. Os sonhos diurnos, os atos prospectivos e criativos nunca deixam de acontecer, mas são especialmente motivados, recorrentes e decisivos em três situações especiais: *na juventude do corpo, nos momentos de mudança de época e na produção criativa*. As mudanças de época, a juventude do ser, são os momentos em que os três elementos mencionados convergem dramaticamente no corpo, no ato e no ser, em direção ao *novum*:

> em épocas de mudança, o clima é abafado, parece que uma nuvem carregada está presa dentro dessas épocas. Por isso, categorias de tempo e nascimento sempre foram aplicadas a elas: como calma antes da tempestade ou como primavera histórica ou, na sua forma mais forte e concreta, como uma sociedade que está grávida de outra (Bloch, 2005, p.118)

Contudo, este se projetar no mundo, este se transformar no mundo, não é exclusivo aos períodos revolucionários, ainda que neles sejam mais numerosos e intensos os atos criativos. Em qualquer hoje o corpo humano pode sentir no instante a centelha do futuro, o que no ser está em realização. É uma sensação complexa, uma operação integrativa entre o corpo, o ser e o ato que leva um tempo para se realizar, visto que a subjetividade é consciência e ainda não consciência, que nela a realidade sempre está à frente das imagens e entendimentos que podemos ter sobre ela. A produção criativa, a inquietação ativa expressa no corpo, está sempre tomada dessa complexidade. O ato criativo está impregnado de desejo, o corpo quer com ele inaugurar, trazer o *novum*, realizar o ser.

Por tudo isso que se tem dito, o ato criativo está muito longe de ser o produto de um indivíduo especial: ele é o produto de uma época. Mesmo que o produto do ato aparentemente ultrapasse a época em que se deu, ele ultrapassou a humanidade, não o próprio ser. Aquilo que ultrapassa uma época, que chamamos de genialidade, é a realização do ser através do humano, quando a latência-tendência do humano funde-se com a tendência-latência do ser em um lampejo: “em

termos psicológicos, genialidade é a manifestação de um grau especialmente elevado do ainda-não-consciente e da capacidade de consciência – em última instância, portanto, é a força de explicitação desse ainda-não-consciente no sujeito, no mundo" (Bloch, 2005, p.126). O humano não é capaz de apartar-se do ser, jamais; portanto, o gênio é aquele capaz de oferecer uma tradução do lampejo que foi capaz de sentir, de materializá-lo. Igualmente ao gênio, aquele lampejo também foi sentido por muitos humanos do seu tempo, que, embora não tenham feito a tradução dele, também sonham e estão atentos ao movimento do ser. A obra criativa, genial, só pode existir no ser e em uma coletividade. A autoria está muito além do ato individual, corporal.

Para finalizar este item, falta falar sobre o ato criativo em si, o seu artesanato. O produto do ato, quando inédito, quando nos traz o *novum*, quando instaura uma marca na realidade, que é o próprio ser em realização, é o produto de um processo, do trabalhar o mundo. O produto do ato criativo é a expressão final de uma obra que se dá em três fases: *a incubação, a inspiração e a explicação*. A incubação é a própria latência-tendência do corpo aberto ao mundo, atento ao ser em realização. A inspiração é o lampejo, o momento em que o humano é capaz de se conectar com a tendência-latência do ser e ver o seu processo de realização com clareza:

> a faísca da inspiração reside na *coincidência* de uma predisposição específica e genial, isto é, criativa, com a predisposição de uma época para propiciar o conteúdo específico cuja expressão se tornou madura para ser enunciada, formulada, executada. Portanto, não só as subjetivas mas também as objetivas condições de enunciação de um *novum* têm de estar prontas. Maduras, para que esse *novum* possa passar da mera incubação para a irrupção e a súbita noção de si mesmo (Bloch, 2005, p.124)

Este momento de inspiração, como exaustiva e necessariamente repito, é raro, visto estarmos, subjetivamente, sempre atrás do instante, receosos com ele, angustiados. Esta fusão entre o corpo humano, a coletividade e o ser em realização é instantânea, efêmera, rara; uma gota contida em um corpo que está imerso em um oceano que lhe é estranho, angustiante. Para conter esta gota, o humano criativo é um corpo que precisa estar aberto ao desdobramento do ser, recolhendo seus indícios, prospectando, construindo imagens d*o novum*[47]. A possibilidade da

[47] Bloch (2005) trabalhou muito, ao modo de produzir exemplos de atos criativos, com obras de arte autorais e obras da cultura, como catedrais, tratando da atemporalidade delas. O que ultrapassa o tempo é justamente o lampejo materializado, a conexão ali contida que sempre é capaz de remeter ao ser em realização, que é capaz de proporcionar inspiração ao corpo humano que se conecta a elas. A atemporalidade das obras não está nelas e no seu autor, mas no próprio mundo em realização.

inspiração se dá nesta abertura, impregnada de esperança. É preciso haver desejo, é preciso que ele desperte a esperança como um estado corporal de abertura para o ser em realização. Entretanto, isto não basta. O lampejo recolhido, a inspiração vivida, a realização vislumbrada precisa ser explicada, materializada. Aqui, novamente, se instaura a tensão entre o real do humano e o real da matéria, o descompasso. A resistência à elucidação do ainda-não-consciente está na própria matéria que se transforma, nas condições que possibilita ao corpo que a deseja: "ela reside [...] na matéria elaborada pelo sujeito e é apenas refletida pelo esforço específico da explicação. [...] no ainda-não-consciente, no ainda-não-sendo, o que dá trabalho à produtividade não é algo reprimido, mas a dificuldade do caminho" (Bloch, 2005, p.129). Não são apenas os nossos 'traumas' pessoais e de época, tampouco a nossa limitação orgânica em se apropriar do que está em realização, que tornam hercúleas as tarefas de instauração do *novum*, do que desejamos, do que esperamos, a tradução do que nos inspira; está além disso, é a própria matéria em realização que nos impõe a grande tarefa:

> o condutor do processo se chama *Matéria* e de forma alguma é um ser que por si só já une o sujeito com o objeto – como a chamada ideia universal -, a não ser em decorrência de trabalho duro, aguçado precisamente com o esforço exigido pela resistência. [...] o próprio mistério do universo não se encontra em algum tipo de depósito de lixo cosmo-analítico, mas no horizonte do futuro a ser conquistado, e a resistência que ele contrapõe à sua inauguração não é a de um baú trancado, como nos mitos demoníacos dos tesouros, ladeado por cães de olhar maligno a vigia-lo. Aqui a resistência é a de uma plenitude que em si mesma ainda se encontra em processo, que ainda não se tornou manifesta (Bloch, 2005, p.131)

Terminamos assim este item, revelando que o corpo que deseja o mundo, aquele que sonha acordado, aquele que cria e marca o *novum* no mundo, mesmo o gênio, não passa de um trabalhador incansável, que se move e está aberto ao que lhe é exterior. Ele não é um indivíduo com méritos próprios, mas expressa o próprio ser em realização; é um tradutor.

2.6 **Bloch convida Benjamin e Bakhtin para o banquete**

Para arrematar a ideia de uma história experiencial que se dá no presente, em um corpo que sente e sonha, que constrói a própria história, que tem o passado e o futuro como referencia para enfrentar o instante, de onde emana todo o mistério; que vive em sociedade e que só coletivamente é capaz de marcar o mundo,

reencontramos os três inspiradores da ideia. Bakhtin inspirou a socializar o “indivíduo”, cuja subjetividade se conforma através dos signos compartilhados coletivamente, que lhe são exteriores, subjetividade que só existe na exterioridade. Benjamin revelou uma história qualitativa, em que o tempo do relógio pouco importa para o humano que a sente, que recolhe no presente os vestígios daqueles que estão fora da história oficial, homogênea e vazia. Bloch apontou para o futuro, revelou a esperança como afirmadora da humanidade e do mundo, que apontam para o melhor. O humano que constrói o mundo tem a subjetividade coletiva, recolhe do passado as lutas interminadas dos processos sociais, está atento ao presente que se desdobra misteriosa e instantaneamente, e, com tudo isso, cria e se implica nas imagens de um futuro não tão precário quanto o presente e o passado. Sem o passado que inspira e o futuro que se imagina, não se toma o incessante presente que nos interpela.

Bloch ofereceu uma chave importante para arrematar o encontro forjado entre os três autores ao falar sobre a “função utópica”, presente nos objetos da cultura. O amanhã já está entre nós: “a função utópica muitas vezes tem um abismo duplo, o da submersão em meio ao da esperança. [...] em parte, o caminho para a esperança foi preparado dentro do quadro arcaico” (Bloch, 2005, p.157-158). A cultura humana, os seus objetos, como elementos do ser, estão prenhes de um excedente utópico, estão ainda-em-realização. Assemelhando-se a Benjamin e Bakhtin, Bloch dizia que estes objetos estão neutralizados ideologicamente, ganhando um significado só precariamente definitivo; ele chamou de ‘função utópica’ este excedente utópico que está em cada objeto da cultura humana, que o transcende sem transcender, pois é capaz de informar o que será o amanhã: “a função utópica é a única transcendente que restou, e a única que é digna de permanecer: uma função transcendente sem transcendência. Seu esteio e correlato é o processo que ainda não resultou no seu conteúdo mais imanente, o qual está a caminho de se realizar” (Bloch, 2005, p.145-146). A função utópica constrange o “futuro inautêntico”, só artificialmente produzido, que nos dá a impressão de mera repetição do passado, em que todas as coisas parecem estar em seus devidos lugares. Contudo, instante após instante, cada objeto desdobra-se no ser, revelando novo conteúdo tendente-latente. O humano que deseja o melhor, que está atento ao melhor que se desdobra no ser, busca e afirma nestes objetos as marcas que neles também apontam o melhor.

Não há utopia sem um eu e um nós que a leve adiante. Corpos que desejam o melhor, provocam os objetos da cultura a desdobrarem-se no mesmo sentido. A totalidade da cultura está relativamente neutralizada em uma ideologia comum, que organiza os seus objetos, em determinada coletividade. Ideologia que não é estanque, como veremos, mas que é como a quinta dimensão da realidade[48] (Elias, 1998), a sua dimensão social, a realidade que é a representação da realidade propriamente dita. É a realidade como os humanos a veem, é a sua pré-visão de mundo: um conjunto de valores e referências simbólicas com as quais traduzimos o real. Bloch chamava especial atenção para três qualidades de objetos como estruturantes da ideologia compartilhada:

> há na ideologia certas figuras de condensação, aperfeiçoamento e significação do existente que são conhecidas como *arquétipos* quando associadas principalmente à *condensação*, como os *ideais* quando associadas principalmente ao *aperfeiçoamento*, como *alegorias* e *símbolos* quando associadas principalmente à *significação* (Bloch, 2005, p.148)

Por arquétipos, como figuras de condensação, se entendem objetos da cultura que em si reúnem, de maneira densa, traços marcantes daquela coletividade. Têm, em geral, formas humanas, mas não necessariamente, que podem trazer ornamentos simbólicos e formam uma imagem típica. Por exemplo: a mãe. Na cultura moderna, nos assaltam traços relativamente típicos deste arquétipo: a que dá a luz, a nutriz, a cuidadora, a que dá conta da casa, da privacidade familiar, etc.; a casa é outro arquétipo que tem na modernidade traços particulares e especificamente privados[49]. Os ideais, como figuras de aperfeiçoamento, são os próprios valores que se tem como perfeição, como ideia do melhor. O liberalismo moderno inspira a imagem do indivíduo realizado, que compete em um livre mercado onde ele sempre é capaz de oferecer o seu melhor. A igualdade de

[48] "Quando se trata do universo quadridimensional, os homens ainda não se incluem a si mesmos, como sujeitos da percepção e da observação, em suas percepções e observações. Quando subimos um degrau na escala do conhecimento e, em sua condição de sujeito do saber, a humanidade passa a ser incluída nesse mesmo saber, o caráter simbólico dessas quatro dimensões torna-se reconhecível" (Elias, 1998, p.32).

[49] Podemos mesmo pegar em Freud bons exemplos do que significam os arquétipos: na sociedade europeia moderna, da virada do século XIX para o XX, todos os complexos definidos por Freud eram baseados especialmente nas figuras do pai e da mãe. Em uma família burguesa média daquele tempo, o indivíduo recém-nascido em uma família nuclear, em uma propriedade privada – a casa -, tinha o pai e a mãe como referências quase absolutas. Isto serviu para Freud formular o pai e a mãe como arquétipos, como figuras que condensavam valores e performances relativamente homogêneos. Em cima destes arquétipos, Freud foi capaz de sugerir, tomando como referência a mitologia grega, uma mitologia moderna. Nela se tem a saga do indivíduo moderno: o reprimido, o castrado, que sofre com complexos como o de Édipo e outros.

condições, a liberdade de atuação e a coletivização da satisfação dos desejos individuais norteia a busca por uma sociedade melhor, aperfeiçoada. Por fim, as alegorias e os símbolos são as figuras de significação, unidades de sentido ubiquamente compartilhadas em determinada cultura. Para não fugirmos da modernidade exemplar, que nos está mais próxima e mais tensa, as alegorias – imensamente atingidas pela pobreza da experiência moderna (Benjamin, 2012) – são unidades de sentido complexas, cujos exemplos mais próximos e ainda resistentes são os provérbios e os ditados populares. Um bom exemplo de alegoria moderna é "*time is money*[50]", uma estrutura que mantem significação e conteúdo moral relativamente preservados nos distintos contextos em que é usada. Os símbolos, em contraposição às alegorias, ganharam força na modernidade. São unidades de sentido simples, cuja imagem remete imediatamente a um significado. Bons exemplos modernos são o cifrão e a suástica, que teve no século XX o significado totalmente renovado através do nazismo.

As categorias de objetos referidas no parágrafo anterior forjam e são forjadas na ideologia, que seria a totalidade dos elementos de significado da cultura humana. As obras de arte, a ciência, a filosofia, a política, a economia, etc., estão sempre em reafirmação e renovação da e através da ideologia. Portanto, ela não é estanque; mesmo os exemplos descritos no parágrafo anterior não são capazes de guardar significado único. A própria ideologia contem em si as promessas de realização da sua instauração: "também o que está contido no *interesse* que outrora foi progressista, em *ideologias* que não desapareceram totalmente com a sua sociedade, em *arquétipos* que ainda estão encapsulados, em *ideais* que ainda são abstratos, em *alegorias* e *símbolos* que ainda são estáticos" (Bloch, 2005, p.149). Lembremos que a sociedade na qual ainda estamos estruturados tem como marcos algumas revoluções; pelo menos em uma delas, a francesa, ideais de liberdade, igualdade e fraternidade moveram aqueles corpos revolucionários em direção a um destino e ainda povoam a nossa ideologia. Intrigante ver como os "direitos do homem e do cidadão" tornaram-se substratos para esta ruína que é o cidadão contemporâneo, nada livre, nada igual, nada fraterno. Mas a carta que contem os três valores fundamentais ainda está entre nós, produzindo coisas, movendo corpos no mundo em busca do melhor. Outro exemplo interessante é o arquétipo "mãe". As

[50] Algo como "tempo é dinheiro".

mulheres de hoje pleiteiam e avançam no desligamento da responsabilidade exclusiva enquanto nutriz e cuidadora, da obrigatoriedade com o reduto domiciliar e familiar. A “mãe” arquetípica moderna torna-se mais e mais estranha, o que é um sinal importante que os tempos são de mudança.

Bloch formulou que as ideologias passam por três fases demarcadas, desde a sua instauração à sua decadência: a *preparatória*, que vem em auxílio do que emerge, ao conjunto humano que se projeta; é impregnada de esperança, de promessas, sem demarcação clara entre os humanos que compõem o conjunto que emerge, que revoluciona; a *vitoriosa*, que assegura a estrutura social que passou a existir, “fixando-a jurídico-politicamente, embelezando-a cultural-jurídico-politicamente – omitindo e em parte, classicamente, também promovendo um certo “equilíbrio” às pulsões revolucionárias precedentes” (Bloch, 2005, p.152); e, por fim, a *decadente*, quando tudo é tomado de profunda desconfiança, ao mesmo tempo que se faz o serviço de ‘perfumaria’, reafirmando artificialmente, quase sempre através da violência, a ideologia vigente[51]. Estas fases têm como continuidade a “herança cultural”, que se renova, afirma e fenece nas transformações sociais e do ser, incessantes. Isso porque algumas obras da cultura são dotadas de um “excedente cultural”: “as florescências da arte, da ciência e da filosofia sempre designam mais do que a má consciência que uma sociedade tinha a seu respeito em cada caso e utilizava localmente para o seu embelezamento” (Bloch, 2005, p.154). Este “excedente cultural” é fruto da criatividade de corpos e coletividades que foram capazes de ultrapassarem a si mesmos, o seu tempo e lugar: “toda grande cultura pregressa é pré-aparência de uma vitória na medida em que esta ao menos pôde ser edificada com imagens e ideias sobre os cumes do tempo com longo alcance visual, portanto no e para além do seu tempo” (Bloch, 2005, p.155). Encontramos nestes elementos da cultura a ‘função utópica’ capaz de inspirar os corpos que desejam o melhor: “todo plano e toda estrutura levada até os limites de sua perfeição tangeu a utopia e proporcionou [...] exatamente às grandes obras da cultura, que continuam a atuar de forma progressista, *um excedente que vai além de sua mera ideologia local*” (Bloch, 2005, p.156).

[51] Sempre é bom lembrar que Bloch (2005) via tudo dialeticamente e em processo. Estas categorias e divisões têm caráter heurístico, nos auxiliam analiticamente. Portanto, e isso ainda ficará mais claro, as fases preparatórias e decadentes acontecem paralelamente, e ambas são informadas pelas fases vitoriosas. Nenhum desses processos são estanques, fechados em si.

Com tudo isso, além das transformações que podemos perseguir no desdobra-se do ser, no instante diante de nós, outros humanos antes de nós foram capazes de materializá-las e indica-las. O passado que está entre nós é, portanto, rico de um futuro que está em realização. O "excedente cultural" conversa diretamente com aquilo que devemos perseguir nos "bens culturais", como nos indicou Benjamin. Para os dois autores, também para Bakhtin, os corpos que desejam o mundo podem colher na própria cultura, além daquilo que podem criar, o que criaram outros humanos ao longo da história humana: "a âncora que aqui submerge até o fundo é, ao mesmo tempo, a âncora da esperança. O que submerge contem o que ascende, pode contê-lo" (Bloch, 2005, p.163).

Além do encontro da função utópica com a ideologia, Bloch propôs ainda o encontro com cada grupo de elementos que atravessam a herança cultural: os arquétipos, os ideais e as alegorias-símbolos. Isto porque, apesar de neutralizados em determinada ideologia no tempo e no espaço, estes elementos podem ser transversais a diversas ideologias e culturas. Como exemplo, podemos citar a liga espartaquista alemã do início do século XX, que recuperava, em plena modernidade, elementos da antiguidade romana que apontavam na direção da libertação humana da opressão.

Não entrarei em detalhes sobre como Bloch via o encontro da função utópica com cada um dos elementos. Cabe dizer que, ao longo da história, são vários os arquétipos, os ideais e as alegorias-símbolos[52] que dialeticamente se renovam em novas culturas e ideologias. O que fica de Bloch, de Benjamin e de Bakhtin é que novas subjetividades se afirmam e se conformam na nova ideologia que são capazes de instaurar. Portanto, o *novum* só é capaz de emergir se com ele os corpos tiverem um senso apurado de realidade e, ao mesmo tempo, criarem, projetando as imagens que desejam no mundo. Estas imagens estarão novas quando concretas na realidade, mas cheias de história nos arquétipos, ideias e alegorias-símbolos que agora terão outro significado, em um mundo menos precário que o de ontem. Mesmo aquilo que de ontem permaneceu, permanece diferente, transformado e em realização. Os corpos que desejam o mundo precisam criar, marcar com o seu desejo a realidade e afirma-la como melhor. Será melhor se

[52] Mesmo os arquétipos, ancestralizados de modo primal e originário por Jung (2000), surgiram e seguem surgindo vários nas culturas humanas: a imperatriz, a rainha, a primeira dama parecem ceder espaço, hoje, para a matriarca, renovando o laço da história com períodos negligenciados pela história homogênea e vazia construída pelos homens.

estiver livre da opressão humana, que destrói outros humanos e a natureza, humanos que oprimem e destroem-se na própria cultura de depredação e rapina contemporânea. Os humanos que desejam o melhor devem estar atentos e ativos para retomarem a autonomia sobre os seus desejos, compartilhando-os. O desejo de um pode ser a expressão do desejo de muitos, do próprio ser em realização. A autoria sempre está além de nós, só precisamos trabalhar generosamente. Isto porque a civilização está prestes a dominar-nos completamente, na sua decadência desesperada pela sobrevivência, devoradora do mundo, o que será o nosso fim.

Desejar é criar; ideologia não é meramente composta por ideais: para termos o *novum* como o melhor, precisamos de arte, filosofia, ciência, subsistência, política, de criações humanas que deem o sentido do melhor. Sobretudo, que resgatem que somos trabalhadores em realização no ser, o que quer dizer que só seremos melhores quando nos dermos conta que o trabalho que liberta é o trabalho que nos reconcilia com o ser. “Trabalho de vida”: viva theusa!

2.7 **Situando a “performance analítica”**

O que tem a ver estas setenta e tantas páginas anteriores com uma pesquisa que lida com o passado do Instituto de Medicina Social? Sobre o que, de fato, se inclina esta tese? Há uma tese? Bem, é sobre abertura que se escreve, é para a abertura que este trabalho se dirige. Sendo um trabalho de abertura, é a abertura de algo; o corpo que se dispõe a abrir a realidade, o passado, a própria condição no mundo, em vistas de transformá-lo, aqui se dirige para algo bem específico: uma instituição; uma instituição bem específica: uma organização que majoritariamente produz pesquisas e formação em nível de pós-graduação, em que se formam mestres e doutores. Ou seja: uma organização com circunscrição muito clara e particular, se levarmos em consideração a sociedade brasileira, onde temos pouco mais de 0,1% de corpos com doutorado[53]. É ainda mais particular por ser

[53] Conforme levantamento realizado pelo jornal Nexo online (Almeida; Zanlorenssi, 2017), ‘A distribuição de pessoas com doutorado pelo Brasil’, que está disponível em: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/10/23/A-distribuição-de-pessoas-com-doutorado-pelo-Brasil . Nem entrarei nos detalhes que este levantamento revela, apenas o situarei: foi publicado no fim de 2017 com dados de 2016 e leva em consideração os doutores que têm o perfil cadastrado na plataforma Lattes. Pela capilaridade que a plataforma Lattes alcançou nos programas de pós-graduação, é um recurso de representatividade importante. O número de doutores no Brasil, em novembro de 2016, era de 218.562 pessoas, em uma população de 206.081.432, segundo estimativa do IBGE com referência em primeiro de julho de 2016 (IBGE, 2016).

reconhecida como uma instituição de excelência acadêmica pela CAPES, por ter mais de 40 anos de experiência como um programa de pós-graduação, sendo um dos mais tradicionais e antigos da área de Saúde Coletiva. Por tudo isso, o Instituto de Medicina Social é um espaço onde circulam, também, corpos muito particulares, intensamente selecionados por processos de reconhecimento do seu "capital cultural"[54] até chegarem ali.

Tendo em consideração o que se disse acima, só se pode dizer que não se transforma o mundo neste espaço. Quando muito, corpos engajados conseguem transformar a própria instituição que, diminuta que é, só pode exercer influência na sua vizinhança institucional. Uma influência que repercutirá diretamente em corpos quase iguais entre si, que são os que frequentam estes espaços acadêmicos e, quando muito, da gestão em Saúde; são corpos com "capital cultural". No Brasil, todos sabemos como somos os que têm "capital cultural": pessoas de classe média, em geral brancas. Por estarmos na área da Saúde e, na Saúde, em uma área não tão "nobre", como é a Saúde Coletiva, é grande e crescente a participação feminina[55]. Enfim, os que alcançamos esta instituição somos corpos muito parecidos, de diálogo fácil, com pressupostos axiológicos e "capital cultural' relativamente comuns ou, ao menos, equivalentes. Um lugar onde as fortes tensões sociais brasileiras causam apenas ruídos, fácil e eficientemente invisibilizados[56].

---

[54] Não me aprofundei na leitura de Pierre Bourdieu durante a minha passagem pelo IMS. Suas reflexões sociológicas sobre a ciência, suas categorias "habitus", "campo", seus matizes de capital (Bourdieu, 2004), teriam sido produtivas se eu tivesse optado por dialogar com ele na pesquisa, seguir algumas das suas orientações. Orientações por demais fechadas, restritivas, disciplinares. Entretanto, não pude escapar de um diálogo com ele por motivos de "trabalho de campo". Já na reta final da escrita da tese, em um evento importante para o Instituto, o seu Seminário Estratégico, acontecido no mês de abril deste ano, uma docente, por sinal cientista social, disse que os discentes do Instituto não tinham "capital cultural" para estar ali, que isso provocava problemas no trabalho docente e da pós-graduação. Segundo ela, havia alunos no Instituto que usavam com frequência a palavra "houveram", que era muito difícil ter que lidar com isso. Achei importante situar o não uso de Bourdieu aqui pela infeliz coincidência profissional e disciplinar. Sobre o "problema" apontado pela docente, encontrei um interessante artigo que põe em discussão o uso da categoria "capital cultural" no contexto educacional brasileiro (Almeida, 2007). A relativa democratização do acesso à Universidade, que se deu nos últimos anos, tornou-a porosa a tais "problemas", do que não escapa a pós-graduação. Pessoas que antes estavam excluídas de partida da Universidade, hoje estão nela. Há quem entenda que o "problema" deve ser trabalhado institucionalmente e de maneira solidária, visto que é de ordem estrutural. E há quem escute o depoimento da docente e balance em sinal afirmativo as suas cabeças.

[55] Também na medicina, a única área "nobre" da Saúde, cresce a participação feminina (Scheffer; Cassenote, 2013), algo a se comemorar e refletir sobre. Estaria ruindo o patriarcado na saúde? Pelos corpos que vejo ocuparem o papel diretivo nas instituições da saúde – nas secretarias de governos, serviços de saúde, conselhos profissionais, etc. – ainda estamos longe disso...

[56] A expressão das fortes tensões sociais brasileiras está na relação cripticamente normalizada entre o corpo docente e os funcionários administrativos, e na crescente tensão entre docentes e discentes.

Não se transforma o mundo neste lugar. O máximo que se pode fazer é revela-lo como um espaço de privilégio, abri-lo ao escrutínio público. É mais ou menos desse modo que me posiciono como pesquisador neste lugar: revelar as ambivalências de um espaço de privilégio imensamente ameaçado. Uma posição ambígua em um lugar ambíguo: isto que chamo de espaço de privilégio tem sido o único acessível a alguns corpos de baixo “capital cultural”; além disso, tem sido alvo de um projeto de destruição das Universidades públicas levado a cabo por corpos e grupos muito mais privilegiados que os mais privilegiados corpos e grupos do IMS. Sempre na ‘corda bamba de sombrinha’, estamos no Brasil. A ‘esperança equilibrista’ é uma alegoria que cabe no meu fazer e no meu método, nesta “performance analítica”.

É este o lugar, o tempo é o presente. Um presente ampliado: são sete anos de intensa experiência neste lugar. É um presente que traz um passado nesta mesma experiência, que pesa, que interfere consciente e inconscientemente no fazer da pesquisa. Vivi uma parte da história institucional muito específica: ali cheguei e o Instituto já era um espaço de produção de pesquisas, enfaticamente dirigido a isso. A excelência acadêmica era o sonho, quando cheguei, que foi alcançado na minha “subida” ao doutorado, três anos depois. Durante todo esse tempo, foi um Instituto às voltas com a sua identidade: pode aceitar o Instituto se tornar um centro de pesquisas? O mal-estar desta pergunta colocada no claro-escuro institucional – uma pergunta que soprava no vento, que não estava todo o tempo colocada, mas que estava todo o tempo colocada – é o mal-estar que o meu corpo perseguiu e que expressa aqui. Nesta perseguição, outros corpos conheceram-se e tornaram-se Coletivo, especialmente entre os discentes. Foi com estes corpos e para estes corpos que movi esta pesquisa. Corpos ainda muito privilegiados, mas já não tanto quanto eram antes de nós.

Foi no rastro da pergunta colocada acima, gritada em sussurros no evento de comemoração dos quarenta anos do Instituto, que foi também uma comemoração do reconhecimento da excelência acadêmica pela CAPES – éramos sete -, que segui, em 2014. Foi neste evento que percebi que aquele Instituto só poderia ser um centro de pesquisa para sobreviver. A pergunta sempre o rondará como um karma ou como um sintoma. Naquele evento, como nos sete anos em que estive ali, quem a apresentou sistematicamente foram os estudantes. Eles, que nunca viram o Instituto

---

Este aumento da tensão entre docentes e discentes parece ter alguma relação com a entrada de corpos discentes com baixo “capital cultural”, como dito na nota 54.

fazer outra coisa que não pesquisa. Entretanto, a pergunta não era e nunca será externa: ela está naquele diminuto corpo social, sempre emergirá. Mesmo quando não colocada claramente pelos “cidadãos” legítimos daquele corpo social, os docentes, ela toma expressão em outros corpos. Mas a pergunta assombra a todos, não pode estar silenciada, lateja até mesmo na cabeça do mais convicto pesquisador daquele centro de pesquisa que não consegue se identificar como tal. Está na ação da direção e da comissão de pós-graduação, líderes no processo de tornar o Instituto um centro de pesquisa e de excelência, que convidaram expoentes da história do Instituto para o evento de comemoração, lhes ofereceram a palavra no momento da glória, e as palavras ditas foram de reconhecimento, congratulações e de referência a um Instituto que nada tinha a ver com um centro de pesquisa; o Instituto fora, sim, um espaço da política e da crítica, seja referente às políticas públicas ou a própria academia. E aqueles corpos jubilosos pelo que a Instituição se tornara, só tinham memória de uma outra instituição, de um outro cotidiano. O júbilo os remeteu às lembranças jubilosas de um Instituto que não fazia pesquisa como um fim, mas como um meio. O fim era a política, mesmo que fosse interna a própria academia.

Foi nestes sete anos de presente que visitei o passado do Instituto. O fiz no cotidiano: cursando disciplinas tradicionais, conversando com os professores e funcionários administrativos no corredor, participando de todas as instâncias deliberativas da instituição, lendo boa parte dos livros importantes produzidos ali. Assim, fui me dando conta do nome de uma disciplina que soava estranho, ‘Análise do Sistema Político de Saúde’ - o que afinal é um ‘sistema político de saúde’? -, descobrindo os ecos da sua significação na leitura de ‘As instituições médicas no Brasil’, de Madel Luz (1986); assim fui descobrindo que a reforma curricular em uma das áreas de concentração[57] da pós-graduação mexia em posições e conteúdos que estruturavam as disciplinas desde os fundadores das próprias disciplinas, ou lhes honrava a origem. Determinado professor dizia-se guardião da herança deixada por outros; perguntando “quem eram estes outros?”, cheguei à Fiori, à Maria Andrea Loyola, à Ricardo Tavares, à Reinaldo Guimarães, à José Carvalho de Noronha... eventualmente, uma conversa de corredor podia ser o suficiente para conhecer toda

[57] São três as áreas de concentração da pós-graduação em Saúde Coletiva do IMS: ‘Ciências Humanas e Saúde’, ‘Epidemiologia’ e ‘Política, Planejamento e Administração em Saúde’. Estas áreas de concentração confundem-se administrativamente com os departamentos.

a árvore genealógica institucional de determinado docente. Podia ser uma conversa no corredor ou lendo um clássico produzido no Instituto: lendo ‘A indústria da Saúde no Brasil’, de Hésio Cordeiro (1985), descobri que aquela obra tinha a ver com uma pesquisa levada a cabo por Maria Andrea Loyola em Nova Iguaçu, sobre ‘medicina popular’; lembrando-me disso, foi na entrevista que fiz com o Hésio que pude perguntar sobre a participação dele na pesquisa de Maria Andrea e saber que o inspirador e incentivador para aquela pesquisa e livro fora mesmo o Juan César García. Em outra ocasião, na vertigem de uma leitura fortemente embebida na minha experiência institucional de ‘Saúde e Medicina no Brasil’, organizado por Reinaldo Guimarães (1978), pude perceber que nele estavam reunidos textos relativos a todas as pesquisas em andamento no Instituto, àquela época. Este livro é um retrato de época: nele vemos a ferocidade com que José Luís Fiori atacava a questão da Saúde no Brasil, a abordagem sócio-epidemiológica do próprio Reinaldo Guimarães sobre o problema da tuberculose no país, a Maria Andrea Loyola inaugurando seus estudos sobre ‘medicina popular’, Madel Luz apresentando as Instituições Médicas no Brasil e suas estratégias de hegemonia...

Estes acessos anteriores são os que eu posso tomar à consciência. São muitos os que eu poderia descrever aqui, infindáveis. Têm, também, aqueles que eu não posso descrever, porque a consciência passa longe de rastreá-los. Eles estão operando nesta tese, mas não tenho como indica-los. Não há consciência que dê conta do que sabemos sobre determinada experiência que passamos. Sendo assim, o que posso dizer é que, desde o primeiro dia que visitei o Instituto, fui capturado por sua atmosfera, por suas performances, que nunca são individuais. Mesmo a mais particular e iconoclasta performance que ali ganha expressão, seja a grande aula de um professor, seja a mais heterodoxa forma de se conquistar uma vitória política, com o tempo percebi que só fazem sentido naquele contexto, tempo, espaço e coletivo. Por mais individuais, algumas até assustadoras, que aparentam ser as performances no Instituto de Medicina Social, elas estão fortemente ancoradas em um grupo, em eventos de grupo, naquilo que aquele grupo construiu junto. De performance em performance, de livro em livro, de conversa em corredor em conversa em corredor, de disputa em disputa nos órgãos deliberativos do Instituto, de aula em aula e, por fim, de entrevista em entrevista, fui me aproximando de um conhecimento sobre este grupo. Alguns me provocarão: não só conhecimento, mas pertencimento. Eu digo: o pertencimento está em aberto, o pertencimento sempre

está em aberto... assim como o conhecimento sobre o grupo. O que eu conheço sobre o Instituto de Medicina Social está nesta tese e nas entrevistas que serão posteriormente publicadas[58]; e o que se conhece sobre o IMS também está em aberto, pois o grupo está sempre a lidar com o que está fora e chega, ou o que está fora e o enfrenta; ou mesmo o que dorme ou lateja no seu interior e toma forma, ganha expressão, performance. Um grupo, como os corpos que o compõem, não pode ter uma forma definitiva. Quando mortos, podem querer dá-la, mas nem a morte garante a identidade de um grupo ou o fechamento de uma história. A morte de um grupo pode, ao contrário, gerar o movimento de outros e a memória do grupo original será disputada por cada um deles. Ninguém está à salvo da história do mundo.

Portanto, a história do Instituto de Medicina Social, a experiência humana da sua construção e sobrevivência coletiva, está aberta em cada fio solto desta tese e, especialmente, em cada entrevista feita no processo de pesquisa. Esta tese é aquilo que pôde expressar um corpo que experimentou aquela realidade, aquele grupo, em determinado contexto, tempo e espaço. Todo o seu acesso ao passado foi condicionado por isso. A situação desta pesquisa é sobre o que se inclina esta tese: é o corpo que lembra, que tenta dar sentido e significado a uma experiência que, como experiência, nunca é individual. Espero não ter deixado dúvidas sobre isso ao longo da tese; esta é fruto de um corpo que tenta colocar a experiência humana, sensorial e simbólica, como ‘campo’ privilegiado para acessar um grupo. Experiência humana, esta que vai ganhando outra “função” neste mundo pós-qualquer-coisa que ainda não conseguimos definir, cada vez mais “pública”, sem de fato ser, mediatizada, virtualizada...

Isto que está nesta tese e nas entrevistas, que serão reveladas em breve, é o acesso que pude ter à memória coletiva do Instituto de Medicina Social, que estará sempre aberta, como está toda a história do mundo.

[58] A frente falarei sobre as entrevistas feitas no contexto da pesquisa, pesquisa que dá base a esta tese. 38 das 40 entrevistas feitas estão autorizadas pelos entrevistados a tornarem-se públicas, assim como os seus nomes.

2.8 **Da história viva**

> nossos pais caminhavam a nossa frente e nos orientavam para o futuro. É chegado um momento em que eles se detêm e nós os ultrapassamos. Então, devemos nos voltar para eles e parece que, no presente, foram envolvidos pelo passado, e que são confundidos, agora, por entre as sombras de outrora (Halbwachs, 1990, p.69)

Seguindo a tarefa de localizar este trabalho, apresentarei ainda algumas categorias importantes. Entre elas, a de “memória coletiva”, que é aquela que permite ancorar, realizar em um grupo a concepção de história qualitativa - ou “história viva” (Halbwachs, 1990) -, que se traz aqui. Para isso, teremos que deixar claro o papel da memória nesta tese, distinguindo-a do que é o registro factual de eventos passados. Memória que é sempre individual e coletiva.

Para avançarmos, convidarei ao diálogo Maurice Halbwachs, sociólogo francês que foi o primeiro a ter usado e trabalhado sobre a categoria “memória coletiva”. Este trabalho foi desenvolvido especialmente nas décadas de 20 e 30 do século XX, no entre-guerras, e ficou aberto, pois antes que ele pudesse concluir uma obra relativa a “memória coletiva”, obra que estava em curso, ele foi morto pelos nazistas, em 45. Do trabalho que ele conseguiu desenvolver em vida, ficaram alguns ensaios reunidos em um livro chamado “A memória coletiva”, cuja primeira edição no Brasil é de 1990. Halbwachs, que conjurava influências tão diversas quanto Leibniz, Henri Bergson, Émile Durkheim e Karl Marx, vivendo a intensa relativização do tempo[59] daquele período histórico, desdobrou a memória da história como é sistematizada disciplinarmente (Alexandre, 1990; Duvignaud, 1990).

Para Halbwachs, a memória é um fenômeno de grupo, sempre em transmutação nas dinâmicas sociais, sendo a memória individual a síntese das diversas experiências de grupos que jamais se repetem de um humano a outro. O que teríamos de individual seria a encruzilhada dos grupos que representamos, que somos: “no ponto de encontro de várias correntes de pensamento coletivo que se cruzam em nós se produz um desses estados complexos, onde queremos ver um acontecimento único, que não existirá a não ser para nós” (Halbwachs, 1990, p.47). No nível da memória, cada lembrança nossa relativa a determinado grupo, entretanto, é sempre dirigida a este mesmo grupo e só ali encontra lugar, sentido.

[59] Lembremos que o “espírito” daquele tempo produziu, um pouco antes, a teoria da relatividade geral, através de Albert Einstein.

Lembrar um determinado evento é sempre lembrar com outros. Por mais que cada lembrança seja particular, porque atravessada por uma multiplicidade de outras experiências, inclusive em outros grupos, ela é a expressão de uma experiência vivida em comum, a sua revisita ao evento de grupo ganha força e sentido entre os que podem lembrar junto: “Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 1990, p.51). Seja feita de maneira ‘colorida’, seja feita de maneira desengajada, a lembrança é dirigida ao grupo e só no grupo pode ser qualificada, legitimada.

Mais que representar a reunião de um conjunto de pessoas no tempo e no espaço, o grupo, com a sua memória coletiva, representa uma “comunidade afetiva”. Distinguindo-se de Durkheim, que via nos grupos sociais dinâmicas coercitivas estruturantes, cuja memória comum serve mais à estabilidade, à permanência impositiva, Halbwachs via nesta comunidade mnemônica um efeito positivo, que não captura os seus integrantes simplesmente pela ordem e repressão das vontades individuais, mas pelo afeto. Para Michael Pollak (1989), Halbwachs “acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo” (Pollak, 1989, p.3).

A pesquisa que levo a cabo sobre o passado do IMS, que inclui esta tese, as entrevistas e os eventos produzidos, é fortemente apoiada em lembranças, sejam as minhas, sejam as dos 40 entrevistados e dos 14 participantes da disciplina ‘A grande narrativa do Instituto de Medicina Social, pelos seus autores’. São lembranças impregnadas de afeto. Viver intensamente o IMS e trazer essa experiência para as entrevistas, para a disciplina, experimentar esta comunidade afetiva foi fundamental para provocar as memórias em cada entrevista e evento da disciplina.

E, obviamente, estas lembranças extrapolaram o grupo Instituto de Medicina Social; avançaram sobre o grupo UERJ, sobre o grupo medicina, sobre o grupo PCB, sobre o grupo INAMPS, sobre o grupo Brasil em período de exceção, de abertura, de democracia e de golpe novamente, entre outros. Uma marca que distingue as lembranças reveladas nas entrevistas das lembranças nos eventos da disciplina, é que as segundas, pois lembradas em comum com outros dois sujeitos em igual condição de rememorar, eram muito mais circunscritas ao próprio Instituto.

A experiência de grupo, até porque feita no próprio Instituto, estava muito mais presente na disciplina que nas entrevistas, a maioria realizadas fora do Instituto, algumas nas casas dos entrevistados. O fator biográfico marcou mais as entrevistas e produziu visitas a inúmeros grupos além do IMS; o que não foi menos interessante, pois no rastro destas biografias se pode traçar com riqueza de detalhes as articulações feitas nos períodos revisitados. De biografia em biografia, se constrói um belo mapa dos humanos e grupos que tornaram a experiência do Instituto de Medicina Social possível.

Ainda há muito mais para dialogarmos com Halbwachs, pois a “memória coletiva” permite amalgamar o que ainda está solto neste trabalho. Isto porque é através desta categoria que se pode chegar a uma conclusão muito importante: só posso usar a minha biografia – a auto-entrevista - como algo relevante para dizer sobre o Instituto de Medicina Social porque ela é um entrecruzamento importante de gerações e coletivos que por ali passaram. Coloquei-me em uma posição, que foi a do pesquisador engajado no grupo, de mediação de trajetórias, onde em relação a cada uma delas eu tive uma posição específica. Esta posição específica era condicionada pela experiência: dentro do grupo Instituto de Medicina Social, havia os eventos e grupos que eu vivi e os que eu não vivi, os mais próximos e os mais distantes no tempo. O meu maior desafio foi aceitar, compreender e dar um sentido a isso. Sentir os ecos do passado no presente não é reencontrar o próprio passado, mas entender como ele pôde chegar ali, por quais meios, para que fins. Tentarei desenvolver estas questões com mais clareza a seguir.

É preciso ver as memórias individuais e as memórias coletivas em profunda relação, de modo que umas não existem sem as outras. Estranhamente, e Halbwachs nos permite lidar com esta estranheza, as memórias individuais são o campo da multiplicidade, enquanto as coletivas são o reduto da tradição, do que fixa determinado grupo. As lembranças relativas a tais memórias poderiam ser organizadas de duas maneiras, relativas a individualidade e a coletividade: “ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere de seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais. [...] o indivíduo participaria de duas espécies de memórias” (Halbwachs, 1990, p.53). As memórias coletivas são, portanto, algo que garante as memórias individuais, assim como marcam a sua parcialidade e multiplicidade de condições. Aproximando-se de Bakhtin, Halbwachs enfatizou que

já para expressar a lembrança, é preciso o humano fazer uso de recursos coletivos: “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que tomou emprestado de seu meio” (Halbwachs, 1990, p.54). Tampouco o próprio conteúdo da lembrança escapa do quadro coletivo a que se refere: “um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade” (Halbwachs, 1990, p.54). A memória individual não pode prescindir de um quadro de referências coletivo.

Destaca-se que, embora garantam as memórias individuais, as memórias coletivas não se tratam de arsenal estanque, de quadro imutável, de um conjunto de referências palpáveis. Trata-se, sim, de um conjunto de referências que só podem ser experimentadas em grupo, porque dizem respeito a algo vivido em comum. E o vivido em comum pode ir muito além da experiência material: pode estar na lembrança da experiência material transmitida. A lembrança de outros nos atravessam todo o tempo, nos tornam sensíveis a determinados aspectos da realidade que não nos tocariam se determinadas lembranças alheias não nos informassem a percepção. Ao tratar da biografia de Stendhal, Halbwachs dizia de um século XVIII revisitado por ele que só podia ser assim feito pela mediação geracional, familiar: “é o século XVIII, mas o século XVIII vivido, e dentro do qual seu pensamento realmente se expandiu, que lhe restituiria, com toda a profundidade, o semblante de seu avô”. A história vivida é radicalmente diferente da história formal, das datas e fatos, e é também transmitida de geração em geração: “a história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado” (Halbwachs, 1990, p.67). Através dos acessos ao passado abertos entre as gerações de um grupo é possível fazer transmitir o vivido, para além das datas e fatos. Na intensa convivência entre as gerações, nas suas performances corporais vividas em comum, passam de forma consciente e não consciente muito deste vivido: “ao lado de uma história escrita há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência” (Halbwachs, 1990, p.67). Em um grupo, o arsenal de lembranças e lembranças de outras lembranças é imenso, pode nos ampliar o horizonte temporal de experiências exponencialmente. Para acessá-las, é preciso tomar parte no grupo.

Esta tese tem a intenção de revelar sobre um grupo, sobre a sua transformação no tempo, a partir do corpo localizado no tempo e no espaço que sou. É preciso, então, dizer porque isto não é um mero paradoxo. Em relação ao Instituto de Medicina Social, em 2011, quando cheguei como aluno ouvinte em uma disciplina, eu era um *outsider*. E permaneceria como um *outsider*, como a maioria dos meus colegas permanece, se eu não desejasse aquele espaço, aquele grupo, aquela forma de convivência e produção. Eu não sabia muito bem o que me vinculava àquele grupo e, como se pode notar neste trabalho, até hoje sigo elaborando sobre esse vínculo. Um vínculo que ultrapassa o próprio grupo, pois é nutrido especialmente por vivermos no Brasil e lidarmos com esta condição. Mas esta elaboração é tardia e parte da conclusão desta tese. Até chegar a ela, a trajetória no grupo foi longa e complexa, como se pode ver no último – ou primeiro - capítulo deste trabalho.

Nele, na narrativa que tornou-se auto-entrevista, está todo o movimento de entrada no grupo, as provas e contraprovas que me fizeram ser aceito por ele. Um grupo muito fechado, ao qual aos poucos fui me incorporando, conhecendo e sendo reconhecido nele. Um grupo que, à partir de 2014, aceitou ser revelado por mim. Se escutassem que um farmacêutico, sem qualquer formação formal na área das humanidades, se pusesse em movimento de falar sobre a história do Instituto de Medicina Social, não achariam curioso? É curioso mesmo para mim, que desde o primeiro dia que propus esta pesquisa fui nada menos que encorajado. Não houve qualquer desqualificação ao meu trabalho, nenhuma deslegitimação aos meus requisitos. Eu parecia ter a confiança do grupo. À título de clareza, vale apontar algo da auto-entrevista: a certeza desta pesquisa foi consumada em 2014, na comemoração dos 40 anos da pós e do alcance da nota 7. Nas homenagens feitas no evento de comemoração, eu fui o estudante escolhido pelo grupo para representar o discente modelar: engajado, militante, com vocação intelectual, trabalhador, solidário, homem, branco, entre outras coisas... alguns atributos que faltam ao cotidiano institucional, que fazem falta ao grupo, que eles desejam. Vejam bem: se comemorava a excelência acadêmica reconhecida pela CAPES e eles homenageavam um estudante que, no doutorado, não tinha sequer um artigo publicado. A homenagem ao discente que fui foi um dos sussurros do passado revelados naquele evento.

Portanto, o movimento de entrada no grupo vai muito além da participação nas disciplinas, das boas notas, de uma boa dissertação ou tese. É possível fazer tudo isso e passar pela instituição sem qualquer vínculo com ela. Entrar no grupo foi viver a instituição, seus conflitos, suas vidas; ser também uma vida à disposição do grupo. Era viver o seu cotidiano. A confiança do grupo foi construída no dia-a-dia institucional, no conflito em algum órgão deliberativo, na argumentação bem construída por mim em algum espaço institucional. Pouco a pouco a minha performance era a performance de alguém do IMS. Somente quando reconhecido desse modo, ciente disso, pude falar do IMS. Destrinchar este personagem IMSsiano que sou é falar do grupo, dos seus modos de subjetivação. A construção deste personagem, que culmina na produção desta "performance analítica", é um dos pontos de acesso ao grupo.

Algo que é crucial para uma trajetória individual se coletivizar em um grupo é tomar parte na sua história: "Os grupos dos quais faço parte nas diversas épocas não são mais os mesmos. Ora, é do ponto de vista deles que considero o passado. É preciso, então, que à medida em que estou mais engajado nesses grupos e que participo mais estreitamente em sua memória minhas lembranças se renovem e se completem" (Halbwachs, 1990, p.75). Não se entende a dinâmica de um grupo se não for possível buscar as suas raízes, as suas condições. Uma relação "disfuncional" entre dois docentes é apenas uma relação insuportável para quem não está a par da sua dinâmica pregressa. Contudo, o grupo a suporta, porque aquela "disfuncionalidade" aparente é algo que tem suporte no grupo, em eventos passados. Sequer é vista como "disfuncionalidade" pelo grupo, em alguns casos. Estas aparentes "disfuncionalidades" naturalizadas proporcionam boas formas de acesso ao passado do grupo. Tudo o que provoca o estranhamento em qualquer um e não para o grupo é um evento privilegiado para acessá-lo, sejam relações entre as pessoas, performances originais ou formas de conhecimento apenas compartilhadas ali. É no aparente absurdo que o passado de um grupo melhor se apresenta: "o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, e que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidas por tais pessoas e dentro de tais ambientes. Nem nos apercebemos disso, geralmente" (Halbwachs, 1990, p.68). Como Benjamin inspirou a fazer, coube-me colecionar estranhezas e compreendê-las à luz das suas origens, ou o que delas se poderia ainda saber.

Neste momento, já estamos em condição de concluir outra coisa, sem a qual não se poderá situar muito bem este trabalho: esta tese, as entrevistas e o material da disciplina se referem à “história viva” do Instituto de Medicina Social. A “história viva” é completamente diferente da “história formal”: “ela tem tudo o que é preciso para construir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar para conservar e reencontrar a imagem de seu passado” (Halbwachs, 1990, p.71). Não há nesta pesquisa pretensão de produzir esquemas de entendimento de cunho pedagógico sobre o passado da instituição, localizá-la cronologicamente entre eventos “universalmente” aceitos. Este trabalho é importante e torço fortemente que o levem a cabo com o material que pude colher e que em breve será disponibilizado. Aqui, o tempo e o espaço é o da memória e é, portanto, dos afetos, dos desejos, dos conflitos. As conjunturas serão remetidas justamente como condição desta história viva ou história afetiva. A ditadura militar, especialmente nas entrevistas, não se constitui por Atos Institucionais, mas pelos seus efeitos nos corpos e grupos: pelo exílio, pela desconfiança, pelo medo, pela coragem do enfrentamento. O golpe de 2016 não é o impeachment, mas a desagregação institucional e afetiva que provoca nos grupos e corpos que o vivem. Ao mesmo tempo que é tudo isso, é a vida que não cessou. Estes períodos de exceção que parecem, para nós que não o vivemos diretamente, um período insuportável, foi tempo de encontros, de esperança, de criação. A “história viva” é a expressão da vida que não cessa, ainda que beire o insuportável e que as lembranças sobre o insuportável sejam evitadas[60].

A “história viva” é, inclusive, a própria transmutação das lembranças. A lembrança é muito pouco do que diretamente se refere, é processo, é o que se fala visto em perspectiva, desde o presente: “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (Halbwachs, 1990, p.71). Longe

[60] Mesmo as lembranças traumáticas dificilmente desaparecem. Seja pela dor que provocam, seja pelo risco que ainda podem vir a provocar no presente e no futuro, em alguma dimensão coletiva elas são transmitidas, seguem o fluxo da história, mesmo que em um grupo seleto. Como nos disse Pollak (1989), sobre as lembranças traumáticas: “a despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (Pollak, 1989, p.5).

de diminuir o valor da lembrança, isto significa que ela é uma infinidade de rastros abertos ao longo do tempo e do espaço, uma “imagem flutuante, incompleta, sem dúvida, e, sobretudo, imagem reconstruída” (Halbwachs, 1990, p.73). Por ser uma “imagem engajada em outras imagens” (Halbwachs, 1990, p.73), a lembrança é o material privilegiado para se acessar a vida no processo histórico. Esquecemos disso: o processo histórico é vivo, não uma sucessão de datas e eventos. As memórias individuais e coletivas, as lembranças que são produtos delas, resgatam a vida na história, a complexidade dos seus entrecruzamentos espaço-temporais, factuais e afetivos, da subjetividade e da matéria que se realizam em processo, dialeticamente.

Cada lembrança trazida por esta pesquisa, sejam as minhas, trabalhadas nesta tese, sejam as dos participantes, não fecham o entendimento sobre o passado do Instituto, sobre o grupo que construiu o IMS, sobre o Brasil. Na verdade, o abrem. Não se pode construir um esquema cronológico-institucional e defiitivo com elas. O tempo, os grupos, os corpos, nelas, estão em movimento, em quereres, em conflito. Em cada lembrança individual é possível ver este movimento, ainda que ela seja uma posição muito parcial de todo esse processo. Parcial e interposta por inúmeras elaborações. Quanto mais o tempo passa para as lembranças, maior a interposição de imagens, maior o entrecruzamento de outros eventos e afetos. É importante situar a precariedade da lembrança, cujo valor, especialmente para um grupo, para uma instituição, só pode estar no seu compartilhamento, quando vista a luz de outras lembranças, à luz da sua comunidade afetiva. Cada lembrança só tem valor à luz da memória coletiva do grupo a que se refere; e, ao mesmo tempo, só haverá algo sobre a memória coletiva na revelação das memórias individuais. Cada lembrança é o registro do engajamento no e do grupo, é reconstrução dos eventos vividos dirigido para fora, para o próprio grupo: “sem dúvida [a] reconstruímos, mas esta reconstrução se opera segundo linhas já demarcadas e delineadas por nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros” [Halbwachs, 1990, p.77]. Assim como não somos corpos individuais, nem “subjetos” nem objetos individuais, tampouco o são nossas lembranças.

Aqui se apresenta o quadro coletivo, disperso e vivo, da memória do IMS reconstruída por mim – especialmente no capítulo “dos sonhos” -, pelo coletivo presente do Instituto de Medicina Social, do qual dou testemunho, e pelos participantes da pesquisa: entrevistados e participantes dos eventos da disciplina. A

apresentação deste quadro parte da compreensão que nenhum corpo humano é capaz de dar conta da realidade e que é impossível uma pesquisa engajada se deter sobre eventos passados como objetos sem vida. O passado, para quem vive, está presente e desejante de futuro. Esta pesquisa é viva e o seu resultado quer viver. E viver é transformar.

O quadro sobre a transmutação do grupo Instituto de Medicina Social que se traz nos produtos da pesquisa que fiz é rico de experiência humana e é, também, um balizador importante do grau autonomia que guardamos sobre o destino dos grupos que fazemos parte. Da família à nação, são muitos os grupos que somos nós. Os quadros da memória que somos capazes de produzir sobre cada um desses grupos revelam o quanto estamos próximos e ativos em cada um deles. Na família, onde as lembranças estão cheias de afeto e experiência, e na nação, onde as lembranças estão cheias símbolos – bandeira, hino – e eventos externos a nós, se pode ver de modo radical as distintas dimensões da memória. À medida que aumenta o grupo a que pertencemos, menor a nossa capacidade dele tomar parte, mais externo a nós ele é. Em uma nação como o Brasil, onde os grupos são muito heterogêneos entre si, da associação de moradores em uma favela ao senado federal, em Brasília, há uma distância imensurável. Só símbolos com muito esforço – e mortes - impostos podem representar ambos os grupos, como a bandeira, o hino ou a língua; ou ainda uma instituição nacional como o futebol. Este problema nacional é importante, visto que os “heróis” que construíram a nação sempre representam muito poucos; quando representam muitos, como os “heróis” do futebol, estes têm muito pouca capacidade de interferir no destino do país. Para além da digressão, os exemplos que trouxe são para clarear o que se chama de memória coletiva, que são as inúmeras dimensões da memória relativas aos grupos que fazemos parte: “admitamos que a história nacional seja um resumo fiel dos acontecimentos mais importantes que modificaram a vida de uma nação. Ela se distingue das histórias locais, provinciais, urbanas, devido a que ela retém somente os fatos que interessam ao conjunto dos cidadãos” (Halbwachs, 1990, p.78). Nossas memórias individuais são transversais a estas camadas, condicionadas por todas elas, em maior ou menor grau relativo à proximidade que guardamos com os grupos, proximidade que pode ser temporal, espacial, afetiva, tudo isso em relação: “entre o indivíduo e a nação há muitos outros grupos, mais restritos [...], também eles, têm sua memória e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o

pensamento de seus membros" (Halbwachs, 1990, p.79). O IMS, por constituir um grupo muito fechado, "paroquial", como apresentarei no último – ou primeiro - capítulo, com certa unidade, tem um enquadre coletivo muito mais claro, como na comparação feita por Halbwachs (1990):

> embora seja fácil ser esquecido e passar despercebido dentro de uma grande cidade, os habitantes de um pequeno vilarejo não param de se observar mutuamente e a memória de seu grupo registra fielmente tudo aquilo que pode dizer respeito aos acontecimentos e gestos de cada um deles, porque repercutem sobre essa pequena sociedade e contribuem para modifica-la. Dentro de tais meios todos os indivíduos pensam e se recordam em comum (Halbwachs, 1990, p.79-80)

Mas, vejam, um dos grandes motivos para as atuais crises internas ao Instituto, referido em vários depoimentos e eventos da disciplina, é o seu crescimento, a sua departamentalização interna, o desconhecimento crescente entre os seus "cidadãos". A unidade institucional que marcou o IMS em boa parte da sua experiência - unidade que sempre preservou e nutriu-se das diferenças, é importante dizer – parece não ser mais possível e as razões para isso merecem ser analisadas coletivamente. Há, certamente, valor em deixar de ser paróquia; mas isso pode se tornar, também, indiferença entre os seus membros; se pode sentir fortemente no cotidiano a nostalgia da unidade, que é, também, a nostalgia dos que estão atravessando uma transformação institucional importante, já caminhando para o fim das suas carreiras – digo especialmente dos docentes. Estes traços afetivos atravessaram fortemente as lembranças reveladas nas entrevistas e nos eventos da disciplina. As entrevistas, especialmente, trazem depoimentos de muitos representantes do grupo já aposentados e que não frequentam o cotidiano institucional. O quadro da história viva do Instituto de Medicina Social, revelado através desta pesquisa, está impregnado de afetos da distância e da proximidade, marcado por esta ambivalência, entre inúmeras outras. O seu registro é já uma performance dirigida para o grupo:

> quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixa-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (Halbwachs, 1990, p.81-82)

Como eu disse no início do capítulo, a minha distância no tempo e no espaço em relação às gerações que construíram o IMS condicionaram a possibilidade da produção de registros sobre elas. Quanto mais distantes, mais difícil trazê-las. Tentei reduzir esta distância colhendo no cotidiano reminiscências daqueles humanos, aproximar-me deles para resgatar e provocar lembranças nos entrevistados. Contudo, os grupos movem-se no tempo, “se transformam, segmentam-se, se bem que mesmo que permaneçamos no lugar, que não saiamos de um grupo, acontece que pela renovação lenta ou rápida de seus membros, torna-se realmente um outro grupo que tem senão poucas tradições comuns com aqueles que o constituíam no início” (Halbwachs, 1990, p.86-87). Coube-me lidar com as camadas geracionais da memória coletiva, saber que eu só poderia ter acessos diferenciados a elas. Então, desde o meu relato da passagem no Instituto à entrevista com Moyses Szklo, que fundou o Instituto e se desligou dele em meados da década de 70, as lembranças têm tonalidades muito distintas. Digamos que as minhas são corporais e as dele cheias de afetos nostálgicos, onde a lembrança da juventude mistura-se na descrição dos eventos, na reverência ao professor Piquet Carneiro, que o marcou, que toma aura mítica. Nas lembranças de Moyses, do grupo resta pouco, reminiscências. Este é apenas um exemplo, mas é de lembrança em lembrança que vai se construindo o quadro da memória coletiva dos grupos que construíram o Instituto. É numa camada já muito distante e mediada por muitos afetos que estão Américo Piquet Carneiro, Nina Pereira Nunes e Juan César García, três “mitos de fundação” do Instituto. Na distância, são personagens que beiram o sagrado. Só o cotidiano pode fazer provocar estas imagens, as reminiscências presentes – trechos de livros, ausências institucionais, homenagens públicas - que tomei como recurso no fazer as entrevistas, recursos tanto mais limitados quanto maior é a distância no tempo, no espaço e no afeto. Daqui a 10 anos, menos ainda sobre estes personagens, talvez só a sua forma sagrada, já sem carne e osso, já arquetípicas, seria revelado. As lembranças antigas vão sumindo com o desaparecimento dos humanos das mais antigas gerações. Enquanto eles estiverem por aqui há vida para contar:

> a memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma

> parte do seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem (Halbwachs, 1990, p.81-82)

Por mais que boa parte dos participantes da pesquisa já não estejam no Instituto há muito tempo, eu pude chegar a eles e entrevista-los pelos elementos do cotidiano que pude levar comigo. A minha experiência corporal e aberta ao Instituto me fez ter o que dizer em cada entrevista, nunca estive diante de um estrangeiro, de um desconhecido. Claro, as dificuldades foram maiores com estes entrevistados de gerações já distantes no tempo, mas não foram impeditivas. Enquanto houver reminiscências, haverá possibilidade de alguma reconstrução da vida em comum: "É [...] difícil dizer em que momento uma lembrança coletiva desapareceu e se decididamente deixou a consciência do grupo, precisamente porque basta que se conserve numa parte limitada do corpo social para que possamos encontra-la sempre ali" (Halbwachs, 1990, p.84).

Então, o quadro que se traz com os materiais produzidos nesta pesquisa, a tese, o meu próprio testemunho, e os demais testemunhos construídos com os participantes, é o que se conseguiu registrar da memória coletiva do Instituto de Medicina Social. A memória individual ganha contornos de acesso e condição a essa memória coletiva, contornos necessários. Memória coletiva que é:

> o grupo visto de dentro [...]. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata do seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias e é natural que ela se convença que o grupo permanece e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo e o que mudou foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo (Halbwachs, 1990, p.88)

O título do projeto desta pesquisa "A grande transformação do Instituto de Medicina Social" incomodou à banca de qualificação e a muitos que souberam dele. Entre as pessoas que se sentiram incomodadas, boa parte faz ainda parte do grupo. Posso citar Maria Andrea Loyola e Jurandir Freire Costa, pessoas que participam do grupo há cerca de 40 anos e que questionaram o título publicamente, na qualificação do projeto. Eles não viam grande transformação no Instituto. Viam mais continuidades, acomodações: "o grupo que vive originalmente e sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de

seu pensamento. É então o tempo decorrido no curso do qual nada o modificou profundamente que ocupa maior espaço em sua memória" (Halbwachs, 1990, p.87).

É o efeito do cotidiano, da experiência, que nunca sente enfaticamente as mudanças. Justamente porque nenhuma mudança é enfática. Apenas as abstrações da história formal podem quebrar o curso de um grupo, ou do mundo, em períodos. Enquanto ela os quebra e procura ordená-la, nas profundezas do cotidiano o fluxo da memória é contínuo e imensurável. As rupturas são recursos artificiais, heurísticos. O que é especial em alguns períodos é a intensidade do tempo do mundo, a atividade do mundo e dos humanos que o transformam. Mesmo nestes períodos, o fluxo das memórias, individuais e coletivas, também se aceleram e emergem coisas que se imaginavam superadas: "essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados" (Pollak, 1989, p.4).

Entretanto, um grupo, e cada humano é o grupo, quando fala de si mesmo, ele só quer permanecer, sejam os seus humanos mais distantes no tempo ou os mais próximos. E permanecer é se distinguir enquanto grupo:

> ele está sob ação de uma ilusão quando crê que as analogias sobrepujam as diferenças, porém lhe é impossível dar-se conta disso, uma vez que a imagem que fazia de si mesmo outrora transformou-se lentamente. Mas, quer o quadro seja ampliado ou restrito, em nenhum momento se rompeu, e podemos admitir sempre que o grupo fixou apenas pouco a pouco sua atenção sobre parte de si próprio, que passariam de outra feita para segundo plano. O essencial é que os traços pelos quais ele se diferencia dos demais subsistam e que estejam assinalados por todo o seu conteúdo. [...] quando devemos nos desligar de um desses grupos, não a propósito de uma separação momentânea, mas porque ele se dissolve, porque seus últimos membros desaparecem, devido a uma mudança de lugar, de carreira, de amizades ou de convicções que nos obriga a lhe dizer adeus, quando nos lembramos então todo o tempo que ali passamos, é como de um único relance que todas essas lembranças se oferecem a nós, a ponto que parece, às vezes, que as mais antigas são as mais próximas, ou ainda que todas se iluminam por uma luz uniforme, como objetos a caminho de fundir-se entre si no crepúsculo... (Halbwachs, 1990, p.89)

Entre as importantes ambivalências desta pesquisa, está o seu caráter desejante ora conservador, ora transformador. É efeito desse corpo, o meu, que deseja o grupo crepuscular e também um novo grupo, ainda sonhado... ciente da ambiguidade, este corpo sonha com um grupo novo que produza um passado acessível e acolhedor para o grupo que fenece, que vira memória. Seremos tanto melhores e ativos no mundo quanto maior o lastro de experiência para transformá-lo.

A memória que se produz aqui não quer aferrar os corpos ao passado; este trabalho não quer idolatrar o passado e perseguí-lo. Deseja-se a memória que liberta e encoraja. Nesse sentido se trabalha a sua produção.

2.9 **Da tradução**

Se fala, aqui, nas memórias coletivas de uma comunidade afetiva, de um grupo. Grupo que se transformou ao longo do tempo, que talvez deva ser referido no plural, ainda que haja elementos de continuidade entre o grupo original e o atual. Se são grupos ou grupo, os corpos que passam e passaram pelo grupo construíram uma instituição acadêmica, o Instituto de Medicina Social. Uma instituição atravessada por normas, por uma ordenação estatal, por uma lógica burocrática. Uma organização acadêmica atravessada ainda por outras normas, supostamente "universais", que são as da ciência - ou de como a produção do conhecimento se organiza hoje. Ainda há espaço para a vida em um território como esse? Sim, há. A vida resiste, transforma-se em formas-sobrevivência que flertam com o absurdo, que ganham a alcunha de desumanas[61]. Basta a aproximação, o mergulho no cotidiano, para perceber que as mais absurdas formas de convivência humana são a expressão mesma da vida que não cabe nas normas e formas institucionais homogeneizadoras. Na de-formidade imposta, o elemento humano é realçado, seja na sua potência destrutiva ou criativa. Mesmo o que há de destruidor no humano não se trata de desumano, apesar de dirigir-se contra si mesmo, contra a sua realização no mundo. É fruto do desespero (Bloch, 2005). Entretanto, nem bem os limites entre o que é destrutivo e o que é criativo são muito bem discerníveis, hoje. Até mesmo a ética comum, que seria a "área" de debate e decisão sobre essas questões, está tomada de técnica e normas predefinidas. A moral comum, por sua vez, está interditada pela moralidade [pseudo?]liberal que recusa a discussão pública sobre os próprios valores, pois seriam "naturais" e privados. Nestes limites, nosso grupo humano e capitalista avança criando a destruição do comum.

É sobre esta instituição acadêmica, sobre o que as suas vidas têm em comum com ela, em comum nela, que os corpos falam através desta pesquisa. Sim, os

[61] No Sistema de saúde brasileiro houve a necessidade política de afirmar e enfrentar o absurdo ao se instituir uma Política Nacional de Humanização, dirigida aos serviços e demais níveis políticos da saúde (Brasil, 2007).

corpos falam: a base “material”, empírica, desta pesquisa, de onde germinam os seus produtos, é, em grande parte, baseada em performances orais[62]. São performances orais com forte teor biográfico, relatos de vida ao longo de um período que varia de duas a cerca de seis décadas entre as entrevistas. A entrevista que cobriu o menor período de tempo foi a minha própria, colocada nesta tese. Mesmo nela, está a experiência de visita e revisita a todas as memórias registradas, que seria o seu subtexto; então, nem se pode delimitar muito bem o tempo que ali está. Todas estas performances orais são narrativas de vida referidas a uma instituição, a um grupo-em-transformação, a uma comunidade afetiva em movimento. Cada uma delas é o produto de um narrador e de um produtor: o entrevistado e o pesquisador. Mais que produzir uma tese, se co-produziu amplamente narrativas e narradores sobre o Instituto de Medicina Social.

Este tipo de produção narrativa sobre o passado não é tão incomum nos meios acadêmicos, hoje. É conflitiva com abordagens históricas e sociológicas cronológica e factualmente orientadas, que são hegemônicas, mas tem se imposto como forma de conhecer e atuado de modo importante em comum com outras abordagens, quando se consegue superar as diferenças de valores e pressupostos. As experiências de vida têm produzido crescente interesse[63], um interesse difundido no tecido social: é institucional e acadêmico, e é também de grupos não diretamente

[62] Só para não deixar vago: a outra parte são os sete anos de cotidiano no Instituto de Medicina Social experimentados e elaborados pelo meu corpo na relação com outros corpos e a coletividade.

[63] A explosão de estudos baseados em histórias de vida nas décadas de 80 e 90, valendo-se das técnicas de história oral (Thomson, 2000), fez crescer a polêmica sobre o uso da experiência de vida humana para fins científicos. Uma das vozes reticentes era a de Pierre Bourdieu, que chamava a atenção para o caráter artificial do trabalho com biografias, que estariam tomadas por uma “ilusão biográfica”. Para Bourdieu, tais relatos de vida serviriam a reforçar o traço narcísico da subjetividade moderna, representando muito pouco de útil ao conhecimento da realidade social, visto que é baseado em tentativas individuais de produzir sentido às vivências pessoais. O sociólogo chamava a atenção que, sem o suporte da construção sócio-histórica do espaço onde se deu a experiência relatada, ela tem muito pouco valor como forma de conhecer – é como “evocar uma viagem sem ter uma ideia da paisagem na qual ela se realiza” (Bourdieu, 1998, p.190). Ainda que tal observação seja importante, sobre a contextualização das histórias de vida, curiosamente o francês, sempre muito atento às dinâmicas sociais, via os relatos de vida como produções estritamente individuais, não levando em conta que elas são dirigidas diretamente a um biógrafo e que tem como destinatários os grupos sociais que aquele humano representa. O narrador, na pior das hipóteses, se dirige a alguém. Por si só, isto já o leva a considerar este alguém na narrativa fazendo dela algo que não é estritamente individual. É justamente o que Bourdieu desconsidera, os destinatários das histórias de vida, aqueles que atravessam as próprias vidas narradas, o que nos interessa aqui.

Além disso, aquilo que Bourdieu desdenhava é o que para mim tem maior valor nos relatos de vida: “A memória e o relato oral sempre são uma questão de busca de sentido” (Almeida; Koury, 2014, p.205), e isso me importa. Compreendendo a realidade e a história como processo, as histórias de vida são interpretações parciais deste processo e cada uma delas aponta um rumar no mundo, os desejos que se persegue, pessoais e dos coletivos a que se pertence. Mesmo Bourdieu foi mudando de posição sobre o trabalho com biografias durante a sua trajetória, tendo recorrido, inclusive, a produção de uma autobiografia (Passeggi, 2014).

vinculados à organização estatal. Situarei brevemente este interesse geral e contemporâneo pelas narrativas de vida, pois é relativamente recente, posterior a segunda guerra mundial.

Walter Benjamin, em seus ensaios ‘Experiência e pobreza’ e ‘o narrador’, feitos da década de trinta do século vinte, chamava a atenção para a decadência da transmissão da experiência nas sociedades capitalistas modernas. Inquietava a ele que as experiências modernas tornavam-se indizíveis. Além do tempo acelerado do trabalho industrial, que já não dava condições a formas de sociabilidade baseadas nas trocas de experiências de vida, as próprias experiências de vida pareciam intraduzíveis em palavras:

> nunca houve experiências mais radicalmente desmentidas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora a escola num bonde puxado por cavalos viu-se sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano (Benjamin, 2012, p.124)

Lembremos que Benjamin escreveu no entreguerras, era deste tempo que ele estava falando. Era o mesmo tempo em que Freud oferecia novas interpretações sobre as pulsões humanas ao ter tido que lidar, interpretar e responder a situações clínicas referidas a eventos traumáticos (Freud, 1996). Seja pela não expressão, analisada por Benjamin, seja pela repetição, analisada por Freud, a experiência naquele período do capitalismo estava relativamente interditada a elaboração e a transmissão.

Com o fim da segunda guerra mundial, algumas condições fizeram as experiências de vida ganhar nova “função” social. Além da difusão do gravador de fita, apetrecho tecnológico decisivo, neste caso (Rodrigues *et al*, 2010), a necessidade coletiva de elaborar o fascismo, especialmente o holocausto nazista, as grandes guerras e o seu desfecho atômico, tomou os relatos de vida sobre estes eventos como material importante. Paralelamente, se iniciou o registro das vidas de “grandes personagens” da sociedade, especialmente da história americana. A partir desta iniciativa, desenvolveu-se uma “técnica moderna de documentação histórica” (Thomson, 2000, p.47)[64] das histórias de vida, que se tornará, adiante, o campo

[64] Alistair Thomson localiza em 1948, “quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de pessoas importantes da vida americana” (Thomson, , 2000 p.47),

interdisciplinar da História Oral[65]. Ou seja: por um lado, cresce o interesse e o uso político das memórias como forma de reparação histórica, como no caso do nazismo, e, por outro, o interesse oficial em preservar a memória dos seus "grandes humanos". A História Oral desenvolve-se justamente nesta ambivalência (Rodrigues *et al*, 2014). Um duplo movimento segue: por um lado, as histórias de vida, os registros das experiências de luta e das experiências oficiais, tornam-se elementos importantes politicamente; por outro, tornam-se "objetos" da técnica e da ciência na instituição de campos disciplinares que sobre a história de vida podem falar (Meihy, 2000; Thomson, 2000; Rodrigues *et al*, 2014).

Toda esta querela institucional, disciplinar e epistemológica é meramente ilustrativa. Importa-me o caráter político e processual da memória, das histórias de vida. Tomarei como companheiro de viagem, para tratar destas questões, o oralista italiano Alessandro Portelli, que é vinculado ao campo da História Oral, mas que não me interessa por isso. Portelli revela, nos seus escritos, postura engajada nas pesquisas com histórias de vida que leva adiante. É um engajamento em vários níveis: em afirmar o valor e a verdade das fontes orais; em afirmar a participação ativa do pesquisador na co-autoria das narrativas e na produção das fontes; e em afirmar a produção de registros sobre a memória - memória que é a busca de sentido na experiência de vida, uma visita ao passado, tomada de presente e em direção ao futuro -, como material empírico fundamental para compreender a história como processo vivo.

---

a base de onde desenvolveu-se a História Oral, área ou campo que Thomson é adepto e que é, hoje, internacional (Alberti; Fernandes; Ferreira, 2000).

[65] Discorrerei brevemente sobre este assunto, não para me filiar a este campo ou técnica, mas para abordar certas características suas, instigantes. Os primeiros adeptos acadêmicos da História Oral, na década de 70, tinham fidelidade a três preceitos fundamentais: "ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono" (Joutard, 2000, p.33). Eram tempos de ditaduras, guerra fria, guerra no Vietnã, etc. Com o tempo, a academicização e o arrefecimento geopolítico [ainda que ilusório], o campo tornou-se menos militante, aproximando-se de uma abordagem de interesse técnico e teórico sobre a memória e a história de vida (Thomson, 2000). No Brasil, seus primeiros passos se deram através da Fundação Getúlio Vargas com financiamento da Fundação Ford, no início da década de 70. Como a iniciativa americana de Nevins [citada na nota acima], servia a registrar "grandes memórias" de "grandes personagens" da história política [e oficial] brasileira. No fim da década de 70, com o debate sobre a anistia política, academicizou-se no enfrentamento a ditadura – ou seja, institucionalizou-se pela via oficial – produzindo institucionalidade e legitimidade disciplinar, trabalhando academicamente sobre as memórias da exceção brasileira. Ao mesmo tempo que era militante, era um movimento de legitimação acadêmica no âmbito das Ciências Sociais e Humanas (Rodrigues *et al*, 2010). Ambivalência entre a ciência e a política que muito me lembrou a nossa Saúde Coletiva.

Para introduzir Portelli, cabe situar a importância da oralidade nesta pesquisa. Não se pensa com frequência na distinção dos discursos orais e escritos, que são traduzíveis entre si, mas que divergem enquanto performance. O que é oral tem corpo, tem voz, ritmo e cadência, tende a ser imediato; o que é escrito é inscrito nos limites de um espaço definido, a página de papel ou virtual, e depende absolutamente dos signos verbais, o que inclui as suas normas consensuadas. Ou seja, as performances escritas tratam-se de algo muito mais controlado. Em compensação, as performances orais, por serem mais comuns, tendem à memória, à lembrança e ao esquecimento, ao circuito mais intensamente corporal, enquanto as escritas tendem a ser marcadas em papéis e arquivos, registradas tal como produzidas, circuladas fora dos corpos. O que é oral tende a não ser rascunhado – ainda que possa ser no nível da performance artística: é "característica de todo o discurso oral: a de ser um texto[66] em elaboração, que inclui seus próprios esboços, materiais preparatórios, tentativas descartadas" (Portelli, 2001, p.12); é, pois, cotidiano, é efêmero na manifestação, expressam o que se deseja e não se deseja expor; o que é escrito tende a formalidade, a correção, ao escamoteamento do seu processo de produção, à exposição controlada.

Em uma instituição acadêmica, que é onde se deu a pesquisa, estão aparentemente sobrepostas a oralidade e a escrita na primazia da escrita: mesmo quando falamos nos espaços acadêmicos parece que estamos escrevendo, tal o nível de formalidade das nossas performances orais. Sempre devemos precisar o que falamos. No cotidiano político-administrativo, são as normas universitárias e as dos órgãos de fomento que nos fazem "medir" as palavras. Sob todas essas formas que modulam o nosso discurso cotidiano, os afetos produzem o seu ruído silencioso. Seja a insegurança do neófito, seja o domínio de recursos formais dos sêniores – a "posse" de "capital cultural" -, seja o desejo de realização incutida em uma proposta institucional em pactuação, todas as performances orais expressam e provocam afetos. Além disso, são nas conversas cotidianas, não em relatórios de pesquisa, muito menos em documentos internos, que se dá o fluxo das relações entre as pessoas naquela "comunidade afetiva". Embora nunca estejamos muito atentos a

[66] Incomoda-me a aproximação radical que o oralista italiano Alessandro Portelli faz das performances orais ao texto. Compreendo que é uma aproximação analítica, preocupada com a produção do conhecimento e o tratamento empírico das fontes. Contudo, quero marcar que a minha perspectiva tende a oralidade à expressão do corpo que afeta outros corpos, não como possíveis registros textuais para a análise especializada.

oralidade, sempre entretidos com textos e documentos, a maior parte de todos os discursos que produzimos cotidianamente é oral. E o que tem voz, tem corpo: além do conteúdo reproduzido em voz, em determinada velocidade e cadência, há um corpo que representa as performances orais. Um corpo que provoca e é provocado pelo outro.

Na auto-entrevista refero que identifiquei rapidamente no Instituto, mais especificamente nos professores do departamento de 'Política, Planejamento e Administração em Saúde', um traço comum nas performances docentes, em sala de aula. Eram performances centradas na retórica, na oralidade, que não faziam uso de materiais auxiliares, como quadro ou apresentação de *slides*. Encantou-me esta forma, a habilidade daqueles professores construírem discursos robustos, críticos, contínuos, coerentes, olhando-nos nos olhos. Nunca experimentara aquele tipo de performance, que só mais tarde descobri as origens. Descobri as origens examinando um fóssil. Na busca de entrevistar José Luís Fiori para a pesquisa, comecei a frequentar suas aulas no Instituto de Economia da UFRJ. Além do profundo interesse pelo que se debatia na disciplina, 'a geopolítica das nações', logo me senti em casa: Fiori dominava aquela performance que eu experimentava no Instituto, estava nele em estado puro, arrebatadora. Eu já sabia das marcas intelectuais e afetivas que o Fiori havia deixado nos humanos do Instituto, especialmente no departamento que eu mencionei, mas naquele exame ficou claro que ele contribuíra para moldar uma forma de transmissão de conhecimento que se tornara comum no Instituto, no departamento que ele fizera parte e contribuíra para estruturar. Tornara-se uma escola. Portanto, eu podia ver através das performances orais de docentes do Instituto de Medicina Social, hoje, ecos de como eram as performances nos círculos intelectuais da década de 60 e 70, dos quais o Fiori é um representante remanescente. As performances orais, por serem mais que palavras, serem também corpo, são muito mais que a transmissão de conteúdo: podem ser, inclusive, marcas da história de um grupo. A experiência no Instituto é profundamente marcada pelo mergulho na cultura oral daquela "comunidade afetiva". Ou seja: já a minha experiência é condicionada pelas performances orais, elas que são o substrato do cotidiano, palavras que expressam "a vida diária e a cultura material dessas pessoas e grupos" (Portelli, 1997, p.27). Para além disso, as entrevistas que fiz, gravadas em áudio, transcritas, editadas, revistas pelos entrevistados e finalizadas como arquivo, e os eventos da disciplina que foram

filmados, que têm muito menos edição, todos estes registros têm como base performances orais. Sobre as entrevistas, uma curiosidade é importante compartilhar: depois de transcritas e editadas, enviei cada uma delas novamente aos entrevistados. Muitos não responderam a mensagem enviada com o arquivo, o que contribuiu para que eu não as usasse na tese; mas alguns que as responderam e reviram as entrevistas transcritas, manifestaram misto de satisfação e incomodo com o tom coloquial delas, marcadas por figuras de linguagem e recursos de senso comum, também por certo "entrecorte" das frases. O incômodo, confesso, deixou-me mais seguro com o sucesso das entrevistas que a satisfação dos entrevistados: parece revelar que superamos, em algumas entrevistas, não em todas, a formalidade das relações que se estabelecem entre entrevistador e entrevistado na produção de uma pesquisa. Algumas entrevistas foram verdadeiras conversas, algumas que poderiam ter acontecido em espaços igualmente "informais", no botequim. Estas foram as melhores, as que mais enfaticamente relatam o cotidiano do Instituto. Ficaram tão vivas que mesmo aspectos polêmicos não foram descartados nas revisões: era mesmo aquilo. Induzir o tom coloquial, "cotidiano", nas entrevistas e tentar mantê-lo no processo de edição e transcrição foi uma opção metodológica minha.

Para sustentar a "conversa", foi preciso me preparar para cada encontro. Para cada entrevista, levei comigo: a experiência de Instituto e as marcas que eu recolhera no cotidiano sobre aquele entrevistado; uma leitura panorâmica das suas produções; com o uso da plataforma lattes, as suas biografias institucionais e acadêmicas, além de outras entrevistas dadas por eles, quando haviam. Sobre a "conversa", todas começavam pela questão, sempre mais ou menos reformulada por mim: "diga como você chegou ao IMS e sobre a sua vida imediatamente pregressa a essa chegada". A partir daí, não havia qualquer outra questão predefinida: com tudo o que eu já sabia e passava a saber ali, as questões surgiam como possibilidades. Algumas vezes, os entrevistados queriam saber as questões que eu trazia; a minha resposta era mais ou menos a mesma: "aposto na dispersão, não tenho questões predefinidas", e pedia que o entrevistado falasse sobre a sua trajetória relacionada ao Instituto. Apenas duas vezes os entrevistados insistiram que eu formulasse as questões antecipadamente; foram situações embaraçosas, nas quais acabei por tomar boa parte das entrevistas com falas especulativas sobre as vidas dos entrevistados, que os surpreenderam e não ofenderam, ainda bem. Outra questão

que sempre repeti e que representava o final das entrevistas era a que eu pedia que cada entrevistado me indicasse cinco outros para serem entrevistados. Nunca quis com isso dar conta de todas as indicações, mas pude ter acesso a um bom mapa da rede de relações entre os humanos que passaram pelo Instituto. A maioria das pessoas indicava mais que cinco. Neste mapa, as minhas escolhas e alguns convites não respondidos ou não levados adiante – que foram muito poucos - foram determinantes para as entrevistas que fiz. Espero, quando publicar a totalidade das entrevistas transcritas, dizer mais das escolhas que fiz.

Outra curiosidade importante: não recebi diretamente nenhuma negativa a qualquer convite de participação. Mesmo os sujeitos mais distantes daquela "comunidade afetiva", como os que fizeram suas trajetórias em outras instituições, se disponibilizaram a falar sobre os seus atravessamentos com o Instituto. Mais que respeito pela instituição, os convidados demonstraram ter interesse em falar sobre ela, "registrá-la".

Há entrevistados que trataram mais da vida pregressa ao Instituto: são belos registros sobre a vida no Brasil e no mundo nas décadas de 60, 70 e 80. Quando estes entrevistados chegavam, em suas narrativas, ao IMS, já estavam tão a vontade que os filtros pareciam "desativados": às vezes, são curtos dez, quinze minutos de revelações importantes sobre o Instituto, testemunhos de projetos políticos bem descritos e delimitados no grupo. No conjunto, os entrevistados tenderam a tratar, como preveniu Portelli, "menos sobre eventos que sobre significados" (Portelli, 1997, p.31). Quando trataram de eventos, há os que revelaram alguns desconhecidos, outros revelaram nuances desconhecidas de eventos conhecidos. Por isso, cada uma das entrevistas têm valor: "fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez" (Portelli, 1997, p.31). Como estamos em um período ameaçador, em que tudo "o que é sólido se desmancha no ar", eu diria que os relatos beiram o "balanço de vida". Tudo o que os humanos entrevistados construíram em seus grupos está sob ameaça e as narrativas estão impregnadas desta sensação de alarme.

Pelo que se disse, é possível ver cada entrevista como "obra" fechada, como registro individual da experiência em diversos grupos; ao mesmo tempo que, lidas em conjunto, revelam um panorama de distintas cores e texturas da história do grupo-em-transformação que construiu e consolidou o Instituto de Medicina Social,

ao longo da sua beira de meio século. É possível ver nelas, sobretudo, o que desejaram aqueles humanos e grupos ao longo do tempo: “a importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir” (Portelli, 1997, p.32). A memória cria, isto é importante afirmar:

> o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico (Portelli, 1997, p.33)

Fontes orais, portanto, não são objetivas: “elas são *artificiais, variáveis e parciais*” (Portelli, 1997, p.35). Sobre a sua parcialidade, em parte é por serem produções contundentemente afetivas. Por serem parciais, a construção de uma imagem de conjunto das entrevistas é fruto da confrontação das experiências convocadas, das perspectivas parciais dos narradores: “contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. “Parcialidade” aqui permanece simultaneamente como “inconclusa” e como “tomar partido”” (Portelli, 1997, p.39). Algo que contribui para a parcialidade do registro oral está na minha co-produção: desde a escolha dos entrevistados, a marcação das entrevistas e do relacionamento que fui capaz de construir com cada um deles ao longo de cada entrevista; nas lembranças que fui capaz de ativar com cada colocação minha; na tradução do registro oral para o escrito – a transcrição -, na devolutiva a eles, na edição final do arquivo, eu estive sempre presente, um espectro que ronda cada registro finalizado. A minha atuação foi condição para cada registro finalizado e isto é uma questão importante a ser colocada na leitura das entrevistas: se fosse outra pessoa, que tivesse vivido outro momento do Instituto de Medicina Social, com outras preocupações e postura, as memórias sobre o Instituto seriam outras. E isto não enfraquece os resultados da pesquisa: o que se deseja é a abertura, é sempre bom lembrar. As memórias disponibilizadas ativarão novas lembranças nos mesmos e em outros humanos, novas confrontações de perspectivas. Os registros das memórias serão como “fontes primárias” de onde se poderá aprofundar qualquer questão colocada, com distintas perspectivas epistemológicas e afetivas. A manufatura da pesquisa produziu não só memórias sobre o Instituto: cada uma

delas transmite conhecimento, análises dos entrevistados que vão desde a própria existência à construção do Sistema Único de Saúde. Como fontes, diferente de outras que se apresentam como dados, pequenos fragmentos imóveis da realidade que naturalizamos serem as únicas “verdadeiras”, estas emanam movimento, imagens, afeto. Aproximar o que está imóvel no tempo, como documentos, datas, fatos importantes relativos ao Instituto, do que está em movimento é tarefa importante e oxalá que se torne coletiva. Eu só consegui dar conta do movimento, contrariando as expectativas contidas no projeto de pesquisa, que visava integrar as diversas fontes.

Sobre a co-produção dos registros, a minha participação foi mais decisiva nos encontros, confirmando a experiência de Portelli. Ele dizia que elas “são sempre o resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos mesmo se não harmoniosamente” (Portelli, 1997, p.35). Os fatos revisitados, a memória produzida foi obra do narrador, mas condicionada pela minha presença, pois contribuí “para a moldagem do testemunho colocando as questões e reagindo às respostas” (Portelli, 1997, p.37). Eu pude perceber a minha participação nas entrevistas ao ler outras entrevistas, feitas por outros entrevistadores, feitas com os mesmos humanos entrevistados por mim. Contrapondo os registros, é fácil perceber como a experiência de vida do entrevistador atravessa a narrativa do entrevistado. Cada entrevista tem uma posição empática relativa, posição que deve ser levada em consideração em uma leitura analítica de cada registro.

Algo que Portelli chamava a atenção e que se confirmou na pesquisa, é o impacto sobre o conhecimento prévio que o entrevistado tem do entrevistador. As entrevistas em que eu e o entrevistado nos conhecíamos tendiam a ir mais fundo em determinados eventos e análises sobre a própria participação do entrevistado no cotidiano do Instituto. Portelli advertia que “quanto menos os historiadores revelam sobre sua identidade e seus pensamentos, maior a probabilidade de que os informantes expressem seu testemunho nos termos mais amplos e seguros, limitando-se às camadas mais superficiais de sua consciência e aos aspectos mais públicos e oficiais de sua cultura” (Portelli, 2001, p.22). Nem sempre pude me apresentar aos entrevistados, o que prejudicou algumas entrevistas; na maioria delas, a nossa posição empática se intensificava à medida que a entrevista avançava, quando o entrevistado percebia o meu conhecimento sobre ele e sobre o

Instituto. Ele mesmo, aos poucos, parecia ir me integrando a sua própria experiência. A intensidade afetiva de algumas entrevistas indica os entrevistados que puderam me integrar à “paisagem” do Instituto.

Já falei demais sobre as entrevistas, que sequer estarão acessíveis quando se defender esta tese. Se falo delas, é porque estão impregnando esta produção e por ser ela, também, sobre a manufatura da pesquisa, algo que é de interesse acadêmico. Realizar as entrevistas foi uma das experiências mais marcantes que tive no Instituto de Medicina Social e não poderia ficar de fora deste “relato de experiência” naquela comunidade afetiva. Falar sobre as entrevistas é apontar para uma posição delicada minha e da pesquisa: a sua posição tradutora. Tudo o que nela foi corpo, performance, torna-se texto. É outra ambivalência a ser posta em análise: um corpo que quer dar protagonismo a dimensão afetiva e cotidiana da experiência institucional, que considera esta dimensão fundamentalmente produtiva, busca em performances corporais o acesso a ela; contudo, desde estas performances, a textualiza. É como se buscasse embaixo de formas marcadas, estabelecidas institucionalmente, a vida que pulsa para transformá-la em texto, marca-la novamente em outras formas. Formas que beiram o autoral, que flertam com a literatura. Seja na auto-entrevista, no capítulo ‘a mulher’, nas entrevistas, se está produzindo autores e co-autores de narrativas; no texto, deliberadamente fazendo uso da imaginação, da ficção.

É importante, portanto, situar a problemática da tradução que este trabalho apresenta: tudo nele se refere a performances; ele mesmo trata-se de uma performance escrita a traduzir o cotidiano de muitas vidas, cotidianos sempre já elaborados no processo de produção do pesquisador e da rememoração dos entrevistados. Performance escrita que deseja ativar outras performances, que não quer acabar-se em si mesma. Performance registrada. É importante afirmar isto, pois o afã do nosso tempo, que pode tomar a justificativa técnica/teórica, é ler o que se traz aqui como texto, analisa-lo deste modo. Por isso, digo: o texto é mero instrumento a favor da vida que se quer dar visibilidade para a própria vida seguir. Vida que encontra-se relativamente barrada na contemporaneidade pelo desejo de controle humano dos seus fluxos, pulsões, pela sua trans-formação em mercadoria.

Vou, então, enumerar os distintos trabalhos de tradução feitos nesta pesquisa: a minha própria experiência elaborada na auto-entrevista, no capítulo “a mulher” e no capítulo “dos sonhos”; a construção de argumentos que justificam a

minha perspectiva em diálogo com os saberes formalmente reconhecidos, ou acadêmicos – este capítulo; as entrevistas e o seu longo processo de revisão e edição até o registro final, que não compõem esta tese; e, finalmente, o conjunto como uma "fusão de formas literárias" (Benjamin, 2012). O esforço estético de variar entre formas de escrita não é mero artifício de aproximação com o universo literário, que me é muito caro. Convocando José Saramago, que dizia não escrever ensaios por melhor traduzir a realidade que ele queria 'desassossegar' em novelas (Junior, sem data)[67], este é o espírito: a forma deve ser aquela que melhor acomoda o que na realidade é possível acomodar e o que nela se quer apresentar – e, no meu caso, transformar. O trabalho de tradução, aqui, busca a fidelidade ao processo sempre fugidio do real, à impossibilidade de mimetizá-lo tal como ele é[68]. Ciente da precariedade de estar relativamente contida à dimensão simbólica do real, de estar já em uma tradução do real, circunscreve-se a uma "realidade humana". "Realidade humana" que tem as questões de sentido, de significação e elaboração sobre o próprio fluxo da vida como centrais, nas vidas individuais e compartilhadas coletivamente. Nesta circunscrição, as variadas formas literárias são uma maneira de incorporar movimento e sensações a uma produção escrita que deseja afetar, inclusive, os "sujeitos da pesquisa"; e que quer ultrapassar a incorporação do movimento: quer produzir movimento, mesmo que no seu plano reduzido e precário de realização.

Problematizando este meu desejo de incorporar e produzir movimento, devo dizer que, sim, desejo, mas que sou um mediador. Não sou o protagonista da vida que se narra aqui. Sou alguém que tentou traduzi-la da melhor maneira possível. O movimento existe, a vida reexiste no cotidiano, estive atento às suas manifestações, tentei positiva-las, ao "arrepio" de modalidades de existência que buscam escondê-las, "protegendo-se" dos afetos. Embora corra os riscos da fantasia, pelo meu

---

[67] Ver entrevista disponível em: http://www.blocosonline.com.br/entrevista/pop_artistas/jose.php .

[68] Benjamin tem um instigante ensaio, 'a doutrina das semelhanças' (Benjamin, 2012), que trata do desenvolvimento da linguagem humana a partir da nossa faculdade mimética em relação a natureza. Nele, o filósofo sugere que, desta forma, a linguagem humana, mesmo a oral e a escrita, enlaçou-se nos seus signos com a natureza, sendo ela mesma o médium possível, e efêmero, para ler a natureza tal como ela é e se realiza: "um médium em que as faculdades primitivas de percepção do semelhante penetraram tão completamente, que ela se converteu no médium em que as coisas se encontram e se relacionam, não diretamente, como antes, no espírito do vidente ou do sacerdote, mas em suas essências, nas substâncias mais fugazes e delicadas, nos próprios aromas. Em outras palavras: a clarividência confiou, no decorrer da história, à escrita e à linguagem as suas antigas forças" (Benjamin, 2012, p.121). Estas reflexões de Benjamin o aproximam demais de Bloch (2005), da sua perseguição a um mundo-em-realização.

engajamento e paixão em relação ao Instituto, estado afetivo que me coloca a projetar imagens e mais imagens, a vida que tento traduzir acontece, não é fruto da minha imaginação. O exercício mesmo de compartilhar esta experiência traduzida na tese parte do pressuposto que ela é acessível aos corpos humanos que a leem e que será mais e mais “epidérmica” quanto mais próximo este corpo estiver da comunidade afetiva contemporânea do Instituto de Medicina Social; isto é algo que igualmente a valoriza e limita. Corpos embotados e pragmaticamente factuais verão na tese um arroubo afetivo que beira o patológico – como muitos leitores serão clínicos, médicos e psicólogos, a tendência é forte; corpos abertos, em construção, podem não se conectar a uma experiência tão situada; mas a vida pulsa em todos, o sucesso desta tradução estará na capacidade de fazer quem a lê se ver naquela comunidade afetiva, mesmo que para isso tenha que imaginar. Justamente se quer chamar a atenção que a realidade, especialmente na comunidade afetiva humana, jamais pode ser vedada à imaginação e que a própria “verdade” não pode prescindir dela. Desejar, imaginar e criar são os verbos que quero comungar com outros corpos que não estão na vida para ver o absurdo passar.

3 DOS SONHOS

Era um sonho
Nele eu voava alto
Não sabia por que meio

Planando sobre uma região
Identifiquei uma velha forma conhecida.
Por entre as casas, entre a floresta
Estava a minha velha casa.

Pousei acidentadamente
Na praça em frente
No bolso estava uma chave que só podia ser a do portão
Portão que abri

Ao entrar, vi a minha velha chave jogada no chão
Embaixo da mesa de pingue pongue. Não a peguei.
Pouco depois ouvi barulho de patas apressadas
Cujas unhas nunca cortadas faziam aquele tic tic irritante, consolador.
Era o velho cachorro, pequeno, que tomou a minha frente olhando-me nos olhos
Parou, postado nos quartos, apoiado nas patas da frente, ansioso
[Há quanto tempo ele não comia?]

Abri a casa com a mesma chave
O cão subiu as escadas
Tic-tic-tic-tic-tic-tic...
Ela estava exatamente como a deixamos
Vi os seus cômodos em um relance, em um instante de segundo
Meu corpo era um detalhe, integrei-me novamente com ela

Corporalmente, fui ao velho quarto de dormir.
Na cama estavam dormindo o meu irmão com o velho cachorro
Roncavam.
Peguei a velha bermuda de dormir no armário, troquei a roupa
E deitei na cama do meu irmão.

Dormi e sonhei.

No sonho dialético
[Sonho que se sonha dormindo é o que?]
Eu subia a pé a passarela de uma estação de trem
Era a rampa da estação da Pavuna
Tomada pela vitalidade do largo do machado

Terminada a rampa,
acima da cabeça estava a abóbada da estação de trem do Engenho de Dentro
Só que a vitalidade agora era a da estação da luz
Estava caminhando ao lado de um rapaz
Era diferentão, um tipo parecido comigo
Só que de cabelos encaracolados claros e expressão solar no rosto.

Nos olhamos nos olhos, foi o suficiente
Ele me perguntou: “duração ou beleza?”
Respondi: “beleza”
Sorrimos juntos
E considerei: “mesmo o que dura e é belo, retém a experiência”
Sorrimos novamente
Passei o meu braço direito por trás das costas dele
Ele o esquerdo por trás das minhas
Apoiamos o topo das nossas cabeças um no outro
Caminhamos assim, por alguns segundos

Chegaram novos companheiros.
Ao meu lado uma menina
Ao dele um menino
Nos cumprimentamos todos, eram amigos dele
Seguiram conversando,
Eu os ouvia com prazer

Passamos pela catraca
Chegamos no topo das escadas da estação para desce-la
Fios de sol entravam pelos dois lados de paredes vazadas da estação

Atravessavam todo o ambiente, também os corpos

O rapaz do rosto ensolarado disse:
“Dia bonito”
E eu, em seguida
“Sim”
Vislumbramos toda a vitalidade iluminada da estação
Continuei:
“não é todo dia que se reencontra amigos que não se conhecia”
E nos olhamos nos olhos pela última vez

Descemos a escada,
Os três foram para a plataforma, eu me mantive parado dois degraus acima na passarela,
Olhava-os, meio apaixonado por aquilo tudo,
Ouvindo a conversa deles.

Foi quando acordei e acordei
Estava na cama, na casa de agora, real
Lembrei do sonho detalhadamente,
percebendo que ele já não era o mesmo
Registro hoje ou amanhã?
Amanhã
Mas terminava de lembrar a cena
e passava a perseguir o início dela novamente
Depois de relembrar o sonho algumas vezes
Cada vez com mais detalhes
[ou incorporar naquela imagem mais detalhes]
Levantei
Peguei o computador e o registrei no plano virtual.

Voltei para a cama
tentando escapar da armadilha que é procurar as razões para o sonho e o registro.
Racionalizar podia torna-se logo sinônimo de obsessão;
Por enquanto, segue como sinônimo de verdade.
Só amanhã poderei dizer se voltei a dormir.

*****

Pode causar estranheza eu trazer como preâmbulo a um capítulo que tratará de sonhos diurnos de diversos outros humanos o relato de um sonho noturno meu. O registro dele, o trazê-lo na tese foi resultado de um ímpeto que tive. É um sonho cheio de referências regressivas: a velha casa, o irmão, o cachorro, o encontro com amigos desconhecidos, as diferentes estações de trem combinadas em uma paisagem iluminada pelo sol por todos os lados. O que pude elaborar sobre ele até aqui é que as suas diferentes dimensões produziram uma sensação de conforto relativa a minha relação com o Instituto e a produção desta tese. Sem maiores racionalizações a fazer, sei que ele me fez acordar sorrindo, seguro do que estive fazendo até aqui. Ele inaugurou a última quinzena da produção da tese e tornou mais fácil a sua conclusão. É a noite servindo a suportar o por-vir, com suas imagens integradoras da experiência passada e presente.

O futuro e o mundo se produz acordado, também se integrando o passado e o presente.

Inspirado por Bloch e no diálogo direto que tive com ele durante a tese, me dediquei a re-colher das inúmeras conversas que tive ao longo dos sete anos de experiência no Instituto, com o limite e a seleção que a memória e a consciência operam, os sonhos diurnos que construíram o Instituto de Medicina Social. As conversas que foram as entrevistas são especialmente influentes. Elas foram feitas, registradas e revisitadas, a maioria já transcritas e, por isso, impregnam este capítulo. Ainda que alguns registros já estejam consolidados, por não estarem todos na mesma condição, optei por fazer um modo de seleção e apresentação destes sonhos livre, sem referenciação direta aos trechos que me inspiraram. Em nota, indicarei os humanos que inspiraram a evocação dos sonhos, livrando-os da responsabilidade pela minha abordagem, que é livre e ensaística. Esta indicação é também uma forma de enumerar os humanos que contribuíram com a pesquisa produzindo algo como um jogo, uma “caça ao tesouro”.

Os sonhos diurnos, como elaborado neste trabalho, não se tratam de meros devaneios[69]. Eles são essas imagens que projetamos com frequência, para as quais flui o nosso desejo. Todas estão ancoradas na realidade, embora ainda não realizadas. A grande maioria delas está longe de qualquer possibilidade de realização; não podemos querer tudo o que desejamos: vivemos um mundo que é matéria com outros humanos e variados seres. Entre as imagens que desejamos, algumas se tornam como uma obsessão que perseguimos. Mesmo aquele "objeto" concreto, existente e ao alcance dos sentidos, quando desejado obsessivamente ganha tonalidades afetivas que o tornam diferente, idealizado. Todos passamos por isso, a que Bloch chama "paixão".

Não desejamos apenas objetos concretos e acessíveis; muitas vezes imaginamos algo que não existe, que tornaria o que existe melhor. E muitas vezes nos apaixonamos por essa imagem que ainda não existe, mas que passamos a trabalhar para que exista. Neste trabalhar, precisamos lidar concretamente com a matéria e compartilhar a imagem que desejamos com outros humanos. Tanto a matéria quanto os outros humanos condicionarão a imagem em realização, quando a perseguimos. O resultado deste trabalhar, a imagem realizada, sempre será diferente do que idealizamos, mesmo quando é a imagem que primeiro desejamos. O mundo em realização é um mistério que dura, pelo menos, alguns segundos para ser elaborado. O mistério que toma aquilo que realizamos e que escapa do nosso controle afetivo torna-se o que Bloch chama de "melancolia da realização". Esta é outra experiência comum que temos quando alcançamos o que desejamos: a realização nunca nos completa. O que se concretiza na matéria ganha vida própria e segue em realização, sempre um instante a nossa frente. A angústia permanece em nós e logo nos pomos a construir outras imagens e a deseja-las.

Falo de sonhos diurnos, produzo conhecimento trazendo-os em consideração, porque eles existem e operam na realidade hoje. Quem ousa dizer que não produz imagens e as deseja? Mesmo que cada vez mais destinados a "objetos" existentes, seja na forma "mercadoria", seja perpassados pelo pragmatismo utilitário e ubíquo que sugere trabalhar com o possível realizado, os sonhos e suas imagens diurnas seguem profusos e canalizando o nosso desejo, as nossas pulsões. São imagens

[69] Para quem desejar mais detalhes do diálogo com Bloch, ir ao item .5, 'Sonhando acordado', que começa na página 68 do capítulo 'O Banquete'.

que se misturam ao choque de imagens e signos que nos distraem os sentidos em um simples dia de vida neste mundo informatizado e mercadorizado.

Se hoje temos o hábito de sonharmos sonhos-buscas no possível realizado, até pouco tempo atrás era habitual imaginar um mundo diferente, melhor. Os humanos sonhavam e compartilhavam seus sonhos, os perseguiam pessoal e coletivamente. Mesmo pessoas que hoje nos sugerem deixarmos de imaginar e perseguir algo que ainda não existe, em outros contextos estavam perseguindo imagens e realizando coisas que não existiam. E que passaram a existir, como o Instituto de Medicina Social. O que mudou?

Mudaram eles, que realizaram sonhos e, portanto, seguem presos às imagens realizadas que nunca são o que se desejou; é importante considerar que seguir remendando uma realização e elaborar a experiência de frustração da realidade da realização, a "melancolia da realização", não é tarefa fácil. E mudamos nós, que estamos mais e mais atravessados por imagens que temos dificuldade de elaborar, que não participamos da sua construção, embora capturem o nosso desejo. Além disso, ainda há muitos outros elementos que não estou considerando. As minhas considerações são apenas para reafirmar: os sonhos diurnos e os fluxos das nossas pulsões são elementos concretos que, embora não se meçam em dados tecnicamente controlados, se pode acessar empiricamente.[70]

E tratar de afetos, sonhos e desejos empiricamente não é tarefa fácil. Sobretudo porque antes de qualquer coisa vem o indivíduo, esta instituição moral que se recusa a ser exposta. Eticamente se está na "corda bamba de sombrinha", sempre: "em cada passo dessa linha pode se machucar"[71]. Nesta pesquisa, lido com muitos humanos convictamente liberais. É inevitável não ferí-los ao querer tratar daquilo que eles consideram estar no plano privado. É por isso o esforço feito em enfrentar o estatuto da individualidade e da privacidade aqui[72]: o indivíduo existe no plano ideológico liberal, que é capaz de privatizar e taxar até a própria experiência e

[70] Claro que na contemporaneidade não podemos duvidar de nada: daqui a pouco descobrem algum neurormônio que sofre explosões produtivas cerebrais em processos de imaginação e algum sonhador controlado pode ter a "brilhante" ideia de correlacionar esta produção com a capacidade criativa humana. Alguém dirá do hormônio da criatividade e todos perseguirão a sua produção tecno e fisiológica (Ehrenberg, 2009).

[71] Nova citação à música 'O bêbado e a equilibrista', de Aldir Blanc e João Bosco.

[72] O trabalho de enfrentamento a estas questões está melhor desenvolvido no item .3, 'Palavras, apenas?', que começa na página 42 do capítulo 'O Banquete'.

a sua elaboração; o que dizem ser privado e individual é a condição de ter um corpo que produz uma subjetividade que só é única na multiplicidade de experiências com outros humanos, em grupos. O que os liberais chamam de individual, privado, é aquela condição que nos permite estar em público, em comum. É, portanto, o oposto do que acreditam.

Sim, acreditam.

Outro aspecto, e isso é responsabilidade minha e, talvez, seja ainda mais complicado que o exposto no parágrafo anterior, é lidar com a precariedade do material empírico que me permite dizer sobre sonhos alheios. Este material são conversas, muitas vezes são elementos oferecidos por humanos sobre outros humanos, conversas situadas no tempo e no espaço. Falar dos sonhos e desejos de Américo Piquet Carneiro, por exemplo, é um grande risco. Por isso, é importante firmar a própria precariedade das imagens que construirei aqui e dos perigos que é falar sobre o que desejaram outros humanos a partir das suas realizações e do que os próprios e outros humanos disseram a mim. O que, na ordem liberal, é quase um exercício de desobediência civil.

Contudo, me sinto capaz disso e sem medo de desobedecer, de desassossegar. Afetos é tudo o que eu desejo produzir. A partir do realizado - a criação e consolidação do Instituto de Medicina Social -, quero falar do que se realizou e moveu a realização. Para falar disso, escolhi olhar para aquilo que geralmente não se olha ao se investigar o processo de criação de uma instituição: a imaginação, os desejos, os afetos. Geralmente, estes elementos são vistos exclusivamente como problemas a serem geridos pela instituição, e não como condições para a sua realização. É esta a virada que quero oferecer: não houvesse sonhos, desejos e afetos, o Instituto de Medicina Social nem teria começado.

3.1 **Uma curta passagem pré-histórica**[73]

Apenas para pôr o Instituto no ano de 1974, que é o ano que alcança a "memória coletiva"[74] do grupo que está no IMS agora, vou sintetizar rapidamente o que veio antes do curso regular da Pós-Graduação *stricto senso* em Medicina Social. Tudo indica que quem primeiro imaginou e perseguiu a Medicina Social foi Américo Piquet Carneiro. Mas a Medicina Social não era o seu sonho. O sonho de Piquet, que motivou diversas outras instituições uerjianas, como o Ambulatório de Medicina Integral, era algo como um ensino e prática médicas de base humanista e científica, que as integrasse. Piquet desejava uma medicina empática com o sofrimento, sensível às questões sociais, que articulasse estas dimensões com o avanço do conhecimento das ciências naturais. Uma medicina que não existia no Brasil e que, portanto, ele imaginou ser possível com os elementos que tinha disponível. Para isso, formulou meios de inserir no currículo da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ conhecimentos das Ciências Sociais e Humanas, conhecimentos estatísticos, conhecimentos sobre a genética, entre outros. Além disso, incentivou o desenvolvimento de uma prática integradora de todas estas dimensões: a medicina integral. Foi entre os meios imaginados e perseguidos por Piquet para o fim, que era a transformação do ensino e da prática médica, que surgiu o Instituto de Medicina Social.

Falar sobre sonhos alheios seria mais fácil se fosse possível fazer uso do entendimento liberal por conveniência e sugerir que eles nascem e se projetam a partir de um corpo, de um indivíduo. Assim haveria um fundador, um "onde tudo começou". Não é tão simples assim. Piquet ousou imaginar e perseguir uma medicina que não existia no Brasil porque havia condições e outros humanos perseguindo o mesmo. Além dos incentivos de fundações internacionais e da OPAS, que visavam difundir a medicina preventiva[75] na América Latina (Arouca, 1975;

[73] Este item é referente às conversas que tive com Anamaria Tambellini, Eduardo Azeredo Costa, Eduardo Faerstein, Fernando Szklo, Hésio Cordeiro, Jane Sayd, João Regazzi Gerk, José Carvalho de Noronha, José Roberto Ferreira, Ligia Vieira da Silva, Lilia Schraiber, Moyses Szklo, Mario Dal Poz, Reinaldo Guimarães, Ricardo Donato, Roberto Passos Nogueira e Telma Ruth Pereira.

[74] Para a compreensão do que se trata "memória coletiva", visitar o item .8 'Da história viva', que começa na página 101 do capítulo 'O Banquete'.

[75] Em síntese, sobre o dilema que para alguns fundou a Saúde Coletiva – o preventivista – (Escorel, 1999; Paim, 2003), a medicina preventiva foi um movimento interno à medicina, de renovação do ensino e da prática médica, que visava integrar a atuação clínica e a atuação sócio-espacial médica,

Nunes, 1989) - medicina preventiva que se articulava com a perspectiva humanista de Piquet -, que proporcionaram a Piquet conhecer outros modelos de ensino médico pelo mundo, havia experiências de reforma do ensino e prática médicas em curso no Brasil. Na Universidade de Brasília, a Faculdade de Medicina criada ali, em meados da década de 60, já nascia renovada, apontando para a atenção primária à Saúde, para as dimensões sociais do adoecer, para uma medicina integradora das diversas ciências em desenvolvimento naquele momento. Uma experiência destruída em suas bases pela interferência da ditadura militar na Universidade (Faculdade de Medicina, 2008) [76]. Em Ribeirão Preto, ainda na década de cinquenta[77], a Fundação Rockfeller financiava a instalação de uma Faculdade de Medicina cientificizada, voltada para a pesquisa e para os cuidados médicos que integrassem as diversas dimensões do viver, sob a perspectiva da medicina preventiva (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, sem data). Portanto, Piquet representava um movimento por dentro da medicina, um movimento de renovação, que se articulava com movimentos mundiais, inclusive.

Outro aspecto relativo a Piquet Carneiro que pude avançar pouco é sobre a "base social" que o apoiava na Faculdade de Ciências Médicas. A maior parte dos depoimentos que tenho sobre Piquet é de ex-alunos; portanto, está claro que os alunos, especialmente os que se dedicavam a militância estudantil, a atuação política, compunham esta base[78]. Mas é improvável que ele estivesse institucionalmente sozinho. Piquet era grande, esteve por trás da vinculação do Hospital Pedro Ernesto à então UEG (Universidade do Estado da Guanabara), no que ajudou a relação direta que tinha com Carlos Lacerda, com a criação e consolidação dos programas de pós-graduação na Faculdade, *lato* e *stricto senso*,

---

a intervenção sobre a saúde individual e sobre a saúde das populações. Para isso, propunha uma aproximação às Ciências Sociais e Humanas e aos métodos estatísticos como forma de integrar a visão de mundo de um novo médico, de perspectiva preventivista. Arouca (1975), analisando o que este movimento tinha de conservador, na aplicação dos seus princípios no Brasil, apontava que os espaços abertos pela incorporação da medicina preventiva no ensino e prática médica eram uma possibilidade para a tomada dos seus sentidos e para a atuação de médicos comprometidos com a transformação da sociedade brasileira. Para toma-lo, era preciso compreendê-lo e subverte-lo.

[76] Conforme o depoimento de Eleutério Rodriguez Neto, disponível em: http://www.fm.unb.br/images/Livro_40_anos_Faculdade_de_Medicina_UnB.pdf

[77] Informações disponíveis em: http://www.fmrp.usp.br/a-faculdade/historia/

[78] Ricardo Donato falou na conversa e em um evento de comemoração dos 40 anos da retomada das atividades do Centro acadêmico Alexander Fleming, o CASAF, sobre a importância de uma pesquisa feita pelos alunos, ligados ao CASAF, relativa ao ensino na Faculdade de Ciências Médicas. Esta pesquisa teve impacto nos debates internos sobre a reforma curricular e institucional na Faculdade de Medicina, e nos trabalhos de Piquet, que era diretor.

assim como a dirigiu por um bom tempo e também o hospital (Szklo, 2005)[79]. Dificilmente fez tudo isso sozinho, caberia uma melhor exploração das parcerias institucionais de Piquet em suas realizações. Não se pode, contudo, deixar de afirma-lo como uma figura política e criativa fascinante.

Como disse, Piquet tinha boas relações com os estudantes da Faculdade, relações construídas especialmente pela proteção que ele ofereceu a muitos deles em tempos de ditadura (Daflon, 2017). Foi entre "pupilos" seus, médicos ligados à sua "clínica"[80], que ele elegeu os três corpos que primeiro se puseram a construir o Instituto de Medicina Social: Hésio Cordeiro, Nina Pereira Nunes e Moyses Szklo. E isto foi muito antes dos marcos temporais que temos como referência nos registros históricos do Instituto: aconteceu, provavelmente, em 67[81]. Não era um Instituto, nem um departamento, mas era a "medicina social". Sua primeira sede foi delimitada por uma divisória forjada em plena enfermaria em que atuava Piquet Carneiro e sua equipe. Suas primeiras atividades eram relativas a oferecer algumas disciplinas na graduação e, provavelmente, fazer visitas domiciliares a alguns humanos atendidos pela equipe de Piquet[82]. Hésio, Nina e Moyses foram a sua primeira equipe. Aos poucos, as atividades da Medicina Social foram se consolidando, o grupo passou para outra sede fora do Hospital e foi integrada à antiga cadeira de 'Higiene e Medicina do Trabalho'. Integração feita com o propósito de reforma-la.

Bem, o capítulo é para falar dos sonhos, não das realizações. Se "escorreguei" foi por considerar importante situar este marco inicial das atividades do que viria a ser o Instituto de Medicina Social. E para não esquecer: o traço "juvenil" e

---

[79] O melhor "retrato" que pude ter de Piquet Carneiro está disponível no site da Universidade Aberta da Terceira Idade [UnATI], instituição que ele também idealizou. É a transcrição de uma conferência oferecida por Moyses Szklo (2005), uma homenagem à Piquet Carneiro. Ela está disponível em: http://www.unatiuerj.com.br/NAI%20PDFs/anexo%20-%20discurso.pdf . Outro registro importante de memórias de Piquet Carneiro e da resistência à ditadura militar na UERJ, que não tive acesso, é a gravação de um evento dedicado a isso, o Seminário Seminário 'Resistência Democrática na UERJ – história e memória' (Faculdade de Engenharia/UERJ, 2008). Soube da gravação e do evento em conversa com Eduardo Faerstein.

[80] Os catedráticos da Faculdade de Ciências Médicas tinham as suas clínicas, onde os estudantes faziam a formação. Antes da integração do Pedro Ernesto à UEG, a clínica do Piquet ficava no Hospital de Bonsucesso.

[81] Há o editorial da revista "Memórias do IMS", de 78, escrito por Nelson Moraes, que afirma que no ano anterior àquela publicação – ou seja, 77 – o Instituto completara 10 anos de existência. Muitas pessoas duvidaram dessa informação nas conversas, mas Moyses e Fernando a confirmaram, sem completa certeza sobre o marco inicial. Telma Ruth, que entrou na Faculdade em 67, confirmou que já existia naquela ocasião a Medicina Social.

[82] Na conversa com Moyses Szklo ele mencionou a existência de um Ambulatório de Medicina Social, sem precisar o seu funcionamento e organização. Informação que Ricardo Donato confirmou.

militante desde a sua primeira origem. Voltemos aos sonhos, à difícil tarefa de situá-los e articulá-los. Hésio e Moyses foram estudantes ativos na Faculdade, participaram da gestão do CASAF[83] no momento anterior ao golpe; Hésio foi o primeiro dirigente eleito democraticamente na república golpeada: sua eleição para a direção do CASAF aconteceu poucos meses após o golpe de 64 (Daflon, 2017)[84]. Sobre a trajetória estudantil de Nina, tenho poucas referências a compartilhar. Ela era uma médica cedida ao Hospital pela prefeitura do Rio de Janeiro e participava da "clínica" do Piquet quando a Medicina Social foi criada. Nina, ligada ao PCB, era filha do médico comunista Adão Pereira Nunes. Adão Pereira Nunes que era amigo de Piquet Carneiro; formaram-se na mesma turma da Faculdade de Medicina, que hoje é da Universidade Federal do Rio de Janeiro[85]. É provável que a ida de Nina para o Hospital Pedro Ernesto tenha tido a ver com a proteção que Piquet Carneiro era capaz de oferecer em relação ao assédio do regime[86]. Os três eram militantes de esquerda e não comungavam das mesmas perspectivas políticas: Nina era uma ativista do Partido, Moyses era um estudioso de Marx e Hésio, um social democrata.

Sobre os sonhos dos três, não pareciam ser comuns. Tampouco eram excludentes entre si. O desejo era construir a Medicina Social, era a missão que estava colocada; os sonhos parecem ter sido construídos neste fluxo. Sonhos ainda muito situados, como se verá. Hésio foi se engajou na possibilidade de aproximar as Ciências Sociais do ensino e prática médicos, influenciado por Piquet e, principalmente, por Juan César García, que conheceu ainda no final da década de 70; um interesse que era também pela produção de formação e pesquisas interdisciplinares, pelo desenvolvimento acadêmico. Moyses, o primeiro a fazer viagens pelo Brasil e por instituições anglo-saxãs para conhecer experiências de outros departamentos de Medicina Preventiva e Social, com o intuito de construir o Instituto, ainda no final da década de 60, esteve mais interessado em desenvolver a Epidemiologia moderna como ele vira em alguns departamentos que visitou. Moyses fazia exercícios com os alunos da Faculdade que eram de aplicação de estudos

[83] CASAF é o Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming, centro de organização política dos estudantes da FCM que já tem mais de cinquenta anos e segue ativo politicamente (Vazquez, sem data).
[84] A anedota não é minha, é do próprio Hésio dita em uma das conversas que tivemos.
[85] Conforme visto, ouvido e sentido no evento 'Nina Pereira Nunes: a pedra angular do Instituto de Medicina Social?', no âmbito da disciplina 'A grande Narrativa do Instituto de Medicina Social pelos seus autores'. No evento estiveram Ana Tereza Camargo, Jane Sayd e Mario Dal Poz.
[86] Em nenhuma conversa pude confirmar esta informação. Nenhum entrevistado sentiu-se seguro de afirmar que Nina estava no Pedro Ernesto sob a proteção de Piquet.

epidemiológicos modernos realizados no eixo anglo-saxão. Tinha, como Hésio, uma visada acadêmica, articulada com o desenvolvimento coetâneo das pesquisas e da formação em nível de pós-graduação na faculdade, induzida pela direção de Piquet. E Nina parece ter construído uma imagem em dois planos: que os serviços de saúde, especialmente os que atendiam a pobreza – ela era particularmente sensível ao drama feminino que era parir em um hospital -, não podiam permanecer como espaços onde se moíam corpos humanos; que o ensino médico, sobretudo o prático, não podia servir a produção e reprodução dos moedores médicos de corpos. O primeiro se resolvia no plano da política; o segundo, no plano da formação e prática médicas.

Os três, no final da década de 60, fizeram as suas viagens: Moyses, como mencionado acima; Nina foi para o Chile, cursar pós-graduação em Saúde Pública, e Hésio para o Kentucky vivenciar um departamento de Medicina Preventiva. Os três revezavam-se nas atividades da Medicina Social, que ia incorporando a participação de muitos alunos como monitores das disciplinas, nas visitas domiciliares e nas pesquisas que começavam a acontecer. Em 70, Moyses foi convidado à cursar o mestrado em Baltimore, Estados Unidos, na Jonhs Hopkins University. A partir dali, Hésio e Nina passaram a dividir a construção do Instituto com maior protagonismo. João Regazzi também se aproximou, outro “pupilo” de Piquet Carneiro. Em 71, por movimentações políticas de Nina, o Instituto tornou-se um “instituto especializado”, com relativa autonomia da Faculdade de Ciências Médicas. Foi quando o Instituto passou a ter uma direção: a de Nelson Moraes, um sanitarista com passagem importante no Sesp e em órgãos do Ministério da Saúde já na ditadura militar. Nas conversas que realizei, Nelson aparece como alguém que legitimava, com o seu prestígio e trajetória, a existência do Instituto para dentro e para fora da UERJ. E fazia isso sem “importunar” as movimentações de Nina, Hésio e os que vinham chegando.

É muito difícil situar os sonhos a corpos específicos a partir daqui, pois a movimentação de pessoas passou a ser grande. Chegou o Reinaldo Guimarães para fazer o internato médico no Instituto; Reinaldo que convidou José Carvalho de Noronha; passou por ali o Eduardo Costa, que depois seguiu para a ENSP. E passaram ainda outras pessoas. Os financiamentos começaram a acontecer, mediados por atores diversos, como o próprio Juan César García na OPAS, e outro

sanitarista tradicional, também com passagem pelo Sesp, o Mario Chaves. Assim a Fundação Kellogg financiou pesquisas e atividades no Instituto relativas ao desenvolvimento da Atenção Primária a Saúde. Kellogg que alguns entrevistados confirmaram ter, já naquele tempo, a proposta de desenvolvimento de um modelo de atenção à Saúde que fazia referência a “saúde da família”. Este financiamento e a rede de proteção que o Instituto parecia oferecer no período de exceção foram fundamentais para fixar pessoas que viriam a ser decisivas no desenvolvimento do Instituto. Entre 71 e 73 consolidou-se o grupo inicial que acolheria a missão de desenvolver a pós-graduação *stricto senso*: Hésio Cordeiro e Nina Pereira Nunes, sempre como os protagonistas, João Regazzi, José Carvalho de Noronha, Reinaldo Guimarães e Antônio Quadra, este que começa a ter o seu retrato embotado nas memorias dos entrevistados. Já completamente embotados, indiscerníveis, estão outros humanos que tinham função meramente organizativa, que não participavam do “núcleo pulsante” da instituição.

Estes humanos que tinham função organizativa, a maioria indiscernível, mais entre os quais se incluíam Piquet Carneiro, Nelson Moraes e Mario Chaves, eram “testas de ferro” daquele “núcleo pulsante”. “Núcleo pulsante” que era politicamente ativo e de esquerda; jovens, aproximaram-se sobremaneira naquele período, reuniam-se e bebiam no bar em frente ao Hospital, que se chama Nossa Senhora de Fátima, mas que eles chamavam de “Botafogo”. Por ali cumpriam algo como um segundo turno de trabalho. Pelo hábito de frequentar o bar, sendo eles de esquerda, logo ficaram “famosos” na Faculdade de Medicina pelas “posturas inadequadas”. Era forte a “reação” a eles na FCM. Três fatores parecem ter sido decisivos para que eles seguissem trabalhando e se institucionalizando: os “testas de ferro”, que garantiam que não se mexesse diretamente com eles; a habilidade política e institucional de Nina, que parecia manter “sob controle”, com sabedoria, afetuosidade e autoridade, as ações do grupo na Faculdade, assim como a passagem de pessoas pelo grupo; e a participação ativa dos estudantes nas disciplinas e pesquisas do grupo. O Instituto era um reduto de tomada de ar para os estudantes que estavam na mesma condição conflitiva com o regime que o “núcleo pulsante”; e eram muitos os estudantes nesta condição. Entres estes estudantes, alguns viriam a fazer o mestrado no Instituto e tomariam parte nele, mais à frente:

Thales Pontes Luz, Mario Dal Poz, Jane Sayd e Eduardo Faerstein. Mas já seria outro Instituto, com novos sonhos e desafios.

Em 72 ou 73 os sonhos de Nina e Hésio coadunaram-se com o de Juan César García, que oferecia o apoio financeiro, técnico e epistemológico, desde a OPAS, para a construção da pós-graduação *stricto senso* em Medicina Social. Novamente, Nina e Hésio foram protagonistas nesta articulação, pois eram, os dois, muito próximos a Juan César. A OPAS tinha como prática incentivar a formação de grupos de 'formuladores de ideias' na América Latina, grupos que multiplicavam a formação de outros grupos e difundiam perspectivas político-ideológicas (Nunes, 1989). Sobre a Medicina Social, cuja perspectiva espistemológico-política vinha sendo desenvolvida por García naquele período (Nunes, 1989), apenas o Instituto foi incentivado, no Brasil, a desenvolvê-la[87]. E isto foi em 72 ou 73, quando começou o mestrado acadêmico em Medicina Social no Instituto. É muito interessante o conflito entre a data oficial, que consta nas produções de García (Nunes, 1989) e Sarah Escorel (1999), e a memória dos entrevistados, que confirma o início das atividades do mestrado em 72. Fico com a memória, mas é importante o registro da discrepância.

A primeira turma discente foi composta pelo "núcleo pulsante", com exceção da Nina - que manteve-se apoiando as atividades do programa sem tornar-se discente -, três *becarios* centro-americanos financiados pela OPAS, e muitos alunos da Faculdade, graduandos e residentes, que faziam as disciplinas como ouvintes. O corpo docente era o próprio "núcleo pulsante", que ofertava disciplinas sob alguma estratégia institucional que não consegui apurar, e alguns docentes externos que foram direcionados por Juan César, este que também vinha fazer conferências para a turma; e ainda outros conferencistas convidados por Nina e Hésio. Foi assim que começou: o Instituto nasceu por "semi-partenogênese", seus discentes eram os docentes e formaram-se a si mesmos com o apoio de Juan César García e Nina Pereira Nunes. Esta primeira turma teve porteira fechada e contou com a participação de um importante ator do governo de Salvador Allende, no Chile, como

[87] No Brasil, os Departamentos de Medicina Preventiva da Unicamp e da USP mantinham-se em forte articulação com Juan César e a OPAS, mas sem terem tido a mesma aplicação e direcionamento da Medicina Social que o Instituto desenvolveu. Pela centralidade que a teoria social tinha no pensamento de García, talvez esteja aqui uma condição para que o Instituto tenha desenvolvido com mais força, em relação a qualquer outro no Brasil, as Ciências Sociais e Humanas em Saúde.

conferencista, Claudio Jimeno; a participação de um casal de filósofos de esquerda, Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias, convidados desde a PUC-RJ para ministrarem uma disciplina; dos três ‘beccarios’ centro americanos de tendências revolucionárias, entre os discentes; e do marxista Juan César García, como idealizador.

Sobre o sonho de Juan César, foi difícil reconstruí-lo a partir das memórias dos entrevistados. O que posso produzir está baseado na obra que deixou e que Everardo Duarte Nunes (Nunes, 1989) organizou no livro ‘Pensamento Social em Saúde na Amárica Latina’. Ele era médico e cientista social e foi, ao longo da sua vida e produção intelectual, aprofundando o entendimento que é impossível cuidar de vidas humanas, de seus processos de adoecimento e sofrimento, sem uma compreensão das condições de vida no mundo, especialmente dos fatores sócio-históricos. Mais que trazer as ciências sociais para um cotejamento com a medicina, Juan César foi se aproximando de uma fusão entre elas, onde a teoria social – marxista – seria central para a formação e atuação médica. Lidar com o corpo doente seria lidar com uma forma de expressão das contradições sociais; tratar a doença seria, antes de tudo, tratar tais contradições. Por isso, a medicina, para Juan César, deveria estar além de tratar as manifestações patológicas, deveria se antecipar a elas, enfrentar suas condições sociais. Deste modo, o médico seria, forçosamente, um agente da transformação social, pois somente outra organização social poderia produzir saúde. O capitalismo produzia doenças (Nunes, 1989).

Neste movimento, García passou a afirmar a medicina como uma possível área de formação de agentes da transformação social. Para ele, formação necessária em uma América Latina assolada pelas doenças da pobreza, especialmente nos campos, e do desenvolvimento industrial e urbano acelerado, nas cidades. Formulando sobre este entendimento, García buscou referências no movimento da Medicina Social do século XIX, como apareceu na França e na Alemanha, coetaneamente no ano revolucionário de 1848; aproximando este movimento da produção de Marx, o argentino desenvolveu a sua proposição da Medicina Social no século vinte, no contexto Latino Americano de um capitalismo industrial e periférico. É importante destacar que a produção de García se radicaliza à medida que os países latino americanos vão sendo tomados pelas ditaduras militares.

É esta Medicina Social que o Instituto tinha a missão de desenvolver e difundir. E, claro, o fez a seu modo, o modo do possível. O IMS abriu o seu curso de mestrado em Medicina Social para a ampla concorrência em 1974. Aí começa a história do grupo que está por lá hoje, ano comemorado coletivamente em 2014, os seus 40 anos. A partir daqui, tratarei menos de realizações e mais dos sonhos. Sempre reafirmando: os sonhos que serão reconstituídos, assim como esta curta pré-história, está embasada em memórias construídas no presente. Algo ficou de fora, outro tanto está distorcido. São sínteses de memórias, quadros baseados na vivência dos fatos e datas, não nos fatos e datas. Este é o material empírico que escolhi como tendo primazia em relação aos documentos oficiais e outras obras, que eventualmente uso como apoio. Por isso, esse tipo de aposta tem qualidades que outro tipo de produção, baseada prioritariamente em documentos, datas e fatos, não teria. A realidade como se passou estaria igualmente imprecisa naquele tipo de produção. O interessante seria combinar as duas perspectivas como formar de se aproximar do que se passou. Esta é uma tarefa que delego ao leitor e à comunidade acadêmica. Aqui, ao menos, tenta-se construir quadros do passado que não sejam cinza.

3.2 **A década dos "históricos": os sonhos de fundação**[88]

A continuidade da comunidade afetiva que compõe o Instituto de Medicina Social se inicia em 74. Aqui se constituiu o primeiro grupo que ainda frequenta o cultural oral do Instituto, alguns humanos lembrados com maior ou menor tonalidade afetiva. Nina e Hésio convidaram todos que compuseram aquele primeiro grupo e todos se referem ao carisma dos dois. Uns foram seduzidos por Hésio, outros por Nina; uns se encontraram primeiro com Nina, outros com Hésio; a referência,

[88] Item inspirado pelas conversas com Adolfo Chorny, Anamaria Tambellini, Eduardo Azeredo Costa, Eduardo Faerstein, Eduardo Levcovitz, Gulnar Azevedo e Silva, Hésio Cordeiro, Jaime Oliveira, Jane Sayd, José Carvalho de Noronha, José Luís Fiori, Jurandir Freire Costa, Madel Luz, Maria Andrea Loyola, Moyses Szklo, João Regazzi Gerk, Reinaldo Guimarães, Ricardo Donato, Ricardo Tavares, Roberto Machado, Roberto Passos Nogueira, Rosângela Caetano, Sonia Fleury e Telma Ruth Pereira. Outra inspiração para este item é o trabalho 'Memória e Patrimônio da Saúde Pública no Brasil: a trajetória de Sérgio Arouca' (Abreu; Franco Netto, 2005), que disponibiliza depoimento relacionados à trajetória de Sérgio Arouca no seguinte endereço eletrônico: http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/ . Há muito sobre a passagem do grupo "exilado" de Campinas pelo IMS nestes depoimentos.

contudo, é sempre à dupla. A primeira turma de mestrado do Instituto de Medicina Social teve como docentes Madel Luz, Roberto Machado, Ricardo Tavares, José Luís Fiori e Jurandir Freire Costa, entre outros personagens menos lembrados, como Olavo Brasil. Por essa época, chegou Maria Andrea Loyola, também. Em 75, veio Anamaria Tambellini, vítima de perseguição política na Unicamp. Com ela, de Campinas para o Rio seguiu um grupo grande de pessoas em busca de sobrevivência física e material; pessoas que passaram por uma curta acomodação no Instituto antes de seguirem para a Fiocruz, onde construiriam o PESES, incluindo Sergio Arouca (Abreu; Franco Netto, 2005; Escorel, 1999); alguns fizeram o seu mestrado no Instituto. Em 76, chegaram os argentinos refugiados da ditadura liderada por Jorge Videla; entre eles, um que permaneceu no Instituto e teve forte influência sobre o grupo: Adolfo Chorny. Teve passagem por lá Mario Testa, a convite para alguns cursos.

O poder de atração do Instituto estava nos recursos que dispunha, oriundos da Fundação Kellogg e do primeiro financiamento da Finep, em 74, com recursos do I PBDCT; no carisma de Nina e Hésio, no desafio de construir uma instituição interdisciplinar que eles colocavam de maneira apaixonada; e na proteção física, afetiva e material que eram capazes de produzir coletivamente. Está entre os humanos enumerados e no “núcleo pulsante”, que seguia dando aulas sem terem concluido o mestrado, as primeiras imagens desejadas que forjaram parte do que o Instituto é hoje. Estes são “os históricos”, um termo que frequenta a cultura oral do Instituto e não tem registro.

Afora as diferentes perspectivas teórico-políticas, uma condição os unia todos: viviam experiências de “trânsito’ político, estavam sob instabilidade aonde estivessem. Havia entre eles aposentados políticos, exonerados políticos, exilados políticos; pessoas que tiveram que sair do Brasil por um tempo para sobreviver física e intelectualmente e estavam voltando. O Instituto era, para eles, uma possibilidade de *trabalhar*. E trabalhar era uma forma de atuação política, visto que os partidos de esquerda estavam na clandestinidade e sob perseguição.

Quatro foram os sonhos perseguidos nesta década de fundação. Aquele que tonaliza a cultura oral do Instituto, o que tem primazia institucional em relação aos demais, é o que apontava para o *poder institucional*. Seus sonhadores se puseram a usar o conhecimento intelectual, as análises de conjuntura que conseguiam produzir,

suas próprias pesquisas, para formular ideias. Formulavam ideias pois imaginavam ocupar posições institucionais estratégicas no Estado. Imaginavam-se dirigindo instituições, para isso trabalharam e neste sentido formaram pessoas no Instituto.

Este sonho não era nem poderia ser uniforme. O que unia era a perspectiva de chegada ao poder institucional. Os caminhos para a chegada ao poder, contudo, eram variados, assim como as conjunturas; assim como o “o que fazer?”, quando no poder. Aglutinavam-se em torno deste sonho Nina Pereira Nunes, Adolfo Chorny, Mario Testa, José Carvalho de Noronha, Hésio Cordeiro, Reinaldo Guimarães, José Luís Fiori, João Regazzi e Ricardo Tavares. Alguns olhavam para a tomada dos serviços de saúde como uma forma de produzir transformação neles e através deles. Foi nesta lógica que desenvolveram um modelo de atenção à saúde de base comunitária no bairro de Austin, em Nova Iguaçu. Outros dirigiam-se para o amanhã, para posições mais ambiciosas, olhavam para instituições “centrais” e influentes, como a UERJ, o INAMPS e a própria Finep. Plasma esse desejo o documento escrito por Hésio, Reinaldo e Fiori, ‘A questão democrática na área da saúde’, construído em 1976 e usado como base pelo Movimento Sanitário para as propostas constituintes no longínquo final da década de 80 (Escorel, 1999). Outro exemplo importante foi a eleição de Hésio para a reitoria da UERJ, já em 84, a primeira mirada institucional e estratégica produzida pelo grupo. Hésio ganhou, mas não levou. Leonel Brizola nomeou outro reitor, Charley Fayal, por ver Hésio como um adversário político, pelo vínculo político que tinha com o PMDB.

Este grupo, especialmente o Fiori, entendia o Instituto como um centro de formação de intelectuais da saúde, de formuladores de propostas. Não era ali o espaço da articulação política; o Instituto devia ser, e trabalharam para isso, o espaço onde se praticaria e estimularia a “pensa-ação”. Neste sentido, a formação intelectual seria disciplinarmente variada e com perspectiva pragmática, pois o conhecimento deveria estar à disposição da movimentação política e da proposição de ideias. O intelectual da saúde saberia acessá-los quando possível. Dirigida para a atuação política, a atividade formativa do Instituto deveria ser academicamente zelosa. Era este o papel que cumpriria enquanto uma “escola de poder”.

Fiori exerceu a liderança intelectual nesse grupo, enquanto Hésio era o seu principal articulador. Um grupo que tinha direção para a política e a sua principal liderança política era a Nina. Chamou a minha atenção que, na memória, os

humanos reconheçam a Nina como a principal referência política e afetiva do grupo. Alguns referem-se a ela como a "alma" do Instituto. Desde que ouvi as primeiras lembranças sobre a Nina me impressionou o entrecruzamento das suas capacidades política, afetiva e de antevisão. Era "alma" e era também "oráculo", alguns referem-se a ela como vivente em um "eterno presente", onde o passado e o futuro estavam sempre disponíveis para serem visitados, experimentados. Estas características faziam dela um corpo inquieto que dizia coisas nem sempre compreendidas. Eram *performances instantâneas* – o instante à nossa frente (Bloch, 2005) -, *performances antecipantes*. Performances que provocavam estranhamento constante, punham desafios para o grupo e, ao mesmo tempo, apontava caminhos. Nina é o arquétipo das formulações de Ernst Bloch.

Este sonho que apontava para o poder estava atravessado por inúmeras perspectivas prévias: a da OPAS, que tinha a intenção de constituir as instituições que apoiava como "*think tanks*" – era a própria perspectiva de García -, e a do Partidão, o PCB, ao qual eram filiados alguns dos citados, que tinha, além de um tipo de organização bem parecida a um "*think tank*", uma visada em direção a ocupação de cargos no Estado. Os humanos que partilhavam desse sonho experimentavam a instituição como algo maleável, flertavam com a informalidade: instituição é argila que se molda para determinado fim. Boa parte das proposições feitas por esse grupo para o próprio Instituto e para as demais instituições que vieram a ocupar, ou dirigir, eram feitas no plano informal, no segundo turno de trabalho, no Botafogo ou no Lamas. Era um grupo que visava dirigir, mas que se portava de modo quase ingovernável.

A primazia que este grupo teve nas decisões e direção institucional na primeira década produziu um grau de "baixíssima institucionalidade", que se tornou uma característica do Instituto por muito tempo – e que chega como um espectro até a contemporaneidade. As normas, o espaço e o tempo de trabalho eram atravessados pela vida e a atravessavam. Nas lembranças das pessoas deste grupo o Instituto era uma "nuvem", estava no Hospital Pedro Ernesto, no Botafogo, no Lamas, funcionava de manhã, de tarde, de noite e de madrugada. Era, também, expressão dos desejos e afetos dos que tomavam parte no grupo. Este grupo é a base de criação do Grêmio Lítero Tertúlico Lima Barreto, que se reúne desde aquele tempo, convidando pessoas, em especial aquelas envolvidas nas articulações

político-institucionais, para comemorar a vida, pelo menos uma vez por ano desde 74. No ano que passou, em 2017, o “Lima” se reuniu pela quadragésima terceira vez e registrou a sua reunião em ata que, infelizmente, não tive acesso. Ata que é composta por poesias, mensagens de amor e delírios etílicos.

Outro sonho era relativo a aplicação no Brasil de uma performance intelectual vivida com muita intensidade por Jurandir Freire Costa e Roberto Machado na Paris pós 68. Ambos descrevem seus sonhos, vistos desde hoje, como uma tentativa de “macaquear Foucault”[89]. O que eles definem deste modo hoje era uma atuação intelectual provocativa e, por isso, política. Circunscritos ao trabalho intelectual, era um trabalho intelectual que estava longe do gabinete. Quanto às reflexões, deviam ser registradas e, especialmente, performadas, dirigidas ao público ou a um público.

Roberto Machado logo saiu do Instituto, em 79, mas Jurandir manteve-se sustentando esta perspectiva. Roberto, contudo, deixou marcas: mediou a passagem de Michel Foucault pelo Instituto, ainda em 74, quando o francês proferiu algumas conferências registradas no livro ‘Microfísica do Poder’ (Foucault, 1979), organizado pelo próprio Machado. No âmbito das reflexões e seus registros, em 78 renderam a publicação de “Danação da Norma”; em 79, Jurandir publicou “Ordem médica e norma familiar”. Os dois livros estão entre aqueles considerados “fundacionais” do que hoje chamamos de Saúde Coletiva. No horizonte de provocação das performances dos dois estava a desnaturalização das normas sociais excludentes produzidas, sustentadas e difundidas pelo discurso e prática médica.

Nesta primeira década, este sonho vai ser atravessado pelo movimento da anti-psiquiatria e da reforma psiquiátrica. Ele mesmo foi condicionado pela renovação da Psiquiatria que se dava na FCM. Não pude colher memórias sobre este processo na FCM, que mereceria maior atenção. A Psiquiatria da FCM, quando a pós-graduação do Instituto foi consolidada, em 74, era liderada por Eustachio Portella que trazia a perspectiva da psicanálise para aquele âmbito. Foi Eustachio que sugeriu a ida de Jurandir, que também tinha formação psicanalítica, para o IMS. Joel Birman, que chegou ao Instituto ainda no final da década de 70, também teve

[89] Assim disse Jurandir na minha qualificação do projeto de tese e disse Roberto Machado na conferência em que apresentou seu último livro, ‘As impressões de Foucault’, no campus da Praia Vermelha, da UFRJ.

passagem pela Psiquiatria da FCM e era vinculado à psicanálise. No princípio, quando da “instalação” no Instituto, se Foucault inspirava a maior parte das imagens perseguidas, logo estes humanos se puseram a sustentar uma imagem de produção do conhecimento que apontava para a “antropofagia”. Claro, “antropofagia” no âmbito dos conhecimentos sobre o humano[90]. Jurandir e Joel, mais à frente Benilton Bezerra, que chegou nesta primeira década ainda, produziram diálogo entre a psicanálise, a filosofia, especialmente com correntes fenomenológicas, a teoria literária e a antropologia, para falarem sobre a cultura contemporânea – àquele tempo. Seus estudos sobre os manicômios, outros sobre a subjetividade situada no tempo e no espaço, serviram de referência intelectual para o movimento da Reforma Psiquiátrica. Muitos articuladores deste movimento passaram pelo Instituto, seja para fazerem o mestrado, seja para frequentarem as disciplinas e conferências oferecidas. E não só eles: a “antropofagia” intelectual convocava acadêmicos de áreas distintas, desde psicanalistas em formação a antropólogos.

O terceiro sonho apontava para a expansão, institucionalização e legitimação das Ciências Sociais no Brasil. São perseguidoras desta imagem Maria Andrea Loyola e Madel Luz. Mulheres de formação complexa, Maria Andrea era igualmente representante da Sociologia e da Antropologia, Madel era filósofa que tinha mestrado em Sociologia e fez doutorado em Ciências Políticas já como docente do Instituto. Elas estavam implicadas em desenvolver pesquisas em Ciências Sociais que legitimassem esta área de conhecimento enquanto produtora de “verdades” e institucionalidade. As duas conduziram duas das grandes pesquisas feitas na primeira década do Instituto: sobre as instituições médicas no Brasil, que foi a tese de doutoramento de Madel e envolveu muitos médicos em formação no Instituto[91]; e a pesquisa sobre “medicina popular” na Baixada Fluminense, que teve como destaque a produção do livro de Maria Andrea, o ‘Médicos e curandeiros – conflitos sociais e saúde’.

---

[90] Não me arrisco a “qualificá-los”, os conhecimentos, como ciências, pois o grupo não me parecia preocupado com a aferição científica. É arriscado e presunçoso dizer, mas considero que este grupo é a minha condição de existência, e de produções como a minha, no Instituto de Medicina Social de hoje, embora eu nunca tenha circulado nos grupos que são o seu desdobramento.

[91] Conforme o agradecimento feito por Madel na abertura do livro ‘As Instituições Médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia’ (1986). Aliás, este agradecimento de Madel é um belo e afetuoso exemplar da cultura intelectual daquela primeira década no Instituto. É, talvez, o melhor registro de nomes dos humanos que por ali circularam, ainda que faltem alguns importantes: há desde os alunos, como Luis Felipe Moreira Lima, a intelectuais que se tornaram importantes, como David Harvey, que, inclusive, fez conferências no Instituto.

A imagem perseguida aqui era de maior autonomia acadêmica em relação a outros aspectos da vida em sociedade, como a política no âmbito estatal. Os estudos feitos por elas dirigiam-se para a apresentação dos conflitos e contradições sociais, não para a proposição de formas de enfrentamento a elas. Seus trabalhos produziram categorias que povoam até hoje a cultura epistemológica do Instituto, forjam a visão de mundo compartilhada ali, como os 'itinerários terapêuticos' de Maria Andrea Loyola e a 'análise política de Instituições' de Madel Luz. Ambas eram *scholars*. Mas, enquanto *scholars*, absolutamente políticas. A atuação delas enquanto cientistas-políticas caberia exemplarmente nas categorias de Pierre Bourdieu (2004) sobre o desenvolvimento de um campo científico. Ambas foram figuras importantes na institucionalização deste campo que chamamos de Saúde Coletiva; mas isso será muito à frente, no fim da década de 80 e início de 90.

Distinguindo-se epistemologicamente da política para fora da academia e do senso comum, no mais eram relativamente abertas a interdisciplinarização. Caso contrário, nem teriam se aproximado do Instituto. Enquanto representante das Ciências Sociais, nas pesquisas, Maria Andrea combinava técnicas de trabalho de campo da Antropologia com o apreço às categorias oriundas da teoria sociológica. Não era radicalmente disciplinar, mas encontrava-se circunscrita às Ciências Sociais. Já Madel era, como dizem, "eclética". Sua tese de doutorado, o livro mencionado acima, combinava categorias de Louis Althusser e Antonio Gramsci com dicas metodológicas de Michel Foucault. Esta característica fez Madel tornar-se icônica no Instituto e superficialmente enquadrada como "indisciplinada". Um equívoco que tem as suas razões para ter se dado, mas o apreço de Madel pelas categorias do pensamento e pela organização acadêmica era grande o suficiente para ela lutar politicamente por elas até os dias de hoje.

O quarto sonho era o único que se aproximava das formulações de Juan César García e é o único que pertence apenas à primeira década do Instituto, pois não deixou "herdeiros": o desenvolvimento da epidemiologia social. A sua única representante era Anamaria Tambellini, ainda que Reinaldo Guimarães (1978) tenha se aproximado desta abordagem em seus estudos sobre a dinâmica da tuberculose em populações. Com a saída de Tambellini, no início da década de 80, a epidemiologia social, como a epidemiologia desenvolvida no Instituto, digamos que "atrofiou".

A epidemiologia social perseguia empiricamente a “determinação social” da doença (Laurell, 1983). Produzia estudos que correlacionavam fatores sociais ao desenvolvimento de doenças. Só que os fatores sociais perseguidos não geravam categorias vazias de significado, como renda, por exemplo. Eram categorias formuladas a partir da teoria social marxista, que seria a teoria social que melhor se aplicaria ao capitalismo avançado, industrial e periférico daquele tempo [e eu diria deste tempo]. Categorias que visavam analisar empiricamente a produção de doenças a partir da exploração do trabalhador e a extração de mais-valia a partir do seu trabalho; a produção de doenças a partir a exploração e destruição dos recursos naturais provocados pela espoliação dos países periféricos. Eram trabalhos que procuravam articular estas diferentes dimensões, como a exploração do trabalho humano e a exploração da natureza à produção das doenças em populações humanas. Hoje vista como uma anacronia, um tipo de conhecimento preso no seu tempo de concepção, estava muito distante do que é dito como assemelhado à epidemiologia social na contemporaneidade, os estudos epidemiológicos que tratam dos “determinantes sociais” em Saúde. Nestes falta a chave que torna tudo diferente: a busca por tornar visível as formas de expropriação capitalista da saúde humana (Borde; Hernandez-Alvarez; Porto, 2015).

Algumas pesquisas foram feitas no Instituto no quadro da Epidemiologia Social, pesquisas que não ganharam grande destaque nem se conservaram na memória dos humanos que por lá estão. Anamaria Tambellini sustentou esta perspectiva nas disciplinas que oferecia. A sua saída foi como a saída, também, desta perspectiva. Reinaldo Guimarães se aproximou dos debates sobre a Política de Ciência e Tecnologia no Brasil e a Epidemiologia que restou no Instituto tornara-se descritiva. Só no final da década de oitenta que a Epidemiologia do Instituto passaria por uma profunda reestruturação. Mais à frente falaremos sobre isso.

O atrofiamento contextual da Epidemiologia por lá não tem a ver apenas com o não desenvolvimento da Epidemiologia Social e o fenecimento do único laço que o Instituto tinha com o sonho de García. Tem a ver, também, com a não acolhida à Moyses Szklo, que voltara em 74 do seu doutorado nos Estados Unidos com um aporte conceitual da moderna Epidemiologia anglo-saxã. Ao propor a sua perspectiva ao grupo que formava o Instituto, não recebeu entusiasmo. Ao contrário, o sentimento de desconfiança pelo tipo de conhecimento que se desenvolvia nos

Estados Unidos, a uma Epidemiologia de “matriz positivista”[92], que desconsiderava as contradições sociais, contradições da própria medicina na sociedade, era profundo. O Instituto estava debatendo as obras de Michel Foucault, deglutindo ‘A expropriação da Saúde’, de Ivan Illich (1975) – que em 1975 fez conferência no Instituto -, era latente o conflito entre a medicina e a antimedicina. O desinteresse crítico do grupo, uma grave questão de ordem familiar e a oportunidade de ser fixado na Johns Hopkins, fizeram Moyses voltar para os Estados Unidos. A Epidemiologia do Instituto entrará em um interregno e voltará a ter imagens em perseguição no final da década de 80.

Estas foram as imagens de fundação do Instituto de Medicina Social como o conhecemos hoje. Os três sonhos acadêmicos eram garantidos pelo sonho político e o sonho político era alimentado pelo choque de perspectivas disciplinares que se conseguiu sustentar ali. Há entrevistados que lembram que estas perspectivas estavam em choque todo o tempo, produzindo, formando e alimentando-se criativamente; outros dizem que os sonhos não estavam assim tão engajados uns nos outros. O que aconteceu, entretanto, revela a potência do grupo e dos sonhos produzidos naquela primeira década: formaram-se dezenas de dirigentes institucionais que, hoje, estão liderando instituições e formulando políticas públicas; o SUS teve a sua formulação vinculada a um documento produzido no Instituto, assim como condicionante [talvez limitante] a atuação de um grupo grande de pessoas ligadas ao Instituto no INAMPS; a Saúde Coletiva se consolidou e institucionalizou, no que tiveram papel fundamental as cientistas sociais e políticas; Michael Foucault, a psicanálise, a filosofia, a antimedicina e a antipsiquiatria, deixaram a sua marca neste campo consolidado. É desta primeira década e deste grupo a produção de boa parte dos livros considerados fundacionais do campo, alguns já citados: ‘Saúde e Medicina no Brasil: contribuições para um debate’, organizado por Reinaldo Guimarães (1978), ‘Danação da Norma: a medicina social e a psiquiatria no Brasil’, de Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogério Luz e Kátia Muricy (1978); ‘Ordem médica e norma familiar’, de Jurandir Freire (1979), ‘As

[92] É interessante ver estes conflitos epistemológicos internos ao grupo que são eminentemente políticos. A Epidemiologia vem sofrendo acusações de ser “positivista” desde sempre, especialmente dos cientistas sociais, que se esquecem de ressaltar o próprio “positivismo” que são herdeiros. Mesmo o materialismo histórico, em voga naquela primeira década, estava prenhe de positivismo. Todos defendiam que o mundo melhor se retrata a partir de categorias de pensamento, da razão; e da razão empiricamente testada e socialmente validada, mesmo que validada a partir de grupos muito restritos, que são os próprios cientistas e acadêmicos.

Instituições Médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia', de Madel Luz (1986), 'Enfermidade e loucura: sobre a medicina das inter-relações', de Joel Birman (1980), 'Médicos e curandeiros: conflitos sociais e Saúde', de Maria Andrea Loyola (1984). Somente os dois últimos não foram editados pela editora Graal. Para publicar os produtos das pesquisas feitas no Instituto foi preciso articular e esta capacidade não faltava ao grupo. Todas estas obras estão impregnadas de crítica, de desnaturalização das estruturas sociais. Se não eram propositivas, apontavam para problemas estruturais do país, mesmo que situadas em torno da medicina. E chama a atenção que sejam todas as obras produzidas por intelectuais com o aporte das humanidades. Seja através da prática política, seja do conhecimento que se produzia naquele grupo, o fator humano, enquanto agente ativo no mundo, era uma categoria central de trabalho.

3.3 **O sonho que somos hoje**[93]

Com o debate sobre a anistia, no final da década de 70, e a maior clareza quanto ao processo de abertura democrática do regime autoritário, o Instituto foi, aos poucos, deixando de ser um espaço político para além da academia. A década de 80 foi de relativa diáspora dos seus "históricos". Relativa, pois todos os citados, mesmo que tenham buscado outras posições institucionais e acadêmicas, mantiveram algum vínculo com o Instituto - a exceção foi Nina. Contudo, o Instituto deixou de ser "central". Pela postura projetiva dos "históricos", talvez o destino do Instituto fosse mesmo acabar, visto que outras instituições acadêmicas e para além da academia estavam em abertura para eles e eles estavam dispostos a elas. Um a um foi desdobrando a sua atuação em outras instituições. Os políticos foram

[93] A partir daqui os itens serão todos inspirados nas conversas com Cid Vianna, Claudia Camelo, Claudia Leite Moraes, Claudio Struchiner, Eduardo Faerstein, Eduardo Levcovitz, Gulnar Azevedo e Silva, Heliana Conde de Barros, Hésio Cordeiro, Jane Sayd, José Carvalho de Noronha, José Luís Fiori, Jurandir Freire Costa, Ligia Vieira da Silva, Madel Luz, Maria Andrea Loyola, Mario Dal Poz, Michael Reichenheim, João Regazzi Gerk, Reinaldo Guimarães, Ricardo Donato, Ricardo Tavares, Rosângela Caetano, Rossano Cabral, Ruben Mattos e Sérgio Carrara. Também inspiram os próximos itens os eventos da disciplina 'A Grande Narrativa do Instituto de Medicina Social, pelos seus autores': 'A Reforma Acadêmica do IMS: aonde nos trouxe?', com participação de Maria Andréa Loyola, Gulnar Azevedo e Silva e Benilton Bezerra Jr.; 'Criando as três áreas de concentração', com participação de Sérgio Carrara, Ruben Mattos e Eduardo Faerstein; 'A Physis da Saúde Coletiva', com participação de Tatiana Wargas e André Rios; e 'A busca pelo reconhecimento da excelência acadêmica', com participação de Cid Vianna, Kenneth Camargo Jr. e Eduardo Levcovitz.

disputar a política universitária, as de Saúde, nos variados níveis federativos, e as de Ciência e Tecnologia; os demais voltaram a articular-se academicamente com as suas áreas de origem. Desde 82, o Instituto foi, aos poucos, ficando vazio. O ponto decisivo desse esvaziamento foi a articulação e nomeação de Hésio Cordeiro para a presidência do INAMPS, em 85. Naquele momento, os políticos saíram em bloco. Ficaram os acadêmicos, com cargas horárias reduzidas e sonhos dispersos em outras instituições.

O Instituto, em 85, estava recém acomodado no sétimo andar do pavilhão João Lyra Filho, onde está hoje. O prédio fora inaugurado sem o devido acabamento da sua estrutura, em 83; mesmo assim, a direção do Instituto julgou estratégico ocupar um lugar no pavilhão principal da Universidade. E, com isso, produziram um efeito paradoxal: o Instituto ganhava um espaço maior, não acabado – que se assemelhava muito mais a uma ruína que a uma construção nova -, e perdia corpos presentes, ativos. Com a saída de pessoas em bloco, em 85, o Instituto tornara-se um grande espaço de concreto, cinzento - onde tinha reboco - e vazio.

A sensação de esvaziamento tornou-se grave, para quem ficou. Há quem refira este momento como de abandono, outros referem que foi de cumprimento de desejos, de destinos traçados na primeira década. Em alguns depoimentos, as duas referências se combinam em um júbilo queixoso. As articulações entre os que ficaram e os que foram permaneceram. Entretanto, quem se foi não conseguia engajar-se minimamente no cotidiano institucional do IMS. Algo começou a ficar claro para todos: no fluxo que seguia, o Instituto acabaria. Estudantes estavam sem orientação, muitas disciplinas estavam sem docentes; o cotidiano institucional estava em exceção. Não havia regras internas que dessem conta da situação.

O trabalho foi feito para que o Instituto não acabasse. E foi novo esforço coletivo. Como na primeira década, quando o afeto e a solidariedade foram determinantes para a consolidação da pós-graduação, para a fixação do quadro docente e discente, foram determinantes para o Instituto sobreviver. Uma rede de pessoas ligadas direta e indiretamente ao Instituto, rede que atravessava o INAMPS, a Finep e o próprio Instituto, articulou-se para garantir a sua sobrevivência. Os de fora estavam sem capacidade de formulação para dentro do IMS. Os “históricos” que ficaram, eram acadêmicos. Estes trataram de formular um destino claramente acadêmico para o Instituto. Os debates internos tornaram-se frequentes e uma dupla

foi legitimada pelos que ficaram - e também pelos que estavam fora -, para formular uma proposta: Maria Andrea Loyola e Benilton Bezerra. Em 86, esta dupla apresentou para a comunidade do Instituto, na Casa de Rui Barbosa, uma organização e um destino para o IMS.

Os depoimentos quanto a esta proposta de reestruturação são diversos, com nuances. Todos reconhecem a liderança destacada de Maria Andrea Loyola em todo o processo. Há depoimentos que sugerem ter havido muito diálogo interno em torno da proposta, quanto a sua concepção. Outros depoimentos referem a concepção da dupla e a realização da proposta inteiramente liderada pela Maria Andrea Loyola. E Maria Andrea tinha o apoio da comunidade do IMS, os de dentro e os de fora, para levar adiante o projeto. Ela convidou uma arquiteta para construírem um projeto arquitetônico-acadêmico para o Instituto. Ao mesmo tempo, a Finep e o INAMPS estabeleciam uma parceria para oferecer grandes investimentos para Instituições que tivessem projetos estruturantes de desenvolvimento científico e tecnológico. Maria Andrea apresentou o projeto de reforma estrutural e acadêmica à Finep e o Instituto conseguiu um grande financiamento. Paralelamente à costura externa, João Regazzi – que dirigia o instituto à época - negociou com a direção do IME/UERJ a cessão do bloco E do sexto andar para o Instituto, que não estava sendo usada, em troca de seis galões de tinta que serviram à pintura da estrutura funcionante do IME/UERJ. Assim o Instituto tornou-se a estrutura que é hoje, com pequenos arremates ao longo do tempo.

O projeto arquitetônico é exatamente o que vigora no Instituto hoje. Naquela época, havia mais pompa: pintura preta no teto, um misterioso tapete vermelho – existência que alguns confirmam e outros desmentem -, móveis e utensílios administrativos de razoável conforto e estilo que não fizesse o Instituto lembrar uma repartição pública. Maria Andrea realizara um projeto que prezava pela ambiência agradável, que fosse boa para as pessoas trabalharem e permanecerem. Um projeto de ambiência que era controverso. Isto porque ele previa uma hierarquia entre os docentes quanto às suas salas de trabalho: os professores *sêniores*, “os históricos”, ficariam com salas menores só para si, salas médias seriam divididas por professores que tivessem uma trajetória no Instituto e as salas grandes seriam divididas por três docentes entre aqueles que começavam a chegar ao Instituto, que realizava concursos para recompor o seu quadro docente. A diferença de tamanho

entre as salas não era proporcional a proposta de divisão, o que gerava uma tensão interna que se reproduz até os dias de hoje. Havia salas confortáveis vazias, visto que alguns *sêniores* tinham carga reduzida no instituto, e salas desconfortáveis, divididas por três pessoas, cheias. Hoje, há uma sagaz cronista do cotidiano institucional que diz, sugerindo um importante "analisador": "quer saber quem manda aqui? O poder é proporcional ao número de janelas que cada professor tem em sua sala". Esta questão simbólico-espacial jamais foi resolvida no Instituto; parece assunto de coluna social, de menor importância em um trabalho acadêmico que trata de sonhos, mas quem vive o IMS sabe o quanto a questão das "salas dos professores" ocupam o tempo, a "economia afetiva" e as deliberações institucionais.

Por sua vez, o Instituto é estruturalmente, até os dias de hoje, reconhecido como uma ilha de privilégio espacial e material na UERJ. De fato, temos uma boa estrutura de trabalho e espaço, que permite a acomodação de uma biblioteca interna, por exemplo. Por muito tempo, houve espaço para o CEPESC – que em 2018 acabou por incluir o "desenvolvimento tecnológico" em seu nome - funcionar lá. Este Centro, que é organização de direito privado, é uma associação entre os professores do Instituto para permitirem a gestão de recursos sem estarem submetidos à legislação do direito público estatal. Foi uma "gambiarra institucional" que permitiu ao Instituto mover-se com muito mais agilidade em um período de inflação galopante e Caixa Único de recursos na administração estadual. E este centro estava no projeto de Maria Andrea, foi inaugurado em 86 (CEPESC, 2013)[94]. Desde 86, as atividades do Instituto e do CEPESC são inteiramente dependentes entre si: o Instituto e seus professores entregam financiamentos de pesquisa – houve tempo que o CEPESC participou da administração financeira de serviços de saúde, inclusive – para a gestão do CEPESC e o CEPESC reverte o seu *overhead*, termo que os seus associados usam com frequência, para o funcionamento institucional. Hoje, boa parte dos funcionários administrativos do Instituto são funcionários do CEPESC, não da UERJ. Acaso o CEPESC deixe de existir, diante da conjuntura é uma possibilidade que provoca preocupação intensa, as atividades do Instituto serão comprometidas fortemente.

[94] Sobre o CEPESC, há um vídeo comemorativo dos seus 25 anos (CEPESC, 2013) que registra depoimentos importantes de humanos que o construíram e também o Instituto. O vídeo está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n6tIDQ0G6Vw

O projeto acadêmico apontava para a criação das três áreas de concentração, algo que se consumaria no início da década de noventa, pouco depois da implantação do doutorado acadêmico, que estava igualmente apontado no projeto. A ideia era o aprofundamento do conhecimento em ênfases sem perder a perspectiva interdisciplinar, no processo de formação e de produção das pesquisas. A partir daqui, houve organização mais enfática dos departamentos, que teriam autonomia para gerir academicamente as ênfases. Desde este tempo, os concursos docentes passaram a ser debatidos e organizados pelos departamentos. Os novos professores que viriam a integrar o corpo docente do Instituto, e tornarem-se maioria em pouco tempo, foram aprovados já sob esta organização.

Tal organização gerou uma distorção importante entre os departamentos. 'Política, Planejamento e Administração em Saúde' estava vazio pela saída dos "históricos" para a política. Por uma vinculação histórica, ficaram nele Ricardo Tavares e Fiori, que lideraram a organização do departamento em tensão com aqueles que estavam fora do Instituto, que continuavam tentando arbitrar sobre a dinâmica interna, mesmo à distância. A 'Epidemiologia' estava "atrofiada"; tinha no seu quadro professores recém contratados, Célia Landmann, que dava o tom epistemológico no departamento, João Regazzi e Jane Sayd; a maioria era de professores jovens, em início de carreira, ainda em formação. Alguns se dedicavam às atividades relativas à FCM: disciplinas, residência médica e internato rural. O departamento de 'Políticas e instituições de Saúde' – que hoje é reconhecido como 'Ciências Humanas em Saúde', mas mantém o nome antigo na institucionalidade – ficou com boa parte dos "históricos" acadêmicos e com os dois principais articuladores da reforma acadêmica: Maria Andrea Loyola e Benilton Bezerra. Além deles, estavam lá Madel Luz, por exemplo. Boa parte do prestígio acadêmico que o Instituto tinha estava concentrado neste departamento.

Algo perdeu força neste projeto para o Instituto: a relação que o Instituto tinha com a formação médica, em nível de graduação, nas disciplinas e no internato rural, e na pós-graduação *lato senso*, especialmente a residência em Medicina preventiva e social. Por ser um projeto que voltava-se prioritariamente para a pesquisa e a pós-graduação *stricto senso*, as outras atividades que ainda eram mantidas pelo Instituto foram perdendo a importância, foram tornando-se, pouco a pouco, periféricas. Paralelamente, a necessidade de multiprofissionalizar os discentes que passavam

pelo Instituto, apontada no projeto, produziu desgaste e distanciamento na relação com a FCM. Até aquele momento, somente médicos podiam fazer formação em Medicina Social. Era uma determinação da FCM que a formação a nível de pós-graduação em qualquer forma de Medicina só poderia ser feita por médicos. No final da década de 80, já sob a direção de Maria Andrea Loyola, o Instituto tornou-se uma pós-graduação em Saúde Coletiva e rompeu esta barreira que a FCM interpunha através do nome Medicina Social.

Esta periferização das preocupações com a formação médica e o distanciamento da política para fora da academia, a direção acadêmica que o Instituto tomava, tornou o IMS desinteressante para Nina. Nina parece nunca ter desejado o trabalho estritamente acadêmico; via força no conhecimento que produzia transformação, não em análises distanciadas da realidade. Ela que tinha ido para a gestão na Secretaria Estadual de Saúde do governo Leonel Brizola, secretaria que estava sob a direção de Eduardo Azeredo Costa, não voltou mais. Não viu futuro no Instituto de Medicina Social.

Aqui voltamos aos sonhos. Todas a informações que dei foram para sustentar esta volta. Formada doutora na França, tendo trabalhado com Pierre Bourdieu na virada da década de 70 para a de 80, em estágio pós-doutoral, Maria Andrea tinha uma imagem a perseguir. Desejava construir um centro de pesquisas em ciências sociais e saúde multidisciplinar, como vira na França. Já havia algumas matrizes disciplinares que lhe eram interessantes circulando no Instituto, bastava convidar novos professores ligados às ciências sociais e humanas para dar um tom ao projeto acadêmico do Instituto de Medicina Social. E ela trabalhou para isso. Neste trabalho, mediou a passagem pelo Instituto de pessoas ligadas às Ciências Sociais, no final da década de 80 e início de 90, como Elisa Reis e Aspásia Camargo; a fixação de Sergio Carrara e Luiz Antonio Castro Santos. O Instituto poderia vir a ser a realização brasileira de um ‘centro de altos estudos em Saúde’, algo afim.

O sonho de Maria Andrea, contudo, esbarrava em outros que não estavam postos de modo tão claro. Por não estarem postos de modo tão claro, tornaram-se projetos-em-reação. Se a comunidade do Instituto sustentou a liderança de Maria Andrea para reformar a instituição e garantir um regramento e ordenação institucional comum, previsível, não legitimou a imagem do projeto para a qual Loyola dirigia a Instituição. No âmbito da Saúde Coletiva, a ABRASCO começava a

tomar força e a estimular o avanço das áreas de concentração[95]. Nos dois outros departamentos, os concursos preparados e os docentes incorporados visavam este movimento convergente de avanço para as áreas, sem projetos muito claros. No PPAS, os concursos apontavam a consolidação de um corpo docente e um grupo de pesquisadores que se dedicasse aos estudos sobre a ciência e a técnica, que pudessem produzir análises sobre o uso de tecnologias em Saúde – um projeto que conflitava com os "históricos políticos" que estavam fora, dirigindo instituições. Neste departamento, o consenso era a necessidade de reagir ao avanço do projeto de Maria Andrea e todos agiram neste sentido, os de dentro e de fora. Internamente ao departamento, não havia consenso quanto a direção a seguir, mas a liderança de Ricardo Tavares na realização dos concursos foi decisiva para fixar os primeiros docentes, docentes que apontavam para a análise econômica de tecnologias em saúde: chegaram George Kornis, Cid Vianna e Ruben Mattos.

Na Epidemiologia, Renato Veras teve uma curta e decisiva atuação. Tendo feito o seu segundo mestrado na Inglaterra e experimentado a Epidemiologia como se desenvolvia lá, convidou para fazer os concursos do departamento colegas brasileiros que conhecera neste trânsito pela Epidemiologia anglo-saxã. Chegaram ao departamento, através do seu convite, Claudio Struchiner e Michael Reichenheim. Os dois, basicamente, formularam e puseram em prática uma escola de formação em Epidemiologia que é a base do que se faz até hoje naquela área de concentração. Formaram muitos alunos que vieram a se tornar professores do Instituto, mais à frente.

Tanto no PPAS quanto na Epidemiologia chegaram professores sem história na instituição e que logo tiveram que se implicar nas atividades e no desenvolvimento institucional. Uma geração de professores que teve contato com os "históricos", mas os via à distância. Formava-se algo como uma "comunidade afetiva pré-85" e outra "pós-85". É impossível deixar de relacionar este marco geracional ao marco nacional que foi o ano de 85, com a eleição indireta da chapa Tancredo-Sarney para presidência da república. O Brasil iniciava a volta a uma normalidade

[95] É importante situar o trato "internalista' deste relato sobre a memória, até pelo traço "internalista" e cotidiano das próprias lembranças visitadas. A conjuntura, a organização da Saúde Coletiva, a constituinte e a construção do Sistema Único de Saúde incidiam todo o tempo sobre as movimentações internas. Para estabelecer essas relações, uma análise sobre documentos e eventos teria sido importante.

institucional, no nível formal, assim como o Instituto. Com a normalidade, tudo vai tomando forma. Mesmo o poder se territorializa, forja fronteiras. Uma aparente ordem começou a se constituir. A exceção foi ficando para trás, havia trabalho a fazer, uma democracia a construir. Construindo a democracia levantamos grandes estruturas. E as estruturas condicionam novos limites.

Chamo a atenção para a presença desproporcional dos humanos na memória. Neste quadro construído, entre 85 e 91, Maria Andrea parece ter sido uma presença avassaladora. Quando se observa esta importância interna ao IMS de Loyola sob uma análise rápida da sua biografia, vê-se que neste mesmo período, ela esteve em articulação com grupos de pesquisa na França, construiu um grupo de pesquisa na Unicamp. Olhando para essa questão, podemos ter ideia sobre a dimensão, no nível simbólico e prático, que um sonho, uma imagem clara em perseguição, toma sobre uma "comunidade afetiva". Mesmo que não inteiramente envolvida com as atividades do Instituto, a projeção política de Maria Andrea foi decisiva para forjar a instituição, decidir o seu destino.

Ao contrário da primeira década, a partir daqui os sonhos apontam para destinos conflitivos. Há um território acadêmico em disputa, um território que antes não estava esquadrinhado. Em 92, Maria Andrea assumiu a presidência da CAPES; pouco antes disso, os "históricos-políticos" que estavam fora começaram a voltar e a sair de novo, transitando nos níveis de gestão do Ministério da Saúde e de outras instituições. Quando voltavam, não "sentavam-se no corredor"; logo assumiam posições de direção na gestão interna. Todos os diretores que sucederam a Maria Andréa eram desse grupo. E não só no nível interno: Hésio, por exemplo, tornou-se reitor da UERJ. Quase todos estavam ligados ao departamento de Planejamento.

O desenvolvimento das áreas de concentração, ao longo da década de 90, gerou conflitos internos aos departamentos que praticamente os remodelou. Entretanto, isto parece não ter sido decisivo para a separação e autonomização das áreas de concentração. Ainda havia trânsito disciplinar, as lembranças garantem.

Entre 85 e 2003, a presença dos "históricos-políticos" na direção institucional tornou-se, aos poucos, não representativa em relação aos que estavam construindo a instituição nas disciplinas, na formação discente e nas pesquisas, que era a geração "pós-85". Por muito tempo, entretanto, os conflitos resolviam-se na

capacidade de influência externa dos “históricos-políticos” que “facilitavam” o financiamento do Instituto e das pesquisas produzidas ali. A proteção deste grupo garantia a liberdade acadêmica e a capacidade material e institucional de trabalho de todos.

Na virada do século, os conflitos internos recrudesceram. Em parte, a ação de parte dos próprios “históricos” apontou para o novo destino do Instituto. As políticas de ciência e tecnologia no Brasil induziam a uma profissionalização e reestruturação produtiva dos programas de pós-graduação *stricto senso*. Tiveram parte importante no desenvolvimento destas políticas Maria Andrea Loyola, que trabalhou no processo de reestruturação da CAPES enquanto sua presidente, e Reinaldo Guimarães, nas suas passagens pela Finep e pelo CNPq. Alguns entrevistados garantem que a plataforma Lattes é uma imagem criada por Reinaldo. Ambos, nas suas passagens pela SR-2, foram responsáveis por induzir o crescimento da produção científica na Uerj. Há entrevistados que garantem ter sido Reinaldo Guimarães quem imaginou o ‘prociência’ e o deixou preparado para a realização. Desde 98, pelos menos, os órgãos de fomento intensificaram as formas de avaliação dos programas, qualificando-os de acordo com a capacidade produtiva – uma determinada capacidade produtiva, que visava a internacionalização e uma forma de produzir e difundir a ciência (Reich, 2015. Enquanto os “históricos-políticos” garantiam o financiamento do Programa, o Instituto não se ocupou fortemente com a pressão dos órgãos de fomento, apesar de já estar apontada uma remodelação interna, com o surgimento dos primeiros grupos de pesquisa. Com a aposentadoria e a saída de muitos deles, o Instituto perdia a capacidade de captação de recursos e estava mal qualificado pela CAPES. Tornava-se urgente para a sobrevivência do IMS “jogar o jogo” colocado pelos órgãos de fomento.

Para “jogar o jogo”, o Instituto precisava se reestruturar normativamente. Ainda na gestão de João Regazzi [2000-2003] - uma direção-tampão costurada pelos “históricos-políticos” para cobrir a saída de Mario Dal Poz, que estava eleito diretor quando foi convidado a trabalhar na OMS, uma direção-tampão que foi concluída por Jane Sayd -, um trabalho ativo da coordenação de pós-graduação, liderada por Cid Vianna, foi responsável por aproximar as normas internas àquelas colocadas pelos órgãos de fomento. Teses e dissertações não defendidas dentro do prazo estabelecido pela CAPES passaram a ter seus produtores jubilados do

programa, a quantidade de vagas para ingressantes no mestrado e no doutorado passou a estar em compasso com a capacidade de orientação docente. Ali se iniciou um processo de reestruturação produtiva que se tornaria mais clara como uma imagem para o Instituto mais à frente: a excelência acadêmica como compreendida pelos órgãos de fomento. As imagens a perseguir estariam postas desde fora.

Ainda em 2003, a candidatura de João Regazzi à reitoria da UERJ expôs a divisão geracional interna de maneira contumaz. A geração “pós-85” se contrapôs publicamente à candidatura de Regazzi, apoiando André Lazaro à reitoria. Em uma ocasião, no Hospital Pedro Ernesto, estavam lado a lado, como adversários, docentes do Instituto distribuindo propostas de André Lazaro, e Hésio Cordeiro, que distribuía as de Regazzi. As duas candidaturas perderam e o IMS sofreu as consequências desta dupla derrota na gestão de Nival Nunes, período que o Instituto teve difícil diálogo com a reitoria. O coletivo que compunha o Instituto revelava que perdia o traquejo no exercício do conflito, ou seja, o traquejo político. Faltava traquejo e faltava bússola. Nina voltou ao Instituto uma única vez para ser homenageada.

Já sem os “históricos-políticos” presentes, aposentados ou em outras instituições, Ruben Mattos e Jane Russo foram eleitos diretor e vice-diretora do Instituto de Medicina Social em 2004. No horizonte, imagens a perseguir mais e mais circunscritas, situadas, ordenadas. A geração “pós-85” assumia a direção pela primeira vez. Ah, lembrando que no ano anterior era Lula, e o Partido dos Trabalhadores, quem subia a rampa do palácio do Planalto. Era hora de uma geração que aprendeu a fazer política nas décadas de 70 e 80, no período de abertura, assumir o poder.

3.3.1 “Apart-hotel acadêmico”

Ruben e Jane assumiram a direção do Instituto, uma direção eleita por consenso interno. O consenso interno, até quando artificial, é outra marca institucional importante do IMS. Tudo parece ter se dado por consenso interno, até a contestada “direção-tampão” anterior de João Regazzi. Esta é uma característica

que passou de geração à geração, é transversal aos grupos que compuseram o Instituto. Os conflitos precisaram ser reconstruídos por mim lateralmente aos eventos, nas lembranças. As pessoas entrevistadas evitaram tratar deles diretamente, com algumas exceções.

O consenso interno era pela reorganização espacial e produtiva, visto que a docência e a pesquisa deixavam de estar sob responsabilidade de um docente pesquisador, no trabalho com os seus orientandos, para uma nova forma que era a dos grupos de pesquisa. Estes apontavam para uma co-responsabilização interna e externa do trabalho acadêmico: alguns docentes se articularam no Instituto e formaram os seus grupos, grupos que se projetavam a outras instituições e docentes na cidade, no estado, no país, na América Latina e no mundo. Os grupos passavam a indicar uma nova organização do trabalho: em rede e para fora. A estrutura interna do Instituto não dava conta deste movimento. Movimento que era induzido pelas Políticas de Ciência e Tecnologia. Um movimento que pulverizava a instituição.

A direção liderada por Ruben trabalhava para institucionalizar este movimento. A prática política que esta direção propôs ao Instituto, que se diferenciava da tradição, era a do diálogo ampliado, da produção de consensos que incluíssem toda a comunidade do Instituto de Medicina Social: docentes, discentes e funcionários administrativos, do Instituto e do CEPESC. As reuniões internas, deliberativas ou não, eram constantes. Esta prática dialógica foi tentativa, inclusive, de sustentar a pulverização institucional sobre uma base política comum. Uma postura política alinhada com a promessa do Partido dos Trabalhadores, na gestão federal. Tanto cá, quanto lá, as instituições têm história; história que atravessa qualquer promessa, desejo e prática.

Questões colocadas nos processos decisórios internos, derivadas de problemas relacionados a acomodação de interesses dos grupos de pesquisa e dos departamentos, da dificuldade de relação com a UERJ, expuseram os limites da condução dialogada. As questões exigiam respostas da direção; e as respostas pulverizadas contradiziam-se, muitas vezes. Questões que se avolumavam diante da reestruturação interna. As respostas diversas dadas a essas questões, no final, contrariaram parcialmente o interesse de todos. O pacto político na pulverização proposto pela direção foi minado pela não capacidade de produzir uma liderança clara, que zelasse pela cultura institucional comum. Não havia imagem institucional

a perseguir; as imagens estavam em perseguição pulverizadas nos grupos de pesquisa. A comunidade do Instituto de Medicina Social, cujo esfacelamento institucional chegou a ser cogitado na separação em distintos programas de pós-graduação *stricto senso*, parecia sentir falta de uma imagem a perseguir.

3.3.2 O segundo Lula: o pacto com o PMDB

Na crise política interna, a geração “pós-85” construiu um novo consenso, consolidou novo rearranjo em torno de nova liderança. No processo de reestruturação interna, na aproximação da normatividade interna àquela colocada pelos órgãos de fomento, nas crises relativas às direções anteriores, o espaço de decisão central foi se deslocando da direção para a coordenação da pós-graduação. E esse deslocamento se consolidou na chapa construída para a direção em 2008. É uma chapa que reconhece o trabalho feito pelos coordenadores da pós desde o ano 2000, um trabalho de “profissionalização” da gestão acadêmica, que começara com Sérgio Carrara, se aprofundara com Cid Vianna e com Kenneth Camargo. Esta “profissionalização” apontava para a clareza e rigorosidade no cumprimento normativo, para a capacidade de sistematizar a produção interna e informa-la aos órgãos de fomento. Foi o reconhecimento deste trabalho, o claro alinhamento entre as duas principais arenas deliberativas institucionais, que forjou a chapa que assumiu o Instituto à partir de 2008: Cid Vianna e Michael Reichenheim, na direção e vice-direção, e Kenneth Camargo e Sérgio Carrara, na coordenação de pós e vice-coordenação. Apresentaram-se assim, como uma chapa única.

E esta chapa, especialmente Cid, Michael e Kenneth, propuseram um novo pacto interno ao Instituto, uma imagem a perseguir: a excelência acadêmica. Em muita coisa esta proposta contemplava a comunidade do IMS, especialmente os docentes: era um “novo projeto”, condizente com o caráter de vanguarda do Instituto; era factível, visto que no Instituto havia importantes produtores científicos, bastava induzir aqueles que não se enquadravam ao “jogo”; e viria a garantir, se alcançado, um grau de autonomia na gestão de recursos financeiros que o Instituto nunca teve em relação à UERJ, no que se refere ao financiamento direto dos órgãos

de fomento[96]. Este último argumento levaria a resolver dois problemas institucionais importantes: a relação com a UERJ e a falta de financiamento das atividades institucionais – os grupos de pesquisa tinham suas formas de financiamento próprias e apoiadas no CEPESC. Naquele momento, a estrutura institucional comum era dependente do *overhead* do CEPESC. A excelência acadêmica garantiria a sobrevivência material da Instituição.

O "futuro inautêntico", como formulado por Bloch, é a realização do desejo que estava ao alcance do corpo, individual e/ou coletivo, desejante. É um futuro *pré-existente*. A imagem em perseguição não foi construída por ele nem seria a inscrição de uma novidade no mundo. É como a cenoura perseguida pelos cavalos que disputam a velocidade do desejo de cada corpo. O Instituto se punha nesta marcha, cada corpo individual e o corpo coletivo. Mas havia uma imagem a perseguir e uma liderança clara. O Instituto, como o país, estava em harmonia. O nosso PIB estava crescente, exuberante, comemorado. Algo deste furor econômico pingou na ciência: nunca os financiamentos, os editais de pesquisa foram tão fartos. Nunca a pesquisa foi tão induzida neste país. E o Instituto, com seus corpos astutos e trabalhadores da ciência, tinha *pedigree* para a concorrência. Só que a concorrência pedia menos astúcia e mais trabalho, menos sabedoria política e mais capacidade de gestão-dentro-da-norma, menos reflexão e mais resultado, menos ensaio e mais artigo, menos Brasil e mais mundo, menos português e mais inglês... Neste sentido, cultivou-se no Instituto quem usou o menos para o mais, e isto fizeram alguns. Quem se fixou ao menos, marginalizou-se. E quem era o mais, já incorporado o menos desde a base, no final da década de 80, estava na Epidemiologia, cuja produção acadêmica departamental tornou-se o equivalente interno dos famosos "pibões" de época. Na gestão de Cid e Michael, rapidamente o Instituto alcançou a nota 6 na CAPES e, em 2014, na comemoração de 40 anos da pós *stricto senso*, que é a história daquela "comunidade afetiva", alcançou a nota 7. O desejo estava realizado.

[96] Os programas que alcançam as notas 6 e 7 na CAPES passam a fazer parte do PROEX, programa que funciona da seguinte forma: "os Programas inseridos no Proex recebem uma dotação orçamentária que pode ser utilizada de acordo com prioridades estabelecidas pelos próprios programas, em qualquer das modalidades de apoio concedidas pela CAPES: concessão de bolsas de estudo, bem como recursos de custeio fomento para investimento em laboratórios, custeio de elaboração de dissertações e teses, passagens, eventos, publicações, entre outros. As bolsas de estudo concedidas no âmbito do Proex são gerenciadas pelas coordenações dos cursos de pós-graduação, que são responsáveis pela seleção e acompanhamento dos bolsistas conforme as orientações da CAPES" (CAPES, 2018).

3.3.2 “A melancolia da realização” - Dilma é reeleita e põe Joaquim Levy no poder

O que se passou no Instituto entre 2014 e 2016, sob a égide do 7, foi a perplexidade para fora e o trabalho duro para dentro. Permaneceram todos relativamente anestesiados já vislumbrando o destino crítico sem poder parar a produção. O Instituto não oferecia qualquer resposta a conjuntura que acelerava-se além daqueles corpos atuantes no limite do tempo. Muitos lembraram-se que houve um dia em que a leitura do mundo era acessível ali, na instituição. Quem ali estaria analisando o contexto nacional? Alguém estaria analisando o contexto nacional? O que o colega da sala ao lado faz? Ele também está percebendo o que está vindo?

Nesta angustia do instante em elaboração se construiu a candidatura de Gulnar Azevedo e Silva e Rossano Cabral, diretora e vice-diretor. Gulnar é combativa, era vista pela comunidade do Instituto como uma liderança potencial. Politicamente, não fugia de expor com clareza as suas posições, que prezavam pelo trabalho coletivo e pelo fortalecimento institucional. A defesa do SUS passava pelas suas atuações internas, e isto ainda ativava a “memória coletiva”. Isto fazia dela uma representante dos “históricos”, para alguns. Os próprios “históricos” referem-se a ela como uma “pupila”, nas entrevistas. Gulnar teve a sua nomeação consensuada. Estava eleita para liderar e fazer aquela comunidade perseguir uma imagem: o Instituto de Medicina Social.

Em 2016 Dilma foi golpeada e os homens brancos tomaram o poder. É tão contundente a imagem do atraso que é o governo golpista; e é tão contundente quando estão em uma foto. É impossível não reconhecer que o poder no Brasil é racista e patriarcal. E já é impossível não perceber que as nossas instituições representam este poder. Quando os IMSsianos olham para o lado, para as fotos que produzem juntos, veem corpos muito parecidos com aqueles. Ao mesmo tempo, outros corpos passam pelas instituições racistas e patriarcais. Graças a luta organizada de corpos que sempre estiveram à margem ou sob ameaça nesta nação, luta por dentro da nossa fragilíssima democracia formal e constitucional de 30 anos, corpos diversos em gêneros, cores e origens estão nas instituições racistas e patriarcais. Mesmo que passem, que não exerçam o poder institucional, as transformam, as quebram um pouco, revelam este Brasil que somos.

Gulnar está liderando a reconstrução de uma imagem para o IMS. Ela não me disse isso diretamente, nem disse de modo claro publicamente, mas intuo que uma imagem vai se formando na sua cabeça. É uma imagem utópica, um futuro que não está disponível, algo a se perseguir e que dificilmente se tornará uma perseguição coletiva e institucional: um Instituto que não seja racista e patriarcal. Não sei como a imagem se constrói na cabeça dela, mas percebo que ela olha para o Coletivo de Estudantes com uma curiosidade juvenil.

4 **A AMBIVALÊNCIA CONSTITUTIVA**

4.1 **O “ch’ixi”**

Esta tese foi construída na fronteira, é a tensão entre diversos “outros”: é um trabalho escrito sobre performances; é uma performance escrita que visa a ação; é uma ação intelectual que visa corpos; são corpos subsumidos, nela, na generalidade das categorias do conhecimento; são categorias do conhecimento que visam libertar corpos; é liberdade que requer aprovação; é aprovação que depende de uma instituição; é esta instituição que o trabalho destrincha; trabalho retalho que ama uma instituição que é colonialmente brasileira: racista e patriarcal; colonialidade que é contra o que me dirijo com este trabalho; trabalho que é feito por um homem branco de ascendência europeia; homem branco de ascendência europeia, brasileiro, que traz categorias de pensamento de homens brancos europeus; homens brancos europeus citados por uma intelectual andina; intelectual andina que fez a minha cabeça; cabeças latino americanas que ousam libertar-se da colonialidade; colonialidade que não nos sai da cabeça; cabeças que procuram seus corpos; corpos “ch’ixi” [Cusicanqui, 2010].

O espírito transversal a esta tese-fronteira, a esta pesquisa-instalação, foi soprado por Silvia Rivera Cusicanqui. Intelectual boliviana, uma intelectual “ch’ixi”. O que é ser “ch’ixi”? É ser europeia e aimará[97] sem transformar-se em um hibrido, é sustentar a ambivalência de ter em si duas tradições que produzem uma subjetividade, mas que jamais de misturam e tampouco se separam. Silvia não se vê como aimará, nem como europeia, e se vê como aimará e europeia; se vê habitando um mundo “ch’ixi”, que é o mundo que, para ela, melhor define a condição mestiça, colonial. Convocando a tradição aimará e europeia, a pensadora boliviana ressignifica a noção aimará, o “ch’ixi”, à luz do universalismo moderno: a modernidade teria intensificado e universalizado a mestiçagem, a coetanidade de tradições em coletivos e em corpos. Nas palavras de Silvia, a noção “ch’ixi” obedece “a la idea aymara de algo que es y no es a la vez, es decir, a la lógica del tercero incluido. Un color gris ch’ixi es blanco y no es blanco a la vez, es blanco y también

[97] Os aimarás são um povo andino pré colonial que hoje tem seus descendentes espalhados em vários países da América Latina.

es negro, su contrario[98]" (Cusicanqui, 2010, p.69). A potencia desta condição "ch'ixi" estaria na conjugação dos opostos, no conflito de visões de mundo que jamais se homogeneizariam. É a "coexistencia en paralelo de múltiples diferencias culturales que no se funden, sino que antagonizan o se complementan. Cada una se reproduce a sí misma desde la profundidad del pasado y se relaciona con las otras de forma contenciosa" (Cusicanqui, 2010, p.69).

Para Cusicanqui, estaria na ressignificação da condição colonial, sobretudo do ponto de vista do colonizado, do destituído de humanidade, do oprimido, a saída da sua posição subalterna, do "colonialismo interno" (Cusicanqui, 2010). Da sua posição indígena, diz de uma modernidade inclusiva, indígena: "la apuesta india por la modernidad se centra en una noción de ciudadanía que no busca la homogeneidad sino la diferencia" (Cusicanqui, 2010, p.71). Nesta perspectiva, a nossa condição moderna não seria apoiada na naturalização e aplanamento das diferentes tradições que atravessam o nosso corpo social e biológico, mas na sua afirmação cotidiana e conflitiva. Na modernidade colonial, a europa – um espaço territorial já mestiço, é bom lembrar[99] (Popper, 2006) -, na dinâmica das suas nações-metrópoles com as colônias, sempre deteve o controle sobre o conflito usando da sua ideologia belicizante e homogeneizadora, de suas manifestações genocidas. Quando a diferença não se faz desaparecer pela língua, pelo saber e pela oração metropolitanas, pela ideologia, a medida bélica e aniquiladora tem sido a solução recorrente. Sabemos das consequências deste modo colonial sempre reatualizado, apesar das ditas "libertações" nacionais; no Brasil, basta querer ver: os indígenas foram dizimados e os incorporados vivem resquícios das suas tradições sem remetê-las as suas origens; aqueles que não abriram mão de transmitir a sua tradição, foram conflagrados às suas terras originárias e por lá "esquecidos", ou seguem sendo mortos e "suicidados" (Mundo Real, 2018)[100]; os descendentes dos povos traficados da África para sustentar o trabalho escravo por aqui são a grande maioria da massa de excluídos da nossa cidadania constitucional e seletiva.

---

[98] Opto por manter as palavras de Cusicanqui na língua original, o espanhol, pela proximidade que guarda com a nossa.

[99] "A ocupação da Europa é, como todos sabem, produto de migração dos povos. Desde tempos imemoriais, ondas e mais ondas de pessoas vieram das estepes da Ásia Central, para se chocarem com imigrantes mais antigos nas penínsulas do Sul, do Sudeste e sobretudo nas escarpadas penínsulas ocidentais da Ásia e se dispersarem. O resultado disso é um mosaico linguístico, étnico e cultural: um caos, uma mescla, impossível de desamaranhar novamente" (Popper, 2006, p.154).

[100] Ver o impactante documentário "martírio", sobre como o estado brasileiro lida com os Guarani-Kaiowá: https://www.youtube.com/watch?v=BUhburoaPeA

É importante frisar: não se deve confundir a ressignificação do “ch’ixi” feita por Cusicanqui com as teses multiculturalistas que se disseminam por todo o mundo:

> Las elites adoptan una estrategia de travestismo y articulan nuevos esquemas de cooptación y neutralización. Se reproduce así una “inclusión condicionada”, una ciudadanía recortada y de segunda clase, que moldea imaginarios e identidades subalternizadas al papel de ornamentos o masas anónimas que teatralizan su propia identidade (Cusicanqui, 2010, p.60)

É nestas estratégias de travestismo cultural promovido pelas elites dos centros “desenvolvidos” que a intelectual boliviana inscreve o multiculturalismo emanado dos centros do poder e de suas instituições “multilaterais”, como a Organização das Nações Unidas, por exemplo. As políticas culturais que situam minorias étnicas e reforçam as suas supostas “identidades pré-modernas”, suas práticas ancestrais como performances estanques, originais – vê-se o termo “povos originários” -, performances que devem ser protegidas do avanço moderno, essas políticas excluem, apartam, fragmentam. De estancamento em estancamento das identidades minoritárias, formamos artificialmente uma sociedade esquizo em que é inviabilizada a visão de conjunto. É muito difícil perceber que todas estas “minorias” compõem um mesmo quadro social, com um papel social muito parecido de servilismo e subalternidade em seus contextos. São a grande maioria, que é preciso manter fraturada, se possível entretida conflitando entre si.

Cusicanqui chama a atenção que o discurso multiculturalista contemporâneo, que incentiva a afirmação de identidades, e a conhecida matriz de pensamento hibridizadora – que no Brasil está por trás de ideias que forjam a nossa identidade nacional, como a de “democracia racial” -, que supõe uma identidade cultural mestiça que supera as que lhe deram origem, igualmente visam homogeneizar as diferenças, fazê-las desaparecer do espaço e horizonte que comungamos:

> El discurso del multiculturalismo y el discurso de la hibridez son lecturas esencialistas e historicistas de la cuestión indígena, que no tocan los temas de fondo de la descolonización; antes bien, encubren y renuevan prácticas efectivas de colonización y subalternización. Su función es la de suplantar a las poblaciones indígenas como sujetos de la historia, convertir sus luchas y demandas en ingredientes de una reingeniería cultural y estatal capaz de someterlas a su voluntad neutralizadora. Un “cambiar para que nada cambie” que otorgue reconocimientos retóricos y subordine clientelarmente a los indios en funciones puramente emblemáticas y simbólicas, una suerte de “pongueaje cultural” al servicio del espectáculo pluri-multi del estado y de los medios de comunicación massiva (Cusicanqui, 2010, p.62)

Pode-se estranhar o uso que se faz nesta tese de categorias e epistemologias desenvolvidas em outros contextos espaço-temporais e culturais. Ainda que as

diferenças sejam importantes, a condição explorada e de invisibilidade do indígena andino é condição “universal” nas sociedades capitalistas e modernas. As trocas culturais entre povos, a mestiçagem, sempre se deu na história humana; mesmo os aimarás, antes da chegada dos espanhóis a América Latina, foram engolidos pela sociedade Inca. Entretanto, de um século para o outro, especialmente do XV para o XVI, a mobilidade e voracidade europeia mundializou as diferenças culturais e as submeteram às práticas mercantis e produtoras de excedentes – são tais práticas obsessivas, articuladas a um poderoso aparato ideológico e bélico, que artificialmente nos homogeneízam, que capturaram as nossas pulsões.

Queiramos ou não, hoje estamos no mesmo plano cultural, o que não levou ao desaparecimento das diferenças, apesar de toda a carga ideológica e bélica sobre nós. Na relação entre diferentes culturas, parece não haver possibilidade de exercícios algébricos: dois e dois tornam-se cinco, como três e como mil. As ambivalências constitutivas dos coletivos e corpos modernos que somos, as diferenças que somos, produzem o comum. Portanto, o indígena enquanto figura do oprimido é universal na modernidade; poderia ser o cigano que sofreu o holocausto nazista, o palestino sitiado e sem o território “prometido” na contemporaneidade; todos sofreram tentativas de extermínio, mas aqui chegaram e hoje lutam com a semântica cultural deles e a do invasor-explorador: são outros e os mesmos. É nas mesmas teias que a opressão se dissemina e universaliza que a libertação pode se dar: o “ch’ixi”, pelo mesmo motivo é universal. Afirmarmos as diferenças em favor do comum não é homogeneizarmo-nos, mas multiplicarmos exponencialmente a nossa capacidade de “ler” e produzir o mundo. Teremos mais passado e mais futuro. Seremos múltiplos, trabalhando a ambivalência em nós e coletivamente.

Como tem sido feito até aqui, após uma digressão macro e generalizadora tento voltar a atenção para a dimensão reduzida desta tese. Assim como apresenta a noção aimará “ch’ixi”, Cusicanqui retoma de Pablo Casanovas a categoria de “colonialismo interno” para tratar do papel que as instituições coloniais, especialmente as acadêmicas, desempenham nas relações entre o mundo colonial e os centros do poder. As instituições coloniais seriam importantes ramificações por onde emana o domínio dos centros acumuladores: “la estructura arborescente del colonialismo interno se articula con los centros de poder del hemisferio norte, llámense universidades, fundaciones u organismos internacionales” (Cusicanqui, 2010, p.63). A colonialidade como um *continuum* de relações que subalternizam

coletivos a outros coletivos – continentes, países, povos -, humanos a outros humanos, assim se reatualiza sem precisar retomar seus estatutos primordiais. Também ela inclui as diferenças as quais não pode desfazer-se, sofistica-se na maneira de geri-las. É assim que o poder dos centros acumuladores capitalistas se reatualiza sem chocar, nutrindo nos centros de espoliação uma elite mestiça que, muitas vezes, reatualiza a colonialidade tentando fazer o contrário. As instituições multilaterais, as fundações internacionais e as "think tanks" do centro de poder aproveitam-se da precariedade institucional – que o centro do poder provoca - dos centros espoliados para induzir a formação de "grupos de excelência", os quais mantém-se em conexão direta com os seus indutores e detém a legitimidade do saber e do poder. São grupos e instituições que produzirão o arcabouço ideológico que renovará as velhas relações entre acumuladores e espoliados. Nos meios acadêmicos, importantes espaços produtores e legitimadores de ideologia e institucionalidade, "la estructura ramificada del colonialismo interno-externo tiene centros y subcentros, nodos y subnodos, que conectan a ciertas universidades, corrientes disciplinarias y modas académicas del norte, con sus equivalentes en el sur" (Cusicanqui, 2010, p.63). É uma engenharia institucional muito sofisticada, em que os centros do poder cedem sem ceder, terceirizando a sua função, capilarizando a sua produção ideológica.

O Instituto de Medicina Social é lócus de colonialismo interno? Uma pergunta retórica tão perigosa como esta deveria ser evitada, mas me é impossível deixar de fazê-la. É muito fácil responder que sim do "alto" da derrota de uma fração da elite colonial que ousou enfrentar a ditadura, ditadura que tentava a reatualização em moldes grotescos do espólio nacional[101] (Arantes, 2010). Se examinarmos as frentes em que os sujeitos do Instituto estiveram ativamente envolvidos, vê-se a própria

[101] "O que foi contrabandeado nesse rodeio todo – percorrido no sentido anti-horário da esquerda, digamos, histórica – é que, no fundo, a ditadura foi um ato de violência contornável e cuja brutalidade se devia muito mais ao cenário de histeria da Guerra Fria. Com ou sem golpe, a modernização desenvolvimentista cedo ou tarde entraria em colapso, de sorte que, a rigor, o regime militar nada mais foi do que o derradeiro espasmo autoritário de um ciclo histórico que se encerraria de qualquer modo mais adiante, e não o tratamento de choque que partiu ao meio o tempo social brasileiro, contaminando pela raiz o que viria depois. Seria o caso de observar que o giro argumentativo evocado acima é ele mesmo um flagrante sintoma da sociedade "bloqueada" que a grande violência do século XX brasileiro nos legou: no referido reconto, refeito ora com a mão esquerda ora com a mão direita, o trauma econômico simplesmente desapareceu, ele também. E quando aflora, assume invariavelmente a forma brutal da idiotia política costumeira. Por exemplo, toda vez que um sábio levanta a voz para dizer que o país carece urgentemente de um "choque de capitalismo" – e logo numa ex-colônia que nasceu sob o jugo absoluto de um nexo econômico exclusivo" (Arantes, 2010, p.222).

instituição exaurida na sustentação de um padrão de excelência pautado pela ciência internacional; um campo de saber, que é a Saúde Coletiva, disciplinarizado e descolado da sua “missão” transformadora e cidadã – hoje cresce o sentimento que não faz sentido mais o título de Saúde Coletiva quando podíamos nos chamar Saúde Pública, como no resto do mundo; uma política de estado, o Sistema Único de Saúde, ameaçada por inúmeros garrotes infra-constitucionais e efetivamente focalizada em sua universalidade precária: o SUS atende a pobreza e garante os lucros da medicina privada; uma Universidade, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que se vê afrontada pelo seu próprio mantenedor, o governo do Estado do Rio de Janeiro, que descumpre arbitrariamente os compromissos legais com a Universidade. Uma Universidade que tem dificuldade de articular seu corpo social para resistir, nas suas múltiplas hierarquias internas, algumas das quais personagens do Instituto foram importantes mediadores de sua produção, como a criação da categoria interna dos ‘procientistas’. E podíamos seguir enumerando: os retrocessos relativos a política nacional de DST/aids, ao enfrentamento à LGBTfobia, etc. Hoje, tudo o que os IMSsianos se implicaram ao longo do tempo está sob ameaça ou é, em si, uma ameaça à superação da nossa condição subalterna, enquanto brasileiros, enquanto latino-americanos.

E seria igualmente fácil dizer, teleologicamente, que desde a origem o ovo trazia uma serpente. Nasceu dentro de uma Faculdade de Medicina, por ideia de um médico católico e humanista que via como missão médica, entre outras coisas, servir à pobreza; Moyses Szklo, Hésio Cordeiro e Nina Pereira, ainda na década de 60, viajaram por diversos países e no Brasil experimentando Instituições de Medicina Preventiva e Saúde Pública financiados por organizações e fundações internacionais, para montarem o Instituto; o próprio programa de pós-graduação foi construído por engajamento direto da Organização Pan-Americana de Saúde e com financiamento da Fundação Kellogg; depois, a partir de 74, se consolidou com um vasto financiamento da Finep [Financiadora de Estudos e Projeto], em plena ditadura militar, em pleno governo Geisel; na década de oitenta, novo financiamento da Finep, em parceria com o INAMPS, estruturou o Instituto como temos hoje; boa parte dos médicos sociais formados na primeira década de mestrado no Instituto foram ocupar cargos no INAMPS [Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social], desde 85 sob a liderança de Hésio Cordeiro, em uma mediação feita por dentro do PMDB, em um “governo Tancredo”, liderado por José Sarney; na

década de 90, novos financiamentos da Fundação Ford sustentaram pesquisas no Instituto; também investimentos do Ministério da Saúde foram importantes; no século XXI, o que produzimos no Instituto se dirige a revistas e instituições científicas internacionais para atender critérios de excelência definidos por nossos órgãos mantenedores: CNPq e CAPES; um Instituto dirigido por maioria masculina, com nenhum docente negro, pouquíssimos discentes negros e com pessoal administrativo quase inteiramente negro. Seria muito fácil ceder às “evidências” e situar o Instituto como um importante centro sustentador do nosso colonialismo interno.

Mas o que é viver na subalternidade, se não sobreviver, quem sabe, fazendo o melhor? O mesmo médico católico que idealizou o Instituto enfrentava uma estrutura universitária na Faculdade de Medicina autoritária, corporativa, excludente, que se dirigia para as clínicas privadas dos seus catedráticos; em uma das frentes de batalha, tinha como estratégica a criação de um Instituto que trouxesse as “questões sociais” à Faculdade de Medicina, para isso adotou médicos em formação como protagonistas da construção desse Instituto; alunos de esquerda que lutavam contra a ditadura e encontravam-se em risco; construtores do Instituto que se articularam com um médico-cientista social marxista e argentino que estava na OPAS, nos fluxos dos mesmos movimentos de institucionalizar a transformação no ensino médico em uma América Latina de autoritarismo crescente; construtores do Instituto que o construíram sob a direção de um sanitarista conservador e ligado ao regime militar; sob essa direção, convidaram docentes e pesquisadores de esquerda que estavam espalhados em algumas instituições para sobreviverem e acessarem os recursos das fundações internacionais; pesquisadores de esquerda que questionaram, em suas primeiras produções, a própria medicina social, a medicalização social, o poder médico, as categorias médicas e um Estado excludente que produzia socialmente a doença; um Instituto que protegeu e produziu sobrevivência, inclusive política, a militantes de partidos clandestinos; que acolheu e deu guarida a argentinos refugiados da sanguinária ditadura de Jorge Videla; comunidade afetiva que logo nos seus primeiros anos elegeu Lima Barreto como arquétipo representante, um escritor negro, homossexual, marginal, que até hoje reúne-se uma vez por ano para celebrar o grupo formado em seu nome; grupo formado em seu nome que celebrava amizades que atravessavam diversas instituições, inclusive a Finep, e que permitiram a consolidação do instituto; uma

comunidade afetiva liderada por uma mulher, nos seus primeiros anos: Nina; na década de 80, foi outra mulher que liderou a instituição e tornou-a uma instituição acadêmica, produzindo as bases de como a conhecemos hoje: Maria Andrea Loyola; hoje, uma outra mulher tenta resgatar o sentido militante e comum daquela instituição, convocando ao enfrentamento das desigualdades sociais e da nova reatualização do programa colonial brasileiro: Gulnar Azevedo.

É o mundo “ch’ixi” naquele microcosmo, o Instituto é uma produção que se dá na fronteira entre a colonialidade e a emancipação – política e epistemológica -, entre o masculino e o feminino, entre a ciência e a política; na ciência, entre as humanidades e as ciências da natureza, entre a medicalização e a desmedicalização, a estatização e a desestatização dos corpos; entre a retenção e a distribuição do poder. O Instituto foi potente enquanto conseguiu sustentar e conflitar as suas diferenças internas, produzir com elas. Com o tempo, alguns foram assumindo suas posições institucionais, outros foram se implicar em outros grupos e projetos; ainda houve os que desistiram daquele fluxo da história. Todos foram cumprir o seu papel na nação, e o papel nacional é produzir ordem. Tudo indica que, apesar de terem tentado tomar a história para si, pouco contribuíram para mudar o destino da nossa comunidade afetiva nacional: tentando enfrenta-las, reatualizaram a desigualdade e a exclusão. No Instituto, hoje, os corpos que por ali circulam e vivem sequer têm a chance de cultivar suas diferenças: eles têm pressa, devem produzir e a diferença é um ruído que desvia a atenção.

5 **LEANDRO GONÇALVES ENTREVISTA LEANDRO GONÇALVES**

[LG] Uma auto entrevista, hein? Já vi isso em algum lugar...

[LG] Sim, inspirado em um dos nossos “pais”: Juan César García[102].

[LG] Pois é. Uma auto entrevista pouco antes da morte. Este era um sujeito de “visão”, o Juan César. Sobre a sua auto entrevista: alguma antevisão?

[LG] O inexorável: a defesa de Tese, a vida pós IMS, uma “pequena morte”. Neste ponto, a inspiração em Juan César é dupla: na forma e na atitude diante do fim... algo que alguns verão como criatividade, outros como charlatanismo. Esta pesquisa apostou confusamente na dispersão no seu início, aposta que se consolidou e se aprofundou no seu correr. Ao sentar para escrever a Tese, me dei conta que estava no auge da dispersão, da desorganização cognitiva e afetiva: as pontas soltas, os fragmentos soltos em inúmeros arquivos... memórias, imagens me assaltando a mente como uma fotografia, um quadro. Pensei: “como serei capaz de me organizar nesta dispersão?”. A auto resposta, que dá nesta auto entrevista, foi a aposta na voz, na oralidade, ainda que transformada em narrativa, com pitadas de elaboração tardia, que a fará esbarrar, confundir-se com uma forma de produção literária. Este privilégio, a elaboração paralela ao depoimento, eu tive em relação aos meus entrevistados. Uma arbitrariedade do pesquisador. Pesquisar requer arbitrariedade, o que reforça a responsabilidade do pesquisador. Ele sofrerá as consequências do mau arbítrio...

[LG] E você escolheu exercer a arbitrariedade em relação a Instituição que irá lhe avaliar e te autorizar como pesquisador. Há algo de quixotesco nisto...

[LG] [risos meus] Total! Descobri, lendo Benjamin, que o messianismo me estrutura. Foi preciso olhá-lo e admirá-lo para me afirmar. Não sei de onde vem esse traço, se da criação católica, se da ancestralidade portuguesa. O traço heroico-redentor, que

[102] A auto entrevista de García, a melhor referência que ele deixou sobre a própria atuação, está publicada no livo ‘Juan César García: pensamento social em saúde na América Latina’ (Nunes, 1989), com o título ‘Ciências sociais em saúde na América Latina’.

é transversal aos personagens e sujeitos que venho admirando durante a vida, tem estado vibrante em mim neste período de grandes dificuldades histórico-sociais, que enfrentamos no Brasil e no mundo. Este traço me orientou entre as ruínas que são a memória do Instituto. É o Instituto redentor – aquele comprometido com a transformação do Brasil, com o enfrentamento à ditadura militar, com a consolidação de uma hegemonia na saúde que superasse as nossas heranças nacionais – que busquei o tempo todo. Deste modo, reafirmando a forma aqui adotada – a auto entrevista –, esta tese não poderá se desvincular de uma análise pública das minhas implicações, pressupostos, vícios... uma análise que ferirá de morte os mais suscetíveis, que já devem ter parado na primeira frase, da primeira página deste capítulo. Será uma exposição tendente à visceralidade, o que alguns tratarão como algo que deixei de fazer em um lugar mais apropriado: no consultório do analista...

[LG] Ainda mais se levarmos em consideração que alguns que a lerão ainda têm seus laços e compromissos com a clínica... alguns psicanalistas... Neste exercício de exposição pública, você estaria fazendo uso do trabalho acadêmico um "dispositivo" para uma forma de "clínica do sujeito" ou "clínica ampliada"[103]?

[LG] [risos meus] Não, querido espelho afiado. Se fosse um "dispositivo", quem seria aqui o que sofre, ou os que sofrem, e quem seria o analista, ou os que analisam?

[LG] [risos meus] boa pergunta!

[LG] Não se trata de "clínica ampliada", mas da exposição daquilo que, entre outras coisas, a clínica cristalizou na relação entre terapeuta e paciente: o humano e suas questões. Não quero culpabilizar a clínica e seus terapeutas, que se viram com a

[103] "Clínica do Sujeito"? "Clínica Ampliada"? "sai o objeto ontologizado da medicina - a doença - e entra em seu lugar o doente. Mas não um enfermo em geral, mas um Sujeito concreto, social e subjetivamente constituído. Toda ênfase sobre uma existência concreta e sobre a possibilidade de se inventar saúde para estes enfermos. Mas inventar saúde, para Basaglia, implicaria mais do que uma intervenção técnica e estaria ligada à noção de reprodução social do paciente. Noção esta profundamente influenciada pela perspectiva de cidadania ativa e de protagonismo; ou seja, partia-se do reconhecimento do paciente como uma pessoa com direitos, mas, ao mesmo tempo, argumentavase sobre a necessidade de preparar-se para fazer valer os próprios direitos, construindo um mundo melhor para o Sujeito e para os outros. Uma miscelânea de atividades políticas, gerenciais, de promoção e de assistência à saúde" (Campos, 2003, p. 53).

subjetividade alheia no colo e só fizeram aquilo que se queria deles: limpar o espaço público dos seus arroubos, das suas incoerências, dos seus perigos. Muitos terapeutas têm sido responsáveis em situar essa questão, essa configuração que tem se tornado clara desde o século XVIII: a privacidade do indivíduo e da família. Os analistas apenas têm contribuído para preservá-la. Bem, na contemporaneidade, tal preservação tem ido para o espaço, com a virtualização das subjetividades. Estou contribuindo um pouco para isso, nesta conversa que poderia estar sendo travada comigo mesmo no Twiter...

[LG] Pois é... não precisaria estar usando subterfúgios suspeitos que apontam para um individualismo radical: uma auto entrevista?! Poderia ter escolhido um software para lhe entrevistar. Qualquer um deles, com certeza, seria mais capaz de te ajudar a dar forma a este capítulo... você já está se dispersando mais, nesta livre-associação auto referida...

[LG] Quero dizer e demonstrar ao leitor que não pensei muito antes de dizer as coisas que vou dizendo aqui. Já vou dar mais “direção” ao que estou dizendo, calma... antes, quero incomodar ainda mais o leitor “preservado”. Quero testá-lo e ver até onde ele me suporta... isto aqui não se trata de mera provocação, delírio tornado público, birra de pesquisador mimado que não conseguiu fazer o que se espera dele. É posição: o sujeito humano “preservado” é uma fraude! Contra ele se movem todas as forças emergentes na sociedade, à direita e à esquerda do espectro político. Este sujeito que ainda se vê “preservado” fatalmente se tornará um algoritmo entre outros ou reclamará, exposto, a sua autonomia solidária no espaço público. Em breve terá que optar entre a Matrix e a Ocupação. Ou pode morrer lutando pela sua privacidade, claro. O que seria estranhamente romântico. Talvez por aí sejamos capazes de estabelecer algum grau de empatia [risos meus]...

[LG] Parece haver algum grau de ressentimento, na sua fala... Por que esse tom agressivo?

[LG] Passei sete anos em uma instituição ambígua em relação a privacidade. Instituição que está aqui em análise. Talvez a minha agressividade venha dessa experiência ambígua. Em qualquer instituição, pelo menos nas que passei, o

humano jamais era convocado, ele devia ser preservado, a privacidade sempre foi uma arma. O IMS funciona de forma muito diferente: aqui todos estão expostos e fingem estar preservados. As “questões pessoais” são publicamente, no discurso, tornadas inapropriadas, mas estão imiscuídas, inclusive, nestas manifestações públicas. A privacidade é um um credo. No IMS, a maioria das vidas que por ali circulam, sobretudo as dos funcionários – docentes e técnicos -, está misturada naquele cotidiano institucional. Vi muitas decisões importantes serem tomadas impregnadas por ressentimentos pessoais. Agora, você acha que o que me irrita é a imiscuidade entre o que é da ordem da subjetividade e o que é público/institucional? Jamais! O que me irrita é a vigilância ubíqua que garante, no nível do discurso, que essas coisas não se misturam. Aquela frase tão cínica quanto cotidiana: “a minha relação é profissional”. O IMS é a instituição mais “viva” e ativa que conheci. Acredito que boa parte desta vida tenha a ver com esta imiscuidade, que, para a minha felicidade, é afirmada ao nos dirigirmos para o passado do Instituto. O que muda é o estatuto desta imiscuidade: o que hoje é visto como algo nocivo, anti-institucional, um dia foi cotidiano e “amoroso”, acabava no bar ‘Botafogo’... hoje, essa imiscuidade tornou-se um engodo produtivo nas reuniões de departamento. A mudança, e talvez isso diga sobre as dificuldades que o Instituto enfrenta hoje, é a tonalidade desta imiscuidade, que passou da amizade ao ressentimento. Além disso, há uma decalagem de laços entre os sujeitos, visto que muitos deles, ainda não a maioria, têm laços a nível de grupos ou mesmo individuais. Com a entrada de novos professores, alguns dirigidos a determinados grupos de pesquisa, a própria imiscuidade foi se atomizando, descoletivizando. Ou seja: entre os antigos, de verve mais institucional e pertencidos ao IMS, reina o ressentimento nas relações; entre os mais novos, há relativo desconhecimento dos mapas de relações internas, desconhecimento encorajado cotidianamente pelo discurso que as afirmam secundárias. Há também o sentido da auto-preservação, para não sofrerem, os novos, as consequências do ressentimento das relações antigas. A “amorosidade”, característica institucional afirmada por Fiori e alguns outros, se tornou “fora de lugar”, pois é anti-institucional. O ressentimento não é questão, porque é anti-institucional. E todos agonizamos coletivamente...

[LG] Esta característica que você chama de "imiscuidade" entre o que é da esfera pessoal e da esfera institucional não seria comum a todas as Instituições? A falsa dicotomia não seria geral?

[LG] Parece ser geral. Vou tentar explicar porque o IMS é especial, nesta questão. Começarei pela referência negativa para construir a argumentação: em uma instituição "normal", ou "formal", as questões pessoais se situam na superfície dos conflitos institucionais. Ou seja: as pessoas constroem seus laços afetivos, sejam vínculos de confiança ou desconfiança, a partir dos conflitos cotidianos. Torno-me parceiro de fulano ou adversário de sicrano na dinâmica destes conflitos. Nem preciso me tornar parceiro, torno-me aliado de conveniência, em determinadas circunstâncias, inclusive do inimigo, se preciso for. Dificilmente estes laços afetivos tópicos ultrapassarão relações tão superficiais quanto, que acabarão em algum *happy hour*, no compartilhamento de algumas cervejas no fim de algum expediente uma vez por mês para articular os aliados e falar mal daqueles que se posicionam do lado oposto. Inclusive, algo completamente naturalizado nas "instituições formais" é o desencorajamento - e até a existência de normas proibitivas – a que essas relações ultrapassem o nível aceitável de formalidade. Namoros precisam ser escondidos ou relatados para que a gestão tome providências. Deste modo, a vida privada tende a ter aura de preservação. Em muitas situações, é tomada como arma nos conflitos internos, quando convidamos parceiros para situações especiais familiares, quando estas ocasiões familiares serão, inevitavelmente, tomadas pela formalidade institucional. Convidaremos as pessoas mais apropriadas, os assuntos serão selecionados e as demonstrações de afeto serão moduladas. Ou seja: há uma falsa dicotomia, visto que a dimensão familiar sempre cruzará o cotidiano institucional – quem esquece os seus dilemas pessoais enquanto trabalha? - e o cotidiano institucional sempre cruzará a dinâmica familiar – quem esquece os seus dilemas institucionais enquanto em casa? Mas aquele que faz parte de uma "instituição formal" sempre manterá a vigilância sobre estas dimensões, zelando para que elas não se misturem. Um desastre tão naturalizado que já nem o percebemos...

No IMS, os seus humanos fingem que são isso, mas não são...

[LG] Ora, pela sua argumentação, me vi no IMS, hoje...

[LG] Calma, a argumentação tem camadas, que precisam ser cuidadosamente visitadas. Facilmente somos tomados por esta imagem de formalidade, os que somos de “fora” do IMS. Por que? Se opera no IMS uma dinâmica muito interessante: para “fora” é instituição, para “dentro” é a própria família. Aquele que chega ao IMS encontra uma Instituição comum: normas, rotina de trabalho, metas... mantendo-se confortável neste nível de formalidade, estará na superfície e passará pela instituição achando-a comum... com algumas idiossincrasias, como qualquer outra. Esta pessoa que passa, fará juízo de alguns humanos a partir deste lugar de passagem, de “formalidade”. Então, alguns serão mais eficientes, outros serão mais competentes, todos estes “entes” da formalidade administrativa... sinto vontade de rir ao constatar que isso acontece no IMS, que muitas pessoas passam pela instituição fazendo uso destas categorias...

[LG] E passam... cada vez mais pessoas passam desse modo...

[LG] Contudo, apesar da possibilidade da sustentação deste entendimento formal do IMS, vou lançar mão de uma metáfora antiga e cansada para desconstruí-la: é apenas uma ilha, que vemos na superfície do mar, em uma imagem total, à distância. Em nada aquela estrutura te afetará, a depender do tamanho e da profundidade que atinge o casco do veículo com o qual você navega pelas proximidades da ilha. Contudo, enquanto estrutura, a ilha faz parte de um todo que tem muito mais submerso. E os seres que ali vivem são anfíbios...

[LG] Agora você perdeu outra boa parte daqueles leitores que chegaram até aqui (risos meus)...

[LG] Seriam os “reptilianos”? (risos meus) Fantasias à parte, é apenas uma imagem. Imagens, mesmo que narradas, são importantes formas de transmissão de conhecimento. Voltando a nossa imagem, quero dizer que, no barco pequeno, à distância, vemos os anfíbios na superfície. Muito diferente é quando se decide ancorar o barco e visitar a ilha. Aí começa esta tese...

[LG] Então, está bom! Você usa uma imagem cansada para falar de uma instituição em sua "totalidade". Na imagem, dá a entender que vê a instituição à distância, que a desconhece previamente, na sempre confortável posição narrativa do forasteiro. Então, viajante, que barco te trouxe até ali, como o arrumou, quem trazia contigo, que travessia planejavas?

[LG] [risos meus] vou fazer isso escapando de ir muito a fundo nas motivações que me trouxeram ao IMS. Pelo grau de engajamento meu na instituição, a tendência é querer dar sentido à minha estreia no mundo a partir deste engajamento [risos meus]... eu vejo até trauma de infância nessa trajetória...

[LG] Eles não estão presentes?

[LG] Sim, estão. Mas o presente é onde está situada a experiência, todo o passado passa a integrar o presente. Meu presente ainda está tomado de instituto: foram sete anos em que o meu corpo se situou por ali... se eu começo a elaborar sobre isso, trabalhar a memória, posicionar a experiência, passo a buscar uma coerência entre os eventos passados que justifiquem este meu pertencimento ao Instituto. A tendência é que esses eventos, sobretudo nesse momento que aponta para a nostalgia, para a saída, sejam "épicos", grandes momentos decisivos, etc... entretanto, há muita "mesquinharia da história" que igualmente me fez chegar ao IMS e que nunca lembrarei... este é o limite e a força da memória e das biografias: a busca da coerência, do sentido das nossas experiências no mundo... é humano produzir coerência, dar sentido as nossas vidas. Mas a realidade é incoerente, assim como o nosso cotidiano. Eu fui refém da categoria "coerência" por muito tempo, mas pude perceber, especialmente neste estudo-prática do cotidiano, o quanto ela exclui. Estou no auge da ressignificação da "coerência", provocada pelo IMS e a sua história. A aposta que faço na "dispersão", no uso de vários recursos de "tradução" nesta pesquisa e tese, tem a ver com este meu movimento, que acho importante compartilhar. A vida, as conjunturas, as práticas podem ser, "na real", coerentes?

[LG] Um viajante niilista! [risos meus] Paulo Freire, quem você admira bastante, discordaria inteiramente de ti...

[LG] E eu discordo dele neste ponto da coerência. Mas, veja bem, estou aprendendo a discordar. É algo que, até poucos meses atrás, eu concordaria enfaticamente com ele. Felizmente, tenho convivido com pessoas que tensionam todo o tempo as nossas certezas e privilégios. Gabriela Barreto não se cansa, desde quando nos conhecemos, de apontar, com paciência e carinho, a minha coerência, a minha dignidade, a minha lealdade como traços, agora sim, extremamente coerentes com a minha figura privilegiada: um homem branco, um descendente de europeus vivendo no Brasil conforme as instituições que me são sugeridas – vivendo um relacionamento heteronormativo, sendo "pai de família", etc. É a partir destes tensionamentos que vou entendendo o meu lugar nesta nação, o Brasil, que é capaz, sempre, de dar a volta no parafuso, para cima ou para baixo, desde que mantendo mais ou menos a mesma posição e profundidade na superfície onde se insere. É o velho dilema dos "homens de bem" que trabalham, se dedicam, se esforçam e levam este país aonde ele sempre esteve e estará. Paulo Freire, que não é como estes "homens de bem", tratou de anunciar até o fim da sua vida esta característica resilientemente brasileira: a manutenção de determinada ordem social desigual, excludente e opressora. Isto o faz uma figura admirável, rara, em uma nação que tende sempre a empurrar o lúcido para a lucidez da sobrevivência, para a lucidez do que é possível fazer. Paulo Freire não desistiu de sonhar, de perseguir a utopia, de se apaixonar e fazer apaixonar. É mestre e sempre será. Mas um intelectual que tematiza a opressão não pode negligenciar que a coerência é para quem pode ser coerente. Aquele humano que tem que responder à realidade todo o tempo, que a sobrevivência é disputada no cotidiano, a quem uma "resposta coerente" pode custar a própria vida, não pode ser cobrado pela coerência. Aliás, coerência a que pressupostos? No Brasil, é nocivo preservar a coerência, pois os padrões que pedem e informam a postura coerente estão distorcidos. Neste ponto, e não se pode cobrar tudo a todos, Paulo Freire foi muito duro na ênfase à coerência. Nem nós, privilegiados, com todo o conforto e tempo que temos no que se refere à sobrevivência, podemos fugir à incoerência... estamos no Brasil e, em algum grau, para estarmos onde estamos temos que modular a coerência, sob o risco de ficarmos sem lugar. O próprio Paulo Freire está sendo corroído, destituído do seu lugar, neste momento[104]...

[104] Recomendo a seguinte leitura que os "homens de bem" andam fazendo de Paulo Freire: https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/desconstruindo-paulo-freire-uma-proposta-necessaria/

[LG] O Brasil é assim tão *sui generis*? Não é, também, muito brasileiro dizer que o Brasil é o pior lugar do mundo, não faria parte do nosso "complexo de vira-latas"?

[LG] [risos meus] Nem eu, nem Paulo Freire deixamos de ser brasileiros. Então, é claro que este complexo me atravessa, pois é um atributo cultural que enfaticamente atravessa a própria nação, em um trabalho paciente dos nossos ideólogos[105]. Aproveitando o argumento, vou tentar reinserir este próprio complexo na positivação da nossa "nação". É um exercício que pode ser interessante, pois o Brasil é uma "nação" gloriosa, se fizermos esta reinterpretação: que país no mundo foi mais "eficiente" que o próprio Brasil em escamotear os seus conflitos internos? Este escamoteamento é produto de políticas de Estado potentes, que se interconectam, produzindo uma cortina de fumaça que faz acreditarmos que vivemos em uma "democracia racial", que tentativas de revolução internas foram revoltas localizadas e sem conexão, facilmente debeladas; que as forças oprimidas estão inertes, esfaceladas, sem capacidade de ação e que as verdadeiras forças da mudança são aquelas que apontam para a continuidade, quase sempre preenchidas pela classe média com financiamento e apoio das nossas elites. Uma nação que foi capaz de instalar uma ditadura militar no maior e mais populoso território da América Latina, que governou por mais tempo, matou e torturou menos gente que os países vizinhos; que foi capaz de produzir aparente ordem, a qual muitos estão nostálgicos, hoje... esta nação garantiu a estes militares, que fizeram "um belo trabalho"[106], não terem que responder pelos crimes que cometeram[107]: são heróis nacionais, entre outros, pois são aqueles que sustentam esta nação, a mais eficaz em produzir

[105] Sobre o "vira-lata" brasileiro: "Se Parsons e seus seguidores iriam construir a imagem dos americanos como objetivos, pragmáticos, antitradicionais, universalistas e produtivos, nossos pensadores mais influentes iriam construir o brasileiro como pré-moderno, tradicional, particularista, afetivo e, para completar, com uma tendência irresistível à desonestidade" (Souza, 2017, p.21).

[106] Sobre o "belo trabalho" dos militares: "o que resta da ditadura não são patologias residuais, contas a pagar, em suma, mesmo o acerto com a impunidade é ele mesmo um imperativo barrado por um bloco histórico com dinâmica própria, porém em estrita continuidade com tudo aquilo que, até então impensável, uma era de plenos poderes tornou possível e afinal realizou quando o capitalismo tomou o rumo predador financeirizado que se sabe" (Arantes, 2010, p. 227-228).

[107] Sobre os crimes que o militarismo segue cometendo sem trava: "O silêncio sobre os mortos e torturados do passado, da ditadura, acostuma a silenciar sobre os mortos e os torturados de hoje. [...] O não saber sobre os mortos do passado instaura na memória um lugar de indeterminação cuja transposição atual se encontra nesses espaços indeterminados de exceção, situados no seio do próprio corpo social – e cuja existência nem sequer é percebida" (Gagnebin, 2010, p. 185-186).

opressão sem deixar que isso apareça. Enquanto respiramos, enquanto eu escrevo esta Tese, enquanto você a lê, alguns hectares da floresta amazônica e do cerrado estão sendo destruídos para o avanço da soja, que envenena lençóis freáticos, rios e a fauna local com os aditivos químicos usados na sua lavoura industrial, que expulsa populações locais ou as transforma em agentes da destruição, cercando-as por todos os lados, produzindo fome e falta de perspectiva. Todo este processo é sintetizado em rede nacional de televisão por inserções comerciais ricas em cores e dinâmica intituladas de “O Agro é pop”. Duvido que haja nação no mundo capaz de fazer como nós e ainda fazer acreditar que este “Estado não é nação”[108]... Poucos Estados são tão consolidados e eficazes quanto o Brasil. Precisamos saber o porquê. Para isso, devemos lidar com o “complexo de vira-latas” que nos faz ver desordem e incapacidade em um Estado que é poderoso e eficaz...

[LG] Digressão criativa, este é o seu método? Falar do Brasil, quando lhe pergunto sobre a sua trajetória, é uma forma muito impactante de fugir da questão...

[LG] Falar do Brasil é falar de muito o que me atravessa, de modo que é da minha trajetória que estou falando. Desde 2016, é muito difícil encontrar um fio com o que vinha antes. Ali, é um marco... para retomar a questão da coerência, é extremamente coerente com a história desta nação. Contudo, para mim se dá a quebra, a necessidade de me desvincular desta história, de fugir deste fio histórico nacional. Contar a minha trajetória, como contar a trajetória do Instituto, se tornou muito difícil... aqueles engajados nos processos de transformação do país, alguns que o viam correr de modo insuficiente, outros que acreditavam no avanço lento e gradual das instituições criadas nestes processos, fomos todos solapados pela realidade. Eu, que nunca vivi um momento claramente autoritário, outros que já o viveram e acreditavam que nunca mais o viveriam, nos vimos em uma farsa. A nossa vida pregressa parece ter sido vivida em um grande teatro e a farsa encenada acabou... agora a vida é fora de cena, é preciso se reorientar nela, refletir sobre o papel que a farsa vivida como realidade pode vir a desempenhar neste contexto...

[108] Referência à música ‘Perfeição’, do Legião Urbana.

[LG] Falando em farsa... você não tem receio que este tipo de produção sobre uma instituição soe como uma farsa? Produzir performances sobre o cotidiano institucional não estaria mais na ordem da dramaturgia que da academia?

[LG] Quando a matéria-prima sobre a qual se trabalha é concreta, objetos e um objetivo tornam o sentido do trabalho contundente e "natural". Quando a "matéria" é a experiência, os corpos em movimento, o plano simbólico e material que os atravessa, é muito difícil dizer como se deve trabalhar e produzir conhecimento... por exemplo, só consegui elaborar a minha experiência no Instituto desdobrando-me em dois, conflitando-me. O trabalho no plano da experiência humana é infinito em possibilidades e é incerto... mas nem a tecnociência – que julgamos objetiva - tem tido medo do infinito, do incerto: o plano simbólico é o seu campo de atuação no que se refere a humanidade, o universo é o seu campo de atuação no que se refere a natureza. Não se vê o que se estuda, não se prevê o comportamento dos "objetos" estudados... se preveem possibilidades, se atribui aos objetos um comportamento entre os possíveis e o trabalho é de controle para que o objeto não nos surpreenda... assim a ciência avança sobre as nossas experiências e memórias, aqui na terra. Veja o que se faz com os dados que produzimos em nossos meios eletrônicos: a Big Data servirá a quê?

[LG] A produzir mercadorias [risos meus]....

[LG] Uma forma de mercadoria que é infinita em produtos [risos meus]... dados sobre o padrão de experiência gerarão produtos... é como o capital financeiro que investe em si mesmo e produz mais capital financeiro... É bem possível que a inteligência artificial, muito em breve, seja capaz de mimetizar cada um de nós, baseada nos rastros que deixamos por aí, nas experiências e memórias públicas registradas nos nossos aparelhos privados, arquivadas por empresas privadas. A experiência do corpo nunca esteve tão próxima da máquina, que se tornou a confidente das nossas sensações. O sistema android denuncia: nossas máquinas são acolhedoras, humanas, em um mundo em que o sentimento geral tem sido de desamparo. Infelizmente, a máquina parece estar mais próxima de reafirmar a humanidade que nós mesmos... o simbólico é a última fronteira da máquina, ela avança... por isso, devemos estar atentos. Silenciosamente estamos perdendo a

autonomia sobre as nossas experiências, memórias e desejos nelas ancorados. Digo autonomia, não privacidade, uma distinção importante a se fazer.

Se usa o universo simbólico para produzir desejo, gerar consumidores, no capitalismo há muito tempo. Antes, o uso do simbólico se dava no plano da captura dos sentidos e das experiências mais ou menos comuns nas sociedades ocidentais. Os famosos comerciais de margarina são o exemplo disso: famílias felizes, o sonho médio em uma sociedade de consumo, constantemente alimentado pela indústria cultural. Esta precisou desenvolver suas formas de produzir sugestão de maneira a nortear as escolhas dos consumidores. A experiência, ainda que induzida, nunca foi capturada. Sobretudo a que se guarda como memória. A memória tem sido preservada individualmente – a experiência individual do sujeito moderno –, desencorajada a ser compartilhada no espaço público, em sociedades que lidam com o presente calculando o futuro, em progresso. A memória tem sido boicotada, mas, ainda assim, é a única coisa que muitos têm e uma das poucas que, inquestionavelmente, cada um de nós pode acessar livremente, de maneira múltipla, gerando imagens únicas... portanto, a autonomia no acesso a própria memória, ainda que formas de sugestão genéricas interfiram, é algo relativamente preservado nos humanos modernos. Bem, a tecnociência já vem capturando, extraindo, minerando as nossas experiências vividas e em vivência há alguns anos. Tudo indica que já tenha capacidade de compilar e analisá-las. Em breve, é possível que as nossas próprias memórias interajam conosco a partir de um aparelho eletrônico qualquer, através de um programa pertencente a alguma megacorporação do mundo virtual. Quando isto efetivamente acontecer, “ok computer”[109]! Thom Yorke e companhia deverão ser adorados como profetas pelos *losers*, como eu...

[LG] O Facebook já faz isso conosco...

[LG] Sim, faz. Mas são memórias produzidas ali, no próprio programa base. Estou dizendo sobre algo mais complexo, com voz, imagem, texto, produção... quem sabe, memórias integrais. Quem sabe, memórias produzidas. Que lindo seria se certos episódios das nossas vidas tivessem, ou não, determinados elementos. Hoje, o nosso corpo ainda faz a seleção destes elementos e nos entrega eventos

[109] Album produzido pelo Radiohead, fundamental na minha formação.

reelaborados, que transmitimos pela linguagem, na memória transmitida, ou em sonhos os quais não temos qualquer controle sobre a produção... Imagine a possibilidade de sonhar acordado, um sonho já preparado, prontinho para consumir?! Há quem deseje viver isso. Há quem deseje explorar isso. Ou seja: desejo não falta...

[LG] Você falou dos aparelhos celulares como os melhores amigos do humano, do quanto este está desamparado na contemporaneidade... será que o desamparo não é da ordem do humano, que nada irá alterar esta condição?

[LG] Posso falar da experiência que vivo, então vou contar do que chamo desamparo, um pouco sobre as minhas passagens no serviço público. Passagens em meio à ruína, experiência precarizada. Desconfio que, na minha geração, grande parte das pessoas só tenha tido esse tipo de experiência. E aqueles que conseguiram passar na peneira e experimentar, ao menos, um vínculo de trabalho a que se agarrar, nos seus cargos convivem com colegas que têm contratos instáveis, as vezes na mesma função. Todos nós, de contrato instável ou não, estamos em instituições falimentares, que sequer tem recursos para gerir a sua própria estrutura. As burocracias institucionais estão sendo destroçadas, estas estruturas que ainda orientam a nossa experiência, estão fora de lugar. E isso não é pós-golpe, vem de antes. As instituições públicas como a conhecemos, e alguns desejamos preservar, serão destruídas. Muitas já estão, outras precisam só de um empurrão ou que alguém diga, pois não encontra quem tenha coragem de verbalizar. Hoje, muitas experiências no serviço público são insuportáveis. Eu, como contratado temporário da Secretaria Estadual de Saúde vi servidores de 20, 30, 40 anos da Secretaria serem deslocados de seus postos de trabalho, onde alguns tinham vínculos profundos com a instituição e a comunidade, tornarem-se peça de ferro-velho na sede da Secretaria, que se tornou um depósito de ferros-velhos. Em Niterói, vi toda uma rede de Saúde Mental ser construída em contratos de trabalho que sequer respeitavam as leis trabalhistas. O trabalho era potente, os humanos engajados, e tudo era efêmero. Despedi-me deste trabalho amando-o, desejando-o nostalgicamente por muito tempo ainda, depois de 6 meses intensos de vínculos e desconstruções rumo ao trabalho em uma drogaria, que me garantia alguma “segurança trabalhista”. Em Niterói, tive a única experiência de trabalho como

farmacêutico em que não fiquei tomando conta de dipironas, nem preenchendo livros que nunca seriam lidos, nem impedindo acesso a medicamentos em nome do seu “uso racional” e autorizado pelo médico. Vivendo estes processos de precarização, tomar conta de dipirona pode ser a mais confortável forma de existir... Eu mesmo vibrava quando a pilha de receitas controladas excedia o normal e eu passava boas horas absorto e distante preenchendo o livro de controlados, na drogaria...

[LG] Ruínas, “ferros-velhos”... você gosta de usar imagens, alegorias, para argumentar... mas já estamos há algum tempo fora do Instituto. Para retomar outra imagem, já sabemos que há uma ilha a qual você chama de IMS. Já sabemos que nela há o visível e o submerso. Já sabemos que vivem ali anfíbios. Houve alguma sereia que te cantou e seduziu?

[LG] Se houve uma sereia foi Roseni Pinheiro. Foi no X Seminário do LAPPIS, em 2010, que conheci o IMS e se deu o encanto. A experiência do desamparo me deixou indefeso. Na verdade, nunca tinha experimentado aquilo: um monte de gente que trabalha em saúde refletindo sobre as práticas. Além disso, uma programação com debates que me desnortearam na profundidade. Sempre contextualizando: eu estava acostumado a contar dipirona. Na abertura do Seminário, uma filósofa húngara que eu nunca ouvira falar – Agnes Heller -, falou coisas lindas. Só depois soube que ela era grande. A exposição tinha tradução simultânea, estávamos no teatrão da UERJ, que tinha uma boa plateia. Pensava: “onde estavam essas pessoas? Por que demorei tanto para encontra-las?”. Na abertura e em todos os debates, eu anotava coisas, elaborava perguntas e as realizava. Estava em estado de epifania. Um estado no qual permaneci, talvez...

[LG] Talvez?

[LG] A minha imersão no modo de fazer IMSsiano me torna incapaz de cogitar voltar para os serviços, hoje, por exemplo. O modo de produção acadêmico está descolado das práticas em saúde. E já estava em 2010. Fascinou e me capturou ali, nos debates do Seminário, o exercício analítico-intelectual que me elevava das práticas. Fui convocado, desejei e gozei o conforto da bolha acadêmica. Depois de

oito anos, não será fácil sair dela. O meu pertencimento a esta bolha é tão grande quanto o entendimento do quanto ela é desinteressante para o conjunto da sociedade. Estou em vias de reproduzir a mesma ambiguidade dos mestres... Por isso a ressignificação do que é “coerência”...

[LG] Este fascínio não te torna refém de uma leitura apaixonada sobre a instituição?

[LG] É possível que eu esteja refém... aí entra a ambiguidade. Estou dentro e fora do Instituto, na condição discente... estou dentro e fora da ordem contemporânea, como alguém que nasceu na década de 80, cresceu sob o mito da globalização e torna-se adulto tendo atravessado uma revolução tecnológica e social que sequer temos como significar. Hoje lido com pessoas que não viveram o mundo pré internet e com outras que são fóbicas às novas tecnologias. Eu estou entre.

Walter Benjamin (2012) tem belos ensaios sobre Marcel Proust, um dos mitos fundadores do romance moderno. Neles, Benjamin fala sobre um humano que vivia na fronteira entre os modos de experenciar o mundo medievais e modernos. Este humano foi capaz de estranhar e, ao mesmo tempo, monumentalizar a experiência moderna a partir deste estranhamento, onde a memória individual torna-se o espaço do conflito fronteiriço. Na luta para não esquecer, Proust dá sentido à experiência moderna ao afirmar a memória como individual, privada, solitária. Curiosamente, a batalha da memória individual vira obra e ganha dimensão coletiva na publicação das obras de “Em busca do tempo perdido”, imortalizadas assim como o seu autor. Veja: a própria modernidade o imortalizou, o monumentalizou. Mas, dependendo como lemos Proust, podemos fazer o movimento inverso, ler nele aquilo que o modo de vida moderno levou, aprisionou, individualizou. A partir deste monumento moderno, podemos reabrir o passado e buscar novos sentidos nele para o presente. Proust, ao invés de nos fazer modernos, pode nos dar pistas para novas formas de ver e experimentar o mundo.

Eu me sinto como Proust, me considero um cidadão de fronteira, vivo o velho e novo, represento tanto um quanto outro. As instituições que participo, dou vida e luto em resistência são ruínas, já não fazem sentido em sua organização contemporânea. Custamos a ver isso, dói. Há, sim, uma missiva do “capital” sobre elas, corroendo-as. Mas não se trata só disso. São novos tempos, urge disputarmos

o sentido da destruição para estarmos em posição para a construção de novas institucionalidades. Nos apegar às ruínas é tornarmo-nos peças de museu...

[LG] Duro e grandiloquente... você não estaria tomado por uma onda pós-moderna, tão comum à sua geração?

[LG] O que é interessante nesta auto entrevista, e o leitor pode e deve suspeitar dela, é que nunca sabemos se as perguntas e respostas estão pré-concebidas. Nem vocês, nem eu. As duas perguntas anteriores me pegaram de surpresa, apesar da resposta estar na ponta da língua. Há um trabalho cognitivo-afetivo subterrâneo que empurra a consciência nesta tarefa, de modo que me surpreendo sem ser surpreendido. Talvez esta resposta responda melhor à sua pergunta que uma elaboração mais detida sobre ela...

[LG] Então a pós-modernidade te atravessa...

[LG] Claro que sim... estes discursos pós-modernos embasam todo o meu raciocínio, tanto quanto os modernos. Sou arena de conflito, por isso considero esta auto entrevista útil à tese, útil ao leitor. É uma forma de gritar, fazer vazar o que é difícil dar forma na forma como a academia espera e deseja que seja a forma. O pesquisador quis falar e dar sentido para a sua experiência. O que há de pós-moderno nisso?

[LG] É bem contraditório buscar sentido na leitura pós-moderna de qualquer coisa...

[LG] Exatamente... sabe por que? Porque a pós-modernidade não tem projeto, não tem fim, é niilismo maximizado... passará como passará a modernidade... é instrumento ponte, picareta para produzir ruínas... haverá horizonte quando formos capazes de dar um nome a este movimento que estamos vivendo, um nome que nos ofereça uma imagem, perspectiva para os nossos desejos, para o nosso rumar no mundo. A pós-modernidade será escombro, nisso se construiu e isso produz. Para darmos sentido a esse movimento temos que, também, produzir escombros: o que

não queremos levar deste tempo para o mundo que desejamos? Uma tarefa importante para nós é tentar responder a essa pergunta.

Esta tese é a tentativa de colecionar objetos que vejo como importantes relíquias e escombros em uma experiência situada e, também, imensamente desproporcional. O Instituto é pura desproporção... isto me chamou a atenção em 2010, naquele X Seminário de um grupo de pesquisa que acontecia no teatrão da UERJ, com abertura de filósofa húngara, convidados do Brasil inteiro e muita reverência ao Instituto e sua história... houve homenagens solenes no último dia de evento, quando ouvi pela primeira vez sobre Hésio Cordeiro, que vi ser um dos homenageados...

[LG] Como você chegou ao IMS?

[LG] Comecei a namorar o IMS à distância a partir de 2010. Através de dicas de amigos, me aproximei do professor Kenneth Camargo Jr. Antes de entrar para o Instituto, fiz uma disciplina com ele como ouvinte. De nome pomposo, 'Arenas transepistêmicas e a comercialização do conhecimento', - misterioso, para mim, à época -, com muita literatura em Inglês – como me foi útil e penoso o trabalho com o google tradutor -, vivi a disciplina com voracidade, em um regime de atuação desproporcional: queria falar sempre, mostrar valor, engajamento... todas essas coisas que todos nós passamos em algum momento da vida mas, vendo à distância, parecem ridículas. Nesta disciplina estreitei os laços com o Kenneth, o seu grupo e se iniciou a construção de uma amizade que transbordaria os limites do Instituto – ou marcaria a minha relação com o Instituto? -, com o André Mendonça. O André, hoje meu orientador e companheiro de aventuras intelecto-angustiadas, era o único que dava margem para as minhas ousadias, estava aberto, parecia achar graça do meu entusiasmo... me indicava coisas, leu e aprovou o meu trabalho de final de curso, construído como o trabalho da minha vida.

O segundo semestre de 2011 foi inteiramente dedicado à prova para o mestrado acadêmico no Instituto, na área de Política, Planejamento e Administração em Saúde – prestei apenas este concurso - e para a produção da minha monografia, na residência multiprofissional em saúde, que eu estava concluindo. Na semana da prova do mestrado, outro evento me afetou profundamente: o VI Seminário de Pesquisa do IMS, organizado pelos estudantes que já arriscavam se autodenominar

como um “Coletivo”. O espírito crítico que sempre me cativou no Instituto estava ali, só que o componente político pulsava no evento... Tive toda a certeza que construiria o meu destino no IMS.

A paixão e o entusiasmo me moveram para essa instituição. Na verdade, era a paixão e o entusiasmo de alguém que até 2010 vivera a aridez político-intelectual do cotidiano médio brasileiro... parafraseando o colega Ronaldo Gomes, ativista da Saúde e do Cebes, o Instituto foi para mim “um balão de oxigênio”, termo que ele costuma usar quando se refere ao IMS. Desde este encantamento, a minha angústia tem se dirigido para essas questões: por que o Instituto mexeu tanto comigo? O que ele tem de especial? O que o tornou possível em face a outras instituições da Saúde, e gerais, tão áridas política e institucionalmente? A minha tese vem neste movimento...

[LG] Como foi o “rito de passagem” para o Instituto?

[LG] Em 2011, passei para o mestrado que começaria em 2012. Quando cheguei ao Instituto como aluno era como se eu estivesse pela primeira vez diante de uma escola, de algo que eu respeitava como um espaço do saber... a própria organização pedagógica do curso sugeria algo como uma escola: uma turma, 4 cursos/disciplinas, muita leitura, desconsideração completa pela vida fora do Instituto, e, o que era novo para mim, aulas como solos musicais... ainda que as aulas tivessem tema, leitura indicada, nenhum professor estruturava a sua apresentação... a fala era livre, centrada na performance oral... além disso, a verve crítica compunha a performance, o que fazia-os parecer como independentes de qualquer corrente de pensamento, autor, etc. Depois, aos poucos, passei a por em análise aquelas performances e a notar filiações importantes. Ainda que todos eles tivessem características diferentes entre si, estas duas características eu sugeriria como transversais a todos eles, um *modus operandi* particular do Instituto – talvez da área de concentração: a centralidade na performance oral e a verve crítica...

[LG] O colecionador apresenta suas peças...

[LG] Sim, é isso. Veremos que estas características têm raízes profundas na história do Instituto... hoje, parecem fora de lugar, quando contrapostas aos modos de

produção do próprio Instituto. As disciplinas eletivas obedecem a lógicas diferentes, mas as obrigatórias têm esse perfil. Um perfil que convoca ao debate, provocativo, desconstrutor. Contudo, pela discrepância formativa e de perspectivas entre alunos e professores, torna-se uma peça de teatro onde o ator atua e a plateia admira e teme. Cria-se uma dinâmica em que as turmas tendem a admirar o professor com o temor de quem nunca alcançará aquela performance. É um choque, para a maioria de nós. Sorte a minha que a turma que fiz parte se achegava a essa performance, era composta por alguns sujeitos políticos experientes, com uma formação intelectual robusta quando comparados às pessoas da minha geração. Quatro de nós interferiam, eventualmente, na dinâmica docente que se desenvolvia. Eu estava entre os quatro, ainda que o fizesse timidamente e com excesso de respeito. As interferências, ao invés de gerar tensão, alimentavam a performance, animavam os professores. A atuação reconhecida parecia desafiá-los a nos surpreender... quanto mais intervíamos, maiores as aulas, maiores as conversas pós e pré aulas, maior o desejo de estarmos em debate... alguns sujeitos da turma quiseram ampliar os debates e, neste movimento, nos aproximamos do grupo de estudantes organizados do Instituto, que se chamavam, naquela altura, ainda timidamente, de “Coletivo”...

[LG] O Coletivo... conte como foi essa aproximação...

[LG] Quem assumiu essa identidade “Coletivo” foi a nossa turma de 2012. Fomos muitos a convergir para a organização discente do Instituto, de todos os departamentos. Os estudantes da turma de 2011, que nos receberam no Instituto e compunham um grupo relativamente orgânico, eram em 5 ou 6 pessoas. Não consigo dizer claramente que fatores nos fizeram convergir para a organização discente, mas fomos 10 a 15 estudantes ingressantes em 2012 compor a organização. Á princípio, houve tensão: os estudantes mais antigos tinham pauta, propostas relativamente concretas para a construção do VII Seminário de Pesquisa do Instituto – que era, àquela altura, a principal atribuição da organização – e participação em instâncias deliberativas do Instituto. Nós, os novos, chegamos questionando as pautas, propostas e atuação, entrando em conflito pelo protagonismo da organização. Éramos maioria, estávamos entusiasmados e nos instigávamos uns com os outros... em pouco tempo, a maioria dos estudantes mais antigos deixaram de ir às reuniões, alguns resistiram, permaneceram, e passamos a

produzir novas pautas, tomamos o Seminário e assumimos a identidade coletiva: tornamo-nos o “Coletivo de Estudantes do IMS”.

Há algumas características nossas que me chamaram sempre a atenção: a maioria de nós é migrante. Acredito que o Coletivo tenha se formado, também, como um ponto de apoio para os que vieram de fora. É desproporcional a quantidade de migrantes que compõem o Coletivo em relação ao universo de estudantes do Instituto. Outra característica, e esta faz do Coletivo a organização mais interessante que já fiz parte, é não ter “liderança”. Têm “lideranças”, pessoas que eventualmente assumem o protagonismo, tempo suficiente para o próprio processo político interno nos levar a outros atos, protagonismos e protagonistas. Toda a vez que alguém se apresentou como desejoso de ocupar essa posição de “liderança”, o Coletivo desencorajou o movimento individual ou esteve à beira da dissolução. Aliás, sobre dissolução, isso também merece reflexão, pois a composição do Coletivo se alterou muito ao longo do tempo...

[LG] Sobre “liderança”, por que é uma palavra que incomoda tanto?

[LG] Acho que é um problema geracional, que dou vazão... algo que se relaciona com o que chamam de pós-modernidade, outros dizem que é o espírito de 68 e outros dizem que a segunda levou à primeira... há quem diga que são tendências anarquistas... há um número grande de pessoas da minha geração, muitas delas ligadas a esquerda, que recusam a autoridade. Onde aparece a autoridade, alguma figura humana que se apresente como representante de alguma direção que não nos inclui, a deslegitimamos, deixamos de respeitá-la. Isso tem sido tema de muitos debates sobre os modos de se fazer política, pois o enfraquecimento dos partidos parece ter a ver com isso, também. E é difícil ver as matrizes que nos subjetivam, pois a autoridade tem se dissipado na estrutura social, está difícil encontrar essa figura de onde emana o poder... quando ela se apresenta, é deslegitimada. Então, não dá para saber se somos fruto de uma atitude politicamente emanada de 68, ou dos anarquistas, ou dos niilistas, ou dos cínicos, ou da maneira como o capitalismo se reinventou, no seu modelito neoliberal... pode ser tudo isso junto... ainda que estejamos em um momento difícil de produzirmos consensos, pactos, organizações, também pela recusa à estrutura, aprendi no Coletivo que as contradições desse tempo levaram o foco da política para a fronteira primeira dos nossos processos de

subjetivação, que nos definem e que definem as instituições que definimos: a sexualidade. Em meio a esse *laissez faire* contemporâneo, os modos de viver a sexualidade, as performances de gênero e suas expressões no espaço público tem assustado. De fato: a ordem social, que emana das instituições, que ainda tem a família como um pilar, estão ameaçadas. Neste final de década, no Brasil, isso tem se apresentado de forma avassaladora, o avanço e a resistência – escrevo isso dois dias após Judith Butler ser considerada "culpada" pela "ideologia de gênero", representada por uma boneca vestida como uma bruxa e queimada na São Paulo do século XXI [isso é uma lição de "história viva"]: as pessoas parecem clamar por uma autoridade que retome a ordem, que conforte a estrutura coletiva e "neurótica"...

[LG] Começamos a falar de 'liderança' e você chegou na sexualidade...

[LG] Ainda não sei bem por que, mas suspeito que a dissolução da autoridade tenha a ver com a dissolução da normatividade heterossexual, monogâmica e associada à procriação. Não sei o que começa primeiro, não tenho muito a dizer sobre os processos, como se deram, no que podem dar... sei que isso coloca o sujeito moderno em risco, a sua família, as instituições e o Estado que construíram pedra sobre pedra... o *laissez faire* contemporâneo permitiu a emergência de memórias ancestrais soterradas: hoje vemos matriarcados possíveis, bruxas saídas da fogueira, deidades africanas renovadas, performances de gênero com muito custo abolidas em milênios de dominância judaico-cristã no ocidente... me parece que é hora de redenção, que a história dos vencidos aparece como um rompante, que podemos construir novas instituições, ideologias, utopias que convirjam para o comum...

Me arrisco a prognosticar 3 cenários futuros, dois distópicos e um utópico: o primeiro – e, a meu ver, mais provável, pela velocidade das coisas – é o capitalismo/liberalismo realizar a sua particular utopia virtualizando a realidade, integrando-nos em algo como a "matrix". Nela, visto que não haveria escassez concreta – não estou dizendo que não haverá escassez, pois o liberalismo, enquanto ideologia, jamais pode abrir mão da escassez para produzir coisas e concorrência -, poderíamos todos nos realizar como indivíduos. Se resistirmos mais alguns anos como sociedade capitalista, pode ser o tempo que a plutocracia precisa para realizar o seu sonho... O segundo cenário distópico, que também é provável,

dada a velocidade dos acontecimentos, a sua rápida difusão e a falta de controle sobre os processos sociais, é o liberalismo nos levar onde nos levou no início do XX: a grandes guerras. Todos os 'sintomas' sociais daquela época já existem hoje: nacionalismos, ódio, irracionalismo... para vermos como estamos à beira daquela tragédia, basta ler 'A Grande Transformação', de Karl Polanyi (2000). O que tem me intrigado, e que não fazia parte do cenário que Polanyi levou em conta nas suas reflexões, é aquilo que tem a ver com o primeiro cenário, a cyber-realidade e a inteligência artificial. O desenvolvimento disto tem me posto a questionar se há "falta de controle sobre os processos sociais"... ora penso que há descontrole, visto o fluxo migratório contemporâneo, ora penso que até isso é controlado, vide a capacidade de monitorar estes fluxos em tempo real... além disso, há um deslocamento do ódio – como o fluxo das pulsões, em geral - para os meios virtuais, o que tornaria a guerra não concreta, ainda que isso não queira dizer que ela não aconteça... cabe a nós descrever as novas formas de velhíssimos processos sociais. E isso também é "história viva"' – a bruxa Butler queimando em São Paulo não me sai da cabeça...

[LG] Ainda que não tenha lido Butler, o que você sabe sobre ela tem tudo a ver com esta sua digressão: sexualidade e política, performances e processos sociais... esse é outro ponto interessante: você parece estar dialogando com vários autores... alguns, você não nomeia; outros, como a Butler, você sequer leu...

[LG] Mas isso é uma entrevista, você esqueceu? [risos meus]... como não é bem uma entrevista, os deslizes acontecerão... se eu estivesse falando, provavelmente, nada disso que produzi teria a forma que tomou. Também não acho que seria inteiramente diferente, mas estaria tudo picotado, muito menos elaborado, cheio de furos... a dialética entre a oralidade e a escrita, tomada como método nesta auto entrevista, é uma forma de burlar as duas para poder dizer mais. Sei que estou na academia e que isso tem um custo: o diálogo com quem me antecedeu, o rigor metodológico, uma forma mais ou menos definida... como o meu método inclui a oralidade, esta inclusão abre outras portas... não sou schumpeteriano – outro autor que sequer li –, mas precisaremos de muita criatividade para lidarmos com os desafios colocados para nós. Disputemos o sentido da "criatividade", da da "novidade", pois viraram totens liberais. Talvez precisemos inovar na forma para

resgatarmos tão somente antiquíssimos modos ancestrais... podemos, caminhando para a frente no tempo, nos reconciliar com outros modos de organização social já experimentados e que povoam a nossa “memória coletiva”... a reconciliação se dará em novas bases, que são as das experiências novas que tivemos e termos no tempo do mundo... isto vale para os regimes comunais e suas várias formas, em milênios de história...

[LG] Então seja utópico! Não é fácil estar no nosso tempo e ser positivo... mas você disse de um terceiro cenário e acabou de apontar para ele... fale sobre ele...

[LG] Fico pensando se isso aqui vai servir a uma tese ou como um relato ordinário para o gozo dos analistas da mente e da subjetividade, para criarem ou sugerirem categorias diagnósticas. Tipo: “O caso Gonçalves (2018)” [risos meus]... podem pensar que sou excêntrico, “paranoico”, que sofro... pronto, já estava dando um jeito de chamar a melancolia... sobre utopia, vou dar um exemplo concreto e difícil: vivo a vida inteira no subúrbio do Rio de Janeiro. Em geral, nós suburbanos não temos muita dignidade, somos médios, discretos, voltados para dentro: nossa vizinhança, nossa casa, nossa família, nosso bairro... o centro da cidade do Rio de Janeiro chamamos de “cidade”, ainda hoje; nos vemos fora da urbe. Ou seja, estou pontuando que isso é um traço geral. Os negros suburbanos nunca diferiram dos brancos em seus modos de apresentar-se no espaço público – com exceção dos moradores de favela, a grande maioria compostos por negros, sempre vistos como “espalhafatosos” e “inadequados”. Mas até estes, vestiam-se como os brancos, raspavam seus cabelos, sendo homens, alisavam seus cabelos, sendo mulheres. Ainda que eu soubesse que alguns bairros suburbanos, como Madureira, fossem importantes redutos de resistência da memória dos povos que vieram do continente africano, não havia, aparentemente, qualquer manifestação disso no cotidiano. O pouco que havia estava restrito a ambientes fechados, como as casas de umbanda e candomblé.

Nos últimos 10 anos muita coisa mudou... começaram a aparecer pessoas negras com roupas, adereços, penteados muito particulares, com uma forma diferente de tomar o espaço público. No início, era muito de vez em quando que as víamos nos ônibus, nas ruas... começaram a ser mais, de modo que, hoje, já não é

tão estranho vê-las, as pessoas comuns já não param e ficam encarando quando aparecem. Essa performance que remete à memória dos povos escravizados e trazidos para o Brasil recolocou a escravidão no cotidiano do subúrbio, obrigou a falarmos sobre isso. No estranhamento que provocam, fazem lembrar que não somos uma massa uniforme, que o subúrbio, inclusive, tem muito a ver com a maneira que a nossa nação tratou a escravidão: fazendo-a sumir, uniformizar-se às demais questões sociais.

A utopia tem a ver com isso: massacres, opressões, silenciamentos têm voltado com tudo, nas falas, nos corpos... estamos em um tempo de redenção. As condições estão dadas. Dei um exemplo, poderiam ser vários. À medida que emergem mais e mais fragmentos do passado suprimido – na história oficial média -, maior também é a resistência a eles e a possibilidade de repressão. Esta dinâmica não é tranquila... a afirmação da necessidade de reparação dos massacres e opressões recorrentes na nossa história nacional é a utopia. A utopia é também o conflito destas emergências. Não sei que tipo de sociedade poderemos construir – até porque sou homem, branco, heterossexual e descendente direto de europeus, sei muito bem que tipo de sociedade este tipo padrão e coerente produz. Talvez possamos ver, nessa redenção e conflituação, alguma possibilidade de inclusão plena no Brasil... se não, permanecerá sendo este estado onde poucos milhares de pessoas exploram os outros milhões, como sempre foi...

Algo é certo: essa utopia não se realizará sem violência. Se abrirmos mão da violência organizada, eles não abrirão. Podemos pensar nas formas de expressão da violência, mas temos que pensar sobre ela. Não destruiremos as instituições que são tão capazes de oprimir a tanto tempo se não formos violentos... nada tem sido mais violento que os choques econômicos propostos pelos governos contemporâneos: destroem instituições em meses... eles têm várias formas de violentar, desde a polícia militar a política institucional...

[LG] Quero retomar a sua chegada ao IMS. Você falava do Coletivo...

[LG] Toda a reflexão anterior tem a ver com o Instituto, com o Coletivo. Claro que o IMS, instituição acadêmica, foi fundamental para mim, do ponto de vista intelectual e também político. Mas a minha formação, que me faz avançar para as questões que venho trazendo aqui, se deu no Coletivo de Estudantes do IMS. Uma formação

política, pois era centrada no debate, na confrontação, que remetia a necessidade de buscar conhecimento em várias disciplinas e, principalmente, na experimentação corporal de determinadas formas de saberes e poderes...

[LG] O Coletivo não é, também, IMS?

[LG] Não sei. O Coletivo como o vivemos é bem particular àquele contexto, mas não sei se confunde-se com a instituição. O IMS foi fundamental para termos nos encontrado... nós fomos ao IMS fazer alguma coisa que a própria instituição representa, que nos convocou a fazer. Para a grande maioria de nós, que compomos o Coletivo, a instituição representava o compromisso com a construção da democracia e cidadania no Brasil, usando termos bem genéricos para tentar incluir os nossos matizes. Além de ser o espaço do nosso encontro e dar vazão aos nossos anseios ético-políticos – não sem tensão -, há outra característica do Instituto que dá as condições da nossa existência coletiva: a sua organização algo paroquial...

[LG] Uma paróquia da ciência?

[LG] O IMS é uma organização com pretensão de autonomia, que se vê como uma unidade, onde seus sujeitos olham para as outras unidades a partir deste lugar e a favor deste lugar. Uma organização em ruínas, como qualquer outra neste tempo. Em risco de virar outra coisa ou deixar de ser.

Agora, nem a paróquia é estanque e imutável. Para sustentar esta imagem paroquial do Instituto, talvez valha voltar com calma à trilha do mestrado, pois deixei de falar dela quando remeti ao Coletivo. Voltarei a falar mais especificamente do mestrado, o que me levará a falar do Coletivo novamente [risos meus]... é inevitável. E é importante falar sobre isso porque o mestrado e o doutorado feitos no departamento de 'Política, Planejamento e Administração em Saúde' marcaram a minha experiência no Instituto e afetaram – o que também é inevitável – esta tese. Muito tempo levei para compreender que estava tentando contar uma história sobre o Instituto que privilegiava o departamento que faço parte. Na qualificação do projeto de Tese, a banca sugeriu esse traço departamental. Acolhi a crítica, mas só a visualizei com clareza ao ouvir os entrevistados e nos eventos da disciplina

associada à tese. Há alguns passados, presentes e futuros em disputa no Instituto, naquela “comunidade afetiva”.

No primeiro semestre do mestrado, tivemos 5 disciplinas obrigatórias. Já comentei sobre duas características que as atravessavam, a partir dos docentes: a criticidade e o uso da oratória. Quatro das disciplinas, na verdade, eram duas, cada uma dada em um quadrimestre e casadas duas a duas: ‘Análise do Sistema Político de Saúde’ e ‘Sistemas Comparados de Saúde e Proteção Social’, dadas pelo Ruben Mattos; ‘Evolução Política, Desenvolvimento Econômico e Seguridade Social no Brasil’ e 'Padrões de Intervenção do Estado’, dadas pelo George Kornis. A quinta disciplina era ‘Saúde e Sociedade’, dividida entre 3 professores – Roseni Pinheiro, Kenneth Camargo Jr. e Adriana Aguiar -, dada em 3 módulos coordenados por cada um deles. Não falarei sobre cada uma das disciplinas para não alongar demais. Falarei sobre o que me marcou nelas, então direi das disciplinas dadas pelo Ruben e pelo Kornis. Começarei pela segunda, porque a primeira tomará mais tempo. A performance de George Kornis era dirigida a nos situar. Desde a primeira aula, uma avalanche de conteúdos relacionados às Ciências sociais e econômicas, à Filosofia, inúmeras sugestões de leitura e avisos sistemáticos: “se você não é capaz de dar conta disso, você está no lugar errado”, “Se você quer construir algo que comece por “O SUS é...”, procure outro lugar”. Era uma terapia de choque, algo que um intelectual desenvolveu para lidar com profissionais de saúde que, em geral, tem a formação orientada pela e para a tecnociência. Kornis tentava nos fazer compreender o desenvolvimento das ideias políticas ao longo da história ocidental, onde entra o capitalismo e o liberalismo nessa história e onde, na história do capitalismo, entra o estado; e onde, na história desse estado, entra a saúde. Uma tarefa hercúlea, quixotesca, para dois cursos quadrimestrais. Como a minha turma era composta por sujeitos com uma formação político-intelectual incomum para profissionais da saúde, além de alguns de nós sermos tomados pela “vontade de saber”, a convivência era relativamente harmoniosa. Éramos dignos moinhos de vento, Kornis reconhecia e dedicava-se às aulas, que sempre excediam o tempo previsto. Mas eram aulas dadas desde um lugar: da elite – ainda que pudesse ser uma elite idealizada, irreal. Portanto, era um intelectual da elite cultural brasileira tentando introduzir sujeitos periféricos ao conhecimento universal, em um ambiente científico e de matriz biomédica. Longe de me assustar, era tudo o que eu queria, que eu buscava havia anos. Apesar da arrogância do professor, era um mundo que

se abria. E ainda havia uma retroalimentação simbólico-afetiva: o IMS como um espaço de salvação intelectual. Era o que o Kornis dizia e casava perfeitamente com a minha experiência, por tudo o que tenho dito até aqui. A imagem do IMS como "oásis intelectual" na área da saúde se consumava. A própria figura idiossincrática do professor, com suas frases fortes, a franqueza de quem pode tudo dizer, a virilidade manifesta do representante das luzes europeias, reafirmava essa ideia... ele seria um delírio em qualquer outra instituição. Só fazia sentido ali. Só ali o Kornis seria responsável por uma disciplina obrigatória e fundamental da grade curricular de um curso de pós-graduação. Pelo menos na área da Saúde Coletiva...

[LG] [risos meus] O Kornis é um analisador interessante do IMS... incansavelmente ele denuncia a mediocrização da produção do Instituto...

[LG] E me contaminou fortemente. A mediocrização que ele denuncia tem a ver com esta posição dele no mundo, uma posição que me fascinou por muito tempo. O IMS mudou, deixou de ter a formação intelectual – no sentido do conhecimento universal, enciclopédico e totalizante – como eixo e ele vai perdendo o seu lugar. Costumo dizer que ele é um fóssil... para quem lida com a história viva ele é uma fonte importante. Na tarefa do colecionador, uma peça importante que remete ao passado e ao futuro. É o último intelectual que resta no Instituto que mantem o compromisso com este tipo de formação. Há outros intelectuais, muitos, até – alguns que nem se apresentam como -, mas que não formam mais sujeitos como eles... digo, brincando, que são pessoas que veem e nos encorajam a sermos cegos [risos meus]...

[LG] O que quer dizer que a posição do Kornis ainda te fascina?

[LG] Talvez [risos meus]... não mais a de um intelectual europeu, mas a de um intelectual. É essa posição que tenho perseguido... hoje me encontro completamente fora de lugar [risos meus]... sou um intelectual, tenho um conhecimento vasto, correlaciono inúmeras dimensões do saber, promovo a interlocução disso com a vida prática... tenho procurado lidar com a contradição deste saber que é eurocentrado, indo atrás de outras referências, mas... me tornei um exótico [risos meus]...

[LG] Que tal se assumir exótico?

[LG] Adoraria, se para isso eu tivesse a subsistência garantida [risos meus]... Vou falar das disciplinas do Ruben. Conversando com amigos, me dei conta que esta tese é também a produção de respostas às questões que aqueles cursos suscitaram. Vou tentar falar de tudo, o que é difícil. Primeiro, o "efeito Ruben": ele era amistoso, aparentemente inclusivo. A primeira coisa que fazia, ao nos receber, era organizar a sala de aula, solicitando que posicionássemos as cadeiras em roda. Em seguida, perguntava nossos nomes, de onde vínhamos. Falávamos, se criava um ambiente agradável... por fim, começava o Ruben a falar sobre os dois cursos que daria para nós... e assim continuava por 2, 3 horas. Nas aulas seguintes, uma pergunta inicial sobre o que achávamos dos textos sugeridos, algumas palavras nossas e a mesma dinâmica: 2, 3 horas seguidas de prosa. É prosa, a narrativa do Ruben. Uma forma muito peculiar de ensinar e produzir conhecimento. Os temas das aulas eram trazidos em complexidade, com texturas. Circulavam na oratória do professor os sujeitos que construíam as normas, as políticas públicas de saúde, as disputas de época, a concretização e institucionalização das normas, seus impactos e consequências para novos processos de construção de outras normas. A história do SUS foi sendo construída em processo, dessa maneira, para nós. E havia tonalidade épica, embora Ruben estivesse tentando ensinar à nós que a realidade é argila, que normas sempre emergem de um jogo político e que sua materialidade se inscreve nesse mesmo jogo. Que fatos são fatos no jogo político, que ciência é ciência no jogo político, que verdade é verdade no jogo político, que o real é real no jogo político... procurando nos fazer acreditar que devíamos abdicar da verdade, do real, de qualquer coisa que remetesse a ideias abstratas, apesar da dureza aparente desta visão de mundo, apresentava-nos heróis para nos dizer logo em seguida que, estes mesmos heróis, também eram vilões. Ruben tem admiração especial pela virtú política, por aqueles sujeitos que se amoldam e amoldam a realidade sustentando e/ou alcançando o poder. A astúcia dos atores do Movimento Sanitário e, em especial, dos representantes do Instituto de Medicina Social neste Movimento, era a musa da sua prosa. Os heróis da sua narrativa, apesar das vilanias, sempre necessárias, eram os astutos. E o IMS era uma Escola de produção de astutos. Toda esta forma de contar e visão de mundo me impregnaram. Para mim, o tempo das aulas dele passava em minutos... era uma sensação pessoal, mas que parecia

compartilhada com os meus colegas de turma... quando o Ruben iniciava a prosa, não havia fissura, não havia esgotamento, não havia queda na empolgação... era uma narrativa que afetava, não havia quem dormisse. A história monumental e épica da reforma sanitária nos foi passada assim pelo Ruben, em heroísmo e vilania. Em geral, somos tomados pela glória dos acontecimentos históricos, pelos seus ápices. É possível tomar da oratória do Ruben a história apoteótica do Movimento Sanitário e do IMS nesse Movimento. E é possível tomar aquilo que ficou pelo caminho, que foi desconsiderado. Apresentando o monumento em riqueza de detalhes, inclui aquilo que o exibe em sua transitoriedade. Ando seguindo as orientações do mestre, procurando me desfazer dos monumentos... ainda que sejam fundamentais ao trabalho de coleção...

Sobre os cursos, ainda há mais 2 ou 3 coisas que me marcaram: como tarefa nossa nos cursos, para a nossa avaliação, Ruben pedia que escrevêssemos livremente, no formato que quiséssemos, as nossas impressões sobre os textos lidos. Nesta produção, fui exercitando a liberdade na escrita, muito inspirado pelo jogo de camadas e texturas da maneira do Ruben atuar. Como se pode ver no que deu [risos meus]...

[LG] Apesar das dicas do Ruben, você não desistiu da utopia, nem da concretude do real...

[LG] E eu não sei onde ele esconde, mas acredito que nem ele tenha desistido da utopia [risos meus]... temos diferenças importantes, ainda que a paixão comum pela política. De fato, o que marca a nossa diferença é a minha obsessão pela concretude, enquanto o Ruben pegou um desvio perigoso pelo plano discursivo, pela ênfase - e desejo -, nos processos de produção de consensos. Se eu aposto no conflito como forma de expor contradições e fazer a luta tomar corpo, ele aposta no consenso. Qualquer forma de avanço nunca se dará simplesmente pela palavra. Palavras que não marcam corpos e corpos que não marcam palavras não se concretizam. Isto vale, inclusive, para esta tese... se lida no plano discursivo, vai preencher espaços em bibliotecas, se tornará alguns *bytes* no mundo virtual, comporá o universo de outros discursos... um destino normal no âmbito acadêmico. Como estamos em período de exceção – e alguns têm nos dito que nunca saímos

dele, o que acusa a nossa posição privilegiada neste mundo de exceção (Arantes, 2010) -, tudo o que é normal tem pouquíssimo valor...

Vamos acabar com o “efeito Ruben” se não, não acabamos com a auto entrevista. Como tarefa final da disciplina, a turma propôs ao Ruben construir um evento de revisita à Oitava Conferência Nacional de Saúde, que completava 26 anos. Construímos coletivamente o evento, com certa rapidez. Foi o primeiro de muitos eventos em que estive envolvido na construção, no Instituto. Para ser uma “evidência” do que disse sobre a história da Reforma Sanitária narrada pelo Ruben, centrada no IMS, convidamos para o evento: Hésio Cordeiro, José Carvalho de Noronha e Adolfo Chorny. E não foi o Ruben quem orientou as escolhas, diretamente. Pesquisamos, lemos os relatórios da Conferência e decidimos por 3 pessoas que passaram pelo Instituto de Medicina Social... e, os dois primeiros, com papel fundamental na estruturação do Instituto. No evento, em especial o Noronha, reafirmou a própria *virtú*, ao dizer, com a Constituição de 88 nas mãos, de pé, em uma cena inesquecível, que o capítulo da Saúde contido na constituição era fruto de um golpe dado pelo Movimento Sanitário no Centrão. Chorny, falando de um ponto menos incluído no jogo político de construção do relatório final da oitava, disse de contradições importantes da Conferência que não apareceram no relatório, assim como algumas decisões produzidas na Conferência, por não serem “estratégicas” para o Movimento Sanitário. E Hésio... é o patriarca do Instituto. Preparou uma apresentação sobre a construção do SUS, tendo o papel da Oitava e do IMS no processo...

[LG] Uma bela apresentação à mitologia institucional, hein?

[LG] Foi... conhecemos um pouco sobre a memória dos “históricos-políticos”.

Se, por um lado, o Ruben fazia uma introdução à mitologia institucional, eu conhecia o Instituto, o seu cotidiano, através do Coletivo. Foi nele que conheci os colegas dos outros departamentos – muitos viraram amigos -, os dilemas internos aos outros departamentos e áreas de saber – ‘Epidemiologia’, ‘Ciências Humanas e Saúde’ -, os debates do campo, antigos e emergentes, e toda a estrutura institucional. Já na organização do primeiro Seminário dos estudantes que participei, o VII, toda a intimidade do Instituto estava exposta para nós. As demandas que levávamos para a Comissão de Pós, para o Conselho Departamental, para a

Secretaria, para a Direção, para os Grupos de Pesquisa, para o CEPESC, nos fazia tomar ciência dos meandros institucionais e dos conflitos internos – políticos, epistemológicos e afetivos... era tudo muito rápido e pouco refletido. Após algumas reuniões discentes e decisões sobre a construção do Seminário, já estávamos no gabinete da direção pactuando o uso de recursos para sustentar a decisão e saíamos dali diretamente para a sala do CEPESC, onde comunicávamos o pactuado e combinávamos a execução do proposto. Mal sabíamos o que era CEPESC, achávamos aquilo curioso, tratávamos como algo que não valia muito problematizar... em tempos de Organizações Sociais na Saúde e privatização da gestão pública, se desenrolássemos a problematização, dificilmente faríamos o Seminário, visto que o CEPESC é uma estrutura fundamental para o funcionamento do Instituto... o CEPESC era um assunto constrangido, entre nós, sobretudo à medida que os trabalhos do Coletivo aconteciam e o CEPESC sempre se apresentava como um parceiro fundamental.

Ao realizarmos o VII Seminário, que foi protagonizado, em termos de concepção, pelos alunos da turma do mestrado de 2012, a intimidade com o Instituto se consumava. Simone, Eliete e Silvia davam todo o suporte para que usássemos as salas. Alekssandra e Zé Carlos, abriam os caminhos, orientavam os participantes do Seminário e davam uma força com questões de estrutura. O Artur dava conta de todos os aparelhos eletrônicos. Os professores convidados para as mesas, os que participavam na plateia e os ausentes revelavam traços que em sala de aula ainda não tínhamos captado. Alguns colegas, até ali ausentes, vieram e foram fundamentais para a realização do evento... enfim, em um Seminário, a ilha estava percorrida, assim como estavam vistos, ainda não explorados, os acessos para os seus subterrâneos e submersos. Muitos de nós, mesmo no Coletivo, ficamos na superfície. Alguns de nós, rapidamente, começamos a desenvolver guelras...

[LG] E aí começa a sua participação institucional?

[LG] Isso... neste movimento, me tornei representante discente no Departamento de Política, Planejamento e Administração em Saúde. Estávamos sentindo a necessidade de representação em todas as instâncias deliberativas do Instituto. Nos sentíamos coagidos pelo modo de produção vigente e avassalador – “como vai o artigo?” -, induzido pelas agências de fomento. Pela crítica comum ouvida no

Instituto, achávamos que ele era um importante polo de resistência a esse processo de indução. Este achar não resistiu ao primeiro Seminário... ali ficou claro o caráter ambíguo da crítica às agências de fomento. Também ficou mais clara a necessidade de intervirmos politicamente, tensionando as arenas de decisão institucionais. Desta maneira, articulamos e compartilhamos melhor as nossas participações nestas arenas, que antes já aconteciam, mas que eram feitas de modo isolado, quando levávamos demandas muito específicas para as reuniões, sobretudo relacionadas a problemas institucionais discentes.

Assim, o Coletivo passou a ser, também, um espaço de debate político institucional, onde as questões departamentais e gerais eram compartilhadas, debatidas e geravam pautas nossas. Isto me faz ter a ousadia de dizer que, durante muito tempo, o Coletivo foi o grupo mais complexo e rico de "pensação" sobre a instituição. Pelo compartilhamento e visceralidade dos nossos relatos, podíamos ter uma visão panorâmica, geral, da instituição, ainda que nos pesasse a pouca experiência e conhecimento do passado institucional... o que também foi enfrentado com muita rapidez, visto que os deslizes e dificuldades nossos em nos aproximar de certos problemas logo nos punham em movimento de conversar sobre eles com os envolvidos. De problema em problema, o que parecia insano, absurdo, logo descobríamos algo sobre as suas razões de ser, a dinâmica própria a cada problema. E aprendemos rapidamente que os problemas institucionais não têm como árbitro a "razão"... esta é sempre evocada, claro – estamos na academia, onde este recurso é absolutamente central na organização das visões de mundo dos seus humanos -, mas é destes "significantes vazios" como a "democracia", nos dias de hoje. Há "razão", mas esta atua como mais um recurso técnico de retórica...

[LG] Pois é, nada de novo no *front*...

[LG] Nada de novo para alguém que conhece teoria política, que é vivido em instituições... para um estudante de Saúde Coletiva, tendente a romantização reproduzida no discurso mitológico do campo – que somos agentes da transformação social, "camaradas" solidários, orientados pelo compromisso com a realidade, que pode ser acompanhada através da ciência, que com o conhecimento da realidade fazemos política... -, tudo era novo. Começou, para mim, um processo de re-encantamento com o Instituto, que é relacionado a essa vida institucional. Por

um lado, os mitos foram sendo desfeitos um a um – e, talvez, outros tenham e venham sendo criados... por outro, viver a política institucional, conduzida por sujeitos com diferentes habilidades e projetos, que sustentavam seus argumentos a partir de motivações muito complexas – o que certamente envolvia afetos e suas trajetórias de vida -, renovava as minhas expectativas e vinculação àquele espaço institucional. Era algo como: “esqueça o conto de fadas, o Instituto, a Saúde Coletiva se desenvolve assim”. Em pouco tempo eu estava fissurado na política institucional.

Experimentar os espaços deliberativos institucionais foi um processo de formação. Ninguém estava preocupado em ensinar, nem eu sabia muito bem que estava aprendendo... aos poucos, fui me dando conta que estava. Do encanto com a dinâmica política interna e os seus humanos ativos, em algumas reuniões eu já estava falando, disputando as decisões, ou imaginando que assim fazia... talvez sendo mais um instrumento entre aqueles disponíveis aos que estavam de fato disputando [risos meus]... é importante dizer: havia aquele elemento meio patético de querer agradar os mestres... quem nunca? [risos meus]

[LG] Algum mestre, especificamente?

[LG] Alguns exerciam maior fascínio. Sou capturado pela astúcia, assim como o Ruben [risos meus]. Nesta vivência política, admirei mais os grandes adversários que os recolhidos companheiros... claro, admirei mais que todos as grandes companheiras – importante flexionar o gênero, foram, na grande maioria, mulheres... mas em todos os espaços deliberativos do Instituto sempre procurava dar respostas, me posicionar e me conectar aos mais astutos, mesmo quando eles estavam no lado inverso ao meu... e aí a discordância era sempre difícil de sustentar... mas eu sustentava, mesmo de modo inábil...

[LG] Quais são os mais astutos? [risos meus]

[LG] Sem dúvida nenhuma, o mais astuto que conheci foi o Cid [Vianna]. Todos os outros, mesmo quando ganhavam alguma decisão, revelavam fraquezas, se expunham... O Cid era aquele que levava para os espaços a sua posição com clareza e convicção, embora levasse junto toda uma articulação invisível, muito bem costurada, e que só éramos capazes de fazermos a leitura sobre ela a posteriori... a

maior parte das decisões em que ele se posicionou, ele levou. A medida que a minha capacidade de análise foi ficando mais apurada, já sabia de antemão que ele levaria alguma decisão só de ver as pessoas presentes em uma reunião [risos meus]... Do ponto de vista da orientação política, está do meu lado oposto; do ponto de vista das práticas, não desejo reproduzir algumas das suas formas de atuação, não só por princípio, mas por total falta de habilidade [risos meus]... no entanto, a prática política dele é muito coerente com as ideias que sustenta. Neste sentido, o respeito absolutamente. Sobre outros astutos... tive menos contato, mas a Claudia Moraes é das mais capazes em conduzir uma decisão. Ela tem uma virtude incomum: a escuta. Constrói a própria argumentação desde uma perspectiva compreensiva, inclusiva e assim conduziu a Comissão de Pós-graduação acomodando importantes tensões institucionais...

[LG] Curioso: você citou duas pessoas que estavam "liderando" a instituição nos seus anos iniciais no Instituto. Não há aí algum vício contextual? A capacidade desses sujeitos estava nas suas características pessoais ou nos cargos que ocupavam?

[LG] Muito difícil responder sobre isso... mas sustento que eram pessoas habilidosas e das mais astutas no Instituto para estarem naquelas posições. Sobre o Cid, ainda que eu também tenha passado pelo Conselho Departamental, a minha impressão é matizada pela participação dele nas reuniões do departamento...

[LG] Ainda assim ele era o diretor frequentando uma reunião de departamento [risos meus]...

[LG] Era, está certo [risos meus]... é difícil delimitar o que é do humano e o que é do cargo. Mas têm humanos que vestem bem o cargo. O Cid e a Claudia eram desses.

[LG] Você faz um relato encantado da política que se faz no Instituto. O que tem de especial ali?

[LG] Acho que o encanto tem muito a ver com a falta de experiência... e a política, a prática dela, inebria, né? É uma "cachaça", como se diz. Porque captura no nível dos

afetos, das pulsões, que estão sempre presentes e operantes... e eu entrei de “corpo e alma” na luta, me expus, descobri habilidades, desejos, disposições... vivendo a política interna e as aventuras intelectuais que ainda se pode fazer no Instituto fui pertencendo àquele espaço e “comunidade afetiva”...

[LG] Houve um momento em que você se entendeu parte daquela “comunidade afetiva”?

[LG] Um momento que me vem com muita força a consciência é quando cheguei ao Instituto como aluno do doutorado, em março de 2014. Eu tinha acabado de defender a dissertação do mestrado, estava me sentindo livre, capaz de estar ali. Já não tinha a mesma reverência à instituição, já não tratava os professores com deferência... quem me fez perceber isso foi o Kornis. Na recepção aos alunos, naquele ano, eu fiz algumas intervenções que chamaram a atenção do professor. Ao fim, ele veio falar comigo, dizer que tinha sido bom acompanhar o meu processo e que ele se sentia alegre de ver como agora eu falava com postura, com a cabeça erguida e sem gaguejar. Eu estava, sim, diferente... na recepção fechada entre os alunos, organizada pelo Coletivo, eu estava na condição de veterano e calouro; me permiti falar muito para os recém-chegados, extravasar, beirar o inadequado. Era um ambiente protegido, éramos só estudantes, nós do Coletivo expusemos um IMS que eles levariam 2 anos para conhecer. Neste encontro, falamos demais para uma plateia atenta, curiosa, que queria saber ainda mais... ali se deu o primeiro ato de algo que viria a ser decisivo para mim e muitos de nós, que foi o grupo que se tornou o Coletivo, em 2014. Aquela conversa inicial nos colocou imediatamente em movimento. Os alunos novos, especialmente da turma ingressante no mestrado do PPAS, se incorporaram ao Coletivo... não se incorporaram: tomaram, deram o tom. Um processo parecido com o que aconteceu em 2012. Mas essa galera era diferente... era mais questionadora, inquieta... bem, para completar, era o ano em que a pós-graduação do Instituto completava, oficialmente, 40 anos, com toda a imprecisão que guardam as origens e fundações de qualquer coisa no IMS [risos meus]... seria um ano comemorativo e a instituição recebeu seus alunos novos neste tom. Foi dada esta missão aos estudantes: construir um Seminário comemorativo, em conjunto com os professores. Aceitamos a missão... mas a turma nova não

aceitava qualquer coisa... falar sobre 2014 e o Coletivo que formamos não será uma tarefa fácil [risos meus]...

[LG] É a galera que o re-formou, o desconstruiu e que está nesta Tese, contigo...

[LG] É... se hoje posso falar em incoerência, ambiguidade, privilégio devo a essa galera. Este meu movimento começou em 2014. Naquele tempo, era crítico, como sempre fui, mas muito acomodado às estruturas, um aluno exemplar. Tinha – e não deixei de ter – uma visão idealizada do Instituto... não daquele Instituto que eu vivia... Me sentia representante de um IMS idílico, a favor do qual eu lutava pela preservação. A leitura que eu fazia era que o Instituto militante, intelectualmente rico, que cultivava práticas que não existiam em outras instituições, estava em risco por uma reestruturação produtiva em curso e feita sem a devida discussão.

Tanto o aluno exemplar quanto o IMS idílico foram sendo desconstruídos no Coletivo de Estudantes...

[LG] Você tem citado docentes, não seria interessante você dizer quem são os humanos que compõem esse Coletivo?

[LG] Como começar? São muitos [risos meus]...

[LG] Sugiro um método básico: diga aqueles que foram "entrando" na sua passagem pelo Coletivo e duas palavras que os caracterizem...

[LG] Facilita [risos meus]... vamos lá: Ney Vinícius Miranda [CHS]: generosidade e engajamento; Barbara Costa [CHS]: sagacidade e clarividência – estes dois foram ingressantes no mestrado em 2011, nos receberam em 2012, e permaneceram no Coletivo até as suas saídas. A saída do Vinícius foi traumática e teve um peso grande, para mim. Ronaldo Alves [Epid]: inquietação e conflito; Anacely Costa [CHS]: ponderação e escuta; Aisllan Assis [PPAS]: acolhimento e desarticulação, sim, é a própria contradição [risos meus]; Aline Biz [PPAS]: companheira, ar... estes colegas entraram comigo em 2012 e permanecem no Coletivo, até as nossas expulsórias; Raquel Oscar [CHS]: monstra – ela saberá apreciar a palavra e o

sentido que coloco nela -, guia; Ismael Silveira [Epid]: irmão, empatia; Bruna Kulik [Epid]: doçura, indecisão – estes foram os que se somaram ao Coletivo em 2013 e que continuam nele; Gabriela Barreto [PPAS]: destruição e criação – a contradição geradora em uma “actante” política [já que ela gosta do Latour... [risos meus]]; Roberta Dorneles [PPAS]: força e coragem; Thais Vidaurre [PPAS]: discrição, genialidade; Arthur Lobo [PPAS]: dispersão, criatividade; Catalina Kiss [PPAS]: bruxa, oráculo; Manuele Matias [PPAS]: resiliência, vontade; Luciano Rocha [PPAS]: transgressão, voyeurismo; Stephanie Lima [CHS]: redenção, “soco na cara”.

Estas são as pessoas que compuseram o Coletivo que me formou, que passaram cerca de 2 anos, ativamente, expondo contradições importantes do Instituto, de seus humanos e as nossas próprias. Claro que deixei pessoas importantes de fora, mas nunca é possível dar conta de tudo [risos meus]. Desde o início do semestre de 2014 até o final de 2015, dificilmente passávamos uma semana sem debatermos algo... não que eu esteja dizendo que o Coletivo acabou a partir de 2016... continuamos vivos, somos outros, mas eventos específicos desconectaram muitos de nós da institucionalidade IMSsiana... enquanto as pessoas desta geração estiverem no Instituto e participantes do Coletivo, dificilmente a organização discente voltará a colocar o Instituto no centro das suas pautas... algumas feridas de parte a parte, entre discentes e docentes, não cicatrizaram nem cicatrizarão. De todo o modo, nos ouvimos e nos respeitamos, ainda que saibamos, docentes e discentes, que as divergências políticas, de valores e de posição no mundo são praticamente insuperáveis...

[LG] Então comece a falar dos eventos que desenrolaram esta percepção [risos meus]...

[LG] Como disse, 2014 era um ano comemorativo. Desde o início do ano começamos a debater sobre o Seminário, os temas que nele entrariam. Tentamos, docentes e discentes, constituir um coletivo, mas as diferenças entre eles, e entre nós e eles, foram mais fortes... uma ou duas reuniões no início do ano e uma divisão de trabalho foi estabelecida: em uma semana de eventos no final do ano, docentes organizariam as atividades dos dois primeiros dias e os discentes organizariam as demais, nos 3 dias finais da semana. Entre as pactuações possíveis, entre docentes e discentes, nestas duas reuniões, estava uma que me envolvia: a construção de

uma linha do tempo do Instituto, visto que não há clareza sobre o seu desenvolvimento institucional, sobre a sua história. Eu e Roseni Pinheiro nos comprometemos a levar à frente este trabalho – novamente Roseni estava apontando um caminho importante para mim. Veja, tudo estava muito acelerado: no início de março foi a recepção dos "calouros", o início do semestre, e no dia 10 de abril eu já estava entrevistando Hésio Cordeiro para dar início à construção da linha do tempo. Uma entrevista que mudou os rumos do meu doutorado... a ideia inicial, quando entrei no doutorado, era apresentar uma hipotética controvérsia na nossa área de conhecimento acerca dos termos Saúde Coletiva e Saúde Pública. Eu tinha a impressão que o termo Saúde Coletiva já não representa boa parte dos sujeitos que fazem parte da área, que o veem como algo vazio, que apenas representa um engodo no processo de internacionalização da ciência brasileira - e do papel importante que a Epidemiologia tem nela -, em curso. Estava se repetindo isso em diversos eventos públicos, congressos da área, etc.: a fala de epidemiologistas importantes que condenavam a Saúde Coletiva como uma "jabuticaba", algo autóctone que não tem viabilidade em parte alguma. Estas questões, claro, estão presentes nesta tese e nas entrevistas feitas, mas a entrevista do Hésio me indicou que o problema era muito complexo, que merecia um desafiante aprofundamento.

Como curiosidade: recentemente revisitei aquela entrevista e fiquei com vergonha [risos meus]... perguntas mal preparadas, uma deferência absoluta... claro, eu não conhecia nada sobre a história do Instituto, estava diante do seu patriarca simbólico, um corpo debilitado e inteiramente disponível a colaborar com a proposta... um corpo debilitado que passou quase duas horas aturando um entrevistador mal preparado, que disparava perguntas, as quais muitas tinham pouco sentido, e que pouco sabia lidar com o tempo do entrevistado. Na revisita, pude me dar conta que a cada pergunta atrapalhada – que hoje consigo ver com clareza a 'atrapalhação' -, Hésio me respondia com sorrisos e generosidade... em nada aquela figura batia com o estereótipo comum do patriarca ou da autoridade. Era muito difícil eu imaginar que estava ali alguém que fundou o Instituto, que foi presidente do INAMPS, em um momento que esta instituição fez movimentos importantes na direção do Sistema Único de Saúde, que foi reitor da UERJ, que foi diretor da ANS [Agência Nacional de Saúde]... se havia "poder" em Hésio, esse poder era de outra natureza e eu queria compreender aquilo [risos meus]...

[LG] Até aqui, você está apenas reforçando a visão apaixonada do Instituto [risos meus]...

[LG] Lembro de, em uma das primeiras reuniões com os “calouros”, eu ter dito algo do tipo: “o Instituto pode não parecer mais um espaço potente política e intelectualmente... mas tem algo que está por aqui, acho que nestas paredes, que nos inspira”. Esta é a frase norteadora da pesquisa [risos meus]... nela vejo Benjamin, nela vejo o coletivo, nela vejo Nina Pereira Nunes e para ela a entrevista do Hésio apontava. Em maio de 2014, entrevistei Jane Sayd. A proposta da construção da linha do tempo já dava sinais de inviabilidade, não havia recursos materiais e capacidade de trabalho para tal empreendimento. Entretanto, em sinergia com a entrevista do Hésio e potencializando-a imensamente, Jane, em 3 horas de conversa, completamente aberta, passeou pela história dela no IMS. Já avisado pelo Hésio de algumas questões, pude aprofundá-las. Claro, Jane foi a ledora da minha dissertação, estava na minha banca de defesa, já tínhamos alguma intimidade, o que contribuiu muito para a entrevista que persegui como modelo em todas as que fiz. Ela ia da experiência pessoal do regime militar à experiência institucional neste contexto, apresentando o Instituto como um organismo vivo, no qual ela era, também, viva. Do golpe que Nina deu para garantir a autonomia institucional do Instituto perante a Faculdade de Ciências Médicas, golpe dado no reitor alinhado com a FCM, em 1971, ao racionamento do consumo de feijão na década de 70, da escassez de alimentos básicos como consequência do “milagre brasileiro”, tudo isto estava no horizonte da memória de Jane e tomou corpo em um dos depoimentos mais ricos que tive a oportunidade de materializar. É um “fio de Ariadne”, que pode vir a nos orientar, servir de referência para o labirinto em que nunca deixamos de estar: o Brasil, esta nação. Contudo, pelo que pude entender do depoimento dela – e de muitos outros -, a sobrevivência foi garantida pelo pacto com o Minotauro...

[LG] O Minotauro anda rondando novamente... virá nos dar uma nova missão ou cobrar a nossa vida?

[LG] É uma pergunta que não tenho estofo para encarar... A persegui por muito tempo, desconfiei do Movimento Sanitário, atribuí a alguns dos seus sujeitos a

capacidade de preconceber, de forma calculada e maquiavélica, contribuir para o nosso estado atual de coisas... esta perseguição é obra do fantasma da coerência, que esconjurei... os depoimentos estarão à disposição para revelar humanos em luta política, que nunca terão a capacidade de instituir qualquer coisa preconcebida, da maneira como foi concebida. Revelar humanos que tem, como característica, a capacidade de reorientar as ações e ideias, de modo estruturado e racional, em vista dos desafios como se apresentam. Talvez, a maior limitação destes humanos tenha sido, justamente, acreditarem demais nas estruturas e na racionalidade... algo que atravessou as suas trajetórias, pelo momento difícil que enfrentaram juntos, instituindo coisas em resistência, e não tem sido levado em consideração, na análise política da sua potência, são os afetos. Todos os depoimentos revelam laços afetivos que marcam o pertencimento de cada um ao Instituto e foram a força de propulsão para a institucionalização, crescimento e difusão do Instituto nas malhas institucionais. O Instituto parece organizar vidas, ou momentos de vida, de muitas pessoas. Esta matriz afetiva, esta força, parece ter tido em Nina Pereira Nunes a personificação da sua potência, que permaneceu manifesta em uma instituição construída nestas bases, em que Nina foi peça fundamental. Os ecos desta origem ainda reverberam hoje, cada vez menos perceptíveis. Talvez por isso a recuperação das memórias desta mulher tenha feito tanto sentido, tenha mobilizado pessoas que não têm qualquer coisa em comum – eu e Mario Dal Poz, por exemplo -, além da humanidade, a comungarem e contribuírem para o resgate do seu papel no Instituto. Para terminar de falar sobre o depoimento da Jane: ela revelou Nina Pereira Nunes...

[LG] E a Nina ainda estava viva, não é?

[LG] Estava. Mario Dal Poz tentou mediar uma entrevista, mas o estado de saúde da Nina piorava gradativamente... não foi possível... todos os que a conheceram e estiveram com ela até a morte, dizem: a capacidade analítica sobre a realidade permaneceu intacta até o fim... de fato, perdi a possibilidade de registrá-la, o que é grande e lamentável. Mas muito maior que o registro é tudo o que ela deixou construído e registrado em outras pessoas... nesse sentido, ela permanece viva e acho que conseguimos “registrá-la”. Há alguns depoimentos incríveis sobre ela nas fontes orais construídas na pesquisa...

[LG] Não foi automática a recuperação e a atribuição de importância ao papel da Nina Pereira Nunes no Instituto... diga como isso se construiu?

[LG] A Nina foi fazendo sentido... o depoimento da Jane serviu a dizer: houve essa figura, ela foi central, ela me inspirou e inspirou a todos que a conheceram.

A decisão de pesquisar sobre a história do Instituto só se concretizaria no final do ano... mas a Nina foi fazendo sentido, foi crescendo, não pelo acúmulo de depoimentos sobre ela, que de fato se acumularam nos anos de 2016 e 2017, mas pela vivência institucional. Entre 2014 e 2015, nos demos conta dos traços que reforçam a figura masculina, que o Instituto sustenta: seus diretores homens, seus mitos homens, seus intelectuais homens, as performances viris que emula... sem querer bancar o "puro": este movimento de lidar com estes traços não se deu em um "nós" contra "eles", Coletivo de Estudantes não machista, instituição machista. Não! O primeiro passo se deu no interior do Coletivo, ao percebermos que tendíamos a reproduzir os mesmos traços. Neste ponto, é importante fazer a referência explícita a 3 pessoas, que não aceitaram a manifestação destes traços, e não perderam a ternura, jamais: Gabi Barreto, Raquel Oscar, esta em estilo *low profile,* e Stephanie Lima.

Entre 2014 e 2015, ano em que, de fato, passamos a tomar a representatividade feminina como face, foram muitos embates, não exatamente tensos... estávamos muito abertos uns aos outros, o apontamento destes traços era facilmente acolhido, inclusive por quem reproduzia estes traços... não que este deixasse imediatamente de reproduzi-los... as questões estruturais tendem a tomar o nosso corpo, mesmo aquele que é mais vigilante... o exercício de enfrentar questões estruturais deve ser permanente e sem pretensão de superação, sobretudo por aquele humano forjado na estrutura contra a qual luta...

[LG] Retomando um ponto: o que era para ser a "linha do tempo" do Instituto se tornou a sua pesquisa?

[LG] Sim... a entrevista com a Jane foi a última, abandonamos a ideia institucional de construí-la. Mas o estrago estava feito [risos meus]... toda a minha angustia estava apontada na direção do Instituto, do seu passado e contradições... era uma angustia

totalmente apoiada naquele presente, na inspiração das aulas do Ruben, ainda no mestrado, na dinâmica que o Coletivo tomou a partir de 2014 e também a dinâmica institucional... afinal, foi o primeiro ano em que o Instituto ostentou a nota máxima conferida pela CAPES, o 7. Em 2014, houve acirramento político interno importante, ainda que um tanto desequilibrado pelos atores institucionais que representavam as diferentes posições: o Coletivo de Estudantes, questionando os nossos modos de produção acadêmicos, a maneira como estes modos se vinculavam a questões estruturais importantes, como reinscreviam o patriarcado e o racismo em novas bases, como se afinam com noções de mercado que sustentam o capitalismo contemporâneo; e a estrutura institucional comemorando os resultados de sua orientação produtiva interna, não sem esparsas e desconectadas manifestações de descontentamento, com as quais os estudantes se articulavam... portanto, o desequilíbrio se dava na periférica posição institucional dos críticos: estudantes e os "impactados" pelo efeito da centralidade na produção e no tipo de produção que era medida e valorizada. Éramos periféricos, mas tínhamos um Seminário a construir e dar visibilidade a nossa posição [risos meus]...

A semana de eventos comemorativos do Instituto foi marcada: entre os dias 10 e 14 de novembro. Os dias 10 e 11 ficaram com os docentes, 12 a 14 com os discentes, divisão estabelecida com bastante precocidade, como eu disse antes. A construção dos eventos, ainda que dividida, foi tensa: a Comissão de Pós do Instituto acabou sendo o polo de construção dos eventos docentes e tínhamos assento lá... ainda que tivéssemos pouca capacidade de interferir na construção dos eventos docentes, nós sabíamos sobre o processo em tempo real. Cada decisão lá tinha um efeito cá. A decisão que desencadeou o enfrentamento direto entre docentes e discentes mais dramático foi relativa a estética: a identidade visual da semana. A Comissão de Pós estabeleceu como identidade visual o famoso e repetitivo ypê roxo florido do estacionamento, com o pavilhão João Lyra Filho ao fundo... ao acolhermos a decisão da Comissão, a reação discente foi imediata, geral e taxativa: aquela identidade visual não nos representava e não a usaríamos. Alguns dias depois, decidimos usar uma imagem da favela da Mangueira vista da UERJ... não era uma imagem qualquer: da posição em que se via a favela havia a interposição de algumas estruturas do prédio da UERJ, que sugeria um afastamento estrutural entre a Universidade e a favela. A foto estava, também, em preto e branco, contrastando com o exuberante roxo do ypê... a nossa decisão estabeleceu

a separação radical das tarefas e eventos, o que até ali era escamoteado. Estabelecíamos o conflito, visto que contrariávamos uma decisão institucional com uma mensagem clara e divergente. Seria uma semana comemorativa, mas rachada... como sabíamos que os professores estavam dando um tom memorialístico aos seus eventos, convidando professores e ex-professores para falarem sobre a história do Instituto, pudemos ter a liberdade para politizar e atualizar os nossos. Como exemplo, o título do nosso Seminário neste ano, foi: 'Por um Sistema Único e uma Saúde Coletiva: Reformas, Resistências, Revolução'. Era um chamamento nosso, desde os dilemas que vivíamos em torno do SUS e da Saúde Coletiva, àquele papel que idealizávamos - e já íamos questionando - ter o Instituto na construção e consolidação das políticas de saúde e da nossa área de conhecimento...

Portanto, o processo de construção da semana de comemoração dos 40 anos da pós-graduação do IMS foi uma não tão longa tomada de consciência que docentes e discentes – especificamente aqueles que se organizavam em torno do Coletivo – tinham posições políticas divergentes e que o Instituto, hoje, é um guardião da ordem institucional nacional, no seu relativo quinhão...

[LG] E este não deve ser o seu papel, enquanto instituição?

[LG] Deve [risos meus]... mas aceitar isso mexe com muita coisa... primeiro, expõe menos a instituição que nós próprios, visto que a idealização se manifesta através de nós. Claro que os docentes cultivam esta idealização, mas é algo que antecede a nossa inserção no IMS... é algo que é construído desde as nossas faculdades e especializações pregressas... a relação militante que temos com o SUS, construída nestes espaços anteriores, comumente no movimento estudantil, é absolutamente idealizada. O que é feito por alguns professores do Instituto é afirmar o lugar do IMS na construção do SUS, mas a idealização exagerada está em nós... eu mesmo fui me dando conta que a desconstrução desta imagem idealizada não se deu só no contraste com o conservadorismo institucional contemporâneo do Instituto, mas em sala de aula... portanto, é injusto jogar sobre os docentes grande responsabilidade, ainda que tenham alguma, pois guardam uma posição cômoda...

[LG] E a semana comemorativa de 2014 foi fundamental para desconstruir esta imagem?

[LG] Sim... curiosamente, nos eventos promovidos pelos professores... já na segunda feira, a mesa de abertura, que tinha Jane Sayd, Madel Luz e Sérgio Carrara, se lançaram questões históricas que soaram como novidade para muitos de nós. Mas foi a mesa da tarde que provocou o choque: o evento 'memórias de tempos vividos: uma roda de conversa com quem escreveu a história do PPGSC-IMS/UERJ', reuniu boa parte dos ex-diretores do Instituto e figuras que foram importantes na sua fundação. Era também um evento de homenagens a figuras importantes para o Instituto, do passado e do presente. Se não me engano, de todos os ex-diretores do Instituto de Medicina Social só não estavam os mortos e a Maria Andrea Loyola. E o choque foi perceber que eram todos homens, brancos e, na maioria, médicos – com exceção de Ricardo Tavares e o diretor naquele momento, que era o Cid. Então, foi contundente demais ver ali uma fila de cerca de 10 homens brancos, falando sobre as memórias do poder para uma plateia de maioria feminina. E a contundência ganhou tonalidades berrantes ao, durante a homenagem, as coordenadoras da Pós-graduação, Rosângela Caetano e Claudia Moraes – as pessoas que lideraram a construção do evento -, entregarem flores para homenageados homens, inclusive eu. O aluno modelo foi homenageado pela instituição [risos meus]... um homem, branco... e não médico...

[LG] Haveria um médico para colocar neste lugar, entre os discentes?

[LG] Ainda há médicos que circulam pelo Instituto. Entretanto, poucos se interessam por ele... passam por ali... um pouco atrasado chegou o amigo Gerson Costa, que representaria exatamente o arquétipo desejado [risos meus]... este evento, e a comemoração que seguiu a ele, abriu processos de reflexão importantes. O primeiro: o poder institucional era masculino; o segundo: ainda que fôssemos um Instituto interdisciplinar, que conjura as ciências humanas, sociais e biológicas, a estatística, a psicanálise, etc., portanto pessoas que representam distintas áreas e grupos profissionais, os nossos diretores foram médicos, na grande maioria; a terceira: com toda a minha pretensão crítica, eu andava fazendo exatamente o que era desejado pela instituição; a quarta: os homens falaram da Nina, muito. E foi

bonito o que falaram da Nina... mas ela não estava ali, ela não frequentava o Instituto, sua figura não faz parte do cotidiano institucional – como faz o Hésio, como timidamente fazem Reinaldo Guimarães, José Noronha, José Luis Fiori, Madel Luz e Roberto Machado... a Nina sequer foi diretora, apesar de tudo o que falaram dela. A Nina é memória, não tem inscrição institucional, vaga nas lembranças... era preciso registrá-la, assim como aquilo que ela ajudou a construir com aqueles homens que, estes sim, ficaram registrados na história do Instituto e que estiveram no poder institucional. O registro será importante, inclusive, para evidenciar um traço que não atravessa apenas aquela instituição, mas toda a estrutura nacional: o patriarcado... algo que aparecia, também, na direção masculina do Instituto, em 2014, e na coordenação feminina. Direção que dá o rumo, coordenação que dá conta das tarefas...

E ainda há uma quinta questão: na seção de homenagens, víamos docentes médicos, cientistas sociais, economistas, filósofos... e víamos discentes farmacêuticos, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas... profissões periféricas da área da saúde estão frequentando e tomando o Instituto de Medicina Social... são “as invasões bárbaras”...

[LG] Tudo isto ficou claro para você de rompante?

[LG] Não sei se ficou claro exatamente ali, mas é onde minha memória me posiciona: tudo isto estava claro ali, em uma seção solene. Geralmente, vivo solenidades criticamente, o que é uma falha de caráter, acredito eu... estas solenidades revelam demais, são os momentos em que determinados papeis tornam-se definidos... costumam ser os momentos em que estes papeis são atribuídos e legitimados... o IMS e seus arquétipos estavam ali, visíveis, juntos. Mesmo os que não estavam ali, depois soube que não foi por falta de convite... o não estar era a função daqueles sujeitos – não sei se Maria Andrea Loyola estava viajando, ou impossibilitada de participar por outro motivo... mas a ausência dela fazia mais sentido que a presença... assim como a Nina, como memória, com *élan*...

E ainda tem a festa, quando conheci o Noronha. Roseni Pinheiro – sempre ela – me apresentou a ele, dizendo: “este menino aqui quer pesquisar sobre a história do Instituto”. E o Noronha me disse, de rompante, com uma taça de espumante na mão, acelerado, rápido: “para isso você tem que saber de algumas

coisas: primeiro, a escola de poder não está mais aqui... o poder não está mais aqui. Segundo, você terá que ler, na devida ordem, os seguintes livros: ‘Alice no País dos Espelhos’, ‘Ricardo III’ e ‘Ricardo II’. Boa sorte!”...

[LG] Ele te fisgou, na verdade [risos meus]...

[LG] Exato... passei a elucubrar quem seriam a Alice e os Ricardos do Instituto – desisti recentemente, quando percebi que os personagens me atrapalhavam mais que ajudavam. O que é central na provocação do Noronha não são os personagens, mas a relação deles com o poder. Esta é a categoria central do enigma. Assim como ele, Noronha, o poder, ou a pretensão de, tinha ido embora... isso faz sentido... claro, imaginar a Nina como Alice, também... já os Ricardos... podem ser tantos! [risos meus]

[LG] Também a literatura cruza e dá sentido à sua experiência no Instituto em vários momentos... os “fatos”, a escrita acadêmica e a formalidade não dão conta disto que você viveu... nem do próprio Instituto...

[LG] Não dão mesmo...

O Instituto, hoje, cedeu à ciência. Os motivos disso são internos e externos. O ter cedido não quer dizer que questionar a ciência – ou um determinado modo de produção discursiva sobre a “realidade”, com regras e valores muito bem definidos – não seja possível... o dilema sobre os recursos mais apropriados para dar conta da “realidade” permanece latente no Instituto. Na periferia, mas vivo... é nesta periferia que estou. Portanto, há espaço para ousar na forma, desde que a ousadia seja devidamente destrinchada em seus elementos constitutivos, motivações e contradições. Serei questionado, sobretudo, por ter ousado trazer o afeto como dimensão estruturante de um trabalho, que remete a afetos vários... ainda que a ciência não seja dura no Instituto, a usarão para desqualificar esta minha proposta. E a desqualificação é legítima. Todos sabemos o risco que representa a qualquer grupo ou organização mais ou menos estável abrir brechas para aquilo que está represado, contido... pela brecha corre o fio, que aumenta a brecha, que aumenta o fio... rapidamente, o que estava represado toma o espaço protegido, passa a comprometer a estrutura que os retém...

[LG] Você falou do desconforto com a ciência que ainda é possível sentir no Instituto... sugere que há dúvida sobre os recursos mais apropriados para representar a "realidade". Portanto, ainda há debate sobre as formas de representação da "realidade". Haveria debate sobre as formas de transformar esta "realidade"?

[LG] Se há, é tão tênue e parcial que passa desapercebido... vejo as iniciativas em Gênero e Sexualidade como a possível trincheira onde ainda há um espectro desta preocupação. Mas é muito parcial... veja: mesmo a atuação nesta área tem a perspectiva geral de incluir populações marginalizadas em uma sociedade de direitos. Sociedade de direitos que é muito frágil, no Brasil. Já podemos ver com clareza esta fragilidade... o pouco que avançamos em termos de conjunto está sob ameaça... E esta sociedade de direitos é uma semântica civil acessível para uma pequena parte da classe média, relativamente esclarecida, intelectualizada, que tem estado envolvida em dar concretude a ela (Arantes, 2010). Entre esta pequena parcela da classe média, estão boa parte dos nossos professores e militantes da reforma sanitária... neste raciocínio, retomo o enigma do Noronha: a pretensão de transformar a "realidade" talvez tenha se ido juntamente com a chegada ao poder... a questão que é difícil ser enfrentada, é que a pretensão de transformar, e de ter poder para isso, talvez seja conciliável, apenas, no nível do desejo, da motivação. Ter alcançado o poder, em um país como o Brasil, pode ter sido o ponto em que a pretensão de transformação da realidade tenha se esvaziado... a pretensão de alcançar o poder para transformar, dentro das regras do jogo, é ambígua, requer pactos, mediações... no fim, a transformação passa de um "sonho diurno" para o "noturno", tornando-se uma imagem que nos faz dormir tranquilos...

Hoje, no Instituto, a simples pretensão de representar a "realidade" para contribuir com a sociedade que temos é o que restou... a tensão ainda viva é sobre as formas de representação...

[LG] Tensão que torna esta tese possível...

[LG] Isso. Tese que será cobrada pelo que tem de "imaginativa", de "sonhadora"...

Um ponto interessante a retomar, encerrando o evento comemorativo e o ano de 2014, é, na verdade, um “causo”. Durante a festa que encerrou o primeiro dia de comemoração, o evento nostálgico antes referido, com boa parte dos “históricos” tendo ficado para a festa, regada a espumante e alegria, Ruben Mattos, docente, e Stephanie Lima, discente, retomaram uma discussão que nos foi muito custosa nos dias que antecederam a semana comemorativa. Em meados de outubro, houve o lançamento do livro organizado por Ignacio Cano, na UERJ. O título do livro: “Os donos do morro”, que trata das Unidades de Polícia Pacificadora e seus impactos no viver nas favelas. O pesquisador convidou o comandante geral das UPPs para estar no lançamento e participar de um debate. O livro, não bastasse ter um título polêmico e tratar de questão sensível, traz na capa uma imagem de policiais em determinada formação à frente de uma favela, articulando-se ao sentido autoritário do título. O evento aconteceu na UERJ, uma instituição de relativa permeabilidade política, onde a entrada de grupos militantes organizados nunca foi proibida... bem, alguns grupos representantes de moradores de favela foram ao evento e inviabilizaram a fala do comandante, no evento. Ignacio Cano, alguns Institutos e grupos da Universidade logo repudiaram a ação dos militantes, reclamando o lugar da Universidade como um espaço de liberdade de expressão, que ninguém nunca deveria ser silenciado ali, etc. – “Os donos da Universidade” se manifestaram... curioso que nenhuma instituição universitária tenha se orgulhado da UERJ ter sido o espaço onde o oprimido, aquele que é silenciado cotidianamente nas áreas onde vive, tenha enfrentado o opressor – com exceção de alguns Centros Acadêmicos, que apoiaram as ações dos militantes... particularmente, sou bem orgulhoso da UERJ ter sido esse lugar possível... entre as instituições da UERJ que repudiaram o ato dos coletivos de favela estava o IMS. Os nossos professores escreveram uma nota em nome do Instituto repudiando o ato e sequer compartilharam conosco a intenção e a produção dela. Soubemos da nota ao convidarmos uma moradora de favela, também representante de um grupo organizado que esteve presente no ato, para estar em uma mesa no nosso seminário. Ela recusou o convite justificando não compactuar com o posicionamento do Instituto sobre o ato. Foi a recusa dela que nos fez descobrir a nota do Instituto, uma nota que, inclusive, nos representava na sua generalidade. Reagimos a isso publicamente, enquanto Coletivo, dentro do Instituto, solicitando que a nota passasse a registrar que o posicionamento era dos docentes e não da instituição. Os debates foram duros... assim como eram todos os

debates desde quando rompemos com a identidade visual dos docentes, na semana comemorativa...

Bem, tudo o que foi dito acima aconteceu durante o mês anterior à semana de comemoração... retomando o encontro entre Ruben e Stephanie, entraram novamente no debate sobre o ato no fim da festa, todos bêbados e corajosos... em torno dos dois, formou-se uma roda. Ruben é um grande argumentador, mas Stephanie o “engolira”... cada argumento do Ruben contra os “silenciadores” era rebatido com altivez por ela, uma mulher negra... a sensação era: “nós podemos enfrenta-los, é só abrir a boca”... a cena da roda com os dois no centro e a plateia vibrando ganhou certa contundência no espaço. Logo chegaram pessoas querendo saber o que estava acontecendo... entre elas, Roseni Pinheiro. Bem, é pública a desafeição entre ela e Ruben, não entrarei nos méritos... é algo visceral e cotidiano, a tensão entre os dois... bem, neste episódio da roda, Roseni pediu licença, foi até o Ruben, o abraçou e tentou argumentar com Stephanie. Ao ouvi-la, Roseni virou para o Ruben e disse: “cara, você perdeu, você está errado, desista”. E não disse isso com desprezo... era nítida a preocupação dela em zelar pelo colega, falava com carinho, com cuidado... como ele não parava de falar, ela permaneceu ao lado dele, abraçando-o afetuosamente, demovendo-o da persistência no debate...

[LG] Proteção corporativa?

[LG] Isto também atravessa, mas foi carinho, afeto... este é o ponto, que veio a se confirmar em outros momentos: em geral, os docentes são capazes de cometer certas atrocidades entre si, no cotidiano. Mas, quando veem ameaçado o seu lugar institucional, ou quando veem em questão o próprio instituto, todo o passado de afeto e pertencimento reaparece e os une. Este “causo” não é mera *gossip*, como alguns professores gostam de tratar questões como essa... diz muito da instituição... diz muito do que a instituição representa para eles, inclusive... volto à tese da ilha e dos anfíbios: o Instituto tem a particularidade de organizar, mais que qualquer instituição que eu tenha vivenciado, a vida dos seus sujeitos... este traço institucional vem perdendo agência ao longo do tempo. Como veremos, era ainda mais forte no seu início... hoje, alguns docentes pensarão criticamente sobre a minha análise, não se vendo nesta definição... estes nunca pertenceram ao Instituto e talvez nunca pertençam... o Instituto carece de produzir pertencimento...

[LG] Vamos concluir? Já exageramos radicalmente...

[LG] Sim, algumas questões importantes ainda tem que aparecer...

[LG] As digressões estão proibidas!

[LG] Sintetizando: saí do evento de 2014 convicto desta tese e pesquisa. O movimento concreto da sua produção começou ali – ainda que as suas raízes sejam mais profundas, como este processo exaustivo de autoanálise tenta expor... a convergência de fatos e disposições estava absolutamente favorável. Neste mesmo novembro de 2014, se iniciou o ato que foi o campo de análise mais efetivo do IMS de hoje – e de seus traços estruturais. Terminada a semana de comemoração, fizemos uma reunião, no Coletivo, para um balanço dos eventos. Para a reunião, Stephanie trouxe um documento: a lei nº 6914 de 06 de novembro de 2014, que "dispõe sobre sistema de ingresso nos cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização e aperfeiçoamento nas universidades públicas estaduais e dá outras providências", que instituía o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação. Lemos juntos o documento e Stephanie colocou claramente o desafio que deveria ser o do Coletivo para o ano de 2015: politizar a institucionalização do ingresso por cotas no Instituto. Um desafio prontamente aceito.

Em 2015, começamos o ano nos articulando com os professores e com a instâncias deliberativas, em especial com a Comissão de Pós. Nela, formou-se uma comissão interna que se deteria exclusivamente sobre a questão da institucionalização das cotas no processo seletivo para a pós-graduação em Saúde Coletiva no ano que corria. Na comissão, um docente e duas discentes negras: Stephanie e Mirani Barros. Foi quando nos demos conta da raridade de negros entre os docentes e discentes, que os negros que frequentavam o Instituto, a grande maioria deles estava em funções administrativas e auxiliares. Uma lei e um corpo negro ativo, o da Stephanie, foram suficientes para dar visibilidade a algo que uma coletividade inteira negligenciava. A percepção do racismo estrutural que produzia o Instituto nos motivou ainda mais a enfrentar o desafio colocado pela Stephanie.

A comissão interna à Comissão de Pós nasceu com todo o respaldo institucional, disposta a construir uma agenda de reuniões e eventos durante o ano, com o apoio do Coletivo de Estudantes. Contudo, o tempo foi passando... as reuniões da comissão interna não aconteciam... os motivos, sempre os mesmos: o excesso de trabalho acumulado pela Comissão de Pós inviabilizava os encontros, entre outras coisas. Nunca houve uma ação deliberada de boicote à atuação da comissão interna que tratava das cotas... foi como um deixar morrer por conta de outras prioridades. Entretanto, não deixamos de pressionar a Comissão de Pós, especialmente as nossas duas representantes na comissão. Efetivamente, a comissão teve algumas poucas reuniões e não conseguiu produzir nenhum evento. Esta questão aumentou a tensão do Coletivo com os conselhos diretores do Instituto, tensão que crescia desde 2014, vale lembrar.

Em maio de 2015, outro evento veio interferir na relação entre o Coletivo e a instituição. Para quem acredita que a crise na UERJ começou em 2016, com o atraso de pagamentos aos funcionários estatutários e aposentados, o caos, insidiosamente, começou a se instalar muito antes: em maio de 2015, funcionários terceirizados já estavam sem receber... aliás, os terceirizados sempre foram relativamente invisíveis na normalidade UERJjiana e, especialmente, IMSsiana, visto que nossos funcionários auxiliares são contratados pelo CEPESC, em vínculo celetista. Por ocasião de um protesto em apoio aos funcionários terceirizados, os poucos apoiadores que ali estavam acabaram “depredando o patrimônio público”, ao quebrarem os vidros da porta de entrada da reitoria. Obviamente, o que foi politizado não foi a situação dos terceirizados, mas a “depredação do patrimônio público”. “Vacinados” pela situação do ano anterior, em que a nota de repúdio a ação dos grupos organizados no evento de lançamento do livro do Ignácio Cano provocou reações negativas internas e externas, a direção do Instituto convocou a comunidade do IMS para uma discussão sobre a questão. Obviamente, o ponto de partida era repudiar novamente a ação de protesto. Alguns de nós, do Coletivo, fomos ao debate, que foi doloroso. Éramos voz dissonante, levantávamos questões de fundo relativas ao protesto e os professores só viam como “barbaridade” a violência e a “depredação do patrimônio público”. Ali ficou evidente que a porta do IMS também era de vidro e que também podia ser quebrada. E que a violência, por estar cada vez mais próxima, provocava um sentimento coletivo comum nos docentes, que era visceral e de repúdio. Ainda que argumentássemos, eles só viam

o vidro estilhaçado e o patrimônio público – e isso deve ter origem nas próprias experiências dolorosas deles na época da ditadura, o que torna tudo sempre muito complexo... mas não só nelas... eles eram o próprio Estado e faziam a sua defesa. O saldo da discussão foi: por alguns de nós termos nos posicionado a favor da ação e termos evocado a importância tática de formas de ação direta, fomos cunhados com o apelido de '*black blocs*', especialmente Raquel Oscar, que se aventurou a fazer o debate tratando-o com argumentos lógicos e racionais...

Contraditoriamente, neste mesmo 2015, inspirados pela minha pesquisa, visto que íamos descobrindo o IMS e a Saúde Coletiva com maior profundidade juntos, André Mendonça, na época o meu coorientador, lançou a primeira edição da disciplina 'Fundamentos Epistemológicos e Políticos da Saúde Coletiva'. A ideia da disciplina era lermos e debatermos os clássicos fundantes da nossa área de conhecimento. Nesta primeira edição, havia a proposta de debatermos 4 dos trabalhos fundantes: 'Medicina e Sociedade', de Cecília Donnangelo; 'O Dilema Preventivista', de Sergio Arouca; 'As Instituições Médicas no Brasil', de Madel Luz; e 'Danação da Norma', organizado por Roberto Machado. Já no primeiro encontro da turma que formou a primeira edição, composta basicamente por membros do Coletivo de Estudantes relacionados ao PPAS, decidimos por uma substituição na bibliografia, saindo 'Danação da Norma' e entrando 'A Indústria da Saúde no Brasil', de Hésio Cordeiro. Decidimos, também, pela forma que faríamos o debate: um de nós se responsabilizaria por defender as teses dos livros e 3 outros formariam uma banca de arguição. Assim, passamos pelas obras e nos demos conta que a forma de produção de conhecimento em Saúde Coletiva mudou demais... antes, havia forte componente ensaístico, tendência a compreender os fenômenos na sua relação com a totalidade social, uma experimentação teórica que permitia a combinação de autores de variadas tradições... e ousadia crítica, que a motivação política dos estudos atiçava... fomos nos dando conta, também, que aqueles estudos não se tratavam de Saúde Coletiva, ainda. Apesar de características comuns, eles só vieram compor um quadro comum a posteriori... se a Saúde Coletiva não tivesse se consolidado, hoje, provavelmente, seriam estudos dispersos e esquecidos em seus locais e grupos de origem. Entretanto, ainda que os estudos fossem datados pelos fatos, eram atualíssimos no espírito e na crítica. Lendo-os, vimos que o Brasil mudara, mas que os seus problemas estruturais ainda persistem, tendo tomado outras formas ao longo do tempo.

Sobre o impacto que as obras e a forma de debate tiveram em nós, ele foi acadêmico e afetivo. Queríamos fazer aquele tipo de produção, experimentar daquele modo, não nos acomodar a cânones, enfrentar questões estruturais como os autores lidos nos inspiravam a fazer. Apesar deles terem feito tudo o que fizeram – construído uma política de saúde universal, o SUS, e um campo de conhecimento multidisciplinar, a Saúde Coletiva -, ainda éramos os mesmos e vivíamos como eles. Não à toa, a disciplina recebeu o apelido carinhoso de 'Como nossos pais e mães', sob a inspiração de Belchior. Ela nos colocou em movimento e também em posição incômoda, visto que os nossos pais e mães eram críticos, estavam dispostos a desafios grandes, em um momento político e institucional relativamente muito mais perigoso que o nosso... depois, vestiram ternos, dirigiram grandes instituições, construíram grandes coisas e o Brasil pouco mudou... hoje eles defendem o que construíram, o que para nós está muito claro que é insuficiente... mas: qual será o nosso futuro? Mesmo que venhamos a produzir coisas que mobilizem, que inspirem o enfrentamento às questões estruturais que persistem, seremos capazes de escapar às armadilhas que o Brasil nos coloca? Nossos pais e mães eram médicos, na grande maioria, sociólogos, filósofos... serão pessoas já tão privilegiadas como elas – e como nós - que transformarão o país? Ainda que não sejamos médicos e venhamos de profissões relativamente subalternas na saúde, e muitos de nós sejamos de famílias emergentes, temos formação universitária e estamos na pós-graduação. Não somos exatamente como nossos pais e mães... tampouco somos como a grande maioria da população brasileira. Um grupo relativamente privilegiado e pequeno será capaz de tamanho enfrentamento? Vimos que, como nossos pais e mães, andamos nas instituições e as instituições são o Brasil. Hoje, os nossos pais e mães são esse Brasil que enfrentamos... será que enfrentamos?

A disciplina, para não voltar nela, teve 4 edições, nos 4 semestres de 2015 e 2016. No fim, as pessoas que circularam por ela não foram embora, mantinham-se na rede de debates e leituras, frequentando a disciplina, inscritos nela ou não. No fim de 2016, éramos em torno de 30 pessoas em uma rede que incluía, também, pessoas de fora do IMS. Neste tempo, lemos Basaglia, Canguilhem, Juan César García, Freud, Berlinguer, Jaime Oliveira... fizemos um confronto hipotético entre Jairnilson Paim e Gastão Wagner... e encerramos 2016 tentando compreender os movimentos sociais, seu elemento popular, no 'Quarto de Despejo', com Carolina de Jesus. Foi um encerramento simbólico para a disciplina, conduzido por mulheres:

Carolina que inspirou Gabriela Barreto, Catalina Kiss, Roberta Dorneles, Alessandra Aniceto... Mulheres que não são negras, nunca habitaram ‘O quarto de despejo’ e, ainda assim, são expostas a mil dificuldades nos espaços de privilégio onde chegaram e circulam... a transformação não virá da universidade, estamos convictos disso, ainda que tenhamos que transformá-la... e o movimento social da saúde teve muito pouco de popular, esta é uma grande contradição nossa, que seguimos repetindo. Saberemos caminhar com o povo? Se conseguirmos fazê-lo, abrindo mão do protagonismo, que tende sempre a sujeitos privilegiados, já terá sido um grande passo da nossa geração. Devemos compreender que o protagonismo não poderá ser nosso, que o nosso papel é desfazer privilégios e compartilhar os nossos com quem nunca os teve.

Alguns dirão que isso é covardia e seguirão dando a direção do nosso atraso...

[LG] Falemos desse atraso [risos meus]...

[LG] Vamos lá... voltemos a 2015, quando o debate sobre a introdução das cotas no processo seletivo do programa não estava rolando... o tema tinha se transformado em intenso mal-estar para todos nós, inclusive entre nós, do Coletivo, atestando a nossa impotência e baixa institucionalidade. O segundo semestre de 2015 já ia a pino, um edital para o processo seletivo de acesso discente ao programa precisava ser construído e a politização da questão não tinha acontecido. Assim como os professores, também tínhamos responsabilidade no deixar morrer... e um processo seletivo foi construído a toque de caixa, com um edital que foi um arremedo daqueles que eram a tradição do Instituto, tentando se adequar à lei. Lei que valeu apenas para o mestrado, o qual não escapou da ampla concorrência, uma relativa boa tradição do Instituto. O doutorado, pelo seu caráter tutorial, escapou – e segue escapando – à lei de cotas. Escapou rendendo boas e crueis anedotas – que alguns chamarão de *gossip*, novamente: um professor crítico, um intelectual, disse em uma reunião deliberativa, ao falar sobre a lei: “daqui a pouco, terei que pedir genotipagem aos meus postulantes ao doutorado”; em outra ocasião, insistiu: “nós apertamos no inglês e resolvemos a questão”. Isto é para dizer do quanto é complicado enfrentar questões estruturais... elas nos atravessam, de enfrentadores passamos rapidamente a reprodutores... este professor, não duvido das intenções

democráticas, comprometidas com o avanço do país, que ele sustenta... imagino até que ele se envergonhe de ter falado isso... Não imagino que tenha deixado de dar cartas a alguém pela cor da pele... mas, tendo em conta as posições publicas que tem, me parece inverossímil que nunca tenha se perguntado o porquê de, entre as pessoas que pleiteiam o doutorado tutorial com ele, nenhuma ser negra... no Brasil, dificilmente nos perguntamos pela ausência de negros nos espaços, que é maior quanto mais privilegiado é o espaço. Isso tem começado a mudar, ainda que as resistências cresçam à medida do enfrentamento à questão, como podemos ver neste caso...

Bem, o processo seletivo aconteceu. Pouquíssimos candidatos ao mestrado pleitearam a concorrência através das cotas e todos foram reprovados. Contudo, um deles entrou com um recurso para rever a desaprovação em uma das áreas de concentração do Instituto. Surpreendentemente, a banca acatou o recurso e aprovou o candidato, mas a sua colocação no concurso estava fora da quantidade de vagas prevista no edital. A questão gerou um problema burocrático grave: como a reversão da aprovação do candidato se deu à posteriori, o resultado final do concurso já tinha sido divulgado com uma lista definitiva de aprovados dentro das vagas. Tendo o candidato concorrido por cota, e estando fora das vagas previstas, ele forçosamente desalojaria um dos candidatos da lista antes definitiva das pessoas que entrariam no mestrado. Após inúmeras consultas ao jurídico e outras instâncias da UERJ, a banca decidiu convocar todos os candidatos aprovados no processo seletivo, dobrando a quantidade de discentes em relação as vagas previstas.

Muitos de nós, do Coletivo, sequer soubemos desta questão. Já estávamos um tanto desgastados com os enfrentamentos recorrentes, com a dificuldade de diálogo... já tínhamos compreendido que, politicamente, não éramos parceiros dos nossos professores. Não foi uma compreensão tranquila, para muitos de nós. Envolvia lidar com mitos, envolvia questões de sentido e pertencimento àquela instituição... aceitar que o IMS é um espaço conservador, em muitos aspectos, não foi fácil. O Coletivo começava a dar sinais de ter encontrado o seu limite, que era o próprio IMS. Enfrentar as questões que queríamos enfrentar era enfrentar, inclusive, o IMS. E era muito duro fazer isso por dentro, na condição fora-dentro que estávamos. Enfraquecido o Coletivo, nós ainda nos tínhamos como referências uns dos outros. O nosso Seminário de 2015, o décimo, aconteceu com um clima de despedida, algo nostálgico, sem a energia dos seminários anteriores.... e aconteceu

sem ter deixado de enfrentar algumas questões, como no evento de abertura, que foi a ideia de provocar as palestrantes, todas mulheres, a construir uma narrativa feminina da reforma sanitária. Evento que foi, também, uma homenagem a Nina Pereira Nunes. Um evento lindo e doloroso, por vermos em que condições contraditórias as nossas referências femininas são postas... Gulnar Azevedo, a nossa diretora, do alto da legitimidade desta posição, sustentou que o IMS não reproduzia machismo, contra todas as evidências que tínhamos tido ao longo do tempo, entrando em forte tensão com Gabriela Barreto, que conduzia o debate. A mesma Gulnar que é uma referência para nós, pela firmeza e liderança política que tem exercido na direção do Instituto. Uma mesa dividida, em que duas mulheres que foram diretoras do Instituto, Jane Sayd e Gulnar – lembrando: fora elas, apenas Maria Andrea Loyola -, sustentavam a tese que o Instituto não reproduz machismo, Gabi sustentando que sim, e Lilia Schraiber dizendo do machismo que a saúde coletiva e a reforma sanitária reproduz. Foi um cenário impressionante de exposição de contradições...

Terminado o ano, estávamos todos vivendo os nossos recessos de janeiro, quando uma colega enviou pelo *whattsapp*, para o grupo do Coletivo, uma foto que acabara de tirar na escada de emergência da UERJ, que dá acesso ao IMS, entre o sexto e o sétimo andares. Nela, a parede branca pichada com a frase: “VAI TER PRETO SIM”. Imediatamente, nos afetamos com a mensagem e iniciamos um debate. Stephanie fez a proposição, que acatamos coletivamente: era importante dar visibilidade à mensagem e articulá-la com o que tínhamos vivido no ano de 2015, com os problemas que aconteceram no processo seletivo daquele ano, quando a inclusão das cotas tornou-se um problema burocrático que provocou avalanche de outros problemas burocráticos. Decidimos publicar a fotografia da pichação junto a uma nota nossa, feita coletivamente, na página pública do Coletivo de Estudantes, no *facebook*. A nossa nota falava em racismo estrutural e o papel que o Instituto tinha prestado a reproduzi-lo. A publicação teve um alcance inédito, tendo sido compartilhada por inúmeras pessoas ligadas ao movimento negro, gerando comentários de repúdio à postura do Instituto. Isso tudo aconteceu no fim de semana. Na segunda feira seguinte, soubemos que o Instituto estava imerso em uma crise, provocada pela publicação. A reitoria convocara os responsáveis pelo Instituto, direção e coordenação de pós, a esclarecerem a situação de racismo exposto na nota e as questões relacionadas ao processo seletivo daquele ano. Este

foi um efeito que não esperávamos. Foi, também, o ponto de apoio para a reação docente... eles nos convocaram para uma reunião, para sabermos das gravíssimas consequências que o Instituto sofreria pela nossa irresponsabilidade... foi o momento mais difícil que vivi no IMS, com toda a certeza... no auditório, os diretores, coordenadores de pós, chefes de departamento e docentes consternados... uns 6 ou 7 de nós... o clima de animosidade inicial, não havia sorrisos, não houve cumprimentos, cresceu quando a reunião começou: em tom duro, ríspido, ressentido, os docentes se sentiram criminalizados por nós... queriam que apresentássemos provas que eram racistas, que resolvêssemos a questão na delegacia, diante das nossas provas... citaram as suas biografias, sempre envolvidos em causas “progressistas”, dizendo que as marcas públicas que tínhamos produzido nelas jamais seria revertida... que a UERJ investigaria a situação do processo seletivo, com consequências que poderiam ser trágicas para o programa... ouvimos... passamos muito tempo ouvindo tudo aquilo, vendo aqueles homens e mulheres expostos, emocionados, feridos... um docente perguntou se a pichação tinha sido feita por um de nós [risos meus]... houve momentos difíceis de sustentar, emocionalmente.... depois de ouvir, era hora de falar... e falamos, defendemos a nota, sustentamos o que dissemos, que o Instituto reproduzia, sim, racismo institucional... que estávamos dispostos a sofrer as consequências institucionais e jurídicas pelo que fizemos, juntos. Não recuamos, nenhum de nós. Apesar de difícil, foi um momento de afirmação importante. Agimos com altivez, coletivamente. Os docentes ficaram visivelmente desconcertados com a nossa postura... talvez esperassem que recuássemos, pedíssemos desculpas, apagássemos a nota e nos retratássemos... não fizemos nada disso e propusemos, ainda, dar a mesma visibilidade à nota docente que eles produziam ... e demos...

Desde então, o Coletivo tem se organizado, apenas, para reagir a determinadas questões institucionais que nos afetam. Em 2016, não conseguimos organizar um seminário. Temos tido dificuldade de nos engajar institucionalmente. Justamente no momento em que isso seria necessário: a nossa força político-afetiva teria sido fundamental neste processo agudo de destruição da UERJ que tem, enfim, atingido o Instituto. Desde o fim de 2016, os funcionários da UERJ não têm recebido os seus salários com a regularidade exigida. Apesar da crise ter estado à porta do IMS há muito tempo – como no caso do vidro quebrado da reitoria – ela só foi assumida institucional e coletivamente quando os salários atrasaram... vale o

registro que houve tentativas internas de promover mobilização: por ocasião do golpe de Estado, em 2016, os alunos que entraram neste ano e algumas pessoas do Coletivo tentaram emplacar a ideia de paralisar as atividades da pós para que assumíssemos uma postura mais combativa no enfrentamento ao golpe e os retrocessos pós-golpe... convidamos o Programa de Antropologia Social do Museu Nacional para compartilhar a experiência de paralisação deles, nos articulamos ao OcupaSUS, instalado na sede carioca do Ministério da Saúde... em tese, o Instituto estava em greve, mas... tentamos envolver os professores e demais colegas... entretanto, a ética é a da produção, do trabalho firme e recompensador, afinal tínhamos o 7 a sustentar... para não ficar só nos alunos, vale destacar que a Gulnar, a nossa diretora, estava implicada em politizar o cotidiano do Instituto, dando apoio e estimulando toda a forma de mobilização que o Instituto era capaz de produzir... apesar da implicação da diretora, não houve sustentação coletiva à sua proposta... o Instituto tinha dificuldade de se articular... tornara-se regido pelas partes, que tomaram autonomia relativa...

[LG] Este IMS do seu depoimento é um espaço anômico ou você está carregando na tinta?

[LG] Então... para piorar, quando os salários começaram a atrasar e o Instituto passou a ter outra dinâmica interna, com paralisação das atividades e algumas atividades de mobilização, nem assim conseguimos convergir... éramos sempre muito poucos por trás das atividades, muito poucos presentes nelas, sempre iniciativas isoladas, sem articulação... a própria Gulnar foi, nitidamente, perdendo o viço na luta... o desfecho de 2016 me levava à tese que o Instituto, numa leitura canguilhemiana, encontrava-se adoentado, perdera a sua plasticidade orgânica... um organismo assim está à beira de desaparecer...

[LG] Foi o ano da sua qualificação, também... como foi conciliar todas essas experiências de frustração e êxtase e produzir um projeto?

[LG] O projeto é uma expressão daquele momento... tomado por uma atmosfera nostálgica, especulativa, escatológica, messiânica... em meio a todos os acontecimentos, ainda houve o encontro com Benjamin, que o André

cuidadosamente mediou. Um movimento de busca das origens, minhas, do Instituto e do Brasil, em um contexto de derrota... contra todas as evidências que davam conta que a Saúde Coletiva, que o SUS, que a reforma psiquiátrica estavam consolidados, eu tinha a desconfiança que não, tudo me apontava que ainda não éramos os vencedores dessa história. Que, na história do Brasil, os vencedores são sempre muito poucos... os demais têm pequenas alegrias parciais... vivemos a nossa alegria parcial por cerca de 30 anos, mas não fomos vencedores... fomos colocados em uma situação cruel de sustentar uma vitória que parecia enorme, nos agarrando a ela como tudo o que tínhamos... enquanto agarrados, a realidade nos ultrapassou. Agora, do alto de 2018, estamos diante dela, enorme, grotesca, brasileira... como eles estiveram na sua juventude... e a vitória deles anterior se desmanchando no ar. O teste da nossa pequena alegria é agora... talvez eu esteja errado e a vitória se concretize...

Tampouco somos perdedores. O perdedor, no Brasil, não tem direito a uma alegria. Como bem disse Jurandir Costa, na banca de qualificação do projeto, não há espaço para a história dos vencidos no Instituto. Ainda que o Instituto tenha tido os seus vencidos, nem eles são vencidos, no Brasil. Ser alijado de uma Instituição por não ter lugar nela não é como ser alijado da cidadania, seguidamente, por gerações e gerações. Na história do Instituto não há estes vencidos... no máximo, apareceram como entes abstratos na hora de formular uma política de saúde, a tal da participação social em saúde...

Voltando a nossa pequena alegria, cabe pegar carona em outra chave proposta por Jurandir na qualificação. Jurandir auto intitulou o grupo que formavam na origem do Instituto como de “jovens alegres”. Estes “jovens alegre”’ desejavam a liberdade - cerceada por um regime ditatorial cruel, que sabia matar como ninguém - , um país menos desigual, realizar a suas potências criativas e políticas, tão estimuladas nas suas juventudes vividas especialmente na década de 60. Os “jovens alegres” encararam o mesmo monstro que está diante de nós agora, em 2018, sob nova forma. Queriam derrota-lo, transformar o Brasil... e lutaram, das suas formas, portando os seus arsenais de criatividade e contradição. Este ponto é dramático: ainda que sejam reconhecidos por tudo o que fizeram, sejam referência política e intelectual para muitos de nós, tenham deixado memória, sejam tidos como “vencedores” em determinada história, não transformaram o Brasil: o país permanece tão desigual quanto naquele tempo, estamos novamente diante do

autoritarismo... as condições de vida, que pareciam ter melhorado, despencam com o desemprego e a retirada de direitos dia após dia... portanto, os “jovens alegres”, que conquistaram a ‘pequena alegria’, apesar de vencedores nas instituições que ajudaram a construir, são hoje derrotados em suas aspirações de transformação do país. É ambíguo, como tudo...

[LG] A sua visão sobre a atualidade e o futuro do Instituto é algo pessimista, como tem aparecido até aqui... nesta entrevista, o auge do seu pessimismo coincide com o início do ‘‘campo’’ da sua tese, após a sua qualificação. Isso te posiciona de modo perigoso em relação à história do Instituto. Você corre o risco de projetar este conservadorismo contemporâneo – na tua definição - nas origens do Instituto; ou acusar a geração contemporânea de ruptura com um Instituto original e idílico que nada tem haver com o de hoje. O que este pessimismo produziu?

[LG] O golpe de 2016, a crise do Estado do Rio de Janeiro e a crise da UERJ adiaram o início do “campo’”... na verdade, produziram outro campo: eu e André, diante do cenário, optamos por vivermos com mais intensidade o presente, para depois fazermos as entrevistas e organizarmos a disciplina que faz parte da pesquisa. Logo após a qualificação, que foi em maio de 2016, quando eu deveria começar a agendar as entrevistas e organizar a disciplina, me joguei na tentativa de mobilização que a Gulnar procurava propor ao cotidiano institucional. Como adiantei acima, esta vivência fortaleceu o tom pessimista, diante do fraquíssimo retorno institucional que a mobilização interna produziu. No fim de 2016, em dezembro, comecei a fazer as entrevistas enquanto participava das tentativas de mobilização institucional, compondo a Comissão de Mobilização do Instituto junto a dois discentes, Ana Sara e Murilo Galvão, e a direção, especialmente a Gulnar. Formávamos uma Comissão aberta à participação, criada para informar e propor atividades de mobilização. Como éramos nós, apenas, decidimos dar conta de funções mais organizativas, como montar calendários de mobilização, centralizando as informações acerca dos eventos que aconteciam na cidade, na UERJ e no Instituto. A proposição de atividades ficou livre a docentes e discentes fazerem. Coisas muito interessantes e pontuais aconteceram, sem qualquer continuidade entre os eventos e pouca quantidade de propostas. Era um retrato da pulverização

das atividades do Instituto. Permaneci participando destas atividades até o início de 2017, quando a organização da disciplina ‘A grande narrativa do Instituto de Medicina Social, pelos seus autores’ tomou boa parte do meu tempo. Passei de organizador a proponente, pois a disciplina entrou no calendário de mobilização do Instituto.

Voltando a pergunta acima, receio que tenha tomado as duas direções descritas: buscar as raízes do conservadorismo institucional e o IMS idílico. Portanto, retomando a digressão a partir da contribuição do Jurandir, sobre a juventude alegre que comungava o núcleo original do Instituto – ou de uma suposta origem formada à partir de 74... queria falar sobre aquela alegria, que me contagia ainda hoje, através das obras que deixaram, e sobre a maneira como a institucionalidade a fez se tornar algo tão tênue que ninguém vê. Já começava a me desfazer da tentativa de buscar “culpados” pelo desastre contemporâneo, tentativa que só viria a se concretizar mesmo com as entrevistas e a disciplina. No fim de 2016, ao começar a fazer as entrevistas, vi reforçada a vertigem entre o Instituto contemporâneo que eu vivia, disperso e aparentemente anômico, e aquele que aparecia nas 2 primeiras entrevistas: novamente com Hésio Cordeiro, mas, em especial, naquele IMS revelado através das lembranças de José Luís Fiori... a cilada estava posta neste depoimento, que tinha todos os elementos que eu buscava na história do Instituto: a “amorosidade” como *élan* coletivo, a identidade – ou uma das identidades – como “escola de poder”, que visava a formação de intelectuais com capacidade de, à partir do Estado, propor saídas para os impasses estatais através de políticas públicas; a livre circulação do conhecimento, com importância especial das ciências humanas e sociais, o encorajamento à interpelação mútua entre as diferentes perspectivas sobre a realidade; livre circulação que informava os intelectuais da política a fazerem o melhor possível quando chegasse o momento de intervir. Era o IMS idílico disponível já nos primeiros depoimentos. Além de me apresentar pasárgada, Fiori ainda sugeriu, com elegância particular, elementos que contribuíam para que determinados vilões fossem identificados. Vilões que eram exatamente os meus vilões [risos meus]... estava montado o quadro: o grande intelectual do Instituto sustentava boa parte das minhas teses. E segui com esse quadro na cabeça por um bom tempo, pois os primeiros entrevistados foram pessoas ligadas ao “núcleo original”: Maria Andrea Loyola, Ricardo Tavares, Reinaldo Guimarães, Jurandir Costa... com maior ou menor ênfase, todos

relativamente nostálgicos e fora das disputas institucionais contemporâneas, mesmo os que lá estão. Alguns, críticos ao Instituto contemporâneo, ao que se tornou... nestes depoimentos, apareciam a solidariedade e os projetos daquele grupo, que não eram pequenos. Apareceu a informalidade e o afeto como fundamentos daquela instituição que resolvia suas questões nas mesas de bar... apareceu o 'Grêmio Lítero Tertúlico Lima Barreto', uma instituição anexa ao Instituto, tão longevo quanto ele e que guarda suas memórias com muito mais cuidado e paixão que o próprio Instituto... uma instituição que se reuniu, pelo menos, uma vez por ano, nos últimos quarenta e poucos anos, para beber, compartilhar alegrias e a amizade que ainda os une... impossível não projetar o Coletivo de Estudantes sobre o Lima Barreto, sobretudo depois que alguns entrevistados sugeriram que a escolha do escritor carioca tinha a ver com a sua posição marginal na literatura nacional, devido a sua negritude e homossexualidade...

Estava confortável para apontar os meus canhões à geração contemporânea. Foi quando comecei a ouví-los. A disciplina foi fundamental para que eu pudesse me dar conta dos excessos interpretativos nostálgicos que estavam me direcionando. Como a disciplina, desde a sua organização, estava impregnada destas motivações, elas foram devidamente refutadas pelos participantes, para o meu incômodo e espanto [risos meus]... cada evento da disciplina, e todos tiveram seus pontos altos particulares – o grande mérito da disciplina foi ter acontecido, o que já bastava –, havia a comemoração pelo acontecimento e o meu incômodo pelo que acontecera, em pelo menos dois dos 5 eventos [risos meus]... era difícil explicar para os amigos mais próximos que o sucesso de determinado evento era o motivo do meu incômodo...

[LG] É importante deixar isso mais claro: quais as teses você estava defendendo com a disciplina?

[LG] Vou me pautar pelos eventos, cada um tinha uma tese em teste. O primeiro era relacionado à produção de memória sobre Nina Pereira Nunes. O título, que me rendeu a alcunha de "gongórico" por um dos participantes da atividade – e era mesmo, e sou mesmo [risos meus] -, foi 'Nina Pereira Nunes: a pedra angular do Instituto de Medicina Social?'. A tese deste evento já está evidente no seu título: baseado em alguns depoimentos, eu tinha a certeza de ter sido a Nina a

protagonista na instituição do IMS. Portanto, queria entender os motivos da sua saída e do seu apagamento institucional, visto que ela não está visível no Instituto, nem há memórias circulantes da sua passagem por lá. Desconfiava profundamente de algumas disputas, de alguns sujeitos... desconfiava profundamente de um corte de gênero... desconfiava que ela tivera sido deliberadamente alijada da instituição e da narrativa institucional...

Bem, o evento confirmou a importância da Nina na construção do Instituto, especialmente pela sua capacidade política, quase mística, em antever as circunstâncias, e pela intensa afetuosidade, que gerava uma dimensão afetiva que contribuía para a unidade institucional, crucial para a sua consolidação. Foram participações impressionantes as de Mario Dal Poz, Ana Tereza Camargo e Jane Sayd, um evento marcado por esta dimensão afetiva sustentada pela Nina, reproduzida naquele dia através dos seus pupilos. Mario Dal Poz deixou a evidente impessoalidade do lado de fora do auditório e fez uma apresentação com fotos pessoais suas que tinham a Nina, nos apresentando-a. Compôs um ambiente com um fundo sonoro, em que a filha dele cantava 'Coração poeta', que, para o Mario, "é a Nina". Ana Tereza fez um depoimento visceral, em que as lágrimas se tornaram incontroláveis, dela e da plateia. O auditório do IMS, tão acadêmico, tão formal, tornara-se outra coisa, havia se conectado a outro tempo, a outros valores. Aquela instituição ainda era aquilo que se via ali, mesmo que por apenas 3 horas, quando pudemos olhar por entre os escombros para aquilo que estava soterrado sob burocracias e normas. Nas apresentações dos três, eu ansiava pelo momento da ruptura, por aquilo que a fez sumir. Não aparecia a ruptura... até hoje, ninguém definiu muito bem quando a Nina saiu, nem as circunstâncias da sua saída. Tem sido unanime a posição: a Nina saiu porque não havia espaço para ela no Instituto, na academia. Não foi alijada, ela sofreu as consequências do próprio sucesso do Instituto ao não assumir os valores e o trabalho acadêmico. Foi para a gestão e não mais voltou. Nunca mais. Entretanto, alguns entrevistados dizem que ela nunca deixou de se interessar pelo IMS, e que frequentou o Lima Barreto em algumas ocasiões.

Este primeiro evento não me contrariou, exatamente. Fiquei muito feliz com a revelação que as memórias da Nina produziram, por ter visto a expressão daquela "amorosidade", característica do Instituto "original" enfatizada pelo Fiori. Como um empírico qualquer, estava muito contente por ter reproduzido o fenômeno em outras

condições, em outro tempo e lugar. O segundo evento foi igualmente recompensador. Com o título ‘A Reforma Acadêmica do IMS: aonde nos trouxe?’, teve como participantes Maria Andrea Loyola, Benilton Bezerra – os dois principais artífices do documento base que promoveu a reforma acadêmica na década de 80 – e Gulnar, a nossa atual diretora. A tese aqui era afirmar aquela reforma como a que produziu as estruturas acadêmicas que sustentam o Instituto até os dias de hoje. Na verdade, este foi o único evento que me contemplou integralmente. Benilton, em uma análise institucional brilhante e autorreflexiva, e Maria Andrea Loyola, franca, crítica e dura, expuseram as acomodações produzidas nesta trajetória de 30 anos e os limites da atual conformação institucional. Benilton chegou a usar o termo “mediocridade” para caracterizar o que o Instituto produz, inclusive ele mesmo. Gulnar fez o trabalho de apresentar a importância acadêmica do Instituto hoje e afirmar o “legado” do IMS nesta esfera. Os números que apresentou são realmente impressionantes para uma instituição com as dimensões e limitações de recursos do Instituto. Por fim, apontou para a necessidade da execução de um Seminário Estratégico para pensar o Instituto para os próximos anos, um seminário que aconteceu em abril - com participação importante do Coletivo de Estudantes, é bom enfatizar..

O que se viu no evento foi outra capacidade soterrada pelo cotidiano institucional fragmentário contemporâneo: a verve crítica e reflexiva que alimenta a institucionalidade, não a destrói. Benilton e Maria Andrea, para quem olha hoje, são tão distantes... no evento, se apresentaram como velhos parceiros, solicitando ao outro o que tinham de melhor. A intimidade revelada entre os dois surpreendeu a quem vê as coisas como são, hoje, no Instituto. Fora revelado ali características do Instituto que poucas pessoas, além dos que viveram aqueles acontecimentos, são capazes de reconhecer, a não ser alguns colecionadores contemporâneos [risos meus]... E elas estão vivas, basta coloca-las em evidência, novamente. Michael Reichenheim, apesar de contrariado por algumas posições defendidas pelos participantes, fez igualmente uma fala consistente e crítica, em posição diversa. “O pulso ainda pulsa”?

O terceiro evento foi o que teve maiores problemas de execução. ‘A Physis da Saúde Coletiva’ aconteceu em um dia chuvoso, uma importante participante não pôde estar presente: Madel Luz. A plateia foi, também, reduzida. Dois dos convidados pensados para estar no evento não aceitaram o convite: Kenneth

Camargo Jr., editor atual da revista, e Joel Birman, editor fundador dela. Eu e André Mendonça preferimos sustentar o evento mesmo assim, considerando a importância daquilo que ele suscitava. A tese aqui era apresentar, através das publicações da revista, o processo de cientificização da Saúde Coletiva, que tornara esse campo de conhecimento tendente à disciplinaridade e formalização de suas produções, refém de métricas e valores epistemológicos pretensamente universais. Tatiana Wargas e André Rios confirmaram a tese, cada um a seu modo. Mas foi um evento que falou pouco do Instituto, apontou mais para o campo. Os laços entre o Instituto e o campo foram acionados, o que conferiu ao evento certa relevância como registro histórico local. Entretanto, não foi a tese testada que produziu maior curiosidade geral, mas uma questão colocada mais ou menos assim, quase sem querer, pelo André Rios: por que a Epidemiologia ainda está conosco, no campo? E sugeriu alguns ganhos que ela, como campo com regras e valores relativamente próprios, poderia ter em manter-se na Saúde Coletiva.

Até aqui, tenho falado sobre a disciplina como algo satisfatório, para mim. E os eventos eram, apesar do trabalho obtuso de prepara-los, fazer os convites, conciliar as agendas dos participantes, encontrar uma data interessante para o Instituto... O André chegou a cogitar uma segunda edição, eu pedi a toalha... ainda tinha inúmeras entrevistas a fazer – por causa da disciplina, atrasei o agendamento das entrevistas individuais, que foram intensificadas a partir de julho. Entre julho e setembro fiz 23 das 38 entrevistas... além de todo o trabalho, a disciplina sugava expectativas e energias... mas, em si, ela daria uma tese. Se eu fosse menos pretensioso, poderia tranquilamente ter readequado a tese e me detido no material da disciplina, riquíssimo. A experiência coletiva de rememorar é um fenômeno que merece um maior cuidado de análise, que não consegui dar conta, aqui...

A satisfação pessoal com os eventos começou a mudar a partir do quarto, Intitulado ‘Criando as 3 áreas de concentração’. A tese a testar era a visível fragmentação e pulverização institucional, que teria sido provocada a partir da divisão nas 3 áreas. Os convidados a participar, Eduardo Faerstein, Ruben Mattos e Sergio Carrara foram pessoas chave na concretização e consolidação da divisão, contribuindo para a estruturação das áreas. Tudo parecia indicar um belo evento: imediatamente antes do início, Sergio Carrara me chamara à sala dele para me mostrar um documento que ele achara, e que ele produzira à época, que tratava das discussões do final da década de 80, no Instituto. Além disso, esse tinha sido o

evento que mais gerara expectativa na comunidade do IMS, a plateia estava em bom número, os convidados animados... em todos os eventos, eu preparava uma introdução ao evento, que era um breve contextualização histórica da importância da questão em debate, com algumas provocações à mesa. Neste evento, ousei na apresentação: expondo a fragmentação contemporânea do Instituto, fragmentação a partir de uma suposta unidade perdida, fiz a pergunta que há muito me angustiava e motivava a tese: “afinal, por que ainda estamos juntos?”. A tese oculta era a certeza que não haveria mais unidade possível ao Instituto, que se tornara regido pelas partes, especialmente pelos grupos de pesquisa e seus líderes. Há muito eu via aqueles grandes pesquisadores ali reunidos, que teriam lugar em vários centros de ponta com muito mais recursos que o IMS, com incredulidade... o que os mantêm ali? E ousei fazer a pergunta em público. Eduardo Faerstein, o primeiro a falar, deslegitimou a tese que o Instituto se fragmentara a partir de uma unidade – diversos depoimentos confirmariam o que disse Eduardo no evento -, que a unidade nunca existira, que o Instituto sempre se caracterizara pela pluralidade de perspectivas e de fazeres acadêmicos, desde as suas origens. Chamou a caracterização que eu fiz do Instituto original – como um espaço de unidade, animado pelo materialismo histórico – de fantasiosa e ingênua. Sergio, que seguiu, fez uma apresentação a partir do documento que ele resgatara. Ainda que crítico ao que o Instituto se tornara, apontou para a história comum no Instituto, o que construíram juntos. Para finalizar, Ruben fez uma ode a pluralidade que só o Instituto é capaz de sustentar.

Além de ter visto uma tese contrariada, eles responderam a minha pergunta e me contrariavam. Uma característica emergia como aquela que unia e contribuía para o pertencimento institucional dos nossos professores: a liberdade acadêmica. Mas eu, de fato, fantasiara algo para esse evento: ver o debate reproduzir a tensão que sentimos no cotidiano, apontar para o dissenso. Queria ver a Epidemiologia afrontada no privilégio que goza, hoje... queria que as pessoas ligadas às Ciências Sociais e Humanas dissessem da sua condição insustentável na área e no Instituto... queria que as pessoas ligadas às políticas expusessem a despolitização cotidiana... o que vi foi união. O evento gerara convergência entre as 3 áreas, diante de uma afronta. O que vi, foi: a Epidemiologia não será afrontada, o tempo é dela – como foi das outras áreas, em outros tempos. A despolitização não aconteceu, apenas tomou outras formas. O Instituto nunca fora uma unidade, hoje ele parece

fragmentado por ter crescido. Antes, todos podiam, em uma pequena reunião, dizer o que estavam desenvolvendo. Hoje, isso é impossível. Portanto, a questão é de escala, não de “natureza”. Longe de haver ruptura, seja com um passado idílico, seja em um presente conflituoso, o Instituto sofre os efeitos do seu crescimento e do desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil, sustentando continuidades em meio a transformações as quais o Instituto teve que responder. Isto também tinha sido dito por alguns participantes da minha banca de qualificação, que questionavam ‘a grande transformação’ presente no título do meu projeto. Seria preciso, sempre, contextualizar as transformações e a maneira como o Instituto reagiu a elas.

Apesar das contribuições importantes, o evento me frustrou. Eu encontrara a unidade do Instituto. Entendia um pouco melhor porque um pesquisador respeitado na Antropologia, como o Sergio Carrara, permanecia somando migalhas acadêmicas na Saúde Coletiva, no Instituto. Sergio tem uma produção consistente, intensa e respeitada na Antropologia, que vale muito pouco para a Saúde Coletiva, desconhecida pela maior parte do Instituto e do campo. Usei o Sergio como exemplo, porque me parece aquele mais radical: por que ele está ali? As respostas pareciam mais claras, e vale para os professores mais velhos e reconhecidos do Instituto: pela história que tinham ali, lugar onde tiveram condições de construírem suas trajetórias acadêmicas, tornarem-se o que são; mais do que isso: há algum senso de responsabilidade pelo que o Instituto se tornou, visto que eles contribuíram enormemente para construí-lo. Conjunturas mudam, projetos e estratégias podem ser postos em curso, basta apertar os cintos e aguentar um pouco os momentos desfavoráveis. Compreendia um pouco melhor o grau de pertencimento institucional que tinham. Que não era um pertencimento apoiado na utopia de uma ciência inclusiva e não disciplinarizada, ou na utopia de um país que enfrente verdadeiramente as suas desigualdades. Cabe ver na história, igualmente como hoje, os contextos em que estas utopias foram possíveis, puderam emergir em um projeto institucional. Querer encontra-las hoje será uma frustração. Hoje, os professores do Instituto lutam pelo que construíram. Ponto. O que eles construíram é Estado, é ordem, é continuidade... Transformarão o Brasil na medida que esse Estado estiver comprometido em transformá-lo. No Brasil, isso não acontecerá sem forte resistência contrária... O próprio Sergio Carrara e o CLAM são exemplo disso: fizeram trabalho importante de inclusão da discussão de gênero no âmbito educacional, em momento que o governo Lula abriu brechas para que isso

acontecesse. Hoje, vemos “escola sem partido” e “ideologia de gênero” tomar a esfera pública. Os órgãos de fomento reduziram o financiamento à pesquisa, o estado do Rio de Janeiro não custeia a UERJ e não paga os seus servidores... o CLAM e o Instituto têm dificuldade, inclusive, de produzir qualquer resposta ao reacionarismo. Não temos condições institucionais e humanas para isso, estamos em frangalhos...

[LG] Este contexto reforça o apego ao que construíram...

[LG] Sim... é dinâmica relativamente perversa, visto que coloca pessoas potentes intelectual e politicamente em posição defensiva, conservadora. Esta é a posição do Instituto e dos seus sujeitos, hoje...

[LG] A utopia e a transformação, hoje, estariam no Coletivo?

[LG] Diria que estão fora do Instituto... o Coletivo é um sintoma, algo que encontrou ali, no Instituto, condições de expressão, de acomodação de certas pautas e do ativismo político. Esta acomodação foi possível por ter referência na “memória coletiva” daquela “comunidade afetiva”... e nós mal sabíamos disso [risos meus]... mas eles sabiam, não exatamente de modo consciente, e nos aceitaram, respeitaram, mesmo que com incômodo. Após o episódio de enfrentamento decorrente da nota relativa ao racismo institucional, feita pelo Coletivo, achamos que nunca mais conviveríamos com os professores da mesma forma. Apesar de algumas consequências pontuais e desagradáveis, no geral, os professores voltaram a ter a mesma relação conosco. Alguns dos principais envolvidos naquele episódio, entre os docentes, se referem, hoje, ao Coletivo como algo relevante, que faz falta estar mais ativo. Tenho leve desconfiança que foram se informar sobre racismo institucional e acolheram a nossa crítica. Não que isso tenha mudado o Instituto, mas acho que reconhecem, ao menos. Claro, nada disso muda as coisas nem o Brasil. Por isso o Coletivo deixou de existir como existiu: não mudaremos o Brasil a partir do Instituto e, nem com todo o empenho, o próprio Instituto. Teremos que construir outras instituições, como os que deram origem ao Instituto fizeram. Temos como trunfo a experiência deles, mas não poderemos fazer como eles. Deu errado.

[LG] O Brasil não é melhor que em 64?

[LG] O Brasil mudou demais. É difícil mensurar o quanto é melhor ou pior. O Brasil é diferente. Talvez as pessoas não passem fome como antes, não estejam abandonadas no campo. Mas hoje estão em áreas de exclusão nas favelas, áreas militarizadas, sem qualquer ordenação democrática e garantia de cidadania. Exclusão produzida e circunscrita pelo Estado (Arantes, 2010). Parece não faltar comida como antes, mas que tipo de comida comem os sub-humanos de hoje no Brasil? Basta vermos os estudos recentes para constatarmos que o Brasil não é menos desigual, apesar de ter massificado serviços públicos e ampliado a cobertura estatal. Infelizmente, isto se deu incluindo e reproduzindo a desigualdade. Nosso Estado não a enfrenta, a reproduz...

[LG] Este Estado está condenado?

[LG] Se a perspectiva é de enfrentarmos as questões estruturais – a profunda desigualdade, nos seus vários níveis: entre ricos e pobres, entre homens e mulheres, entre brancos e negros, etc. -, sim, está condenado. Se a saída é pelo Estado, temos que construir outro. Este está desde a sua gênese comprometido com a reprodução da desigualdade. Aqueles que tiveram a ousadia de transformá-lo por dentro, foram frustrados. Os exemplos são recorrentes na história: os projetos liderados por Getúlio Vargas, por João Goulart, por Lula, por nós, na Saúde... todos sucumbiram...

[LG] Voltando a falar do Coletivo: você vê algum futuro para o grupo que se formou?

[LG] No IMS, acho difícil. Sobre o nosso futuro político-institucional, mesmo que alguns de nós entremos para o Instituto, como docentes pesquisadores, estaremos diluídos em outras gerações. Dificilmente articularemos uma agenda com as pautas que consideramos importantes. No máximo, seremos capazes de fazer avançar algumas coisas. Muitos de nós têm grandes chances de permanecer no Instituto. Somos muito queridos, sobretudo individualmente [risos meus]... talvez fôssemos potentes se conseguíssemos nos articular em uma nova organização, na gênese de

alguma nova instituição, como a geração que fundou o Instituto... as condições para isso ainda não estão dadas... estamos, mais ou menos, com os nossos privilégios conservados, com os nossos projetos individuais relativamente preservados... estamos vivendo a vida. Tudo indica que a vida ficará mais difícil em breve, consequência da dissolução institucional que experimentamos... como dissolverão, precisarão ser reconstruídas... os que estivermos sãos, ativos e dispostos a projetos coletivos, faremos essa reconstrução.

No mais, guardo relativa frustração em relação ao Coletivo... fomos, e somos, um grupo potente, dificilmente nos encontraremos por aí de novo. Poderíamos ter deixado rastros, materializado os nossos debates, termos avançado em articulações externas. Desistir do "futuro" do IMS é compreensível, mas o país está aí, assim como as políticas de Ciência e Tecnologia, as Universidades, as políticas de saúde, todas estratégicas para o Brasil que poderíamos sonhar... nem sei se Brasil... particularmente, acho que o Brasil nos atrapalha mais que ajuda, visto que temos muito mais em comum com os nossos vizinhos latino-americanos que em relação à Portugal, por exemplo... o Brasil nos faz perder tempo com a história dos espoliadores, que, bem ou mal, ainda somos. Ainda somos a história dos espoliadores, o Brasil, enquanto nação, é a canção do espólio e precisamos problematizar isso. No momento, a aimara Silvia Cusicanqui me soa muito mais familiar que os nossos intelectuais, que seguem papagaiando as categorias dos espoliadores... a espoliação é insuperável, faz parte de nós, mas somos nós que temos que passar a falar sobre ela, positiva-la... um passado de espólio pode ser a experiência para uma sociedade não baseada no saque – saque que tem outros nomes institucionalizados: lucro, excedente, etc. Sabemos tudo sobre sermos saqueados, não falta acúmulo histórico...

E nós, enquanto Coletivo, sofremos com algumas coisas... a primeira delas é o apego a certas formas: é a grande intelectual, é o grande ativista, é o animal político astuto, são as instituições de esquerda que se tornam referência para nós, no ambiente que estamos. Olhamos exclusivamente para trás. Não é tão simples falar desse "trás"... não é que esteja no passado, como algo que se deu e passou: são formas que se desenvolveram em determinado contexto e condições. Essas formas se cristalizaram ali, seguem a vida sendo aquela forma, falarão do presente desde essa forma que tomaram. Em uma sociedade que queremos reproduzir, nada mais adequado querermos assumir as mesmas formas, ou readequá-las ao nosso

tempo. Na nossa, que precisamos transformar, o passado é experiência que precisamos aprender a fazer diferente, mesclando formas, experiências, usando a criatividade e análises sistemáticas do que nos cerca. E, claro, essas nossas referências geram grande frustração: essas formas, por não serem possíveis no nosso tempo e condição, tornam-se ideais inatingíveis. Ou seja: nem nos aproximar daquela forma histórica conseguimos. Nesta dinâmica, seremos sempre um fantasma do que gostaríamos ser. E somos julgados por isso, afinal nunca correspondemos às expectativas destes nossos modelos. Ao mesmo tempo, convivemos com os limites destas formas – afinal, é tudo o que tenho dito até aqui [risos meus] -, temos relativa consciência delas. Portanto, estamos imersos em contradições insuperáveis: aquilo que admiramos tem limites; para sermos tão limitados quanto, temos que comer muito “feijão com arroz”; ainda assim, não chegaremos lá; e, a mais angustiante de todas: como é que fazemos diferente e podemos ir além deles, redimindo a própria experiência histórica dos que nos antecederam?

Outro ponto de frustração sobre o Coletivo diz respeito aos sujeitos políticos que somos. Queremos fazer, temos a intenção, há sonhos, mas é muito difícil construirmos coletivamente. Fazemos um esforço descomunal para trabalharmos em comum, para o comum. Tudo aponta contra, inclusive nós mesmos. Não é pela falta de empatia, não é pela intransigência de alguns, não é pelo individualismo manifesto, nem pela falta de abertura... se sofrêssemos desse mal, sequer haveria Coletivo... mesmo com o ânimo favorável, a atividade coletiva é precária. Embora vigiemos as manifestações individuais, somos estruturalmente individualistas... romper com isso doeria, seria cortar na própria carne: como submeter os nossos projetos de vida a algum plano coletivo? No fundo, vivemos sonhos muito particulares, ainda. É a dificuldade que temos em qualquer instituição, inclusive nas políticas, o que também colabora para a produção da ruína contemporânea. Particularmente, a minha geração foi triturada em algum moedor de solidariedade... no fundo, somos movidos pela ilusão de auto-realização, muito individual. Cada um de nós é um vetor em uma direção, que apenas se cruzam em alguns pontos... essa retenção do sonho na esfera individual me instiga: por um lado, parece que temos vergonha de sonharmos, como se isso fosse inapropriado. Ainda que sonhemos, que estejamos movidos por alguma utopia – mesmo que muito situada e particular -, ela não se apresenta em público, não é compartilhada. O nosso tempo tem nos

instigado a sonhos realizáveis, dentro de uma estrutura dada. Isso provoca desejos tão pequenos, tão triviais, determinados, que são facilmente alcançados por uma série de exercícios cognitivo-comportamentais [risos meus]... basta desejar, perseguir, se preparar, concorrer e alcançar, desde o status social até a barriga sarada... então, há um misto de vergonha em expor nossos desejos, nos mais utópicos, e a necessidade de não expô-los, nos mais competitivos e "pragmáticos". Afinal, não irão oferecer o "ouro ao bandido"... sobre essas coisas, tento compreender, quase obsessivamente, que forças e estruturas nos conformam desse modo... e tento enfrenta-los... ainda que pareça ter virado mais um Dom Quixote, vivendo um sonho também muito particular, vendo quimeras também muito particulares...

[LG] Mas será que essa não é uma consequência da ordem? Em um mundo relativamente ordenado e complexo como o nosso, podemos sonhar, almejar, coisas muito particulares... além de tudo, é um mundo organizado pela ideologia liberal, que coloca a condição individual como da natureza humana, competitiva e pautada por certa racionalidade calculadora, prospectiva... a ideia de propriedade, por exemplo, parece natural para todos, é difícil ver quem a conteste... entretanto, isso muda se estivermos, de fato, à beira do abismo...

[LG] Na beira de algum abismo estamos... se vamos cair em um mundo como o nosso, sobre isso não é possível predizer... mas essa questão me leva a dúvida: será que as condições para a solidariedade e o comum estão para reexistir? Bem, as ocupações me indicam que sim, ainda mais que parecem constituídas por um espírito, por um *élan*, visto que as pessoas que se organizam nestes espaços políticos nem sabem muito bem o que as levou até aquela organização. Elas têm algumas pautas em comum, mas daí a ocuparem um espaço, torna-lo um espaço comum e gerido por todos, mudarem-se de suas rotinas para sustentarem esse espaço... esses são atos que não são premeditados, as pessoas vão, ocupam e sentem-se alegres, encontram alguma espécie de conforto sobre o qual elas não conseguem dizer muito bem porque o sentem. É uma nova forma de experiência do comum, levaremos alguns anos ainda para consolida-la, falarmos e darmos sentido a ela... mas está aí, não é fantasia**...**

[LG] Não é fantasia... nessas digressões, faltou falar sobre uma atividade da disciplina: 'em busca do reconhecimento da excelência acadêmica'...

[LG] Uma atividade importante que revela estes sonhos situados... a tese a testar era a de que o Instituto, ao se comprometer com a atividade científica, mudara radicalmente os seus modos de produção e se tornara um espaço hostil à atividade política e intelectual. Cid, Kenneth e Dadá comprovaram a tese - especialmente o Dadá, fiel à tradição política do Instituto -, mas não sem dar profundidade à questão. Dadá e Cid deixaram clara uma secessão geracional - gerações pautadas pela ordem de entrada no Instituto, não pela idade -, onde eles dois eram representantes importantes de duas gerações. O Instituto sempre fora liderado pelos "históricos", ou os seus fundadores, sujeitos de forte inserção política, até 2004. Contudo, é importante destacar que grande parte destes "históricos" se aposentaram até 2003. Ficaram apenas Mario Dal Poz e Dadá, que também saíram, o primeiro para a OMS e o segundo para a OPAS. Portanto, não havia mais '"históricos". Isto obrigou uma geração que nunca fora convidada a compor o poder – como disse o Cid no evento – a assumir a direção institucional e imprimir a sua marca. A marca dessa geração era estritamente acadêmica, especialmente alinhada ao modo de produção científica em vigor no Brasil e no mundo. Foi nesta transição que a Epidemiologia passou a ter maior protagonismo na política institucional, visto que o Cid é alinhado com o seu *modus operandi* e ele foi diretor por 8 anos, tendo como vice o Michael Reichenheim. Assim, o Instituto muda e se dá a sucessão geracional, que é também secessão. Mas não foi, exatamente, uma secessão deliberada – ainda que alguns depoimentos, especialmente os do Ruben e do Cid, revelem tensões anteriores... eu tinha desconfianças sobre um apagamento dirigido da herança dos "históricos" – assim como alguns dos "históricos" também têm -, algo que não tem se confirmado na maioria das entrevistas que fiz. Há ressentimentos desta geração em relação aos "históricos", mas há, também, reconhecimento do seu papel. Contudo, eles não são "os históricos" e não farão qualquer esforço em parecer com eles: há distinção marcada de parte a parte. Portanto, se não há alguém que represente a tradição dos "históricos", não será a geração dirigente atual a fazê-lo. Recentemente, voltaram dois "históricos": Dadá e Mario Dal Poz. Só resta a eles se adaptarem ao *modus operandi* e exercerem o trabalho acadêmico... eles, também, já são "outra coisa" e não custaram muito a encontrar seus espaços – o Dadá ainda tem um pouco de

dificuldade em aceitar este novo Instituto, seus sujeitos e tempo. Isso ficou bem claro na participação dele no evento, extremamente crítico ao que o Instituto se tornou e a dificuldade de encontrar um projeto institucional que dê unidade ao Instituto. Ele - e é algo que também concordo - vê a unidade como necessária, ainda que tenha uma forma muito particular na cabeça, que não encontra espaço no Instituto de hoje e dificilmente encontrará espaço em algum lugar. O que remete àquela questão: é possível construir projetos coletivos nos dias de hoje? Em tensão particular com o Dadá: algum projeto coletivo vicejaria tendo um núcleo diretor forte exercendo liderança e autoridade? Essa dificuldade que temos, hoje, com a liderança e a autoridade é uma barreira a projetos coletivos? Seria possível projetos coletivos sem líderes, sem alguém – ou alguéns - que centralizasse decisões e incorporasse a autoridade?

Hoje, Coletivos aparecem, desaparecem, tomam outras formas e nomes... uma espécie de nomadismo organizativo... mas instituições, conseguem se sustentar sem que alguém, ou um grupo, se responsabilize por elas? E a ideia de autoridade, por que nos incomoda tanto? Tudo bem que temos exemplos de exercício da autoridade sem escuta, violenta, que procura determinar as nossas escolhas e caminhos. Entretanto, a autoridade sempre se manifestará assim? Como podemos nos posicionar com o nosso tempo de vida, com a nossa bagagem intelectual, com as experiências ainda poucas e pouco refletidas, diante de sujeitos que já viveram o dobro que nós e enfrentaram situações intensas que mal começamos a experimentar? Diríamos que ele é igual a nós, que o seu “lugar de fala” é o mesmo que o nosso? Claro, em momento de ruptura, certa insolência juvenil é importante, deslocar os “velhos” é deslocar a própria estrutura... mas: será para sempre assim?

[LG] Dá nesse paroxismo contemporâneo, que experimentamos... essas são questões sem resposta e você não tem tempo de vida para tentar respondê-las... ou seja: não tem autoridade [risos meus]...

[LG] Pois é [risos meus]...

[LG] Faltou falar sobre as entrevistas...

[LG] Foram 40 entrevistas com 40 entrevistados diferentes. Duas entrevistas tiveram mais de um entrevistado presente, uma com dois, outra com três.

[LG] Como foi realiza-las?

[LG] Sempre uma experiência angustiante [risos meus]. Pelo meu método dispersivo, nunca tinha o "controle" sobre nada... sempre achava que estava incomodando, que estava indo além do que devia, ou levando a entrevista para um lado desinteressante. Em algumas entrevistas, onde estive mais a vontade, o constrangimento batia depois ou no momento da transcrição... toda a entrevista é uma invasão e o manejo desta invasão é tenso, incômodo...

[LG] Foi um peso realiza-las?

[LG] Foi um grande peso, para o bem e para o mal [risos meus]... do ponto de vista psicológico e material. Cada email enviado, cada resposta do convidado dada ou não dada, cada articulação para que a entrevista acontecesse, cada deslocamento pela cidade, cada atraso meu – por sorte foram poucos, ainda que perigosos: os dois atrasos que tive foram com sujeitos de agenda apertada e grande rigorosidade, o Reinaldo Guimarães e o Moyses Szklo -, cada atraso do entrevistado... em duas ocasiões o entrevistado não apareceu, em outra ele apareceu em um dia não combinado e parei tudo o que estava fazendo para encontra-lo... apesar disso tudo, queria ter mais uns 10 anos para fazer as entrevistas que eu desejava [risos meus]...

[LG] Então fale sobre esse desejo...

[LG] Cada entrevista é um universo... a minha paixão pelo Instituto me moveu. Queria montar pedaço por pedaço da sua história, desde os grandes temas às "pequenas mesquinharias da história"... e cada entrevista saciava um pouco dessa vontade e, ao mesmo tempo, me instigava mais...

[LG] O que ficou de fora?

[LG] Muita coisa! Primeiro: entrevistei muitas pessoas, mas quase a totalidade delas com profunda vinculação ao Instituto. Ou seja: poucos são os frustrados, ou os que tiveram uma experiência meramente formal com o Instituto, ou os que saíram e nunca mais quiseram voltar a estar lá; ou os ex-alunos, simplesmente... portanto, os depoimentos, na grande maioria, são de sujeitos engajados com o Instituto, ou com a saúde Coletiva, ou com as políticas de saúde... há um bom número de depoimentos de pessoas que olham o Instituto de fora... mas, sobre o '*dark side*' da história, nenhum...

[LG] Tende a história oficial, então?

[LG] É difícil responder a essa pergunta... talvez tenda... mas a impressão que tenho é que, pelo momento histórico que experimentamos e pela idade avançada de alguns entrevistados, foram depoimentos que dizem de uma revisão de trajetória, de balanço das suas vidas... são entrevistas que revelam muitas contradições, não a toa a ambiguidade é o eixo central da Tese...

[LG] E como você avalia que se saiu, ao fim, como entrevistador?

[LG] Acho que sou um entrevistador original... nem bom, nem ruim... que serviu. As minhas características serviram à abertura da história do Instituto, mas não serviriam a fechá-la. Se fosse para compor uma narrativa formal e factual do Instituto, eu faria um trabalho ruim. Como não me propus a isso, como o desejo sempre foi ouvir as experiências de vida e promover a abertura da história do Instituto para variadas articulações possíveis, cumpri bem o trabalho, pelo menos nas entrevistas. Cada entrevista foi feita sem qualquer pressa, sem qualquer fechamento ou restrição de assunto. Apostei na dispersão e foi uma aposta que, ao menos, me confortou e deu prazer...

[LG] Mas nem todos os entrevistados aceitaram a dispersão, não é?

[LG] Nem todos, mas poucos se incomodaram. Um traço em comum entre os que se incomodaram, é que boa parte deles fazia parte do grupo dos "históricos" [risos meus]... não sei se era desejo de manter algum grau de controle sobre a entrevista

ou se era cacoete pragmático-objetivo... pareciam querer perguntas diretas para respostas diretas, sem perda de tempo... no fim, impus certa dispersão a eles... alguns me driblaram e mantiveram total controle sobre a entrevista. Dois foram especiais, nesse sentido, e por terem dado depoimentos que caminharam em direções opostas: Reinaldo Guimarães, em uma narrativa linear, formal, factual até o limite da memória; e o Fiori, compondo uma narrativa afetiva, rica em detalhes, qualidades, anedotas... a minha interferência sobre estes dois depoimentos foi quase zero [risos meus]...

No mais, sou um entrevistador selvagem, invasivo, que reage às falas às vezes com um grau de intensidade além do aceitável... mas empático, e a Maria Andrea Loyola disse que essa é a principal característica para um entrevistador [risos meus]...

[LG] Seria interessante saber dos entrevistados se eles também te veem assim [risos meus]...

[LG] Adoraria saber a opinião de cada um... quase na totalidade das entrevistas, tive a impressão que eles estavam satisfeitos, instigados de algum modo... jamais poderei saber se foi por ter sido um bom entrevistador ou porque é muito bom falar de si mesmo para alguém que soa interessado pelo que você tem a dizer [risos meus]...

[LG] Como você se preparava para as entrevistas?

[LG] Variou de entrevistado para entrevistado. Alguns deixaram muitos rastros, então pude saber mais da trajetória de cada um, ler textos, outras entrevistas... com estes sujeitos, ter lido suas produções ajudou muito a destravar o fluxo da entrevista. Ao citá-los a partir das suas obras, isto provocava uma dinâmica positiva na conversa, talvez por se sentirem valorizados, retribuíam, abriam-se mais... agora, havia entrevistados que nem o currículo Lattes tinham [risos meus]... alguns, consegui juntar bom conjunto de referências, outros foi quase nada... uma das melhores entrevistas que fiz foi com o Eduardo Costa, que tem biografia incrível, mas pouco registrada; praticamente o conheci durante a entrevista.

[LG] Já que vai ser impossível falar sobre as entrevistas todas, e você já deu uma ideia geral delas razoável, vou fazer um exercício de tablóide para agilizar e dar um tom dramaticamente diferente ao final deste exercício: diga as suas 5 entrevistas favoritas, para compreender o Instituto:

[LG] Posso falar sobre elas?

[LG] Pouco...

[LG] Sobre as favoritas, não tem como fechar em 5. Vou dizer as que acho mais importantes, nenhuma delas é melhor que a outra. Algumas me deram mais prazer, especialmente a da Rosângela Caetano, a do Ruben Mattos, a do Michael Reichenheim e a do Cid Vianna, conversas onde a relativa intimidade que tínhamos nos levou a caminhos inesperados e reveladores. Em algum momento da entrevista, já não éramos entrevistador e entrevistado, era uma conversa onde as nossas condições nela eram praticamente iguais. Uma entrevista me provocou profundo incômodo e o resultado, ainda assim, é incrível: a do Fiori. Cinco delas foram surpreendentes, pois encontrei entrevistados dispostos a falar sobre tudo – se não na entrevista inteira, em algum momento dela: Maria Andrea Loyola, Ricardo Tavares, Jane Sayd, Madel Luz e Eduardo Costa. Estas dez entrevistas valem todo o esforço da pesquisa e, lendo-as, dá para ter um belo panorama do Instituto... poderia escrever uma tese em cima delas...

[LG] Mas foram 40 [risos meus]... alguma você jogaria no lixo?

[LG] Nenhuma! Todas são valiosas e revelam algum aspecto que merecem maior consideração. Alguns entrevistados, se eu pudesse, entrevistaria de novo: Anamaria Tambellini, José Carvalho de Noronha e Telma Ruth. As entrevistas com eles estão boas, mas com muitos fios soltos... importantes fios soltos...

[LG] Alguma doeu fazer?

[LG] Como disse, a do Fiori. Foi um longo processo para eu me aproximar e pedir uma entrevista a ele: fiz disciplina com ele no Instituto de Economia – o interesse

não era meramente convidá-lo, era também participar dos debates propostos na disciplina. Depois de ter certa intimidade com ele, foi um longo período de articulação para a entrevista acontecer, de acordo com a agenda dele. No dia que aconteceu, por um mal entendido nas mensagens eletrônicas, ele achava que a entrevista seria em um horário, eu em outro. Fiquei mais de 4 horas o esperando para realizar a entrevista. Quando aconteceu, acho que ele desejava certa privacidade, quis sair do Instituto de Economia para falar e sentamos em uma pequena mesa, em bancos altos, de pequena superfície de acomodação, muito desconfortáveis, na área aberta do campus da UFRJ da Praia Vermelha... e temos uma característica em comum: uma relação conflituosa com o espaço, somos estabanados... esbarrávamos na mesa, derrubávamos coisas... além disso, eu tinha a impressão que nada o que eu dissesse interferiria na dinâmica da entrevista. Ele parecia ter entrado em um transe... como eu estava ainda pouco experiente, não sabia muito bem o que fazer, fiquei imaginando que a entrevista tinha sido terrível... tanta expectativa e trabalho para nada... mas o resultado foi incrível! Fruto do transe do Fiori [risos meus]...

Outra entrevista que doeu, foi com o Moyses Szklo, um “expoente” da Epidemiologia brasileira e internacional... que me recebeu na casa dele, em meio a uma agenda intensa de atividades – ele vive nos Estados Unidos e, quando vem ao Brasil, visita amigos, parentes e realiza participações em várias instituições -, reservou um tempo determinado para a entrevista. Só que, neste dia, entrevistei, antes dele, a Anamaria Tambellini... a entrevista com ela esquentou no final: começou a me dizer coisas importantes sobre contradições internas ao movimento da reforma sanitária. E eu estava gostando muito de ouvi-la. Resultado: terminei a entrevista dela faltando 15 minutos para o encontro com o Moyses. Eu estava em Laranjeiras, deveria me deslocar para o Leblon. Peguei o carro e dirigi a toda a velocidade, no horário do rush. Difícil chegar, difícil estacionar. Depois que estacionei o carro, corri pelas ruas do Leblon e cheguei com quase meia hora de atraso. O Moyses que me recebeu estava com a casa cheia de parentes e amigos... e eu, que fui recebido, estava suado, ainda anestesiado pela correria, provavelmente descabelado... o pouco de atenção que conseguia mobilizar, se voltava para a entrevista anterior... enfim... ele me recebeu bem, nos sentamos em uma mesa em meio a sala cheia e começamos a conversar. Eu, que aposto na dispersão, entendi bem o que é a dispersão não desejada e o quanto ela pode mal influir em uma

entrevista... demorei muito para entrar nela. Sorte é que o Moyses entrou desde o início e deu uma das entrevistas mais importantes que recolhi, do ponto de vista histórico-factual... no final, ficamos bem... mas tive a impressão que ele notou e se incomodou com a minha dispersão, no início... isso depois do atraso...

[LG] Alguma entrevista que não era esperada e que te trouxe elementos importantes?

[LG] A do José Roberto Ferreira. Eu achava que conhecia bem o universo da Saúde Pública brasileira, mas nunca tinha ouvido falar dele. Na entrevista com o Chorny, ele me disse que seria imprescindível entrevistar o José Roberto, visto que ele tinha trabalhado com o Juan César García na OPAS. De brinde, além do depoimento sobre a relação com o Juan César, ainda consegui um belo panorama das discussões sobre o ensino médico na década de 50 e 60, que pode subsidiar um debate mais complexo sobre os nexos entre as discussões acerca da medicina e da saúde pública antes e depois do golpe de 64...

[LG] Alguma entrevista que deveria ter acontecido e não aconteceu?

[LG] Algumas. Com o José Gomes Temporão, cheguei a ter confirmada a participação dele. Contudo, por questão de agenda, não consegui realiza-la. Um sujeito fundamental, referido por muitos entrevistados, é o Paulo Buss. Mandei mensagens para mais de um email dele, sem resposta. Quando fui à Fiocruz entrevistar o José Roberto Ferreira, que trabalha com o Paulo Buss, perguntei ao José Roberto se conseguiria encontrar e convidar o Paulo. Ele me respondeu: “o Paulo está em uma agenda intensa! Ninguém consegue encontra-lo”. Após me despedir do José, ao sair pelo corredor, vi, como numa miragem [risos meus], o Paulo Buss vindo. Minha reação automática foi estender a mão e me apresentar. Ele apertou a minha mão, não parou o passo em nenhum momento e, antes que eu pudesse formular um convite, passou por mim, enquanto 3 ou 4 pessoas procuravam falar com ele, ao mesmo tempo. Ônus do poder [risos meus]...

Duas pessoas importantes que não consegui entrevistar e tenho dificuldade de me perdoar por isso são: Sonia Maria Mendonça e Joel Birman. Com este, fiz o mesmo esforço que com o Fiori, com exceção da participação na disciplina.

Presencialmente, ele confirmou participação. Mas ao articularmos a entrevista, não aconteceu... A Sonia Maria Mendonça parece um daqueles elos estratégicos que muitos temem [risos meus]... é fundadora do CEPESC e saiu litigada com o Instituto. Ainda assim, foi indicada por dois sujeitos também estratégicos: Maria Andrea Loyola e Reinaldo Guimarães... enfim, quem sabe um dia...

A Roseni Pinheiro seria uma pessoa importante a entrevistar. Além daquilo que me liga a ela, tem uma trajetória muito particular no Instituto: é a primeira enfermeira a tornar-se professora do Instituto, o que teve consequências para ela. E muitas outras coisas... ela é um sujeito revelador do Instituto, cumpre um papel intensamente ambíguo ali dentro. Entretanto, acabei soterrado entre as entrevistas que fiz e com o pouco tempo para a defesa...

[LG] Para terminar, uma frase, um trecho de livro, uma poesia... brincadeira [risos meus]...

[LG] [risos meus] Vou terminar mesmo. E vou terminar pelo início: pelo objetivo desta tese, que só foi ficando claro ao longo deste exercício auto analítico, que foi por onde a tese começou a acontecer: como se trituraram e se trituram os nossos “sonhos diurnos”, as nossas utopias? Entre os jovens sonhadores que construíram o Instituto e os que hoje passam por ali, tímidos, há um laço de esperança e desejo de transformação. Nas entrevistas pude ver que, estas mesmas pessoas que hoje vemos como conservadoras, com o seu trato pragmático - dentro das possibilidades – da vida, foram capazes de sonhos e ações muito mais ousadas que nós. Construíram coisas, trabalharam no sentido dos sonhos e é possível que muitos ainda trabalhem com eles em mente, mesmo que tenham se tornado “sonhos noturnos”... se concretizaram uma política universal de saúde, seguem concretizando um estado nacional potente em manter a desigualdade social, em todos os seus matizes. O quanto os sonhos [roubados?] dos nossos “pais e mães” tem contribuído para isso? Pelo nosso lado, o Brasil, ainda que siga com os seus problemas estruturais intactos, tem outra forma. Nós mesmos somos outra forma: não fazemos parte da elite intelectualizada do país. Viemos de “baixo”, de outros Estados – ou da periferia -, estamos nos descobrindo como corpos políticos. Nada nos foi roubado - ainda não de forma contundente -, como a ditadura sequestrou o futuro de boa parte dos nossos “pais e mães”. Um futuro que eles retomaram com

sonhos, ação e ousadia, e que, hoje, é muito pouco diferente estruturalmente do passado que eles viveram. Já nós, temos muito pouco a perder e ainda demais a descobrir. Temos eles como experiência histórica e muitas outras mais, além das nossas, para sabermos que o Brasil tritura sonhos, que o capitalismo os compra e que poderemos ser os conservadores de amanhã, por mais corajosos e “instituintes” que sejamos. O “sonho diurno” se concretiza quando sonhado em comum. O “pesadelo diurno”, também. Até quando seguiremos retendo os nossos sonhos?

ABERTURA (OU ENCERRAMENTO)

> O alagoano J.S, 21, infelizmente tinha contra si dois fatores. Era jovem e negro. Em seu Estado isso significa que ele tinha as mesmas chances de ser assassinado do que se morasse em El Salvador, um dos países mais violentos do mundo com uma taxa de homicídio de 60 mortos por 100.000 habitantes. Terminou baleado caído na calçada no bairro Chã da Jaqueira, periferia de Maceió. Destino diferente teve P. H. Z., 27. Apesar da pouca idade, o conterrâneo de Silva foi aprovado em concurso para ser diplomata pelo Itamaraty. Assim como Silva, ele é alagoano. Mas com uma diferença: a cor de sua pele é branca. Para um homem branco em Alagoas, as chances de ser morto são baixíssimas, as mesmas dos Estados Unidos: 5,3 homicídios por 100.000 habitantes. A Organização Mundial de Saúde considera epidêmicas taxas acima de 10 (Alessi, 2018)

Este ano, a nossa “constituição cidadã” completa 30 anos. Neste momento, em meados de 2018, ela está interditada. É oficial, mas destituída de operatividade por algumas ações legislativas e executivas, como a Emenda Constitucional 95, derivadas de um golpe de estado. O momento é dramático. Mas, quando não foi? Os “capítulos cidadãos” da nossa constituição não tiveram as devidas normatizações infra-constitucionais, ou a tiveram sob torniquete, como o capítulo da saúde. Os últimos 10 dos 30 anos de constituição produziram um determinado retrato do Brasil, como se pode ver:

> Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil (Cerqueira, 2018, p.3)

As duas citações acima apontam dados ou observações de instituições da Saúde. No artigo de Gil Alessi (2018), no trecho citado acima, ele lança no texto a consideração da Organização Mundial da Saúde que afirma serem epidêmicas taxas acima de 10 homicídios por 100.000 habitantes. No mesmo trecho, o autor do artigo provoca: não há epidemia de mortes por assassinatos entre brancos, mas há entre negros no estado de Alagoas.

O que isso diz do Brasil? O que isso diz da Saúde Coletiva e da nossa política de saúde? Estamos tratando dessas questões?

Nas páginas anteriores se pode ver um grupo de pessoas que construíram instituições no período democrático, no nosso período cidadão. Este era o horizonte do grupo: a cidadania. Mas, em 2016, 62 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. E não é qualquer corpo o que morre dessa forma:

> Outra questão que já abordamos em outras edições do Atlas da Violência é a desigualdade das mortes violentas por raça/cor, que veio se acentuando nos últimos dez anos, quando a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%. Assim, em 2016, enquanto se observou uma taxa de homicídio para a população negra de 40,2, o mesmo indicador para o resto da população foi de 16, o que implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas (Cerqueira, 2018, p.4)

As taxas vêm se acentuando nos últimos 10 anos. Não estamos falando dos últimos 2 anos. O Estado brasileiro é genocida. Nossos governos mais democráticos ou menos democráticos atualizam este caráter genocida que permanece por quinhentos anos. Nossos momentos democráticos só serviram à constatação desse caráter. O enfrentamento dele está vedado por quem manda neste país. Quem manda neste país não está em Brasilia. As dezenas, se são dezenas, de famílias que mandam no país têm pessoas com nome e sobrenome, fáceis de identificar e que a esmagadora maioria das pessoas não conhece. Estas pessoas devem ser responsabilizadas por construírem uma nação racista, patriarcal, genocida.

No nosso nível cotidiano, fazemos o nosso papel de reprodução destes traços nacionais. Vê-se nos capítulos anteriores que mesmo os que tentaram mover o Brasil para a frente seguem cumprindo o papel. Seja em uma instituição acadêmica de vocação interdisciplinar, seja na construção de uma política de saúde universal, vimos humanos que contribuem para a gestão dos nossos traços nacionais.

E não estou falando deles, estou falando de *nós*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; FRANCO NETTO, Guilherme. Memória e Patrimônio da Saúde Pública no Brasil: a trajetória de Sérgio Arouca. Portal UNIRIO, 2005. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/index.htm . Acesso em 06 jun 2018.

ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria, FERREIRA, MM, orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. (Disponível em: http://books.scielo.org)

ALESSI, Gil. No Brasil, dois países: para negros, assassinatos crescem 23%. Para brancos, caem 6,8%. *Portal EL PAÍS*, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/05/politica/1528201240_021277.html . Acesso em 08 jun 2018.

ALEXANDRE, J-Michel. INTRODUÇÃO: Maurice Halbwachs (1877-1945). In: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 1.ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 18-23.

ALMEIDA, Ana Maria F. A noção de capital cultural é útil para se pensar o Brasil? In: PAIXÃO, Lea P. ZAGO, Nadir. *Sociologia da Educação.* Pesquisa e realidade brasileira. 1.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 44-59.

ALMEIDA, Paulo Roberto; KOURY, Yara Aun. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*, Uberlândia (50): 197-226, jan./jun. 2014.

ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. A distribuição de pessoas com doutorado pelo Brasil. *Portal NEXO*, 2017. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/10/23/A-distribuição-de-pessoas-com-doutorado-pelo-Brasil . Acesso em 05 jun 2018.

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs). O que resta da ditadura : a exceção brasileira. São Paulo : Boitempo, 2010, p. 205-236. (Estado de Sítio)

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

AROUCA, Antonio Sérgio da Silva. *O dilema preventivista:* contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Campinas, 1975. (Tese de doutorado – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas).

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas v.2)

_____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1)
BLOCH, Ernst. O princípio esperança. 1.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005. (v.1)

BIRMAN, Joel. *Enfermidade e loucura*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

BORDE, Elis; HERNANDEZ-ALVAREZ, Mario; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Uma análise crítica da abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde a partir da medicina social e saúde coletiva latino-americana. *Saúde debate* [online]. 2015, vol.39, n.106, p.841-854.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Morais; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

_____. *Para uma sociologia da ciência*. 1.ed. Lisboa: EDIÇÕES 70, Lda, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Humanização da Saúde*. Documento Base. 4.ed. Brasília: Ministério da Saúde (MS), 2007.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. A clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Saúde Paideia. 1. ed. São Paulo: Hucitec, p. 51-67, 2003.

CAPES. Ministério da Educação (ME). Programa de Excelência Acadêmica (Proex). *Portal CAPES*, 2018. Disponível em: http://www.capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-pais/proex . Acesso em 06 jun 2018.

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEPESC. 25 anos CEPESC. Portal Youtube, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n6tIDQ0G6Vw . Acesso em 06 jun 2018.

CERQUEIRA, Daniel *et al*. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro: IPEA, FBSP, 2018.

CORDEIRO, Hésio. *A indústria da saúde no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

COSTA, Jureandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 1. ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etmológico da língua portuguesa. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa* : una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. 1.ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DAFLON, Fabio. *Título provisório*: imprensa e movimentos estudantis da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ: 1964 a 1985, proêmios 1935 a 1964. 2.ed. São Paulo: Scortecci, 2017.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 1.ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 9-17.

EHRENBERG, Alain. O sujeito cerebral. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol.21, n.1, p.187-213, 2009.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *Sobre o tempo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ESCOREL, Sarah. Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. (Disponível em: http://books.scielo.org)

FÁBIO, André Cabette. Como estão as investigações da polícia sobre o caso Marielle Franco. *Portal NEXO*, 2018. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/01/Como-estão-as-investigações-da-polícia-sobre-o-caso-Marielle-Franco . Acesso em 02 jun 2018.

FACULDADE DE ENGENHARIA/UERJ. Resistência Democrática na UERJ: História e Memória 1968 – 1979. *Portal Faculdade de Engenharia/UERJ*, 2008. Disponível em: http://www.eng.uerj.br/noticias/1228241391 . Acesso em 06 jun 2018.

FACULDADE DE MEDICINA. História – Medicina 40 anos. *Portal Universidade de Brasília*, 2008. Disponível em: http://www.fm.unb.br/images/Livro_40_anos_Faculdade_de_Medicina_UnB.pdf . Acesso em 06 jun 2018.

FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO. História *Portal Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto*, sem data. Disponível em: http://www.fmrp.usp.br/a-faculdade/historia/ . Acesso em 06 jun 2018.

FILHO, Mario. Influência de costumes islâmicos no Candomblé e na Umbanda. Portal Templo Espiritual Caboclo Pantera Negra, sem data. Disponível: https://sites.google.com/site/caboclopanteranegra/textos-doutrinarios-e-informativos/a-influencia-do-mundo-muculmano-no-candomble-e-na-umbanda . Acesso em 03 jun 2018.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 1.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *História da sexualidade I*: A vontade de saber. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FREIRE, Felipe; TELES, Lilia. Estudante Matheusa foi 'julgada' antes de ser morta por traficantes, diz delegada. *Portal G1*, 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/estudante-matheusa-foi-julgada-antes-de-ser-morta-por-traficantes-diz-delegada.ghtml . Acesso em 02 jun 2018.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.11-76. (v. XVIII)

GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva: FAPESP: Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994. (Coleção estudos: 142)

_____. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs). O que resta da ditadura : a exceção brasileira. São Paulo : Boitempo, 2010, p. 177-186. (Estado de Sítio)

GUIMARÃES, Reinaldo. (org.) Saúde e Medicina no Brasil: contribuição para um debate. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 1.ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016. *Portal IBGE*, 2016. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf . Acesso em: 05 jun 2018.

ILLICH, Ivan. A Expropriação da Saúde: nêmesis da medicina. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

JAKOBSON, Roman. Prefácio. In: BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006, p.9-10.

JOUTARD, Philippe. Avaliações e tendências da História Oral: desafios à História Oral do século XXI. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria, FERREIRA, MM, orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p.30-45. (Disponível em: http://books.scielo.org)

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

JUNIOR, Antonio. Entrevista de José Saramago. Portal BLOCOS, sem data. Disponível em: http://www.blocosonline.com.br/entrevista/pop_artistas/jose.php . Acesso em: 05 jun 2018.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, Everardo Duarte (Org.). *Medicina social*: aspectos históricos e teóricos. São Paulo: Global, 1983. p. 133-158.

LEIBNIZ, Gotffried Wilhelm. Princípios da Natureza e da Graça. *Portal Leibniz Brasil*, 2008. Diponível em: http://leibnizbrasil.pro.br/leibniz-pdf/principios_natureza_graca.pdf . Acesso em 04 jun 2018.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Michael Löwy: O romantismo revolucionário de Maio de 1968. *Portal Blog da Boitempo*, 2018. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/25/michael-lowy-o-romantismo-revolucionario-de-maio-de-1968/ . Acesso em 04 de jun 2018.

LOYOLA, Maria Andréa. *Médicos e curandeiros*: conflitos sociais e Saúde. 1.ed. Algés: Difel, 1984.

LUZ, M. T. *As instituições médicas no Brasil*: instituição e estratégia de hegemonia. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MACHADO, Roberto et al. Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MEIHY, José Carlos Sebe. Desafios da História Oral Latino-Americana: o caso do brasil. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria, FERREIRA, MM, orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p.85-97. (Disponível em: http://books.scielo.org)

MUNDO REAL. Martírio – documentário. *Portal Youtube*, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BUhburoaPeA . Acesso em 06 jun 2018.

NÓBREGA, Alberto; CALDAS, Cristina. Filosofia não é ciência e está fadada a desaparecer, afirma pesquisador. *Portal FOLHA DE S.PAULO, 2018*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/filosofia-nao-e-ciencia-e-esta-fadada-a-desaparecer-afirma-pesquisador.shtml . Acesso em 05 jun 2018.

NUNES, Everardo Duarte (org.). *Juan César García*: pensamento social em saúde na América Latina. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

PAIM, Jairnilson. Do dilema preventivista à saúde coletiva. In: Arouca, Antonio Sérgio da Silva. *O Dilema preventivista*: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. 1.ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p.151-156.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Pierre Bourdieu: da “ilusão” à “conversão” autobiográfica. *Revista da FAEEBA* – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 223-235, jan./jun. 2014.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silencio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONTE. Efeito Marielle: mulheres negras entram na política por legado da vereadora. *Portal EL PAÍS*, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527707445_080444.html . Acesso em 02 jun 2018.

POPPER, Karl Raimund. Sobre o choque de culturas. In: POPPER, Karl Raimund. Em busca de um mundo melhor. 1.ed. São Paulo: Martins, 2006, p.149-159.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Proj. História*, São Paulo, (14), fev., p. 25-39, 1997.

_____. História oral como gênero. *Proj. História*, São Paulo, (22), jun., p. 9-36, 2001.

REICH, Tatiana. *Produtivismo e universidade*: impactos sobre a vida acadêmica. Rio de Janeiro, 2015. (Dissertação de mestrado – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde *et al*. O que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem? Reflexões sobre a emergência da história oral contemporânea. *PsicO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 41, n. 2, p. 222-230, abr./jun. 2010.

SCHEFFER, Mário César; CASSENOTE, Alex Jones Flores. A feminização da medicina no Brasil. Rev. bioét. (Impr.); 21 (2): 268-77, 2013.

SERBENA, Carlos Augusto Considerações Sobre o Inconsciente: Mito, Símbolo e Arquétipo na Psicologia Analítica. *Revista da Abordagem Gestáltica* – XVI(1): 76-82, jan-jul, 2010.

SILVEIRA, Nise da. O mundo das imagens. 1.ed. São Paulo: Ática, 1992.

SOUSA, J Francisco Saraiva de. Walter Benjamin e o Inconsciente Colonial. *Portal Cybercultura e Democracia Online*, 2012. Disponível em: http://cyberdemocracia.blogspot.com/2012/02/walter-benjamin-e-o-inconsciente.html . Acesso em 04 jun 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*: da escravidão à Lava Jato/ Jessé Souza. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SZKLO, Moyses. Homenagem especial ao Prof. Américo Piquet Carneiro. Portal UnATI, 2005. Disponível em: http://www.unatiuerj.com.br/NAI%20PDFs/anexo%20-%20discurso.pdf . Acesso em 06 jun 2018.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da História Oral. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria, FERREIRA, MM, orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p.47-65. (Disponível em: http://books.scielo.org)

TV BOITEMPO. Michael Löwy: Ernst Bloch e a religião como utopia. *Portal Youtube*, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cPAuCC2f_Js&t=1146s . Acesso em 04 jun 2018.

TV UERJ. VIVA Theusinha – homenagem. *Portal Youtube*, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gU6aB-1X_9M&t=2207s . Acesso em 05 jun 2018.

VAZQUEZ, Vanessa. O centro acadêmico. Portal Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming, sem data. Disponível em: https://casafuerj.weebly.com/histoacuterico.html . Acesso em 06 jun 2018.

YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006, p.11-20.